Gestão
Empresas brasileiras têm longo caminho para a diversidade nos conselhos, diz Rich Fields B2

Cibercrimes
Países em desenvolvimento se transformam em campo de provas para ataques hackers B6

Investimentos
RBR Asset entra no segmento de crédito imobiliário nos Estados Unidos, diz Ricardo Almendra C6

Quinta-feira, 25 de abril de 2024
Ano 24 | Número 5988 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

Governo entrega regulamentação da reforma ao Congresso e estima alíquota média de 26,5%

Tributação Com 360 páginas e 499 artigos, projeto de lei tem uma lista de 15 alimentos da cesta básica com taxa zero; Lira quer aprovar até meados de julho

Jéssica Sant'Ana, Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro, Beatriz Olivon, Guilherme Pimenta, Estevão Taiar e Marta Watanabe
De Brasília e São Paulo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entregou ontem ao Congresso o primeiro projeto de lei complementar com a regulamentação da reforma tributária do consumo. A pasta estima que a alíquota média do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) ficará em 26,5%, podendo variar de 25,7% a 27,3%. Segundo o secretário extraordinário da reforma tributária, Bernard Appy, "a referência é a média, mas a expectativa é que seja menor". O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), espera aprovar as novas regras até o início do recesso parlamentar, em 17 de julho.

Entre os pontos mais aguardados estavam a definição da lista de 15 alimentos da cesta básica que terão alíquota zero e o rol de seis tipos de bens sobre os quais incidirá o novo Imposto Seletivo — veículos, embarcações e aeronaves, produtos de fumo, bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas e bens minerais extraídos. Em relação à cesta básica, a ideia do governo foi incluir alimentos considerados saudáveis e majoritariamente consumidos pelas famílias mais pobres.

O texto segue as diretrizes da proposta aprovada em 2023, criando a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, estadual e municipal), além do Imposto Seletivo. Detalha o chamado "cashback" e as categorias profissionais sujeitas a regimes específicos.

"O país aguarda há 40 anos por uma solução do mais emaranhado dos problemas brasileiros, que é o nosso caótico sistema tributário, que está ainda, infelizmente, entre os dez piores do mundo, [mas] estará entre os dez melhores a partir da conformação total [da reforma]", disse Haddad.

O Brasil deverá ter uma das alíquotas mais altas de IVA. Ela pode ficar acima ou perto dos 27% da recordista Hungria. Eduardo Fleury, do FCR Law, diz que elas não surpreendem e estão dentro do projetado. Segundo ele, são de fato altas, mas mostram o quanto o sistema depende da tributação sobre o consumo. Página A6

● **Especial:** Nova fase da reforma ganha página com conteúdos exclusivos no site do 'Valor' A6

Queda de preços reduz lucro da Vale e turva mais o cenário

Francisco Góes, Rafael Rosas e Felipe Laurence
Do Rio e de São Paulo

Preços menores no minério de ferro, níquel e cobre afetaram o resultado da Vale no 1º trimestre. A mineradora apurou lucro líquido de R$ 8,29 bilhões, queda de 12,9% ante igual período de 2023. A receita líquida de vendas somou R$ 41,89 bilhões, recuo de 4,4%, e o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) somou R$ 17 bilhões, redução de 12,8%.

A atual temporada de balanços mostra um cenário que não existe mais para boa parte das empresas, com a piora nas projeções para a economia global e doméstica. Ainda assim, a expectativa é que a tendência de melhoria prossiga, em especial para empresas que atuam no mercado interno. Para exportadoras de commodities, a queda nos preços deve ser sentida. Página B1

Fluxo para fundos de bônus brasileiros inverte em abril

Rita Azevedo e Fernanda Guimarães
De São Paulo

Com as mudanças nas expectativas sobre o início do ciclo de corte de juros nos EUA, o fluxo para fundos que investem em títulos de dívida externa do Brasil ("bonds") mudou. Desde o início do mês, houve a saída de US$ 61,5 milhões, o que interrompeu o movimento de entrada de recursos dos últimos três meses, segundo a consultoria EPFR. No 1º trimestre, em bom momento de emissão de "bonds", a entrada de capital nesses fundos chegou a cerca de US$ 161 milhões.

No ano passado, foram investidos US$ 46 milhões em títulos de dívida externa. O investimento em "bonds", contudo, pode ser feito por estrangeiros também dentro dos fundos de emergentes e, em menor peso, nos fundos globais.

Após mudança na expectativa de afrouxamento monetário nos EUA, a euforia dos bancos que estruturam esse tipo de operação foi substituída pela cautela. Página C1

Agronegócios

A Raiar, uma das maiores produtoras de ovos orgânicos do país, concluiu rodada de investimentos que contou com nomes de peso no agronegócio e no setor financeiro, além do fundo de impacto suíço Sabi. "O perfil dos investidores é um grande sinal de confiança na empresa", diz o sócio-fundador da Raiar Marcus Menoita. Página B8

ROGÉRIO VIEIRA/VALOR

PetroReconcavo e Eneva avaliam unir operações

Fernanda Guimarães e Mônica Scaramuzzo
De São Paulo

Eneva e PetroReconcavo voltaram a conversar sobre uma eventual fusão de suas operações, após negociações frustradas com outras companhias do setor de óleo e gás. Segundo fontes, o principal interesse da Eneva está no acesso a gás natural. O movimento é parte de um processo de consolidação que começa a se desenhar entre as "junior oils" que atuam no Brasil, e cujo pontapé inicial foi a assinatura de memorando de entendimentos entre a Enauta e 3R Petroleum. Se chegarem a um acordo, o mais provável é que a operação seja feita por meio de uma troca de ações. O valor de mercado da Eneva na B3 é de R$ 19,4 bilhões, e o da PetroReconcavo, de R$ 6 bilhões. Procuradas, as empresas não fizeram comentários. Página B4

Até dia 30, a escolha de 360 conselheiros

Fernanda Guimarães, Stella Fontes, Mônica Scaramuzzo, Kariny Leal e Fábio Couto
De São Paulo e do Rio

Até o fim do mês, as principais empresas de capital aberto do país vão escolher cerca de 360 membros de conselhos de administração na atual temporada de assembleias de acionistas. Apesar do grande número de vagas, isso não significa que haverá uma dança de cadeiras — muitos dos atuais conselheiros serão reconduzidos. A maior parte das trocas ocorre a partir de brigas de minoritários. Nos últimos meses, alguns atritos se tornaram emblemáticos na queda de braço pelos conselhos, envolvendo inclusive o governo. Indicações políticas colocaram Vale e Braskem no noticiário como possível destino do ex-ministro Guido Mantega. O levantamento da consultoria Ânima inclui 82 empresas do Ibovespa.

A Petrobras realiza assembleia hoje. À exceção da representante dos trabalhadores, a disputa pelo conselho tem só uma mulher entre os candidatos, a engenheira Ivanyra Correia, que faz parte da lista de oito nomes indicados pela União. Página B3

Destaque

TikTok vai à Justiça contra os EUA
O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, sancionou ontem a lei que proíbe o TikTok no país, caso a ByteDance, empresa chinesa dona do aplicativo, não venda o negócio no prazo de nove meses. A justificativa é que a ferramenta pode representar ameaça à segurança nacional. Em vídeo postado momentos após a sanção presidencial, o CEO da plataforma, Shou Zi Chew, reafirmou a intenção de questionar a nova lei na Justiça. B5

Indicadores

Ibovespa	24/abr/24	-0,33 %	R$ 20,2 bi
Selic (meta)	24/abr/24		10,75% ao ano
Selic (taxa efetiva)	24/abr/24		10,65% ao ano
Dólar comercial (BC)	24/abr/24		5,1586/5,1592
Dólar comercial (mercado)	24/abr/24		5,1471/5,1477
Dólar turismo (mercado)	24/abr/24		5,1841/5,3641
Euro comercial (BC)	24/abr/24		5,5114/5,5142
Euro comercial (mercado)	24/abr/24		5,5070/5,5077
Euro turismo (mercado)	24/abr/24		5,5711/5,7511

G20 no Brasil

Ecossistema de startups brasileiras busca aproveitar a presidência do país no G20 para alavancar recursos, seja por transferência de tecnologia ou investimentos diretos em projetos, diz Ingrid Barth. Página A5

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Votação sobre vetos é adiada

De Brasília

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu uma vitória ontem, ao adiar, por duas semanas, a sessão do Congresso que irá analisar vetos presidenciais. Com isso, evitou uma possível derrota em vários projetos e ganhou mais tempo para negociar a liberação de emendas parlamentares, foco do descontentamento no Legislativo. Havia grande mobilização para derrubar vetos à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e liberar R$ 5,6 bilhões a mais no Orçamento para as emendas dos congressistas. Página A7

Google exclui propaganda política no país

Guilherme Caetano
O Globo, de São Paulo

A partir de maio, o Google vai proibir a veiculação de propaganda política no Brasil, via Google Ads — ferramenta que permite o impulsionamento pago de conteúdo nos serviços da empresa, como Busca e YouTube. A mudança será feita tendo em vista as resoluções aprovadas em fevereiro pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para as eleições municipais deste ano.

A decisão de excluir o conteúdo político foi tomada diante da avaliação de que as novas normas adotadas pelo TSE são abrangentes — como manter repositório que permita acompanhar em tempo real as informações sobre os anúncios, como conteúdo, valor e anunciante responsável — e poderiam resultar em multas à empresa. Em nota, a companhia destacou "o compromisso global de apoiar a integridade das eleições" e o diálogo com as autoridades. Página A8

INÊS249

Riscos de asfixia no Brics ampliado

Assis Moreira

O reforço do eixo China-Rússia face aos EUA é visto como um dos efeitos geopolíticos mais espetaculares da guerra na Ucrânia. A “amizade sem limites” proclamada por Pequim e Moscou tende a se refletir também na atuação do Brics, o grupo dos grandes emergentes, com riscos de asfixiar interesses de outros membros, como o Brasil.

Em agosto do ano passado, os líderes do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) anunciaram a expansão do grupo a mais seis membros (Argentina, Arábia Saudita, Irã, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Egito), com a ambição de rivalizar com as potências ocidentais e impulsionar pela construção de uma ordem mundial multipolar.

Nesta semana, representantes do Brics ampliado já discutem em Moscou sobre a criação de uma categoria de “países parceiros”, para aproximação em algumas ações num cenário fragmentado por tensões geopolíticas, desigualdade e insegurança global. Em tese, não haveria expansão do grupo neste ano. Mas fatos novos poderiam justificar uma nova ampliação. Pode-se argumentar que haveria espaço para dois países, já que a Argentina recusou o convite para entrar e a Arábia Saudita até agora não disse se entra ou fica de fora.

Uma aposta em círculos do grupo é de que, se tiver escolha de dois novos membros, Colômbia e Turquia são fortes candidatos. A Colômbia é membro da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e seria assim um latino-americano navegando mais amplamente em grupos de influência na governança global. A Turquia, além de membro da OCDE, faz parte também da Otan, a aliança militar ocidental, com relações mais ou menos próximas com a Rússia e com o Ocidente.

De fato, não se pode excluir uma nova ampliação meio precipitada, na cúpula de líderes em outubro em Kazan (Rússia). A China tem o maior interesse em reforçar uma aliança com viés antiocidental, em meio ao jogo mundial de equilíbrio das grandes potências. Dificilmente a Rússia e o Irã, porém, permitirão a entrada da Colômbia como membro sem antes acomodar um espaço para a Venezuela, com a qual Moscou e Teerã têm relações privilegiadas. Por sua vez, o presidente Lula, em visita a Bogotá na semana passada, se comprometeu a defender o pleito colombiano junto aos demais sócios do bloco. Pode ser interpretado como um sinal político de que o Brasil prefere a Colômbia à Venezuela no grupo, o que é ainda mais significativo, levando-se em conta o tradicional apoio petista a Nicolás Maduro.

Brasil e Índia têm procurado segurar ou enquadrar novos movimentos no Brics, insistindo que a discussão sobre parceiros ou novos sócios deve se dar em torno de uma proposta aprovada no grupo sobre critérios e diretrizes, como não apoiar sanções unilaterais e defender a reforma do Conselho de Segurança da ONU.

Mas a verdade é que, desde a primeira ampliação do grupo, está cada vez mais difícil para Brasília e Nova Déli contrarrestar posições no Brics. O grupo entrou numa dinâmica em que dificilmente esses países têm condições de controlar o desfecho. Mesmo um piso mínimo de apoio à reforma do Conselho de Segurança que contemple interesses do Brasil está difícil manter porque haverá mobilização de outros para mudar com a conivência da China.

O Egito, novo membro, é especialmente proativo em não se comprometer com apoio à reforma do Conselho de Segurança, pois percebe que outros países da África, como África do Sul e Nigéria, têm mais chances de se tornarem membros plenos. Sobre reforma de instituições de Bretton Woods, não se deve tomar como garantido apoio dos países petroleiros, que são considerados super-representados.

A China e a Rússia transformaram o Brics num bloco completamente diferente. O Brics tornou-se mais representativo em termos econômicos, mas o denominador comum é cada vez menor em uma série de outros temas cruciais.

Uma parte da agenda mais focada em desenvolvimento, ambiente e combate à pobreza perde terreno. Teremos é um Brics voltado para antiterrorismo e mesmo alguns temas de ciência e tecnologia terão viés muito político, por exemplo. A agenda sobre mulheres é focada em mulheres empreendedoras, e não em direitos iguais ou combate a violações. A avaliação é que o grupo vai ter uma asfixia na legitimidade de falar que são amantes da paz. No Brics, a noção de sociedade civil não existe, porque a China só aceita o conceito de “people to people”. Enquanto isso, a Rússia dá importância enorme aos “Jogos do Brics”, o que não é o caso de vários outros membros.

Projetos concretos de interesse do Brasil vão ser embaralhados, como o de fortalecer o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), o banco do Brics, hoje dirigido por Dilma Rousseff. Ou como tratar mais a fundo da questão de sistema de meios de pagamentos ou avançar na cooperação científica, que até agora funcionava bem. Mais setores no Brasil poderão se sentir incomodados com posições do Brics.

O Brasil terá assim que focar mais outros espaços para atuar. Um deles deve ser o até agora menosprezado Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul, o Ibas, reunindo estas três grandes democracias que sempre enfatizam em comunicados “valores comuns de liberdade, estado de direito, respeito aos direitos humanos e democracia participativa”.

A organização de uma cúpula de líderes do Ibas em novembro, no Rio de Janeiro, com alguns convidados, será importante nesse cenário.

Assis Moreira é correspondente em Genebra e escreve quinzenalmente
E-mail assis.moreira@valor.com.br

Políticas públicas Plano prevê conjunto de ações para melhorar o processo de transformação digital e colocar país como referência

Conselhão constata situação ‘alarmante’ em educação

Rafael Bitencourt
De Brasília

O Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o “Conselhão”, lançou nesta quarta-feira (24) o “Plano Brasil Digital 2030+”, que apresentou um quadro alarmante da situação do país nas áreas de educação e inovação. O plano inclui o diagnóstico e o conjunto de ações para que o Brasil avance no processo de transformação digital e se torne referência mundial.

Chamou a atenção a proposta de criar um novo órgão, com atuação próxima ao presidente da República, para centralizar o planejamento e definir ações práticas para os demais órgãos de governo, a “Secretaria Especial para Transformação Digital”. A nova área seria constituída por servidores próprios incumbidos da missão de coordenar e monitorar políticas de digitalização.

De acordo com o secretário-executivo do Conselhão, Paulo Pereira, o governo está dividido sobre a criação da nova secretaria, que poderá ser temporária, com funcionamento em caráter “extraordinários”, ou ter a estrutura de coordenação de projetos no organograma da Casa Civil, como funciona o Novo PAC, ou da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), que apoia o funcionamento do Conselhão.

Se o plano for aprovado, o presidente Lula deve assinar um decreto. Em caso de criação de uma nova secretaria, com estrutura própria e status de ministro para quem for comandar, isso demandaria mudança em lei, com envio de projeto de lei ou medida provisória ao Congresso.

Os detalhes, antecipados pelo **Valor**, foram apresentados a representantes do governo e do setor empresarial em workshop organizado pela SRI. A iniciativa, ainda em sua “versão 1.0”, traz um compilado de dados, alguns alarmantes, relacionados aos desafios enfrentados pelo país.

De acordo com o Plano Brasil Digital 2030+, o país pode alcançar, por meio da transformação digital, melhor distribuição de renda e maior inclusão social e digital, crescimento sustentável do PIB por meio de diversos setores da economia, inovação e geração de negócios e aumento da relevância do Brasil no cenário global de tecnologias digitais.

Os dados mais alarmantes dizem respeito aos desafios nas áreas de educação e formação profissional, mas também incluem as consequências do baixo investimento em ciências em relação ao PIB nacional e entraves ainda existentes no ambiente de negócio relacionados à burocracia e à carga tributária para empresas que buscam a transformação digital.

Na área de educação e capacitação digital, o plano indica que a escassez de profissionais especializados coloca o Brasil na 75ª posição no ranking de facilidade em encontrar profissionais capacitados nessa área. Sobre o sistema de educação, o documento ressalta a lacuna da capacitação digital de professores, com apenas 57% dos profissionais da rede estadual e 40% dos da rede municipal capazes de selecionar materiais digitais para preparação de aulas. O diagnóstico indica ainda que 56% da população que não utiliza serviços digitais é devido à falta de “letramento digital”.

País está em 75º lugar no ranking de capacidade de obter profissionais capacitados

WILSON DIAS/AGÊNCIA BRASIL

Paulo Pereira: governo está dividido sobre a criação da secretaria especial

Entre as ações listadas para educação, o plano propõe a criação de uma plataforma nacional totalmente gratuita que consolide de diversos programas de formação fornecidos pelo setor privado. O objetivo é estimular o desenvolvimento de talentos em “grande escala”. É colocada ainda a necessidade de buscar, ainda na educação básica, ações de engajamento dos jovens pela carreira de tecnologia. Uma das metas é conectar com internet de qualidade 100% das escolas até dezembro de 2026, além de implementar políticas que garantam uma “cesta básica” de ferramentas digitais (TICs) para cada escola.

O Conselhão sugere ainda, na área de educação, criar mecanismos para facilitar a contratação de “talentos digitais” no Brasil, como forma de reter esses profissionais no país evitando a chamada “fuga de cérebros”. Outra iniciativa é ampliar a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em regiões com maior déficit com a articulação das necessidades sociais e dos setores produtivos às políticas públicas municipais e a instituições científicas e tecnológicas.

Sobre o investimento em inovação, os dados do Conselhão indicam que o Brasil ocupa a 49ª posição global, por dedicar apenas 1% do PIB para áreas de pesquisa e desenvolvimento (P&D). Como resposta, a estratégia propõe aprimorar mecanismos existentes de incentivo à inovação, como fomentar mais a compras públicas e aproximar a atividade de pesquisa do mercado.

Para melhorar o ambiente de negócio no contexto da transformação digital, o “Plano Brasil Digital 2030+” quer modernizar a legislação trabalhista, com desoneração de tributos e encargos laborais, revisar e simplificar políticas e alíquotas que impactam o setor digital, além de prevê medidas para facilitar a abertura de pequenas e médias empresas (PMEs) e a criação de novas startups.

Processo de caducidade pode barrar renovação para distribuidoras

Energia
De Brasília

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou nesta quarta-feira (24) que considera a possibilidade de excluir as distribuidoras com processo de caducidade aberto da renovação dos contratos de concessão. No entendimento do ministro, a prorrogação do contrato de empresa nessa condição é “praticamente inviável”.

Outra medida, ainda mais dura, que ainda está sendo estudada é estender os efeitos dessa restrição a todo o grupo econômico. Isso alcançaria outras distribuidoras coligadas. O ministro recebeu jornalistas em seu gabinete, onde reafirmou a posição do governo em relação à publicação do decreto com os critérios de renovação das concessões do serviço de distribuição.

A declaração do ministro remete à situação da Enel Brasil. O grupo italiano que detém o controle da distribuidora Enel São Paulo e sofreu ameaça de abertura de processo de caducidade em razão de falhas recorrentes no fornecimento de energia nos Estado. O grupo também é dono das distribuidoras Enel Rio de Janeiro, que atende concessão complementar à da Light no Rio, e Enel Ceará, em todos os municípios do Estado.

O ministro tinha reunião com representantes das distribuidoras ainda na noite desta quarta para tratar de detalhes do decreto que está em fase final de elaboração. Segundo ele, o texto será enviado à Casa Civil na próxima semana e pode levar “24h, 48h, 72h” para ser publicado no “Diário Oficial”.

“Todos sabem que sou crítico aos contratos, que ficaram muito ultrapassados”, reclamou o ministro. Na conversa com jornalistas, Silveira repassou alguns pontos que deverão constar entre os critérios de renovação. Ele citou exigências mais rigorosas para cumprimento dos indicadores de qualidade, que medem a duração e frequência de interrupções no fornecimento (DEC e FEC).

Também afirmou que o parâmetro de medição da qualidade deve considerar percepção “mais moderna”, com recorte por áreas menores. Isso porque algumas localidades sofrem com degradação do serviço, mas têm o índice influenciado pela qualidade melhor apurada em bairros vizinhos.

Na visão do ministro, as distribuidoras deverão dedicar mais investimento para redes de média e baixa tensão ao assinar a prorrogação dos contratos por mais 30 anos. Essa demanda parte especialmente de consumidores de áreas rurais, que não conseguem utilizar equipamentos mais potentes na propriedade porque a rede não suporta.

As distribuidoras contempladas com a renovação deverão ainda buscar maior proximidade dos prefeitos, que cuidam de perto de serviços básicos de educação, saúde e segurança e precisam ter uma melhor prestação de contas sobre a qualidade do serviço. Ao tomar o exemplo do caso da Enel SP, o ministro disse que houve desgaste da empresa com o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB). “O prefeito de São Paulo é uma autoridade e precisa ser respeitado”, afirmou.

Procurada para comentar, Enel SP ainda não comentou a declaraçãodoministro.

Na conversa com jornalistas, Silveira, informou que voltará ao Paraguai na próxima semana para se reunir com o presidente Santiago Peña para discutir sobre a tarifa da Usina Itaipu Binacional. Segundo ele, como representante do governo brasileiro, vai defender novamente que seja mantido o valor de US$ 16,71/Kw praticado atualmente. O governo paraguaio pede um aumento do custo da energia produzida pela usina.

Assim como na semana passada, o novo encontro será realizado de maneira respeitosa. “Não temos condições de impor nada ao Paraguai, assim como eles a nós”, afirmou. “Paraguai tem Itaipu como grande motor de investimento em diversas áreas no país”, disse. *(RB)*

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Atividade econômica

Indicadores agregados

	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23	jul/23	jun/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,40	0,52	0,70	0,08	-0,01	-0,04	-0,60	0,29	0,25
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,3	-1,5	1,5	0,6	0,0	0,2	0,4	-0,4	0,0
Indústria de transformação	-	0,0	0,0	0,4	-0,1	0,2	-0,5	1,1	-0,4	-0,2
Indústrias extrativas	-	-0,9	-6,9	3,8	3,4	-0,5	6,2	-4,9	-1,3	2,9
Bens de capital	-	1,8	9,3	-0,4	-0,9	-0,3	-2,5	5,8	-7,4	-2,3
Bens intermediários	-	-1,2	-2,7	1,8	1,6	0,7	0,7	-0,4	-0,5	-0,3
Bens de consumo	-	1,3	-0,9	1,1	-0,1	-0,9	-1,7	2,4	1,4	0,3
Faturamento real (CNI - %)	-	2,4	0,3	1,8	0,7	-0,4	-0,9	1,3	-2,3	0,5
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,3	0,2	1,5	0,6	-0,3	-0,6	0,0	-0,8	0,2
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,2	1,0	0,3	0,9	-0,1	0,9	0,6	1,0	0,8
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,0	2,8	-1,5	0,2	-0,3	0,8	-0,2	0,9	0,0
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-1,7	2,4	0,1	1,0	0,0	1,0	-0,4	0,3	0,3
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-0,9	0,5	0,5	0,5	-0,3	-0,1	-1,3	0,9	0,4
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8	7,9	8,0
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,5	0,6	0,1	0,3	0,5	-0,1	-0,3	0,1	0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1	1,2	2,2
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	27.980	23.494	26.798	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101	28.300	29.600
Importações	20.498	18.186	20.510	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468	20.121	19.524
Saldo	7.483	5.308	6.287	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633	8.179	10.077

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
set/22	0,1805	0,6814	0,6814	1,0020	1,07	0,5662	0,4670	0,4276	-0,06	23,67	1.212,00
out/22	0,1494	0,6501	0,6501	0,9506	1,02	0,6005	0,4702	0,3964	0,04	23,81	1.212,00
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	-	24,38	1.412,00
2024	**0,23**	**2,25**	**2,25**	**3,19**	**3,53**	**2,16**	**1,80**	**1,22**	**0,20**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,37**	**7,63**	**7,63**	**11,26**	**12,32**	**6,91**	**5,46**	**4,41**	**2,31**	**1,33**	**8,45**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para abril projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	4º Tri/23	3º Tri/23	2023	2022	2021	2020
PIB (R$ bilhões) *	2.831	2.741	10.856	10.080	9.012	7.610
PIB (US$ bilhões) **	574	561	2.176	1.952	1.670	1.476
Taxa de Variação Real (%)	0,0	0,0	2,9	3,0	4,8	-3,3
Agropecuária	-5,3	-5,6	15,1	-1,1	0,0	4,2
Indústria	1,3	0,6	1,6	1,5	5,0	-3,0
Serviços	0,3	0,3	2,4	4,3	4,8	-3,7
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	0,9	-2,2	-3,0	1,1	12,9	-1,7
Investimento (% do PIB)	16,1	16,6	16,5	17,8	17,9	16,6

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central**

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência abr/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-março		Var.	março		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**221,4**	**202,2**	**9,48**	**56,4**	**54,0**	**4,43**
Imposto de renda pessoa física	7,6	6,9	10,45	2,0	2,2	-8,91
Imposto de renda pessoa jurídica	100,1	100,5	-0,34	20,0	22,2	-9,93
Imposto de renda retido na fonte	113,6	94,8	19,83	34,5	29,7	16,14
Imposto sobre produtos industrializados	17,8	14,8	20,28	5,8	5,0	16,67
Imposto sobre operações financeiras	15,7	14,7	6,70	5,3	4,6	16,33
Imposto de importação	15,4	13,5	14,45	5,1	4,6	10,80
Cide-combustíveis	0,7	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	96,7	78,1	23,81	31,8	25,6	24,45
CSLL	53,9	50,9	6,05	10,2	11,7	-12,31
PIS/Pasep	27,4	22,4	22,31	9,1	7,2	25,94
Outras receitas	208,9	185,4	12,67	66,5	58,3	13,99
Total	**657,8**	**581,8**	**13,06**	**190,6**	**171,1**	**11,43**

	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**49,2**	**-18,56**	**60,4**	**-7,24**	**50,7**	**-9,74**
	fev/24		**jan/24**		**fev/23**	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação

Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	abr/24	mar/24	2024	2023	12 meses	abr/24	mar/24	dez/23	abr/23
IBGE									
IPCA	-	0,16	1,42	4,62	3,93	-	6.869,14	6.773,27	6.649,99
INPC	-	0,19	1,58	3,71	3,40	-	7.064,43	6.954,74	6.868,53
IPCA-15	-	0,36	1,46	4,72	4,14	-	6.742,72	6.645,93	6.511,32
IPCA-E	-	0,36	1,46	4,72	4,14	-	6.742,72	6.645,93	6.511,32
FGV									
IGP-DI	-	-0,30	-0,97	-3,30	-4,00	-	1.094,76	1.105,54	1.128,81
Núcleo do IPC-DI	-	0,27	1,07	3,48	3,64	-	-	-	-
IPA-DI	-	-0,50	-1,84	-5,92	-6,79	-	1.270,47	1.294,35	1.341,66
IPA-Agro	-	0,92	-1,59	-11,34	-11,56	-	1.756,96	1.785,32	1.926,82
IPA-Ind.	-	-1,02	-1,94	-3,77	-4,89	-	1.073,32	1.094,53	1.117,39
IPC-DI	-	0,10	1,27	3,55	2,93	-	743,02	733,67	725,48
INCC-DI	-	0,28	0,68	3,49	3,36	-	1.095,74	1.088,31	1.061,64
IGP-M	-	-0,47	-0,91	-3,18	-4,26	-	1.113,84	1.124,07	1.152,31
IPA-M	-	-0,77	-1,75	-5,60	-7,05	-	1.310,88	1.334,20	1.389,86
IPC-M	-	0,29	1,41	3,40	3,14	-	726,53	716,46	707,62
INCC-M	-	0,24	0,68	3,32	3,29	-	1.093,50	1.086,15	1.061,07
IGP-10	-0,33	-0,17	-0,73	-3,56	-3,81	1.135,05	1.138,81	1.143,35	1.180,05
IPA-10	-0,56	-0,40	-1,62	-6,02	-6,40	1.344,60	1.352,24	1.366,78	1.436,52
IPC-10	0,21	0,48	1,78	3,43	3,13	733,68	732,11	720,87	711,43
INCC-10	0,33	0,27	1,09	3,04	3,32	1.081,84	1.078,34	1.070,21	1.047,12
FIPE									
IPC	-	0,26	1,18	3,15	2,87	-	683,22	675,27	667,00

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 2ª prévia abr/24 -0,12% e IPC-FIPE 2ª quadrissemana abr/24 0,23%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2023

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2023	Valor da declaração	-	Campo 7
2ª	30/06/2023		1,00%	
3ª	31/07/2023		2,07%	+
4ª	31/08/2023		3,14%	Campo 8
5ª	29/09/2023		4,28%	
6ª	31/10/2023		5,25%	+
7ª	30/11/2023		6,25%	Campo 9
8ª	28/12/2023		7,17%	

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/23 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.693,6**	**60,91**	**6.565,1**	**60,06**	**5.706,7**	**55,70**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-28,1	-0,26	-37,0	-0,34	4,9	0,05
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-743,3	-6,76	-749,0	-6,85	-748,0	-7,30
Dívida fiscal líquida	**7.465,0**	**67,93**	**7.351,1**	**67,26**	**6.449,8**	**62,95**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.340,8	66,80	7.219,4	66,05	6.396,4	62,43
Dívida externa líquida	-647,2	-5,89	-654,3	-5,99	-689,7	-6,73
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.749,5	52,32	5.619,3	51,41	4.806,1	46,91
Governos Estaduais	841,2	7,66	842,3	7,71	807,5	7,88
Governos Municipais	53,5	0,49	54,0	0,49	36,3	0,35
Empresas Estatais	49,4	0,45	49,6	0,45	56,8	0,55
Necessidades de financiamento do setor público	**fev/24**		**jan/24**		**fev/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.015,1**	**9,24**	**991,9**	**9,07**	**565,9**	**5,52**
Governo Federal**	846,6	7,70	818,0	7,48	458,1	4,47
Banco Central	77,9	0,71	86,3	0,79	75,9	0,74
Governo regional	83,0	0,76	80,4	0,74	25,0	0,24
Total primário	**268,2**	**2,44**	**246,0**	**2,25**	**-93,2**	**-0,91**
Governo Federal	-28,6	-0,26	-44,4	-0,41	-301,4	-2,94
Banco Central	0,7	0,01	0,6	0,01	0,5	0,00
Governo regional	-15,2	-0,14	-18,4	-0,17	-58,4	-0,57

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de fevereiro*

Discriminação	Janeiro-fevereiro		Var.	fevereiro		Var.
	2023	2022	%	2024	2023	%
Receita total	**470,7**	**431,7**	**9,05**	**189,4**	**160,4**	**18,05**
Receita Adm. Pela RFB**	320,7	288,6	11,11	120,3	101,3	18,81
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	100,1	94,8	5,61	47,9	46,1	4,01
Receitas Não Adm. Pela RFB	49,9	48,3	3,47	21,1	13,0	61,77
Transferências a Estados e Municípios	**98,5**	**91,6**	**7,52**	**56,9**	**53,0**	**7,29**
Receita líquida total	**372,2**	**340,1**	**9,45**	**132,5**	**107,4**	**23,36**
Despesa Total	**350,6**	**299,4**	**17,12**	**190,9**	**149,8**	**27,42**
Benefícios Precidenciários	140,7	134,1	4,92	71,7	68,1	5,41
Pessoal e Encargos Sociais	59,6	57,5	3,63	28,4	27,5	3,45
Outras Despesas Obrigatórias	78,7	43,8	79,68	51,6	21,0	145,60
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	71,5	63,9	12,00	39,2	33,3	17,60
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**21,6**	**40,7**	**-46,94**	**-58,4**	**-42,4**	**37,71**

Discriminação	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	-0,2	-	0,8	-	-0,1	-
Discrepância estatística	0,8	-27,56	1,1	-140,57	1,6	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-57,8**	**-**	**82,0**	**-**	**-41,0**	**-**
Juros Noniminais	**-56,9**	**-21,18**	**-72,2**	**30,46**	**-57,8**	**23,20**
Result. Nominal do Gov. Central	**-114,7**	**-**	**9,7**	**-**	**-98,8**	**-**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Conjuntura Discussão será feita entre Fazenda, Agricultura e Reforma Agrária, afirma Teixeira

Governo cria grupo para elevar produção e segurar preço dos alimentos

CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO

Paulo Teixeira: "Temos uma produção de grãos e de carne muito virtuosa, mas precisamos ampliar a produção de arroz, de feijão, de mandioca"

Andrea Jubé
De Brasília

Num momento em que a alta dos preços dos alimentos pressiona a inflação, contribuindo para a queda da aprovação do governo, o Ministério da Fazenda criou um grupo em parceria com os ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Agricultura para monitorar esse processo e discutir instrumentos para aumentar a produção.

Em entrevista ao **Valor**, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, disse que o governo conta com o pequeno e médio produtor para fortalecer a produção de alimentos no Brasil, e dessa forma, reduzir os preços. Ele acrescentou que o grupo criado pela Fazenda para acompanhar os preços será coordenado pelo secretário de Política Econômica, Guilherme Mello, que já convocou as primeiras reuniões.

"Temos uma produção de grãos e de carne muito virtuosa, mas precisamos ampliar a produção de arroz, de feijão, de mandioca", argumentou. A trajetória da inflação está em queda, mas a percepção do consumidor é de que a comida continua cara. Na aferição do IPCA, em março, o grupo Alimentação e Bebidas registrou aumento de 3,10%. Mas alguns itens tiveram altas superiores, como os preços da cebola (14,3% mais cara do que em fevereiro), tomate (9,85%) e ovo (4,59%).

O ministro citou medidas do MDA para reduzir os preços de alguns insumos, como o programa "Mais leite saudável", que fez diminuir a importação do leite no primeiro trimestre do ano e repactuou a dívida dos grandes produtores. Segundo Teixeira, o segmento pleiteia a ampliação do programa, ao mesmo tempo em que o governo busca meios para estender o benefício ao pequeno produtor.

Teixeira também atribuiu a oscilação dos preços aos fenômenos climáticos, como o El Niño, que afetou o arroz. Citou o excesso de chuvas em janeiro, que provocou perda de uma parte da cultura, bem como o atraso da colheita. Ele afirma que é preciso diversificar as regiões de produção do grão no país para reduzir a sua vulnerabilidade às mudanças climáticas.

"Agora está vindo uma colheita maior do arroz, esperamos a diminuição do preço do arroz, bem como do feijão, que é uma cultura de curto prazo", acrescentou.

Fazenda e MDA também ajustaram novas modalidades de aquisição de terras para a reforma agrária, como o encontro de contas dos bancos públicos com a União, e o abatimento de dívidas dos Estados em troca de terrenos.

Em meio à nova onda de invasões do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) nas últimas semanas, o ministro defendeu as inovações trazidas pelo programa recém lançado "Terra da Gente", como novas modalidades de aquisições de áreas para assentamentos da reforma agrária.

A primeira novidade, construída em parceria com o Ministério da Fazenda, é a possibilidade de bancos públicos, como Banco do Brasil (BB), cederem terras de seu patrimônio para assentamentos no encontro de contas com o Tesouro Nacional, como o pagamento de dividendos.

"É uma estratégia inédita", salientou. "Precisamos ter paz no campo, e teremos, primeiro, se desarmarmos os espíritos e, segundo, tivermos política para assentar", complementou. Representantes do agronegócio e setores do próprio governo têm criticado atos do MST que prejudiquem áreas produtivas.

> Governo aceitará terras para reforma agrária como pagamento de dívidas dos Estados

O ministro explicou que na função de executor do Plano Safra, o Banco do Brasil acaba incorporando ao seu patrimônio fazendas dadas em garantia das dívidas que o produtor rural não conseguiu quitar. Outro exemplo são terrenos de usinas de cana de açúcar com falência decretada.

Algumas dessas propriedades poderão ser destinadas à reforma fundiária. Teixeira confirmou que já há tratativas em andamento no BB, mas que não pode torná-las públicas pela regra de confidencialidade. Ele ainda tentará agregar outras instituições públicas, como os bancos do Nordeste e da Amazônia (Basa) ao programa.

A segunda novidade é a possibilidade de abatimento das dívidas dos Estados com a União por meio da cessão de terrenos estaduais para os assentamentos. Por fim, pessoas físicas poderão quitar débitos com a Receita Federal mediante a doação de propriedades rurais para fins de assentamentos.

O ministro esclareceu que, paralelamente, permanece a alternativa da desapropriação em situações de ilícitos, como trabalho escravo na propriedade ou plantações de psicotrópicos. Para esses casos, o orçamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para este ano é de R$ 520 milhões, mas, com o novo leque de possibilidades, o ministro acha que esse valor pode subir para R$ 1 bilhão.

O governo pretende assentar 295 mil famílias até 2026. O MST cobra o assentamento de 65 mil famílias já neste ano — segundo o Incra, foram 30 mil cadastradas até agora em 2024 em 252 acampamentos.

Teixeira esclareceu que a prioridade para os novos assentamentos são famílias acampadas sob lonas nas margens das rodovias, e em áreas de conflitos agudos. "Temos situações de crianças que nasceram e estão crescendo em acampamentos sob lonas, não podemos conviver com essa realidade", lamentou.

Nessa conjuntura, Teixeira afirma que está trabalhando para que os novos assentamentos nasçam "em berços esplêndidos".

Para isso, o MDA firmou convênios com as faculdades de agronomia das universidades brasileiras para que deem assessoria a esses locais, orientando sobre os primeiros passos, quais as culturas mais apropriadas para aquele terreno, como proteger o meio ambiente, entre outras ações. "Tenho defendido a ideia de agrovilas, e como organizá-las em cooperativas ou associações", reforçou. Em paralelo, ele tem atuado para integrar os assentamentos a grandes empresas, por exemplo do setor de varejo, que possam dar assistência aos trabalhadores rurais para integrá-los à economia.

Sob peso de aluguel caro, déficit habitacional atinge 8,3% das residências

Ívina Garcia
De São Paulo

A região Sudeste apresentou déficit habitacional absoluto de 2,4 milhões em 2022, em grande parte devido ao peso do aluguel nas contas domésticas, segundo levantamento da Fundação João Pinheiro (FPJ), em parceria com a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades. Na sequência vieram Nordeste (1,7 milhão) e Norte (773 mil), puxadas pela precariedade das habitações, levando em conta que ambas as regiões possuem uma maior parcela de déficit habitacional rural.

Na comparação com o total de domicílios particulares das localidades, Norte e Nordeste estão à frente no ranking das cinco grandes regiões do país, com 13,2% e 8,9% de déficit habitacional, respectivamente, seguidos por Centro-Oeste (8,5%), Sudeste (7,5%) e Sul (6,6%).

O déficit habitacional leva em conta a precariedade de certa residências, o peso excessivo do aluguel no bolso das famílias e lares em que há coabitação. O levantamento usou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), do IBGE, e do Cadastro Único.

Já as regiões Centro-Oeste (499 mil) e Sul (737 mil) também têm predomínio do valor excessivo do aluguel urbano nas contas.

Ao todo, o Brasil totalizou 6,2 milhões de déficit habitacional em domicílios, representando 8,3% das habitações ocupadas no país, de acordo com o levantamento.

Em comparação com 2019, quando a pesquisa registrou déficit de 5,9 milhões de domicílios, houve acréscimo de 4,2%. Porém, na comparação com o total de domicílios particulares ocupados no país, os dados permaneceram estáveis em relação a 2019, quando esse indicador ficou em 8,4%.

O déficit habitacional tem maior predominância em habitações com até dois salários mínimos de renda domiciliar (R$ 2,6 mil) — cerca de 75% fazem parte da faixa 1, do programa Minha Casa, Minha Vida.

No resultado geral, o principal fator que pesou para o déficit habitacional foi o valor elevado do aluguel (quando famílias que ganham até três salários mínimos gastam mais de 30% de sua renda com a locação). Esse problema atingiu 3,2 milhões de domicílios no Brasil e representou 52,2% do déficit habitacional total.

"Se considera que as pessoas muitas vezes abrem mão de outros gastos para manter uma habitação, esse componente é considerado muito importante dentro dos dados", afirma o pesquisador Frederico Poley, da Diretoria de Estatística e Informações da Fundação João Pinheiro.

Mulheres e pessoas não brancas (exceto região Sul) são as características mais comuns no perfil de pessoas responsáveis pelo domicílio, sendo a maioria em praticamente todos os componentes do déficit habitacional geral.

Estudo por inteligência artificial prevê menos chuva na Grande SP

Luiz Fernando Figliagi
De São Paulo

Um estudo feito com inteligência artificial (IA) projetou que haverá queda de 8,2% na média de chuvas na Grande São Paulo a partir de 2024. A média de chuvas de 2015 a 2023 foi comparada com informações coletadas de 1980 a 2014, onde os cenários futuros até 2060 para 115 bacias do Sistema Interligado Nacional (SIN) foram analisados.

Ao analisar a precipitação mensal da bacia afluente da usina hidrelétrica Edgard de Souza, localizada no rio Tietê, no município de Santana de Parnaíba, que segundo os pesquisadores abrange quase toda a região metropolitana de São Paulo, foi possível chegar ao número.

A base de dados do artigo está nos cenários que compõem o Projeto de Intercomparação de Modelos Acoplados, o CMIP. O CMIP é utilizado no conjunto de modelos globais das análises de mudanças climáticas do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC).

O estudo feito pelo pesquisador João Paulo Saboia, mestre em engenharia de recursos hídricos e ambiental da Lactec, foi liderado com o apoio de três pesquisadores da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e uma meteorologista da Norte Energia S/A, da usina hidroelétrica de Belo Monte.

As simulações feitas entre 2015 e 2023 permitem verificar os desempenhos reais em relação aos dados medidos nas bacias.

"A modelagem climática é uma predição, diferente da previsão. Na predição, o foco é entender o que acontecerá nas estatísticas gerais em termos da média. Para verificar o desempenho deles, o CMIP 6 tem 70 modelos que são campos conhecidos de entradas de umidade e diversas outras variáveis. O nosso foco é comparar os dados de chuva que o modelo produz com os dados históricos e ver se ele está conseguindo produzir ou não", diz.

A média de precipitação mensal em milímetros na bacia Edgard de Souza no período de 2024 a 2060, no cenário moderado é de 116,77, e no extremo, de 115,96.

Na simulação de 2015 a 2023, a projeção moderada foi de 123,91, e na extrema, 122,50. A avaliação histórica na média em milímetros de chuva de 1980 a 2014 foi de 126,68. "As médias projetadas para o período de 2024 e 2060 indicam uma diminuição da precipitação média mensal de cerca de 7,5% no moderado e 8,2% no extremo", diz.

Para chegar a esses dados do futuro, o professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Ricardo Almeida explica haver uma correção de viés em cima dos números baseada em modelos estatísticos que comparam os dados com a chuva real. É aqui que a IA entra.

"Minha contribuição no projeto é trabalhar com essa parte da modelagem computacional e a análise dos dados. Essas projeções climáticas são feitas em vários centros de pesquisa que contribuem para esse painel internacional de mudanças climáticas."

Curtas

Vacina da gripe

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento no valor de R$ 45,4 milhões para que o Instituto Butantan realize os ensaios clínicos necessários ao desenvolvimento de uma vacina tetravalente de Influenza, o vírus causador da gripe. Os recursos são do programa BNDES Mais Inovação e serão repassados à Fundação Butantan, entidade ligada ao instituto. A atual vacina contra Influenza produzida pelo Butantan protege contra os três tipos de vírus Influenza mais prevalentes e sua composição é atualizada anualmente, devido à alta taxa de mutação do vírus. O desenvolvimento da nova vacina tetravalente ampliará a eficácia do imunizante, além de facilitar a incorporação de outras linhagens do vírus que futuramente passem a ser relevantes. Segundo o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, o apoio do banco possibilita o adensamento da pesquisa e inovação para o desenvolvimento do complexo econômico industrial da saúde.

Confiança na indústria

Os resultados setoriais do Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei), calculado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), mostram queda da confiança em 21 dos 29 setores industriais. Oito desses setores passaram de confiança para falta de confiança: máquinas e equipamentos (49,8 pontos); serviços especializados para a construção (49,8 pontos); impressão e reprodução (49,7 pontos); produtos de material plástico (49,5 pontos); couros e artefatos de couro (49,3 pontos); produtos de borracha (49,0 pontos); perfumaria, limpeza e higiene pessoal (48,2 pontos); e móveis (47,8 pontos). Apesar da queda na maior parte dos setores, a maioria segue confiante. Em abril, dois setores elevaram a confiança e passaram da linha divisória de 50 pontos: biocombustíveis (55,9 pontos) e equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos (52,2 pontos). Os setores com confiança mais alta são manutenção e reparação (59 pontos), biocombustíveis (55,9 pontos), farmoquímicos e farmacêuticos (55,5) e veículos automotores (54,2).

Inovação Associação brasileira do segmento está à frente de grupo de engajamento que tem como eixos práticas ESG, investimentos e regulação

Startups encaram presidência do Brasil no G20 como vitrine

Paula Martini
De Rio

As startups brasileiras vislumbram o G20, presidido temporariamente pelo Brasil, como uma vitrine para o ecossistema local. Os diferentes estágios regulatórios e de políticas públicas, no entanto, podem ser barreiras para uma cooperação efetiva entre os membros do grupo de maiores economias do mundo na discussão sobre o modelo de negócio das pequenas e médias empresas de base tecnológica.

A leitura é de empreendedores e especialistas que acompanham as discussões do Startup20, um dos 13 grupos de engajamento que representam os interesses da sociedade civil junto aos líderes das potências mundiais. A discussão sobre o tema é uma novidade recente no bloco econômico já que o núcleo de startups foi oficializado ano passado, durante a presidência indiana do G20.

A criação de um ambiente exclusivo para discutir as demandas das startups se deu em um contexto desafiador para o setor de tecnologia, com a retração no volume de aportes financeiros em cenário global de escalada de juros e da inflação, após um ápice em 2021.

Sob liderança brasileira desde o fim do ano passado, as pautas estratégicas do grupo giram em torno de três pilares: ESG, investimentos e políticas ou regulação. O grupo já realizou duas reuniões presenciais. A primeira, em Macapá (AP), teve como objetivo jogar luz sobre as iniciativas da região amazônica. O grupo voltou a se reunir na semana passada durante o Web Summit Rio, evento de inovação realizado na capital fluminense.

Presidente da Associação Brasileira de Startups (Abstartups), Ingrid Barth defende que o Brasil use o fórum mundial para despontar na liderança de temas como regulação, no qual é pioneiro, e em eixos como transição energética e meio ambiente.

"A gente tem que sentar nessa cadeira e se firmar como uma liderança", defende Barth. A Abstartups representou o Brasil no fórum da Índia e está à frente das discussões deste ano.

O número global de startups é estimado em 4,5 milhões, tendo como base o universo do relatório de 2024 da organização Startup Genome, que será lançado em junho deste ano. O Brasil concentra cerca de 19 mil negócios do tipo, o que representa metade das 38 mil startups de toda a América Latina, segundo dados da plataforma de inovação Distrito.

Chefe de tecnologia da informação da Distrito, Gustavo Araújo avalia que o cenário é promissor no Brasil e na América Latina, apesar de desafios como o acesso a capital, burocracia e gargalos de infraestrutura.

"A presidência brasileira do G20 e do Startup20 é uma oportunidade para o Brasil destacar suas startups e atrair investimentos estrangeiros", diz. "O grupo também pode contribuir na defesa de políticas favoráveis às startups, como incentivos fiscais, regulamentações flexíveis e apoio à inovação, além de fortalecer a colaboração entre a América Latina e outros países do G20", enfatiza Araújo.

O mais recente relatório da Distrito indica que as startups da América Latina receberam no primeiro trimestre de 2024 o maior volume trimestral de recursos desde o quarto trimestre de 2022. Já os aportes no Brasil somaram US$ 347,1 milhões no primeiro tri deste ano, queda de 12,3% ante o mesmo período de 2023.

> "Presidência brasileira pode ajudar a atrair investimentos"
> *Gustavo Araújo*

Ano passado, na Índia, o Startup20 propôs ampliar para US$ 1 trilhão o investimento global voltado para startups até 2030.

Para Bruno Rondani, fundador da 100 Open Startups, plataforma que conecta empresas e startups, o objetivo é factível dado a participação de economias de peso no grupo econômico, como Estados Unidos e China.

"A questão é se a contribuição do Brasil será proporcional à sua dimensão econômica. Nesse sentido, temos que fortalecer os mecanismos públicos, o 'venture capital' e a 'open innovation'."

O documento final apresentado pelos chefes de Estado em Nova Déli não citou resoluções específicas para startups, mas apresentou compromissos de elevar para a ordem de trilhão os recursos destinados a projetos tecnológicos na área de sustentabilidade, com foco em soluções apresentadas por países em desenvolvimento.

É nesse cenário que o Brasil pode se beneficiar, projeta a presidente da Abstartups. "Essa cifras podem ser atingidas com o investimento em transferência tecnológica para países em desenvolvimento e por meio de investimentos diretos em projetos tecnológicos capazes de endereçar soluções relacionadas à sustentabilidade, como startups e PMEs que envolvam inovação e biotecnologia e bioeconomia", diz. "E o Brasil está cada dia mais preparado para aproveitar essas duas frentes."

Araújo defende que o fórum promova o multilateralismo, apesar de reconhecer que a cooperação efetiva dentro do bloco pode esbarrar em diferentes regulamentações e políticas. "A velocidade de evolução da IA também exige que o grupo mantenha alta frequência de trabalho para lidar com questões emergentes".

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Ingrid Barth: país deve usar fórum global para liderar temas como regulação e em eixos como transição energética e ambiente

Secretário defende 'competição nos mercados digitais'

Guilherme Pimenta
De Brasília

O secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto, afirmou nesta quarta-feira (24) que o Brasil precisa preservar a competição nos mercados digitais. A pasta conduz um trabalho que pode resultar em uma proposta de regulação concorrencial das chamadas big techs.

De acordo com o secretário, titular dessa análise na Fazenda, "o tema do futuro são os serviços digitais". Ele citou dados que indicam, por exemplo, que essas empresas já são responsáveis por 9% de valor adicionado ao Produto Interno Bruto brasileiro, bem como oferecem salários superiores aos funcionários.

"Mas, para que a gente possa crescer nessa área, precisamos preservar a competição nesses mercados", destacou, em evento que discute o tema, em Brasília, com a presença de advogados, executivos de empresas e membros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Em janeiro, a Fazenda disponibilizou uma consulta pública que tem o objetivo de mapear contribuições para a eventual regulamentação. No questionário disponibilizado, a Fazenda pergunta, por exemplo, se há razões para regular ou deixar de regular algumas plataformas e se o arcabouço legal brasileiro está preparado para lidar com essas empresas.

A consulta pública, que estará em vigor até o dia 2 de maio, também questiona se o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) precisa de aperfeiçoamentos e se há problemas em relação ao uso de algoritmos, condutas discriminatórias, uso de dados pessoais e se há riscos para a não adoção de um modelo pró-competitivo. A ideia da Fazenda é levar uma proposta ao Congresso até o meio deste ano.

"São mercados muito difíceis de entender e regular, cujos efeitos são complexos", destacou Pinto.

No evento, Pinto afirmou que é preciso definir, primeiro, se o Brasil optará por um modelo de regulamentação própria, como fez a União Europeia. Ou se poderá seguir o exemplo americano, que faz uma regulação a depender da conduta econômica.

"Será que temos flexibilidade para ter regras diferentes do resto do mundo?", questionou. "Diversos países tão lidando de forma diferente." Ainda assim, pontuou que é uma boa hora para o Brasil definir o que fará com as big techs.

Em recente entrevista ao **Valor**, o presidente do Cade, Alexandre Cordeiro, defendeu que o órgão antitruste tem competências e pode de ser o responsável por uma eventual regulação do setor. O secretário da Fazenda frisou que a discussão sobre a competência para regular é "importantíssima", mas que deve ser a última a ser feita.

João Brant, secretário de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social, afirmou no evento que é preciso analisar se hoje não há travas no mercado que permitam as empresas abusarem de suas posições dominantes. Ele ainda disse entender que os instrumentos antitruste "não se mostram responsivos e adequados" para lidar com "todas as questões que estão em jogo nesse mercado".

"Nossa preocupação é que as plataformas ofereçam serviços com mais pluralismo, mais diversidade e mais acesso à informação, bem como liberdade de expressão", afirmou.

LEO PINHEIRO/VALOR

Para Rosalina Soares e Marcus Barão, problema requer abordagem intersetorial

20% dos jovens do país não têm ensino básico

Luiz Fernando Figliagi e Luciana Marinelli
De São Paulo

Dois a cada dez jovens brasileiros de 15 a 29 anos não concluíram o ensino básico. São 9,8 milhões de pessoas que terão mais dificuldade de inserção no mercado de trabalho e de acompanhar as inovações tecnológicas, num ciclo de exclusão que, além das privações individuais, resulta em menos produtividade nas empresas e menos desenvolvimento para o país.

Os dados da pesquisa sobre o perfil do jovem que abandona os estudos — divulgada no mês passado pela Fundação Roberto Marinho e pelo Itaú Educação e Trabalho —, os prejuízos ocasionados por essa evasão e os caminhos para mudar essa realidade foram discutidos na live "Y20 no Brasil e as juventudes fora da escola, uma conversa sobre os anseios e desafios", feita pelo **Valor** em parceria com o Valor Social — área de responsabilidade social da Globo.

Segundo Rosalina Soares, superintendente de conhecimento da Fundação Roberto Marinho, o contingente que não completou o ensino básico corresponde a 20% dos jovens brasileiros, sendo que 200 mil deles nunca frequentaram uma sala de aula. "Isso é uma violação [de direitos] absurda", disse. "São números impressionantes, que devem nos tirar da zona de conforto, para que a gente possa entender como superar mais rapidamente esse desafio."

Marcus Barão, presidente do Conselho Nacional da Juventude e "chair" do Y20, grupo de jovens participante das discussões do G20, lembrou ainda dados de um estudo de 2020 feito pelo Insper em parceria com a Fundação Roberto Marinho que apontou um prejuízo de R$ 220 bilhões para o país decorrente da evasão escolar. "Esse é um problema que é sistêmico, que não é apenas setorial, e tem implicações profundas para o desenvolvimento do Brasil", afirmou.

As soluções, dizem os dois especialistas, passam pela construção de uma agenda intersetorial envolvendo poder público, setor privado e sociedade civil. Do lado dos empregadores, medidas como flexibilizar horários para incentivar os estudos dos jovens funcionários são essenciais, diz Soares.

Na seara pública, programas como o Pé de Meia, criado em janeiro para manter alunos carentes no ensino médio, com incentivo mensal de R$ 200 e depósitos de R$ 1 mil por ano concluído, são considerados por Barão como vitória. Soares também ressalta os méritos do programa para evitar a evasão daqueles que estão na escola, mas destaca a necessidade de remuneração maior para atrair os jovens que já abandonaram os estudos pela necessidade de trabalhar.

Congresso Texto tem mais de 300 páginas; expectativa de Lira é aprovar novas regras antes do recesso

Haddad entrega primeiro projeto de lei complementar da reforma tributária

Jéssica Sant'Ana, Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro, Beatriz Olivon, Guilherme Pimenta e Estevão Taiar
De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entregou nessa quarta-feira (24) aos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o primeiro projeto de lei complementar para regulamentação da reforma tributária do consumo. O texto tem 360 páginas e 499 artigos. A estimativa da Fazenda para a alíquota média dos novos tributos — que será fixada posteriormente — é de 26,5%, podendo chegar a 27,3%. A expectativa de Lira é aprovar as novas regras até o início do recesso parlamentar, que começa em 17 de julho.

O **Valor** teve acesso à íntegra da proposta, que, até a noite de quarta-feira, não havia sido oficialmente protocolada no sistema do Congresso. Entre os pontos mais aguardados por tributaristas e setores empresariais, estavam a definição da lista de 15 alimentos da cesta básica que terão alíquota zero, o rol de seis tipos de bens sobre os quais incidirão o novo Imposto Seletivo e as regras sobre categorias incluídas em regimes específicos.

O texto segue as diretrizes da proposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada pelo Congresso no ano passado, que unifica ICMS, PIS, Cofins e ISS, que serão transformados na CBS (federal) e IBS (dos Estados e municípios), tributos que terão legislação única e federal, sem cobrança em cascata e arrecadação no destino. Além disso, prevê uma taxação diferenciada para produtos produzidos fora da Zona Franca de Manaus e que concorram com aqueles fabricados na região.

"O país aguarda 40 anos por uma solução do mais emaranhado dos problemas brasileiros, que é o nosso caótico sistema tributário, que está ainda, infelizmente, entre os dez piores do mundo e estará entre os dez melhores do mundo a partir da conformação total [da reforma]", disse Haddad, após entregar o texto aos parlamentares.

REPRODUÇÃO/TV

Haddad: "Nosso sistema tributário [...] estará entre os dez melhores do mundo a partir da conformação total [da reforma]"

A proposta de regulamentação não fixa as alíquotas do novo sistema. O secretário extraordinário para a reforma tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, afirmou que as estimativas serão semelhantes às divulgadas pela pasta antes do envio do projeto.

"A estimativa é muito próxima do que tinha antes. Com o desenho, de 25,7% a 27,3%, com uma média de 26,5%. A referência é a média, mas a expectativa é que seja ainda menor", afirmou Appy. No caso do Imposto Seletivo, não há ainda informação e a alíquota dependerá de futura lei ordinária.

O detalhamento sobre as regras para produtos e setores tributados com alíquota diferenciada era um dos pontos mais aguardados da regulamentação. O projeto prevê, por exemplo, 15 itens da cesta básica. Estão nessa lista tipos de manteiga, margarina, leite, arroz e óleo de soja. Os produtos foram especificados de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul — Sistema Harmonizado (NCM/SH).

Outros três também têm alíquota zerada, mas estão localizados em outro anexo no texto enviado ao Congresso: produtos hortícolas, frutas e ovos. Assim, os alimentos destinados à alimentação humana submetidos à alíquota zero seriam 18.

De acordo com a proposta, um dos princípios norteadores para a seleção dos alimentos a serem beneficiados por alíquotas favorecidas "foi a priorização dos alimentos in natura ou minimamente processados e dos ingredientes culinários, seguindo-se as recomendações de alimentação saudável e nutricionalmente adequada do Guia Alimentar para a População Brasileira, do Ministério da Saúde".

> "Vamos estabelecer calendário de trás para frente"
> *Arthur Lira*

Outro princípio norteador, aponta o texto, "foi a priorização de alimentos majoritariamente consumidos pelos mais pobres, com o propósito de assegurar que o máximo possível do benefício tributário seja apropriado pelas famílias de baixa renda".

O texto também fixa 14 alimentos que terão alíquotas reduzidas em 60%. O rol de itens inclui carnes, peixes, mate, mel natural e massas alimentícias.

Em outra frente, o projeto detalha as regras para as categorias que serão sujeitas a regimes específicos, com redução de alíquotas em 30%. Segundo o texto, serão 18 categorias sob esse regime, incluindo advogados, administradores, contabilistas e economistas. Os profissionais precisarão estar submetidos "à fiscalização por conselho profissional", segundo a proposta.

Além disso, 27 serviços de saúde terão redução de 60% na cobrança dos novos impostos. A lista inclui serviços psiquiátricos, odontológicos, de fisioterapia e laboratoriais.

As regras para o novo Imposto Seletivo também devem ser alvo de disputa no processo de regulamentação, com segmentos divergindo sobre que áreas deveriam ter a tributação extra, voltada a desestimular o consumo de bens considerados "prejudiciais à saúde e ao meio ambiente". Segundo a proposta do governo, entrarão nessa lista: veículos; embarcações e aeronaves; produtos fumígenos; bebidas alcoólicas; bebidas açucaradas; e bens minerais extraídos (ferro, petróleo e gás natural).

De acordo com o texto, o IS incidirá uma só vez sobre o bem, sendo vedado qualquer tipo de aproveitamento de crédito do imposto com operações anteriores ou geração de créditos para operações posteriores. O projeto de lei também diz que compete à Receita Federal a administração e a fiscalização do novo tributo.

Mais uma inovação da PEC, o chamado "cashback" também é detalhado pela proposta. O sistema prevê a devolução de parte dos tributos pagos para as pessoas físicas integrantes de famílias de baixa renda. Conforme o texto obtido pelo **Valor**, as devoluções dos tributos serão destinadas às famílias com renda per capita de até meio salário-mínimo, desde que estejam incluídas no Cadastro Único (CadÚnico) do governo federal.

No projeto de lei, o governo propõe como regra geral a devolução de 20% da CBS e do IBS para as famílias pobres. No caso do gás de cozinha, haverá 100% de devolução da CBS e 20% do IBS. Para energia elétrica, água e esgoto, é 50% da CBS e 20% do IBS. Os únicos produtos excetuados são aqueles sujeitos ao Imposto Seletivo, como cigarros e bebidas alcoólicas, que não terão nenhuma devolução.

A proposta também prevê a possibilidade de criação de programas de "incentivo à cidadania fiscal", com o objetivo de incentivar o consumidor final a solicitar a emissão de nota fiscal. A iniciativa já existe em diversos Estados, a exemplo da "nota fiscal paulista", e visa diminuir a evasão fiscal — o que pode reduzir a alíquota geral. O comitê gestor do IBS e a Receita Federal poderão utilizar até 0,05% do valor da arrecadação com esses tributos para financiar os programas. A proposta não define como serão usados esses recursos — se com devolução direta para o contribuinte, sorteios ou mesmo campanhas publicitárias.

A partir da entrega da proposta, governo e Congresso devem correr contra o tempo para aprovar a regulamentação até o fim do ano. Antes de receber o texto, Arthur Lira indicou que tentará aprovar a regulamentação na Câmara até o início do recesso parlamentar, em 17 de julho. "Vamos estabelecer calendário de trás para frente. Se você não marca, tudo fica para semana que vem e as coisas vão se estendendo", disse o parlamentar. Depois do recesso, a Casa deve ficar praticamente parada por causa das eleições.

O projeto entregue ontem é o primeiro de um total de três textos para regulamentar a PEC aprovada no ano passado. A expectativa é que outro projeto de lei complementar seja enviado após o feriado para tratar do comitê gestor dos novos tributos. Há ainda a necessidade de projeto de lei ordinária para tratar do fundo de compensação aos Estados e as empresas.

Lira afirmou que, se o governo entregasse a reforma nessa quarta, reuniria os líderes dos partidos para decidir se escalaria dois relatores diretamente no plenário ou se criaria dois "pequenos" grupos de trabalho, com cinco ou seis deputados cada. Segundo ele, a escolha de um único relator, sem a formação de um GT, pode acabar atrapalhando porque tem "muita gente com competência e que quer participar". Ele não indicou quem serão os possíveis nomes.

Carga de até 27,3% não surpreende

Marta Watanabe
De São Paulo

Com a reforma, o Brasil deverá ter uma das alíquotas mais altas do mundo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA). A alíquota brasileira pode ficar acima ou muito perto dos 27% cobrados pela Hungria, que tem o maior IVA atualmente. A alta alíquota, porém, não será novidade no sistema brasileiro porque irá apenas escancarar a já pesada carga atual sobre consumo, apontam especialistas.

Segundo Bernard Appy, secretário extraordinário de reforma tributária, a regulamentação de reforma encaminhada nesta quarta-feira pelo governo resultará em alíquota de referência entre 25,7% e 27,3%, com média de 26,5%.

A emenda constitucional 132/2023 estabeleceu um IVA dual, que se traduzirá na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), federal, e no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será gerido por Estados e municípios.

"Se ficarmos na média, ficaremos entre as alíquota mais altas no mundo, bem perto da Hungria, que tem IVA de 27%, e bem acima da média de outros países", diz Júlio de Oliveira, sócio do Machado Associados. A média europeia, segundo ele, é de 21% e a da América do Sul, entre 19% e 20%. "Mas essa carga tributária elevada não está sendo criada pela reforma. Ela já é a carga atual, que está escondida. A reforma tem o mérito de deixá-la transparente."

Eduardo Fleury, economista e tributarista, sócio do FCR Law, diz que as alíquotas anunciadas por Appy não surpreendem e estão dentro do que vinha sendo apontado por estudos anteriores, já considerando as exceções dos tratamentos mais benéficos. A alíquota, diz ele, é alta, mas mostra o quanto o sistema atual depende da tributação sobre consumo.

A tributarista Lina Santin, sócia do Salusse Marangoni Parente e Jabur, lembra que a carga nominal atual do ICMS, um dos tributos que será substituído pelo modelo IVA dual, é de 18%, mas a carga efetiva no consumidor final chega a 50%. Isso porque boa parte do imposto pago nas aquisições do setor produtivo vira custo. A expectativa, diz, é que com a reforma, isso mude. "Com a não cumulatividade plena, o setor produtivo é desonerado e o imposto será suportado pelo consumidor final. Do ponto de vista global, a perspectiva é de redução de carga."

Para Santin, é necessário debater a redistribuição de carga do sistema tributário brasileiro, para que se use mais a base da renda, buscando maior progressividade e a redução da necessidade arrecadatória sobre consumo.

O que pode possibilitar a redução da alíquota potencial dos novos tributos, diz Fleury, é um mecanismo de débito e crédito com maior controle das operações e da emissão de notas fiscais, que permite checagem mais rápida e facilita o cumprimento das obrigações. Isso, diz ele, pode reduzir a evasão fiscal e a inadimplência.

Para Ana Cláudia Akie Utumi, sócia do Utumi Advogados, é positivo que a alíquota de referência não ultrapasse o que já vinha sendo discutido, mas ela lembra que só se saberá realmente qual alíquota terão a CBS e o IBS ao final do período de transição, em 2032 ou 2033, quando o ICMS estadual e o ISS saírem de cena definitivamente. A alíquota de referência será importante no início, quando se deflagrar o período de transição, previsto para começar em 2026.

CLAUDIO BELLI/VALOR

Fleury: alíquota alta mostra dependência da tributação sobre consumo

Ainda que a reforma traga crescimento econômico e maior formalização, Utumi considera difícil a redução de alíquota porque há o compromisso de manter os níveis de arrecadação de Estados e municípios.

'Valor' inicia nova fase de cobertura especial no site

De São Paulo

Com a entrega, nesta quarta-feira, do primeiro projeto de lei para a regulamentação da reforma tributária, o **Valor** inicia uma nova fase dessa cobertura especial. A página digital exclusiva que reúne todos os conteúdos sobre a reforma vai ganhar um novo visual, ferramentas e conteúdo para que o leitor possa acompanhar todos os detalhes das negociações e tramitações dos textos.

Esta é a segunda e mais importante etapa da reforma, em que serão discutidos e aprovados os projetos de lei (PLs) do governo federal com a proposta das novas regras que serão aplicadas no dia a dia dos contribuintes. Esses PLs visam a regulamentar mais de 70 pontos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45, de 2019 e aprovada em 2023, que substitui os tributos PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI por um IVA dual composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) — federal — e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) — de Estados e municípios.

Para explicar tudo em detalhes, a página da reforma passa a oferecer um glossário. Nele, estará a explicação de uma série de termos tributários em discussão, que podem causar dúvidas por serem técnicos e mais conhecidos pelo mundo jurídico.

Mas não faltará conteúdo aprofundado para todos os leitores, análises e bastidores de jornalistas especializados do **Valor** em São Paulo e Brasília, além de uma seção especial de artigos sobre o tema feitos por reconhecidos tributaristas.

Nas próximas semanas, o leitor vai poder também contar com ferramentas de busca, para que cada contribuinte encontre rapidamente, na página, aquilo que é do seu maior interesse. Por meio da digitação de palavras-chave, o mecanismo facilitará a vida de quem quer ler todo o conteúdo do **Valor** já publicado nessa página sobre determinado assunto ou um segmento econômico específico.

Esse trabalho dá continuidade à cobertura especial feita pelo **Valor** da aprovação da PEC 45, a chamada "PEC da reforma tributária". Após 40 anos de discussão, a reforma foi aprovada em dois turnos, na Câmara dos Deputados, no dia 15 de dezembro de 2023. No primeiro turno, o placar foi de 371 votos a favor e 121 contrários. No segundo, foi de 365 a 118. Agora, para a reforma ser colocada em prática, será debatida a regulamentação por meio de leis complementares, que exigem a votação pela maioria absoluta do Congresso (41 senadores e 257 deputados).

Já houve três grandes tentativas de mudar o sistema tributário do Brasil desde a Assembleia Nacional Constituinte do fim dos anos 1980. Essa necessidade existe, principalmente, por causa do nível crescente de complexidade desse sistema no país.

Atualmente, o Brasil ocupa a posição 184 de 190 no ranking do Banco Mundial "Doing Business" sobre a facilidade de se pagar impostos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), desde a edição da Constituição Federal de 1988, em média, é editada 1,54 norma tributária por hora. E, de acordo com levantamento do Insper, em 2021 o país tinha um acervo de disputas tributárias que ultrapassava R$ 5,4 trilhões.

valor.com.br
Ver página especial da reforma tributária no site
www.valor.com.br

Congresso Governo consegue vitória importante ao adiar a sessão em duas semanas, mas terá que se desdobrar para quitar pagamentos de recursos

Emendas atrasam e cresce pressão para derrubada de vetos

Raphael Di Cunto, Caetano Tonet e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Com o "atraso" na liberação das emendas parlamentares ao Orçamento, voltou a pressão dos deputados para derrubar vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao calendário para pagamento desses recursos. O governo conseguiu uma vitória importante para adiar a sessão em duas semanas, mas terá que se desdobrar para quitar as verbas a tempo de melhorar o ambiente.

O Congresso aprovou na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023 a exigência de que o governo quitasse as emendas segundo um calendário estabelecido pelos congressistas. Lula vetou esse cronograma e o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, fechou acordo com o relator da LDO, o deputado Danilo Forte (União-CE), e com o relator do Orçamento, deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP), para estabelecer um calendário por decreto.

O argumento para que não constasse em lei foi evitar o "engessamento" do Executivo e necessidade de maior flexibilidade diante de um possível cenário fiscal mais adverso. A cúpula da Comissão Mista de Orçamento (CMO) concordou com o acordo.

Os congressistas se queixam, porém, de que o calendário não foi cumprido. Segundo o cronograma, até março o governo deveria pagar R$ 8,4 bilhões em emendas individuais e coletivas, número que chegaria a R$ 11 bilhões em abril. O Palácio do Planalto, porém, só empenhou R$ 5,5 bilhões até esta quarta-feira e pagou R$ 2,87 bilhões. Até julho, antes do início das eleições, a promessa é pagar R$ 20,4 bilhões.

Interlocutores de Padilha defendem que a liberação dos recursos acelerou e que ainda faltam alguns dias para o fim de abril — portanto, há tempo para fazer os pagamentos. Nos últimos dias, já foram empenhados R$ 2,5 bilhões, mesmo valor que tinha sido programado desde janeiro. Integrantes do Palácio esperam que o clima no Congresso seja outro quando os parlamentares voltarem a se reunir para analisarem os vetos presidenciais na semana do dia 7.

> Congressistas se queixam de que o calendário de libração não foi cumprido

O governo conseguiu uma vitória importante ao adiar a sessão do Congresso marcada para esta quarta-feira. Havia grande mobilização na própria base aliada para derrubar os vetos a LDO e liberar R$ 5,6 bilhões a mais no Orçamento para as emendas parlamentares. "Não havia o mínimo de consenso, sobretudo sobre [os vetos à] LDO e LOA", justificou o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Há dias, os governistas tentavam esse adiamento, e contavam com apoio dos senadores, mas deputados da base aliada pressionavam para realizar a sessão. O PL, por outro lado, insistia em votar o veto ao projeto que restringe as saídas temporárias de condenados que cumprem pena em regime semiaberto, as "saidinhas". Mas, como o veto ainda não trancava a pauta, o resto dos partidos sugeriu o adiamento. Há ainda outros 30 vetos na lista aguardando votação, inclusive um discutido há anos, sobre a gratuidade do despacho de bagagem nas viagens de avião.

Um dos motivos que levaram ao adiamento da sessão, o projeto de lei que recria o seguro Dpvat, para cobrir vítimas de acidentes graves no trânsito, deve ser votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado na próxima semana. Um "jabuti" na proposta libera mais R$ 15 bilhões em gastos no governo, o que daria espaço para destravar o dinheiro das emendas. O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), é o relator do projeto, que seria votado ontem na CCJ, ma s ele pediu que fosse retirado de pauta. Segundo um líder da base aliada, o motivo foi o risco de derrota da matéria.

Outro motivo do adiamento da sessão do Congresso é o impasse sobre quanto desses R$ 15 bilhões ficará com o Congresso. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, vem defendendo que o acordo em torno das emendas já foi cumprido e que os recursos devem ser todos direcionados para investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A ala política fala em liberar cerca de R$ 1 bilhão a R$ 3,6 bilhões para os congressistas. Já um grupo de parlamentares quer liberar os R$ 5,6 bilhões vetados.

JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO

Pacheco explica adiamento da sessão: "Não havia o mínimo de consenso, sobretudo sobre [os vetos à] LDO e LOA"

'Essa briga não vai acabar nunca', diz Lira sobre Orçamento

De Brasília

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nessa quarta-feira que o governo Lula (PT) tem mudado leis aprovadas pelo Congresso por portarias e decretos e que isto não será aceito pelo Legislativo. O parlamentar comentou que muitas vezes as crises com o Executivo foram geradas por essas tentativas e não por disputas em torno das verbas do Orçamento.

Lira citou que atuará contra portaria do Ministério do Trabalho e Emprego para regulamentação da lei da Igualdade Salarial entre homens e mulheres. "Conversei com o ministro [Luiz] Marinho que se o plenário sentir o cheiro que ele está tentando mudar a reforma trabalhista por decreto, os PDLs [projetos de decreto legislativo] irão ao plenário", disse a empresários em Brasília.

O deputado participou de reunião na Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) e ouviu diversas críticas dos empresários ao governo Lula, que reclamaram de tentativas de volta do imposto sindical, do seguro Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de via Terrestre (Dpavt) e de mudanças na reforma trabalhista. "Só o senhor pode salvar o Brasil", afirmou um dos vice-presidentes da CACB, Manoel Valdeci Elias. "Não fala isso, não", respondeu Lira, em tom de brincadeira, dizendo que tomaria "caneladas" pelo elogio.

O presidente da Câmara fez aos empresários o discurso de alerta que vem repetindo desde o começo do governo: o Congresso é de perfil diferente do Executivo e não aceitará retrocessos no que foi aprovado. Defendeu ainda que a atual legislatura está melhor do que a anterior, com deputados de direita mais preparados e com os "de centro com muita responsabilidade e consciência" para ajudar o país.

Segundo ele, as falas e críticas que faz são sempre muito pensadas porque espelham a vontade da maioria dos deputados e porque ele teria a coragem para falar em nome dos 513. "A Câmara não votará, independentemente do Arthur estar aqui hoje. O Congresso é liberal, conservador em sua maioria, e está em busca de reconquistar as suas prerrogativas. E não é só no campo orçamentário não, é principalmente na construção de textos", disse. "Não tem respaldo para invasão de terra. Não tem respaldo para mudanças de alteração constitucional através de decretos, portarias ou projetos de lei. Não tem respaldo para retroagir com nenhum avanço que o Congresso fez", reforçou.

> "Para governar, o presidente Lula sabe que tem que negociar"
> *Arthur Lira*

A fala aos empresários ocorreu três dias depois de reunião dele com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para que conversassem sobre a nova crise na relação. Aos empresários, Lira disse que Lula sabe desse cenário de dificuldades de agenda e ressaltou que o mundo mudou desde os governos anteriores do petista, com a popularização da internet, das redes sociais e com o Orçamento impositivo das emendas parlamentares. "Para governar, e o presidente Lula tem habilidade para isso, ele sabe que o quadro é outro. Sabe que tem que negociar, sabe que tem que discutir", disse.

Lira também afirmou que grande parte dos problemas com o governo no primeiro ano ocorreram por causa de leis aprovadas que tiveram grande parte do texto vetado pelo presidente, apesar do acordo com o governo para que fossem aprovadas. Isso, disse, atropela as prerrogativas dos deputados de construírem as leis. "Falam do Orçamento, mas a quase totalidade das emendas é impositiva", argumentou.

No caso da disputa sobre o controle do Orçamento entre Executivo e Legislativo, Lira queixou-se que "fica uma discussão" sobre R$ 5 bilhões, enquanto o país gasta R$ 1 trilhão para rolar a dívida pública. E ressaltou: "Essa briga não vai acabar nunca. É como o posicionamento de placas tectônicas", disse.

O governo sabe que haverá reações se tentar modificar por decreto ou portaria leis aprovadas, ressaltou o parlamentar, como ocorreu com o marco do saneamento básico e o trabalho aos domingos e feriados. "E vai ser assim na questão da igualdade salarial. As próprias mulheres [deputadas] não aceitam a regulamentação feita. A lei tinha sete artigos e vieram 26 artigos regulamentando por decreto", disse. Um novo texto é negociado com o Ministério do Trabalho e, se não houver mudança, a oposição e parte do Centrão querem aprovar um PDL para sutar a norma.

Lira lembrou que não votou no presidente Lula, mas destacou que ajudou o governo e o país com as pautas econômicas. "Muitas vezes a Câmara é taxada de alguns adjetivos, e a minha presidência também, quando na verdade não fizemos nenhuma 'pauta bomba' em três anos e meio de mandato, que causasse prejuízo para as contas públicas. E não faremos", afirmou. A proposta de emenda constitucional (PEC) que recria o quinquênio para juízes, policiais e delegados "deve enfrentar muita resistência" na Câmara, disse ele. O texto dá um bônus salarial de 5% a cada cinco anos trabalhados. *(RDC e MR)*

CCJ aprova projeto que autoriza Estados a legislar sobre armas

De Brasília

Em um revés para o governo federal, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou nessa quarta-feira, por 34 votos a 30, projeto de lei que autoriza que os Estados e o Distrito Federal legislem sobre posse e porte de armas de fogo para defesa pessoal, práticas desportivas e de controle de espécies exóticas invasoras.

O projeto é de autoria da presidente da CCJ, Caroline de Toni (PL-SC), e o relator é o deputado Paulo Bilynskyj (PL-SP), ambos aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Em seu parecer, o parlamentar do PL defendeu que "as realidades distintas nos vários Estados da Federação demandam essas análises específicas conforme as localidades, as quais serão deliberadas com maior eficiência se realizadas nos respectivos Poderes Legislativos dos Estados e do Distrito Federal".

Contrário ao avanço do texto, o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que a matéria é inconstitucional e destacou que a análise do tema é perda de tempo. "A gente perder tempo, criar um debate, enquanto está expresso na Constituição e com tantas decisões do Supremo sobre o tema, é um escândalo. Lamento que estejamos perdendo tempo com uma matéria tão inconstitucional."

Em defesa de seu parecer, o relator rebateu os argumentos de Lindbergh e afirmou que não há discussão sobre a constitucionalidade da proposição.

O deputado do PL chamou parlamentares do Psol, contrários ao projeto, de hipócritas por serem desarmamentistas, mas, segundo ele, destinarem recursos para a contratação de segurança privada.

A deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS) contestou o relator e saiu em defesa dos correligionários que recorrem ao uso de segurança privada. "Quero te dizer, Bilynskyj, que parlamentares nossos que são ameaçados de morte têm direito de usar todos os recursos necessários para que não sejam assassinados por aqueles que pensam como você". *(MR e RDC)*

Governo adota cautela nas pautas de segurança pública

César Felício e Mariana Assis
De Brasília

Integrantes do governo federal avaliam que a pauta de segurança pública no Congresso Nacional está contaminada pela polarização nacional e pretendem ser o menos propositivo possível. "Não está na hora de nós propormos mudanças", comentou uma autoridade do Executivo.

O diagnóstico é que dificilmente o presidente Luiz Inácio Lula da Silva poderá apresentar projetos de lei nesta área ao Legislativo sem que a discussão sobre o tema seja capturada pela bancada bolsonarista.

A exceção a essa cautela deverá ser a proposta de emenda constitucional (PEC) da segurança pública, que busca criar fontes permanentes para o financiamento da área e reforçar o papel institucional da União. Em relação a essa iniciativa, defendida publicamente pelo ministro da Justiça Ricardo Lewandowski, o entendimento é que há como construir um acordo com os governadores.

Em troca da garantia de financiamento, a emenda constitucional ganharia a capacidade de estabelecer diretrizes, "ainda que de forma genérica", segundo afirmou o secretário nacional de Segurança Pública (Senasp), Mario Sarrubbo, em entrevista nessa quarta-feira à "GloboNews". A ideia, ressalvou Sarrubbo durante a entrevista, ainda está em estágio embrionário.

Esse ano, o Fundo Nacional de Segurança Pública conta com recursos de R$ 2,3 bilhões, a serem distribuídos a Estados e municípios. Apenas R$ 434 milhões já foram empenhados, de acordo com dados do Portal da Transparência. Os recursos são orçamentários e não são vinculados, ao contrário do que acontece com as despesas de saúde e educação.

> Diagnóstico é de que projetos nesta área serão capturados pela bancada bolsonarista

Nas últimas semanas, o Congresso deu impulso a diversas propostas do interesse da "bancada da bala", tanto na Câmara quanto no Senado. Todas tiveram o engajamento da oposição: criminalização de qualquer uso de drogas ilícitas, fim da "saidinha", permissão para que Estados legislem sobre porte de arma, autonomia para polícias militares são alguns dos temas que avançam no Legislativo.

A estadualização da legislação sobre porte de arma ainda não chegou ao plenário da Câmara, mas preocupa o governo federal. Há o entendimento que o tema não pode ser transferido para as assembleias estaduais, em que a influência de milicianos é vista como maior, em um quadro que é mais explícito no Rio de Janeiro, mas está longe de ser exclusivo do Estado.

A aposta no governo é em ações coordenadas com Estados contra o crime organizado, inclusive nos governados por aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro. Nessa quarta-feira, por exemplo, houve uma operação conjunta de forças integradas de combate ao crime organizado em São Paulo, Santa Catarina e Ceará.

Segundo disse nessa quarta-feira em audiência pública na Câmara dos Deputados o diretor de Operações Integradas e de Inteligência da Senasp, Rodney da Silva, as facções criminosas atuam com mais força em São Paulo, Ceará, Rio de Janeiro, Pará e Bahia, embora estejam presentes em todo o país.

Na região Norte, o governo planeja a instalação do Centro de Cooperação Policial Internacional, em Manaus, ainda este ano, com a colaboração de oito países e voltado para ações contra narcotráfico e crimes ambientais. São áreas vistas hoje dentro do governo como entrelaçadas na região.

Impeachment inédito preocupa os Poderes

Maria Cristina Fernandes

O Congresso não se enterneceu com o apelo conciliatório do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas o governo ganhou tempo. Lula disse que depois que um projeto de lei sai do Executivo o Congresso pode lhe dar o destino que quiser. No dia seguinte, o governo suou para adiar a votação dos vetos presidenciais. Não sem antes assegurar a retaguarda.

Veio na forma de uma ação de inconstitucionalidade impetrada no Supremo Tribunal Federal pela AGU contra uma desoneração que privou o Tesouro de R$ 10 bilhões anuais. A ADI é fruto da aliança entre Executivo e Supremo que enfurece o Congresso. Seu relator será o ministro Cristiano Zanin.

Lula, o conciliador, entrou em campo depois do jantar com ministros que, no Congresso, foi lido como maquinação entre os dois Poderes contra o terceiro. O ministro Alexandre de Moraes também foi à luta. Arquivou o inquérito da hospedagem do ex-presidente Jair Bolsonaro na embaixada da Hungria. Ao ministro Gilmar Mendes coube suspender as ações em curso no Judiciário relacionadas ao marco temporal. O STF havia derrubado a tese, levando o Congresso a aprovar lei para reinstituí-lo.

O vento da conciliação entrou pelas frestas do TSE antes mesmo da mudança de sua composição, em junho, com a saída de Moraes. A votação sobre a cassação do senador e ex-ministro da Pesca do governo passado, Jorge Seif (PL-SC), foi adiada e ele foi recebido por Mendes, que não integra a Corte eleitoral.

O ministro Flavio Dino questionou a efetividade da decisão do STF que pôs fim ao "orçamento secreto". Parece uma nota dissonante, mas o despacho também pode acabar oferecendo uma saída se essa toada conciliatória desafinar. Não é a única. O "orçamento secreto" fez vítimas na Corte. Os inquéritos correm em segredo de Justiça mas estão espalhados no tribunal. Aquele que investiga o deputado Josimar Maranhãozinho (PL-MA) já tem relatório da PF pronto à espera de manifestação da PGR.

A preocupação com o desmonte da polarização no Congresso, prato de resistência do jantar, é guiada, no Executivo, pela busca de governabilidade, e no STF, pela sobrevivência de seus ministros, como a ampliação do foro privilegiado já havia mostrado. Os próprios ministros são beneficiários, uma vez que não estarão à mercê de um juiz bolsonarista de primeiro grau ao deixarem a Corte.

É visível o avanço da resistência à permanência das excepcionalidades na condução do inquérito das "fake news" por Moraes. Se esta resistência, mais concentrada no bolsonarismo, fez 32 senadores, alguns nos dois Poderes se perguntam quantos fará com sua ampliação para segmentos não-alinhados ao ex-presidente no empresariado, no meio jurídico, na imprensa e na classe média.

A conta é simples. Com maioria simples do plenário (metade mais um dos presentes) do Senado um togado pode ser afastado. E com dois terços (54) sofre impeachment. Também são 54 as vagas em renovação. Entre os 27 que permanecem, o bolsonarismo tem 19.

O senador Davi Alcolumbre (União-AP) é favorito à disputa pela mesa em fevereiro, o que lhe daria condições para disputar a reeleição em 2027. É esperado que a plataforma de campanha de uma Casa com eventual maioria bolsonarista seja o primeiro impeachment no STF. E é esperado também que Alcolumbre, como acumula inquéritos na Corte, tema a reprise do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, afastado depois do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

Alcolumbre cultiva boas relações com os ministros e estará com três deles (Moraes, Mendes e Toffoli) até o sábado no hotel Península (R$ 8,3 mil a diária mais barata), de Londres, para um fórum que tem entre seus organizadores e patrocinadores os bolsonaristas Karim Miskulin, promotora de almoço de empresárias com Bolsonaro na última campanha, e Alberto Leite, da FS Securities. Ele foi dos anfitriões de Elon Musk em condomínio do interior de São Paulo onde o bilionário encontrou Bolsonaro em 2022.

As chances de um acordo para que nada prospere são, portanto, grandes. Resta combinar com o eleitor. Não é só o STF que precisa evitar que isso aconteça no Senado. Um governo do PT também estaria encalacrado para fazer aprovar no Senado indicações em tribunais superiores, PGR, embaixadas, agências reguladoras e BC. O Supremo tem meios de limitar a atuação das lideranças políticas, na conciliação ou na vara, mas o eleitor é tarefa de Lula.

No já decantado discurso desta semana, o presidente se mostrou resignado à tarefa: "As pessoas podem não gostar de um presidente, mas podem gostar da política que está em curso". Lula precisa do STF para garantir os recursos de governo e a Corte precisa que ele vá bem para barrar seus algozes no Congresso. Mas, pelo menos para o STF, há alternativas. Bolsonaro e os partidos que o cercam (PL, PP e União) investirão por maiorias folgadas no Congresso. Colocado ante a perspectiva de impeachment sob este cenário, um ministro do STF diz que a Corte invalidaria o processo, ou seja, recorreria a possibilidade de colapso constitucional.

A vitaliciedade dá aos ministros a possibilidade de enxergar no ocupante do Palácio do Planalto um inquilino. Na disputa pela Presidência, o candidato mais vistoso, Tarcisio Freitas, cultiva boas relações com os ministros e é por eles cultivado. O governador de São Paulo não tem, em relação ao STF, a mesma hostilidade que lhe dedica seu padrinho. É o plano B.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às quintas-feiras
E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

Judiciário Empresa anunciou que atualização de sua política de conteúdos acontecerá em maio

Google proíbe anúncios políticos nas eleições

Guilherme Caetano
O Globo, de São Paulo

O Google vai proibir a veiculação de anúncios políticos no Brasil nas eleições municipais de 2024. A decisão foi tomada após a atualização das regras para impulsionamento de propaganda eleitoral feita pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em fevereiro.

Em nota, a empresa afirma que vai atualizar sua política de conteúdo político do Google Ads "para não mais permitir a veiculação de anúncios políticos no país". A informação foi antecipada pelo site "Poder360" e confirmada por "O Globo".

"Essa atualização acontecerá em maio tendo em vista a entrada em vigor das resoluções eleitorais para 2024. Temos o compromisso global de apoiar a integridade das eleições e continuaremos a dialogar com autoridades em relação a este assunto", diz a empresa.

A resolução 23.732, que altera as regras sobre propaganda eleitoral aprovadas pela Justiça Eleitoral em 2019, traz uma definição de "conteúdo político-eleitoral" considerada ampla demais pelo Google. Para o TSE, esse tipo de propaganda é toda aquela que "versar sobre eleições, partidos políticos, federações e coligações, cargos eletivos, pessoas detentoras de cargos eletivos, pessoas candidatas, propostas de governo, projetos de lei, exercício do direito ao voto e de outros direitos políticos ou matérias relacionadas ao processo eleitoral".

A Justiça Eleitoral exige que as plataformas digitais que oferecerem esse tipo de serviço de impulsionamento de conteúdo eleitoral precisam manter um repositório dos anúncios "para acompanhamento, em tempo real, do conteúdo, dos valores, dos responsáveis pelo pagamento e das características dos grupos populacionais que compõem a audiência (perfilamento) da publicidade contratada".

> Decisão foi tomada após mudanças nas regras determinadas pelo TSE em fevereiro

As empresas também devem disponibilizar uma ferramenta de consulta, "acessível e de fácil manejo, que permita realizar busca avançada nos dados do repositório" a partir de palavras-chave e nome dos anunciantes, por exemplo.

O Tribunal também proíbe a priorização paga de conteúdo que promova propaganda negativa (de outros candidatos) ou "difundida dados falsos, notícias fraudulentas ou fatos notoriamente inverídicos ou gravemente descontextualizados, ainda que benéficas à usuária ou a usuário responsável pelo impulsionamento".

As medidas previstas pelo TSE devem ser implementadas em até 60 dias da entrada em vigor da norma, no caso de plataformas que já oferecessem o serviço de impulsionamento de anúncios, e valem até para anos não eleitorais.

O Google, controlado pela Alphabet, que registrou um lucro líquido de US$ 73,79 bilhões em 2023 (alta de 23% em relação ao ano anterior), avalia que seria inviável moderar tantos anúncios numa eleição que ocorrerá em mais de 5 mil municípios. Também teme que a amplitude do conceito traga insegurança para a moderação.

Em 2020, ano em que as eleições municipais foram marcadas pelo curto período de campanha e pelas restrições impostas pela pandemia, "O Globo" levantou que os candidatos tinham gastado R$ 36 milhões em impulsionamentos de conteúdos na internet para aquele pleito.

Os maiores valores com impulsionamento de conteúdo político na internet foram gastos com três empresas: Facebook, que também administra o Instagram; Adyen, fintech responsável pelo sistema de pagamentos da plataforma, e o Google.

Já em 2022, políticos gastaram quase R$ 127 milhões com publicidade no Google, segundo relatório da própria empresa. Foram 53.482 anúncios veiculados nas plataformas da "big tech" entre o início daquele ano e a data do segundo turno da eleição presidencial. A campanha do ex-presidente Jair Bolsonaro foi a que mais gastou naquele ano (R$ 28,7 milhões), seguida pela de Lula, que desembolsou R$ 22,8 milhões no Google e YouTube.

Nome indicado pra TSE preocupa Prerrogativas

Renan Truffi
De Brasília

Integrantes do Prerrogativas, grupo formado por advogados e juristas, procuraram o presidente Luiz Inácio Lula da Silva nesta semana para manifestar preocupação com a possibilidade de o governo indicar Adriano Costa Avelino para uma cadeira no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Avelino é um dos advogados que consta na lista tríplice enviada pelo tribunal à Presidência da República no início da semana.

Ligado ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), Avelino enfrenta resistência pelo seu suposto histórico "bolsonarista". No material reunido pelo Prerrogativas contra o advogado, há cópias de postagens nas quais ele teria defendido, por exemplo, o uso de uma "guilhotina" contra Lula e a ex-presidente Dilma Rousseff em 2016.

O **Valor** apurou que o incômodo com o nome de Avelino foi apresentado diretamente a Lula. A reportagem não conseguiu contato com o advogado.

O Prerrogativas defendeu, como alternativa, a indicação de Fabrício de Matos Gonçalves para a vaga. Ele também consta da lista tríplice enviada pelo tribunal. O outro nome é o de Roseline Rabelo de Jesus Morais. O escolhido por Lula irá ocupar a vaga da classe de advogados deixada pelo ministro Emmanoel Pereira, que se aposentou em outubro de 2022.

ANTONIO AUGUSTO/SCO/STF

Moraes: não houve desrespeito às medidas cautelares impostas ao ex-presidente, que está proibido de deixar o país

Moraes diz que não há provas de que Bolsonaro tenha pedido asilo

De Brasília

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), apontou que não há "elementos concretos" para afirmar que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pretendia obter asilo político ao se hospedar na embaixada da Hungria em fevereiro.

O caso foi revelado no mês passado pelo jornal americano "The New York Times". Segundo a reportagem, o ex-presidente passou dois dias no local, logo após ter sido alvo de uma operação da Polícia Federal (PF) e ter o passaporte apreendido.

Em seu despacho, Moraes afirmou que não houve desrespeito às medidas cautelares impostas ao ex-presidente, que está proibido de deixar o país e de manter contato com outros investigados no inquérito que apura a elaboração de um plano para tentar dar um golpe de Estado.

"Da mesma maneira, não há elementos concretos que indiquem — efetivamente — que o investigado pretendia a obtenção de asilo diplomático para evadir-se do País e, consequentemente, prejudicar a investigação criminal em andamento", disse Moraes.

O ministro apontou ainda que essa posição também foi defendida pela Procuradoria-Geral da República (PGR), ao se manifestar sobre o caso. Ele também decidiu manter as restrições já impostas a Bolsonaro, ao avaliar que "a situação fática permanece inalterada, não havendo necessidade de alteração nas medidas cautelares já determinadas".

Em nota, a defesa do ex-presidente afirmou que ele não descumpriu nenhuma restrição imposta pela Suprema Corte e que tem mantido uma "postura colaborativa" em relação a todas as investigações em curso. "Não havia motivo para que se cogitasse a hipótese de busca por asilo político, uma vez que quatro dias antes da visita à embaixada húngara foram determinadas diversas ordens de prisão preventiva e cautelares, evidenciando, portanto, que a ausência de elementos mínimos para supor a iminência de uma imponderável ordem de prisão preventiva", afirmaram os advogados Paulo Cunha Bueno e Daniel Tesser. ***(P)***

Governo recorre ao STF para rever desoneração

Guilherme Pimenta, Jéssica Sant'Ana e Estevão Taiar
De Brasília

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a desoneração da folha salarial que atinge 17 setores intensivos em mão de obra e também contra a desoneração da folha dos municípios. A ação, que pede a inconstitucionalidade da medida, foi ajuizada na Corte na tarde dessa quarta-feira (24).

Segundo a Advocacia-Geral da União (AGU), autora da ação, a lei que prorrogou a desoneração dos setores e dos municípios "estabeleceu tais hipóteses de renúncia de receita sem a devida demonstração do impacto orçamentário e financeiro da medida". No texto, a perda de arrecadação é estimada em R$ 10 bilhões anuais.

Sindicatos de trabalhadores e empresas defendem a manutenção da medida, como forma de incentivar o mercado formal de trabalho, já que o programa reduz o custo de contratação. Além disso, especialistas rebatem o argumento do governo e defendem que o sistema é constitucional, já que se trata de uma prorrogação de um programa, não a criação de um novo incentivo.

O modelo de desoneração da folha de pagamentos de setores da economia foi originalmente instituído em 2011, como forma de estimular a geração de empregos. Desde então, foi prorrogado diversas vezes. Nesse sistema, segmentos intensivos em mão de obra podem substituir a contribuição de 20% sobre salários por uma alíquota que varia de 1% a 4,5% incidente sobre a receita bruta.

Trata-se de substituição tributária, mais adequada a setores intensivos em mão de obra. Juntos, os setores atingidos pelo programa empregam cerca de 9 milhões de trabalhadores.

No ano passado, o Congresso prorrogou a medida até o fim de 2027. Além disso, estabeleceu que municípios com população inferior a 142,6 mil habitantes poderão ter a contribuição previdenciária reduzida de 20% para 8%.

A decisão dos parlamentares, no entanto, foi vetada pelo presidente Lula. Mais tarde, o veto foi derrubado pelo Congresso e, como resposta, o Executivo enviou uma medida provisória, a MP 1202, prevendo novamente o fim dos dois tipos de desoneração.

Na ação ajuizada nesta quarta, o governo também pede a constitucionalidade do artigo 4º dessa MP, que estipulou limites para a compensação tributária de créditos decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado.

A decisão, segundo a AGU, foi tomada porque já há ações questionando a constitucionalidade desse trecho da MP. O plano do governo é limitar o acesso às compensações para garantir maior previsibilidade às contas públicas. Segundo a AGU, pelo menos 40 ações foram apresentadas contra a nova regra, e em oito delas já foram concedidas liminares.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a reforma da Previdência veda a "corrosão da base de arrecadação da cota patronal", por isso o governo pediu a inconstitucionalidade.

Negociação Governo chavista contrata banco dos EUA para tentar acordo de US$ 154 bilhões com credores privados e institucionais

Venezuela quer reestruturar dívida, inclusive com Brasil

Bloomberg

Após anos de avanços e recuos, a Venezuela prepara o palco para uma das maiores e mais complexas reestruturações de dívidas das últimas décadas: desatar um nó de US$ 154 bilhões de títulos, créditos e decisões judiciais que deixou de pagar a credores pelo mundo, de Wall Street a Rússia.

No montante da dívida a ser reestruturada, podem estar as obrigações da Venezuela com o Brasil. "É verossímil que aproximadamente US$ 1 bilhão desses US$ 154 bilhões seja brasileiro e a Venezuela esteja disposta a reestruturar", diz Pedro Silva Barros, ex-responsável pela missão do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) na Venezuela (de 2010 a 2014). "Há negociações em curso e potencialmente a reestruturação é um passo importante para o Brasil retomar espaço perdido na Venezuela", afirma.

"O Brasil desembolsou pouco mais de US$ 2 bilhões em financiamento a empresas brasileiras que exportaram à Venezuela nos últimos 25 anos. E, nesse período, acumulou mais de US$ 40 bilhões de superávit comercial concentrados em exportações de qualidade", continua Barros. "Quando cessamos o crédito, as exportações despencaram e o mercado foi ocupado por países de fora da região."

O financiamento dos produtos e serviços do Brasil para a Venezuela era feito por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Procurado pelo **Valor**, o banco emitiu nota ontem afirmando que "alguns casos, de fato, aconteceram nos financiamentos à exportação de serviços, quando países, como Venezuela, Cuba e Moçambique ficaram inadimplentes". "Nessas ocasiões, o Fundo de Garantia à Exportação [FGE, fundo criado em 1999, aportado por importadores e que funciona como um seguro contra calotes] foi acionado para pagar as parcelas devidas ao Banco, enquanto o governo brasileiro negocia com os países devedores a regularização da dívida", disse em nota.

O BNDES foi procurado pela reportagem após a Bloomberg noticiar que o governo da Venezuela prepara a restruturação da dívida da sua dívida bilionária em títulos, créditos e decisões judiciais, inclusive com o Brasil.

A recente contratação do banco Rothschild & Co. pelo governo do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, como assessor financeiro marca o primeiro passo de uma jornada colossal, que provavelmente se arrastará por anos. Ainda assim, é um sinal claro de que Maduro está empenhado em reintegrar a Venezuela — há anos um pária internacional — aos mercados financeiros internacionais, e em fortalecer a incipiente recuperação econômica que vem se consolidando após um retrocesso sem precedentes de dez anos.

É uma tarefa que faz as outras recentes reestruturações de dívidas governamentais parecerem pequenas e envolve um mix de geopolítica, petróleo e finanças. "Esta seria a reestruturação mais complexa desde o Iraque após a invasão de 2003", disse Mark Weidemaier, professor de direito da Universidade da Carolina do Norte.

Antes mesmo de darem início às negociações com os credores, os executivos de banco de investimento da Rothschild vêm vasculhando o mundo nebuloso dos mercados de dívida para descobrir a quem se deve o quê.

Para seguir adiante, Maduro também precisa conseguir algum alívio das sanções que proíbem a Venezuela de emitir títulos de dívida e reconquistar o reconhecimento dos EUA, que não consideram Maduro um presidente legítimo.

Não foi possível contatar o Rothschild para que comentasse seu trabalho na Venezuela. Um porta-voz do governo não respondeu a pedidos de comentários.

A Venezuela deve um valor estimado em US$ 67 bilhões aos detentores de títulos após ter entrado em default há mais de seis anos. Os bônus do governo são negociados em torno a US$ 0,20 por dólar, em comparação ao US$ 0,10 de 12 meses atrás, enquanto os da empresa estatal de petróleo PDVSA valem hoje US$ 0,12, quatro vezes a mais que valiam há um ano.

Mesmo assim, alguns veem a possibilidade de que comece a surgir algum caminho para avançar, após a eleição presidencial em julho, que Maduro quase certamente vencerá. Se a comunidade internacional considerar a votação justa, Maduro poderá começar a recuperar espaço no palco mundial.

"A probabilidade de um processo de reestruturação da dívida venezuelana começar em 2025 é maior do que o mercado vem levando em conta nos preços ou prevendo", disse o consultor da Ecoanalítica Alejandro Grisanti.

Uma análise da dívida da Venezuela feita pelo economista Francisco Rodríguez, professor da Universidade de Denver, revela uma mistura de títulos, reivindicações de sentenças judiciais e empréstimos bilaterais de países como a China e a Rússia.

O país começou a deixar de pagar as contas em 2017. Desde então, o governo conseguiu trazer certa estabilidade, ao pôr fim a anos de hiperinflação e conseguir algum crescimento sobre a base baixa — com uma economia informalmente atrelada ao dólar.

A produção de petróleo se recuperou, graças a investimentos da empresa americana Chevron Corp., embora ainda esteja em cerca de 890 mil barris por dia, bem abaixo do pico do país de mais de 3 milhões de barris.

No caso da reestruturação de US$ 130 bilhões do Iraque, o governo precisou chegar a acordos sobre mais de 13 mil reivindicações comerciais individuais, segundo Lee Buchheit, advogado com mais de 40 anos de experiência em reestruturação de dívidas soberanas. "Encomendar um exercício de reconciliação da dívida a esta altura não é presságio de uma reestruturação da dívida da Venezuela em breve", afirmou. *(Colaboraram Paula Martini e Roberto Lameirinhas, do Rio e de São Paulo)*

US$ 1 bi
seria o valor da dívida de Caracas com o Brasil

Sánchez ameaça renunciar em meio a investigações na Espanha

ALASTAIR GRANT/AP - 03/12/2019

O primeiro ministro da Espanha, o socialista Pedro Sánchez, avalia renunciar ao cargo citando "ataques" que ele e a esposa enfrentam nas últimas semanas, especialmente depois que um juiz espanhol concordou em investigar alegações de tráfico de influência feitas contra sua esposa, Begoña Gómes. Ele cancelou os compromissos públicos dos próximos dias para refletir e promete informar sua decisão no dia 29 de abril. A ação popular acusa a esposa de Sánchez, que não ocupa cargo público, de supostamente usar sua posição para influenciar negócios. O tribunal não forneceu mais informações sobre o assunto e indicou que a investigação segue sob sigilo. "Num dia como hoje e depois das notícias que soube, apesar de tudo ainda acredito na justiça do meu país", disse Sánchez ao Parlamento. Na foto, Sánchez e sua mulher Begoña Gómez.

Trump aposta na imunidade presidencial

Stefania Palma
Financial Times, de Washington

Donald Trump conclamará hoje a Suprema Corte dos EUA a adotar uma interpretação ampla da imunidade presidencial, que lhe conferiria proteção quase total pelas ações tomadas enquanto ele esteve no comando da Casa Branca.

Diante das acusações federais penais apresentadas pelo procurador especial do Departamento de Justiça, Jack Smith, acusando-o de tentar reverter o resultado da eleição presidencial de 2020, Trump afirmou que presidentes só podem ser indiciados caso antes sofram um impeachment e sejam condenados pelo Congresso por crimes similares — mesmo em circunstâncias extremas.

A ampla imunidade buscada pelo ex-presidente e provável candidato republicano para a eleição de novembro levanta questões sobre separação de poderes, a segurança nacional e a responsabilização dos presidentes. A decisão da Suprema Corte para este caso poderia mudar os fundamentos do equilíbrio de poder no governo dos EUA.

É a segunda vez neste ano judiciário em que os juízes tratam de um caso politicamente delicado envolvendo Trump. Em março, a corte reverteu uma decisão que o havia retirado da cédula eleitoral no Colorado por envolvimento em possível insurreição.

Comparado ao caso do Colorado, que levantou questões fundamentais sobre a autoridade dos Estados, o caso sobre a imunidade gira em torno de "uma questão legal muito mais clara e cristalizada", disse Alison LaCroix, professora da Faculdade de Direito da Universidade de Chicago. "Realmente, é essa pergunta fundamental de 'o presidente está acima da lei?'."

O caso forçará a Suprema Corte a ponderar sobre um dos conceitos mais complexos no direito dos EUA. Nenhum estatuto concede imunidade presidencial a acusações penais, e a jurisprudência é limitada. A corte já se pronunciou sobre imunidade presidencial em casos civis, mas nunca determinou se isso se estende a casos penais.

A decisão também afetará não apenas o caso federal de 2020 — Trump levantou um argumento similar em pelo menos outros dois casos penais enfrentados por ele. Se a Suprema Corte concordar com ele, isso poderia abrir a porta para um sólido argumento que derrube esses indiciamentos.

Procuradores-gerais republicanos de 18 Estados advertiram que "o risco de processos partidários contra presidentes é real e presente", dando vazão ao argumento de Trump de que os casos contra ele têm motivação política e que, sem um grande escudo de imunidade, os presidentes serão rotineiramente processados por suas ações oficiais durante o mandato.

"Muitas vezes, partidários de ambos os lados não têm um ponto de vista que exclua considerações políticas", disse Saikrishna Prakash, professor de Direito da Universidade de Virginia.

Por outro lado, muitos dos pareceres apresentados por acadêmicos de direito, historiadores e grupos de defesa argumentam que as reivindicações de Trump não têm respaldo na Constituição, que elas contradizem evidências históricas e que as acusações de tentar reverter uma eleição não constituem uma "autoridade presidencial".

Os democratas, em grande parte, permanecem em silêncio. Enquanto o presidente Joe Biden se prepara para enfrentar Trump em uma revanche das eleições presidenciais de 2020, criticar o caso sobre a imunidade poderia expor os democratas a acusações de politização do Judiciário.

Prakash considera difícil que as reivindicações de imunidade de Trump prevaleçam. Porém, já é uma vitória para Trump a Suprema Corte ter decidido ouvir o seu caso — já que isso atrasou o julgamento federal, que deveria começar em março e, agora, provavelmente não será concluído antes da eleição.

"Existe a vitória na questão derradeira, sobre se esses são atos oficiais, e há a vitória em adiar [o julgamento federal]", disse Prakash. "E, claro, ele ganhou essa."

UE lança novas apurações antissubsídios contra a China antes de visita de Xi

Kim Mackrael e Drew Hinshaw
Dow Jones, de Bruxelas

A União Europeia (UE) está aumentando a pressão econômica sobre Pequim com duas novas investigações sobre alegações de práticas comerciais injustas da China, dias antes da visita oficial do presidente chinês, Xi Jinping, a Paris e Budapeste.

A Comissão Europeia, o órgão executivo do bloco, está expressando crescente preocupação com os subsídios chineses e outras políticas econômicas que, segundo ela, prejudicam as empresas europeias. Nos últimos meses, o bloco utilizou uma nova ferramenta legal para investigar licitações de empresas chinesas em licitações públicas na Europa e, no ano passado, lançou uma investigação anti-subsídio sobre importações de veículos elétricos da China.

Esta semana, a comissão anunciou que investigará as práticas de compras públicas da China para dispositivos médicos, que a UE disse se favorecer injustamente as empresas chinesas em relação às europeias e outras estrangeiras concorrentes. Se a investigação da UE apoiar essas alegações, o bloco poderá alterar suas próprias regras de aquisição para limitar a capacidade das empresas chinesas de competir na Europa ou excluí-las de algumas licitações.

A investigação é a primeira da UE sob seu novo Instrumento de Aquisição Internacional, que entrou em vigor em 2022 e visa abordar o que os funcionários veem como regras de aquisição injustas em outros países. O bloco disse que pode suspender a investigação se a China alterar suas práticas de aquisição ou se comprometer a fazê-lo.

As exportações de dispositivos médicos da China para a Europa mais que dobraram entre 2015 e 2023, disse a comissão. A UE afirma que os mercados do bloco no geral estão abertos, enquanto as regras de aquisição da China dão vantagem às empresas domésticas que produzem dispositivos médicos como parte de uma política de "Compre da China".

O bloco também realizou operações separadas de busca nos escritórios da empresa chinesa de equipamentos de segurança Nuctech na Polônia e Holanda, sob alegações de que ela pode ter recebido subsídios estrangeiros que lhe dariam uma vantagem injusta sobre os concorrentes europeus. A Nuctech tem sido alvo de críticas dos EUA, de alguns governos da UE e de empresas concorrentes.

Um porta-voz da Nuctech confirmou as operações e disse que a empresa está cooperando.

Tais operações são consideradas passos preliminares que podem resultar em uma investigação aprofundada sob a legislação de subsídios estrangeiros da UE. A lei, que entrou em vigor no ano passado, permite que os funcionários europeus bloqueiem empresas de fazerem certas aquisições ou de obterem grandes contratos públicos se anteriormente se beneficiaram de subsídios que a UE considere distorcivos.

A Câmara de Comércio da China para a UE acusou o bloco de usar a lei para suprimir empresas chinesas que estão operando legalmente na Europa. "As ações da UE enviam uma mensagem prejudicial não apenas para as empresas chinesas, mas para todas as empresas não pertencentes à UE que conduzem negócios no bloco", disse o grupo em comunicado.

A entidade chinesa acrescentou que os funcionários de fiscalização europeus haviam apreendido equipamentos e telefones celulares de funcionários e examinado documentos da empresa durante as operações de busca.

A Nuctech produz scanners de raios-X que variam de máquinas de aeroportos com esteira de transporte a estruturas gigantes em forma de arco que os países podem implantar em suas fronteiras para verificar facilmente o conteúdo de caminhões e carros de passageiros em trânsito. A Finlândia comprou um desses scanners em grande escala para sua fronteira com a Rússia. Após o Reino Unido deixar a União Europeia, a Irlanda adquiriu outro para sua divisa terrestre com a Irlanda do Norte.

Durante o governo Donald Trump, o Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca começou a pressionar os aliados para que deixassem de proteger suas fronteiras usando equipamentos de uma empresa ligada ao sistema do Partido Comunista da China. Originalmente uma ramificação da prestigiosa escola de engenharia Universidade Tsinghua, a Nuctech foi comandada em grande parte na década de 2000 pelo filho do então chefe do partido, Hu Jintao, que presidiu a China de 2003 a 2013. Em 2019, uma unidade da Corporação Nacional Nuclear da China, uma construtora e operadora estatal de usinas nucleares, tornou-se o acionista controlador da empresa-mãe da Nuctech.

Funcionários das rivais estrangeiras da Nuctech disseram suspeitar que a empresa violou seus direitos de propriedade intelectual, o que a Nuctech nega.

Funcionários da administração Trump argumentaram que os modernos scanners de raios-X em portos marítimos e terminais aéreos estão conectados a bancos de dados — contendo informações desde registros aduaneiros até manifestos de navios e detalhes de passageiros, incluindo impressões digitais — que poderiam permitir a Pequim acumular informações sensíveis sobre os volumes exatos de comércio de um país, ou rastrear os movimentos de exilados e autoridades estrangeiras.

No entanto, os governos aliados não conseguiram encontrar nenhum concorrente alternativo que pudesse oferecer preços semelhantes ao da Nuctech. A empresa atribuiu seus preços baixos à sua parceria de pesquisa com a Universidade Tsinghua, o que lhe permite economizar nos gastos com pesquisa e desenvolvimento.

A UE também realizou de buscas nos escritórios da empresa chinesa Nuctech na Polônia e Holanda

Até 2020, a Nuctech havia acumulado uma participação de 90% no mercado europeu de equipamentos de triagem de carga marítima e detinha até 50% do mercado de triagem de bagagens e carga de passageiros nos aeroportos, de acordo com o Departamento de Estado dos EUA. A Nuctech contestou esses números, afirmando que detinha cerca de 70% do negócio de triagem de carga e cerca de 10% do mercado de aeroportos.

Bart Groothuis, um eurodeputado da Holanda, disse que levantou repetidamente preocupações sobre a Nuctech, alegando que ela aumenta os riscos de segurança para a Europa devido aos laços da empresa com o governo chinês. Embora a Nuctech não tenha expectativas de vencer licitações nos EUA, "eles tentam aqui na Europa, porque ainda não há uma política comum", afirmou Groothuis.

A comissão tem citado a China cada vez mais como uma rival, com altos funcionários afirmando que desejam abordar os riscos econômicos e de segurança sem se desvincular de Pequim.

Mas os membros do bloco permanecem divididos sobre até que ponto o bloco europeu deve responder às tensões comerciais com a China. A França tem pressionado por medidas mais fortes para proteger o bloco de importações chinesas mais baratas, enquanto a Alemanha adotou uma abordagem mais cautelosa. Algumas das maiores empresas automobilísticas da Alemanha dependem fortemente das vendas no mercado chinês.

Valor ECONÔMICO

Milei obtém avanços na economia, sob protestos

Os últimos dias são emblemáticos sobre os riscos e incertezas que ainda pairam sobre o programa de ajustes do presidente argentino, Javier Milei. Ao mesmo tempo em que indicadores macroeconômicos mostraram resultados melhores do que o esperado, houve um primeiro sinal importante de resistência social à terapia de choque econômico do novo governo.

Milei anunciou na terça-feira um superávit fiscal de 0,2% do PIB no primeiro trimestre deste ano, o primeiro saldo positivo trimestral nas contas públicas argentinas desde 2008. Segundo o economista Carlos Melconian (La Nación, 23/4), um quarto do ajuste fiscal que levou a esse superávit foi conseguido com corte de gastos, especialmente no repasse às províncias e nas obras públicas. Outro quarto veio do não pagamento de dívidas, como as de energia elétrica. E metade se deveu à não correção de gastos, como a dos pagamentos de aposentadoria, cujo valor foi corroído pela inflação.

Além do saldo fiscal, outra boa notícia recente foi a queda da inflação além do esperado. Após ter atingido o pico de 25,5% (dado mensal) em dezembro, o IPC argentino caiu para 20,6% em janeiro, 13,2% em fevereiro e 11% em março, segundo dados oficiais do Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (Indec) argentino.

Desde dezembro a Argentina vem acumulando superávits comerciais, devido à boa safra agrícola (ao contrário de 2023, quando houve quebra por causa de uma das mais severas secas da história do país) e à queda na demanda interna por causa da recessão. Com isso, o Banco Central argentino está conseguindo recompor as reservas internacionais, que passaram de US$ 16,8 bilhões em novembro (o menor nível em quase 20 anos) para US$ 21,3 bilhões em fevereiro. O saldo positivo das divisas ajuda a manter sob controle o câmbio. O dólar blue (paralelo) está cotado a pouco mais de mil pesos, quase o mesmo valor de começo de outubro, o que acabou com a farra dos turistas brasileiros na Argentina.

Com esses bons resultados do lado financeiro, o risco-país (Embi, do JP Morgan) caiu já 40% desde o começo deste ano, indo a 1.143 pontos nesta semana. Ainda assim, está muito acima dos 205 pontos do Brasil e dos 119 do Chile. Com esse nível de risco, a Argentina continua impossibilitada de buscar financiamento nos mercados internacionais.

Por outro lado, ocorreu na terça-feira a maior manifestação até agora contra a política "motosserra" de corte de gasto público de Milei. Cerca de 430 mil pessoas, segundo estimativa do jornal "La Nación", protestaram no centro de Buenos Aires contra o corte no financiamento das universidades públicas, por meio da não correção dos valores. O presidente, no seu estilo combativo, chamou o ato de "lágrimas de esquerdistas". No dia seguinte, porém, o porta-voz presidencial, Manuel Adorni, adotou um tom mais moderado, disse que o governo defende a educação pública, que não pretende fechar universidades e que o tema do orçamento está sendo resolvido.

Apesar dos bons números financeiros, os dados de produção e consumo na Argentina são muito ruins, em linha com expectativa de forte queda do Produto Interno Bruto neste ano (de 2,8%, na projeção do FMI). Setores da indústria vêm registrando queda de produção de dois dígitos neste começo de ano. As vendas no primeiro trimestre também tiveram fortes quedas, como as de 45% em eletrodomésticos e 30% em carros novos. Milei continua mantendo um nível muito alto de aprovação, apesar das medidas impopulares adotadas, como o corte de subsídios a energia, gás e transporte, cujo aumento de tarifas come uma parcela crescente da renda das famílias. Segundo pesquisa do instituto Opina Argentina, divulgada nesta semana (site Infobae, 21/4), 49% dos entrevistados aprovam seu governo, contra 50% que desaprovam.

Os dados estão inalterados, na margem de erro, desde fevereiro. Entre os jovens, o apoio chega a 64%.

Essa resiliência da população argentina diante de um ajuste duríssimo sugere como é forte a rejeição às políticas populistas dos governos kirchneristas anteriores. O economista e ex-ministro Dante Sica destacou a capacidade de Milei de vender esperança ao país, de manter a expectativa de que, desta vez, a Argentina sairá da crise. Ele chamou o momento atual de "recessão com otimismo".

Mas o protesto desta semana mostra que essa paciência não é ilimitada e que Milei passará a depender mais de resultados daqui para a frente. Numa comparação futebolística, Milei é aquele técnico que assumiu um time grande que vem de várias temporadas ruins. Há uma enorme expectativa, o time parece estar melhorando, a torcida apoia, mas com o passar do tempo ele precisará de vitórias.

Para Sica, a vitória mais importante é manter a inflação na atual trajetória descendente pelo resto do ano, o que gerará confiança na economia e mais previsibilidade nos negócios. Uma projeção interna da equipe econômica (Bloomberg, 24/4) estima inflação mensal abaixo de 4% já em setembro, contra previsão do mercado em torno de 7%. Com isso, o PIB poderá voltar a crescer, talvez já no terceiro trimestre. Até lá, porém, o risco de tropeços seguirá alto.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Estados e municípios precisam ter flexibilidade para contratar soluções tecnológicas. Por **Guilherme Lichand**

IA na escola pública: um conto de duas cidades

O distrito escolar unificado de Santa Ana, no Estado da Califórnia, Estados Unidos, têm cerca de 40 mil alunos. Apesar de estar numa área de renda mais alta que a média do país e de ter boa condição de infraestrutura nas escolas, com um computador por aluno desde antes da pandemia, o distrito atende uma população muito diversa — cerca de 85% dos seus alunos são de famílias imigrantes que não têm inglês como sua primeira língua.

Os indicadores educacionais de Santa Ana mostravam problemas graves desde 2015, quando 75% de seus alunos não atendiam os padrões de proficiência do Estado em inglês, e 80% deles, em matemática. Segundo o superintendente do distrito, Jerry Almendarez, suas escolas se imaginavam preparadas para o ensino remoto — mas a realidade provou o contrário.

Quando a OpenAI anunciou o lançamento do ChatGPT, Jerry e sua equipe vislumbraram a oportunidade de dar um salto que pudesse colocar o distrito finalmente em rota para avançar nos maus indicadores que persistem há mais de uma década.

O distrito mapeou três grandes áreas nas quais a inteligência artificial pode promover uma revolução na escola pública. Primeiro, na sua capacidade gerencial. Sua equipe tem alimentado o ChatGPT com os relatórios gerenciais de cada escola e rapidamente identificado quais escolas não estão alinhadas com diretrizes definidas pela gestão distrital. Ainda, tem monitorado semanalmente a situação do absenteísmo crônico em cada escola ao invés de consolidar dados somente no final de cada bimestre. Como resultado, o distrito agora consegue reagir rapidamente, apoiando as equipes escolares com treinamentos específicos às suas necessidades e realocando recursos para onde eles são mais necessários.

Segundo, como copiloto ou "parceiro de reflexão". Jerry tem usado o ChatGPT para ajudá-lo a resumir relatórios de organizações especializadas em melhores práticas sobre IA, para criar agendas de reuniões e sugerir atividades em grupo planejadas para encontros com gestores escolares, e até mesmo para ajudá-lo a escrever discursos em momentos de crise. Os professores de Santa Ana têm experimentado usar o GPT para produzir planos de aula e listas de exercício, bem como para corrigir a produção textual de seus alunos.

Terceiro, na sala de aula. Os alunos maiores de 13 anos (em função das restrições de uso da OpenAI) têm começado a experimentar essa interface de forma guiada, na sala de aula, para apoiar processos criativos — nas aulas de artes e de redação. Jerry enxerga o potencial revolucionário dessa tecnologia para reduzir desigualdades, sobretudo junto aos alunos com deficiências e transtornos de aprendizagem como dislexia ou discalculia, uma vez que pode ajudar a identificar quem são os estudantes que precisam de instrução diferenciada, bem como sugerir atividades específicas para que possam se desenvolver com os demais.

O Conselho de Educação do distrito ainda precisa aprovar as diretrizes de uso dessas tecnologias, com um olhar cuidadoso para questões de privacidade e segurança dos dados, bem como avaliação cuidadosa do uso dessas tecnologias dentro da sala de aula. Diferente do que disse recentemente Justin Reich, professor do MIT, a IA generativa não é uma "tecnologia de chegada", isto é, que não precisa ser formalmente adotada, no caso das escolas públicas. Para que essa tecnologia de fato entregue seu potencial nas áreas identificadas por Jerry e sua equipe, as soluções gratuitas não são bons substitutos — essencialmente porque dados de menores de idade com identificadores pessoais, como nome, gênero ou raça/cor, não podem ser armazenados sem uma série de cuidados específicos que as soluções gratuitas não asseguram.

RISHI/UNSPLASH

Diante disso, o distrito já está em conversas com diversos fornecedores. O processo de contratação de soluções proprietárias pelo distrito abaixo de um certo valor definido pelo conselho pode ser feito sem licitação e, acima dele, é definido pelo lance de menor preço. Todo o processo leva cerca de dois meses, e a contratação normalmente envolve um período piloto curto, de três meses, durante o qual a solução é avaliada antes de ser escalada para todas as escolas por um período mais longo.

No Sul do Brasil, Londrina, no Estado do Paraná, tem cerca de 50 mil alunos no Ensino Fundamental — um número próximo daquele do distrito californiano —, assim como desafios educacionais similares: em 2017, 53% de seus alunos de 9º ano não tinham aprendizagem adequada em português e 73% em matemática. A pandemia tornou esses números ainda mais críticos.

Apesar do ponto de partida similar, não há como comparar o que está acontecendo no distrito de Santa Ana com a realidade de Londrina ou, francamente, de nenhuma outra Secretaria de Educação brasileira.

A raiz de todos os males está no processo de compra de tecnologias educacionais no Brasil. Nossas licitações são muito mais morosas e complexas. Em muitos casos acabam resultado em processos judiciais que tornam réu o gestor público responsável pela compra — na pessoa física! —, desincentivando a contratação de inovações.

Os EUA não são o paraíso das licitações. Pelo contrário, a contratação de obras costuma ser tão complexa, lenta e problemática quanto as que ocorrem no Brasil. A grande diferença é que as despesas educacionais nos EUA são financiadas localmente — sobretudo a partir de impostos sobre propriedade (o equivalente do nosso IPTU). Por um lado, isso gera desigualdades baseadas no local de residência. Por outro, permite flexibilidade para que distritos como Santa Ana possam contratar as tecnologias do futuro, capazes de apoiar crianças que precisam de instrução diferenciada para ter garantido seu direito à educação.

No Brasil, essa flexibilidade é mínima, num contexto em que para a maioria esmagadora dos municípios os recursos educacionais são redistribuídos via Fundeb e, portanto, sujeito aos rígidos controles federais. Não é, contudo, exclusivamente culpa da legislação ou dos órgãos de controle. Como diz a professora de Direito da SBDP, Mariana Vilella, já temos algumas figuras jurídicas que permitiriam contratar inovação, com segurança para períodos de teste como no caso da Califórnia, mas o gestor público típico que faz compras para as escolas, sobretudo no nível municipal, desconhece ou apresenta resistência a esses novos instrumentos.

Se não queremos perder mais uma chance de usar tecnologia para apoiar quem mais precisa na sala de aula, não basta pensar só em regular as gigantes da tecnologia ou em alocar recursos para conectividade. É preciso garantir que os Estado e (sobretudo) os municípios tenham flexibilidade de recursos para contratar essas soluções e apoio jurídico para de fato executá-los.

Guilherme Lichand é professor de Educação da Stanford Graduate School of Education. Possui PhD em Economia Política e Governo pela Harvard University.

Teto, arcabouço e juros

Pedro Cavalcanti e Renato Fragelli

Decorridos um terço do atual mandato presidencial, o cenário fiscal mais pessimista está se confirmando. Apesar do aumento de alguns impostos e o fim de certas isenções, conquistados a duras penas pelo empenho quase quixotesco dos ministros Haddad e Tebet, ninguém mais acredita em superávit primário até o fim do atual mandato.

Quando o governo Temer implantou o Teto de Gastos (TG), o resultado primário deixado por Dilma era um déficit de 2,5% do PIB. O TG não cortava gastos, apenas impedia que eles continuassem a crescer. A fim de manter a relação dívida/PIB estável, seria necessário um superávit primário de 2,5% do PIB. O esforço fiscal necessário para resolver o problema imediatamente seria, portanto, de 5% do PIB, politicamente inviável.

Optou-se pelo gradualismo. Sendo a arrecadação federal 20% do PIB, um crescimento sustentável de 2,5% ao ano elevaria a arrecadação anual em 0,5% do PIB (=20% x 2,5%). Em 10 anos, o déficit primário de 2,5% do PIB se transformaria num superávit de 2,5% do PIB. A ideia era forçar parlamentares a enfrentar resistências políticas ao corte de despesas não prioritárias, para preservar as prioritárias. O ganho de credibilidade gerado pelo TG derrubou a taxa real de juros a apenas 3% ao ano, barateando o financiamento da dívida. Junto com a menor taxa de juros, extinguiu-se a TJLP. Com juros baixos e sem subsídios creditícios do BNDES, os investimentos cresceram com financiamento via mercado de capitais.

O TG começou a ser solapado por Bolsonaro com a PEC dos Precatórios de 2021, seguida da PEC eleitoreira de 2022. Após a vitória de Lula, a PEC da Transição inviabilizou definitivamente o TG. A fim de tranquilizar investidores, o novo governo precisava colocar algum substituto no lugar do TC, o que levou Haddad ao Arcabouço Fiscal (AF). O AF era uma espécie de TG envergonhado. Já nasceu tímido. Para que funcionasse teria que ser cumprido à risca. Com menos de um ano em vigor, o AF já perdeu o pouco de credibilidade que havia conquistado.

Como consequência, a taxa real de juros das NTN-B saltou a 6% a.a. Essa taxa, que é determinada em leilões do Tesouro, sem influência do Bacen, reflete a percepção de risco de calote pelos investidores. Não há investimento privado que, numa análise risco versus retorno, supere o título indexado federal. Economia seguirá semiestagnada sem investimento até o fim deste governo. A relação dívida/PIB, que Bolsonaro deixou em 72%, terminará 2026 acima de 82%. Na ausência de uma pandemia ou guerra, nada justifica um aumento de 10% do PIB num único mandato.

Alguns indicadores de melhorias na economia são ilusórios. Dados recentes mostram que o número de CNPJ tem crescido, o que deveria significar abertura de novas empresas. Mas trata-se de pseudoempresas que operam em regime de MEI. Metade delas são, na realidade, terceirização de trabalhadores que se tornam MEI. Num país com o péssimo ambiente de negócios do Brasil — veja artigo publicado neste espaço 29/02/2024 — são poucos aqueles que se aventuram a empreender verdadeiramente, criando novos negócios genuínos. Muito mais lucrativo do que abrir uma nova empresa é criar uma nova igreja, escapando da voracidade tributária do Estado. Ou investir a IPCA + 6%.

Turma do "gasto é vida" não entendeu ainda que expansão desordenada de gastos resulta em inflação, crise e pobreza

Embora o número de ocupados tenha crescido 4 milhões em 2023, os recentes indicadores de melhoria na distribuição de renda são enganadores. Quando se exclui a renda de programas sociais e se considera exclusivamente a renda do trabalho, verifica-se que houve piora da distribuição de renda. As transferências do Bolsa Família, entretanto, que já beneficiam ao menos um membro de 19% das famílias brasileiras, compensaram a piora gerada no mercado de trabalho, permitindo uma melhoria líquida da distribuição final. Num país cuja dívida pública cresce aceleradamente, não será possível preservar por muito tempo esse frágil equilíbrio social em que transferências de programas sociais suprem o mal desempenho da economia.

Diante da baixa popularidade presidencial, o governo tenta recuperá-la com novos gastos. Além do aumento de despesas com o Bolsa Família, Lula ressuscitou a regra de correção do salário mínimo ao ritmo do PIB, afetando diretamente 26 milhões de benefícios do INSS. Os combustíveis estão com preços defasados em relação aos internacionais. Já se fala em redução de preços de energia. Seriam sugestões de Dilma?

O fim do natimorto Arcabouço Fiscal e a expansão da dívida levam a comportamentos defensivos dos agentes, que, por sua vez, têm como consequência juros mais altos e provavelmente redução dos investimentos. A turma do "gasto é vida" não entendeu ainda que expansão desordenada dos gastos resulta, sempre, em inflação, crise e pobreza. O mais provável é que, no lugar de uma crise aguda, continuemos patinando na mediocridade e estagnação.

Pedro Cavalcanti Ferreira é professor da EPGE-FGV e diretor da FGV Crescimento e Desenvolvimento.
Renato Fragelli Cardoso é professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças (EPGE-FGV).

EUA, China e UE vêm ditando padrões e políticas para a IA. Por **Robert Muggah e Ilona Szabó**

O Sul Global na regulação da IA

Em um momento de competição geopolítica crescente em relação à inteligência artificial (IA), o mundo vivenciou um raro vislumbre de cooperação multilateral. Em março de 2024, a ONU adotou uma resolução sem precedentes para promover uma IA mais segura. Apoiada pelos EUA e China e patrocinada por mais 120 países, ela enfatiza a importância de respeitar os direitos humanos no desenvolvimento e implementação da IA. Enquanto esta resolução ainda é simbólica, já indica que os Estados-membros estão acordando para a necessidade de governar a IA antes que ela governe a nós.

O impulso global para regulamentar a IA ocorre em um momento de conscientização sobre seu potencial de causar graves danos. Muitos executivos, líderes da indústria e especialistas temem que a IA possa gerar ameaças ao nível de extinção. Também há preocupação sobre como ela pode automatizar entre 20% e 60% dos empregos mundialmente. Cresce também a preocupação sobre como a IA generativa pode aumentar a desinformação.

Assim, diferentes países têm adotado abordagens diversas para regular a IA. Consciente dos riscos para a estabilidade política, a China foi uma das primeiras a agir e, em 2021, emitiu regras restritivas em torno de IA generativa, deep fakes e fake news. Hoje, nenhuma empresa pode produzir IA avançada na China sem aprovação do governo. Os EUA começaram a agir somente no final de 2023, depois que a Casa Branca emitiu uma ordem executiva para reforçar o controle sobre os frontier models e para autenticar conteúdos produzidos por IA. Uma dúzia de Estados também emitiu regras para IA que estão começando a entrar em vigor, sempre com a preocupação de reduzir o risco sem sufocar a inovação.

A UE é a mais avançada quando se trata de promover e fazer cumprir uma IA segura. Em março de 2024, aprovou o AI Act, primeiro marco regulatório sobre a IA. Além de estabelecer uma estrutura de governança, ele proíbe práticas de IA que apresentem riscos inaceitáveis, define requisitos claros para aplicações de alto risco e aponta obrigações para desenvolvedores e implementadores. O Ato reflete uma compreensão de como a IA é treinada, dos múltiplos contextos em que é usada, dos riscos potenciais e de como deve ser tratada em diferentes ambientes de aplicação. É um atestado de envolvimento incremental, deliberado e tecnocrático.

Uma clara divisão em IA está emergindo em termos de capacidade e regulamentação, refletindo dinâmicas estruturais entre países ricos e pobres. Há o risco de que regimes do Norte não levem em conta variações políticas, sociais, econômicas e culturais do Sul Global

Diante de uma série de regulamentações no horizonte, empresas de tecnologia também têm se esforçado para criar regras voluntárias em torno da IA. Amazon, Anthropic, Google, Inflection, Meta, Microsoft e AI assinaram princípios voluntários sobre segurança da IA com a Casa Branca em 2023. Essas mesmas empresas, junto com Adobe, IBM, TikTok e outras, assinaram em 2024 um acordo para a regulação voluntária de IAs, incluindo deep fakes que podem impactar eleições. Embora sejam passos bem-vindos, as preocupações estão crescendo sobre a concentração de poder nas mãos de algumas empresas. A FTC dos EUA, bem como as autoridades da UE e do Reino Unido, recentemente iniciaram investigações sobre práticas de concorrência desleal.

Novas pesquisas do Instituto Igarapé com apoio do think tank dos EUA, New America, identificaram mais de 470 conjuntos de princípios de IA em mais de 60 países entre 2011 e 2024. Mais de dois terços desses acordos foram emitidos por governos, órgãos intergovernamentais e empresas privadas, sendo o restante lançado por grupos de direitos digitais, academia e pesquisadores. A maioria deles destaca a importância do desenvolvimento e controle centrados no ser humano, fomentando inclusão digital, proteção dos direitos humanos, segurança, confiabilidade, transparência e responsabilidade.

Porém, se por um lado a regulamentação da IA espalha-se internacionalmente, sua distribuição é desigual. O Instituto Igarapé descobriu que apenas 2% dos princípios e regulações identificados foram desenvolvidos na África, 5% na América Latina e no Caribe, e 19% na Ásia. Uma clara divisão em IA está emergindo em termos de capacidade e regulamentação, refletindo dinâmicas estruturais entre países ricos e pobres.

A maioria das políticas e padrões vêm sendo desenvolvida e aplicada nos EUA, UE e China (63%), já que a maior parte da computação, do capital e dos talentos está concentrada lá e há taxas muito menores de investimento e adoção de IA em partes mais pobres do mundo. Há o risco de que regimes desenvolvidos no Norte não levem em conta variações políticas, sociais, econômicas e culturais do Sul Global.

O Brasil tem a oportunidade de liderar a agenda de regulação da IA no Sul Global. Uma década após a criação do Marco Civil da Internet, o país pretende lançar em breve um plano nacional de uso da IA para que possa se tornar "mais competitivo", nas palavras do presidente Lula. A maioria dos brasileiros, junto com chineses, indianos e sul-africanos, concorda que potenciais benefícios da IA superam os riscos. Entretanto, se o Brasil pretende assumir um papel de liderança global no uso da IA, precisa também construir urgentemente um consenso sobre como ela deve ser usada e regulada tendo em vista os interesses e especificidades do país e região. Esta construção precisa ser feita com ampla participação da sociedade a partir de um processo consultivo envolvendo governos, empresas e a sociedade civil.

Com a conscientização sobre IA maior do que nunca, uma nova era de regulamentação já está em curso, mas é essencial caminharmos também na direção de uma regulamentação global, incluindo a estruturação de uma agência internacional nos moldes da AIEA ou IPCC. Embora a resolução recente da ONU demonstre que acordos globais são possíveis, a grande maioria das ações está acontecendo em escala regional, nacional e subnacional.

Enquanto ainda não temos agência e regulação globais, governos já podem estabelecer autoridades nacionais sobre IA, incluindo executivos de nível ministerial, como os Emirados Árabes Unidos estão fazendo. Dada a velocidade e escala do desenvolvimento da IA, autoridades nacionais precisarão ser mais ágeis e flexíveis. Isso é particularmente importante à medida que o mundo passa de padrões voluntários para padrões éticos e seguros de IA.

Robert Muggah e Ilona Szabó são, respectivamente, chief innovation officer e cofundadora e presidente do Instituto Igarapé.

Frase do dia

"Sou até mais radical, acho que o Banco Central nem deveria, no CMN, votar na meta de inflação".

Do Gabriel Galípolo, diretor de Política Monetária do BC

Cartas de Leitores

Lula

Lula às vezes dá a impressão de que governa sob a iminência progressiva de um ataque de nervos. Admoesta seus principais ministros pelo respectivos desempenhos sem, no entanto, liderar o traçado de um plano de governo consistente que os motive, acreditando mais em bravatas ultrapassadas e pouco convincentes na atualidade. Critica abertamente, em nome da conquista de objetivos políticos, dirigentes e equipes de instituições importantes que precisam de tranquilidade para trabalhar sem necessidade de manter permanentemente a guarda fechada.

Por outro lado, não consegue alinhavar um modus operandi construtivo e cooperativo com o Congresso, o que vem prejudicando sobremaneira a materialização de projetos de desenvolvimento que o país tanto busca. Torçamos para que, nem os atuais conflitos que ameaçam o mundo, nem os rompantes verborrágicos e tensos do timoneiro nacional sejam escalados a patamares perigosos.

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

•

Caro presidente Lula, se o senhor ganha R$ 1.000 e gasta R$ 1.200 está devendo R$ 200, não interessa como foi gasto o dinheiro. Simples.

Pode dar o nome que quiser para o gasto: investimento, empréstimo, Desenrola, Nova indústria Brasil, Bolsa Família, Acredita, Voa Brasil, PAC do mar, continua a dever R$ 200.

Vital Romaneli Penha
vitalromaneli@gmail.com

•

Com o lamentável objetivo de jogar nas costas dos outros a até aqui fracassada gestão, Lula, que se recusa a reconhecer seus graves erros internos e externos, agora publicamente adverte o vice Geraldo Alckmin, que deve agir mais, e, pasmem, recomenda que seu ministro, o melhor avaliado pelo mercado, Fernando Haddad, no lugar de ficar lendo livro fale mais com o Congresso. Era só o que faltava...

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

Encontro com Lira

Lula e Arthur Lira têm a obrigação de serem transparentes, pois são funcionários públicos e trabalham para a população brasileira. Uma conversa entre o presidente da República e o presidente da Câmara dos Deputados é de interesse público. As decisões dessas duas autoridades afetam diretamente a vida de cada um dos contribuintes que pagam os seus salários e que esperam que os seus mais sérios interesses sejam tratados de forma ética e moral, sem nenhuma ambição pessoal envolvida. Portanto, se esses dois nobres representantes do povo querem se encontrar num domingo e ter uma conversa secreta, entreguem os seus respectivos cargos e se desvinculem do comprometimento com o povo.

José Carlos Saraiva da Costa
jcsdc@uol.com.br

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS249

Especial

LEONARDO RODRIGUES/VALOR

Leonardo Porto: "Se o salário sobe em linha com a produtividade, não gera pressões inflacionárias; mas, se essa alta não vem ancorada, há potenciais riscos de surgirem pressões inflacionárias à frente"

Conjuntura Nível de emprego elevado favorece atividade econômica, pode impulsionar crescimento, mas pressiona inflação e é capaz de interferir na intensidade do corte de juro

Boa notícia para economia, mercado de trabalho é dor de cabeça para o BC

Marsílea Gombata
De São Paulo

O aquecimento acima do esperado do mercado de trabalho tem surpreendido economistas e se mostra boa notícia para a atividade. Mas é também um dos principais motivos de preocupação do Banco Central. Isso porque, apesar de refletir a economia aquecida e significar mais renda e mais consumo, um mercado de trabalho apertado como o atual pode gerar mais pressões inflacionárias e deter o ritmo de queda de juros, afirmam economistas.

Apesar de outros fatores, como mudança da meta fiscal e dos rumos de política monetária nos Estados Unidos, se mostrarem adicionais de pressão para as decisões do Comitê de Política Monetária (Copom), o desemprego baixo e a renda em trajetória de alta continuam a ser um problema para o Banco Central na redução da Selic.

Em relatório enviado a clientes recentemente, o banco Citi Brasil lembra que a taxa de desemprego atual de 7,6% — a menor desde o primeiro trimestre de 2015 — e o crescimento real dos salários indicam o grau de restrição das condições do mercado de trabalho no país.

"As condições já restritivas do mercado de trabalho, juntamente com a visão de que o crescimento caminha para a aceleração, devem restringir cada vez mais o processo desinflacionário", escrevem os economistas Leonardo Porto, Paulo Lopes e Thais Ortega. "Essa perspectiva provavelmente motivará o Copom a interromper o ciclo de redução dos juros não apenas mais cedo, mas também em patamar mais elevado."

Em particular, o ritmo de aumento dos salários não está compatível com a produtividade, afirma Porto, que é economista-chefe do Citi Brasil.

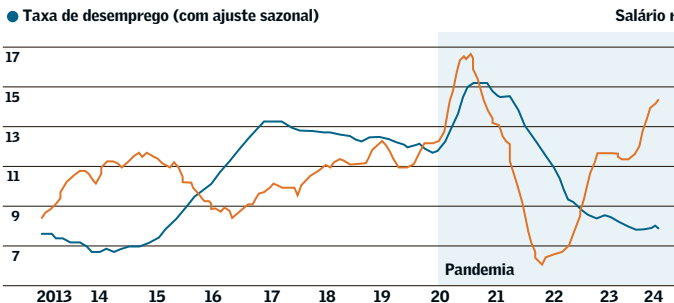
"Se o salário sobe em linha com a produtividade, não gera pressões inflacionárias. Mas, se essa alta não vem ancorada, há potenciais riscos de surgirem pressões inflacionárias à frente", diz.

"Quando olhamos os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), vemos aumento salarial nominal de 9% e, em termos reais, de 4,3%. São números bem acima de qualquer estimativa de produtividade no Brasil."

Sinais de aquecimento

Um alerta, afirma o economista, são os sinais de aceleração da economia, o que deve aquecer ainda mais o mercado de trabalho.

Trabalho versus juros

Salários reais também apontam para mercado aquecido

Fonte: Pnad. Elaboração: Citigroup.

Após estagnação no segundo semestre de 2023, a estimativa do Citi é de crescimento de 0,4% do PIB no primeiro trimestre, e de 0,6% no segundo, ante o trimestre anterior, impulsionado pela demanda interna, especialmente pelo consumo das famílias e por investimento. Para o ano, o banco espera crescimento de 1,5% do PIB. A taxa de desemprego, por sua vez, deve ficar em 7,5% neste ano, contra 8% em 2023.

"Nessas condições, o mercado de trabalho deverá se fortalecer ainda mais no futuro, com níveis mais baixos de taxa de desemprego, apontando para um hiato do produto [diferença entre o PIB corrente e o PIB potencial] ainda menor", diz o relatório.

Esses riscos se somam a um cenário de expectativas de desinflação no médio e longo prazo desancoradas, o que cria uma limitação adicional para o BC.

No boletim Focus divulgado na terça-feira (23), a expectativa de inflação para 2024 subiu de 3,71% para 3,73%, no intervalo de uma semana. Para 2025, a projeção passou de 3,56%, para 3,60%.

Além de sustentar inflação de serviços em patamar alto, o mercado de trabalho apertado deve levar a uma alta da inflação de bens, segundo o Citi. A projeção do banco é de alta de 4% do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) neste ano.

Porto espera corte da Selic para 10% na reunião do Copom em junho. Há dúvidas, contudo, se a projeção deve ser recalibrada. Isso porque nos últimos dias começaram a se materializar outros riscos ao ciclo de corte de juros.

No ambiente doméstico, a mudança da meta fiscal acendeu um alerta. Na arena externa, houve mudanças de rota na política monetária nos Estados Unidos, com o Federal Reserve (Fed, o banco central americano), diante de pressões inflacionárias maiores — em março, o índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) avançou 3,5% em termos anuais, ante expectativa de 3,4%.

> "Será difícil o BC justificar mais corte de juros diante da expansão forte do emprego"
> *Sérgio Vale*

Diante disso, houve uma reprecificação da política monetária dos EUA, afirma Rodolfo Margato, economista da XP. No início do ano, o mercado chegou a precificar ao menos seis cortes da taxa de juros ao longo do ano.

Agora, não somente há incerteza sobre um próximo corte como o mercado começa a ver em 20% a chance de alta dos juros na próxima reunião do Fed, no fim de abril.

Descontando as pressões externas, no cenário doméstico, diz Margato, a dinâmica do mercado de trabalho continua sendo uma das principais variáveis monitoradas pelo BC.

"Desde o terceiro trimestre do ano passado, os principais indicadores do mercado de trabalho na Pnad e no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) surpreendem para cima. A população ocupada cresce consecutivamente, com destaque para o emprego formal desde o início de 2024", diz.

"Do ponto de vista da política monetária, o grande fator a ser monitorado é a dinâmica os salários reais. A Pnad mostra rendimento médio real do trabalho em trajetória de alta desde setembro. Dados do Caged e do Salariômetro, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), vão na mesma direção".

Rendimentos em alta

A XP espera que o rendimento médio (recebido de todos os trabalhos) cresça 2,5% em termos reais neste ano, na comparação com 2023.

Esse bom momento, afirma, deve-se a uma combinação de três variáveis. Primeiro, a tração da atividade econômica nos últimos meses, que deve se refletir em alta de 0,7% do PIB no primeiro trimestre, de acordo com a XP. Segundo, o aumento do salário mínimo, que teve aumento real de 3%.

"O terceiro, que gera discussão entre analistas, é a taxa de desemprego de equilíbrio, a chamada Nairu, que não acelera a inflação. Nas nossas discussões, a Nairu estaria ao redor de 8%, mas já começamos a observá-la abaixo de 8% no terceiro trimestre de 2023", afirma. "Com ela abaixo desse patamar, pode haver pressão sobre salários e aceleração da inflação."

O BC vem acompanhando de perto anda alguns grupos do IPCA, diz Margato.

Um deles seria o IPCA de serviços, que deve crescer 4,5% neste ano, ante 2023, segundo a XP. Já o IPCA de serviços subjacentes, espécie de núcleo da inflação de serviços, que exclui itens voláteis como passagens aéreas, deve avançar 4,9%. O IPCA de serviços intensivos em mão de obra, por sua vez, deve subir 5,2%. Todas as projeções estão bem acima da meta de inflação do BC para este ano, de 3%.

A XP espera IPCA de 3,5% para 2024, com viés de alta podendo levar o índice a 3,7%. A projeção para a Selic, de 9% no fim deste ano, está sob revisão.

"Ainda há muitas incertezas, que o próprio Copom tem destacado quando se refere ao âmbito doméstico. No caso do trabalho de trabalho, vemos sinais de moderação no curto prazo, mas insuficientes para fazer com que a inflação de serviços convirja para a meta", prevê Margato.

Em seu último comunicado, de 20 de março, o Copom chamou atenção para um ambiente marcado por pressões nos mercados de trabalho de países emergentes, o que exige "cautela".

Relatório da consultoria MB Associados observa que o comunicado ressalta incerteza misturada à resiliência a da atividade e do mercado de trabalho.

"O fato é que o banco sinalizou mais uma queda de 0,5 ponto percentual, chegando a 10,25% em maio, mas deixando em aberto o que pode vir pela frente. Abriu-se a possibilidade de uma queda mais suave de 0,25 ponto, sem afetar a taxa de fim de ciclo. Ao sugerir que a queda poderá ser mais suave, o BC demonstra preocupação com alguns itens da inflação que seguem muito pressionados", escreve no relatório Sérgio Vale, economista da MB Associados.

"Será difícil o BC justificar mais corte de juros diante da expansão forte do emprego, da renda, da taxa de ocupação alta e do desemprego baixo", afirma Vale, que espera taxa de desemprego em 7,5% neste ano e maior aquecimento do mercado de trabalho, em reação à atividade econômica.

No relatório, a MB afirma que elementos de incerteza deverão fazer o BC encerrar o ciclo de queda da Selic em 9,25% e "quem imaginava a Selic muito mais baixa poderá ter que revisar as projeções".

Essa interrupção, afirma Vale, pode ser o prenúncio de um segundo semestre muito mais tumultuado em termos de política monetária — além do fim de ciclo de queda de juros, haverá troca do presidente e de mais dois diretores do BC.

"No segundo semestre, o debate será sobre qual BC teremos e para onde vamos caminhar", conclui.

Finanças
Fluxo de recursos para fundos de bonds se inverte e aumenta saídas em abril
C1

Governança
A engenheira Ivanyra Correia é a única mulher na disputa por vaga no conselho da Petrobras B3

Aviação
Latam abandona plano de tentar ficar com aviões arrendados pela Gol B4

Tecnologia
Reino Unido investiga acordos de IA na Microsoft e na Amazon B5

Empresas

Balanços Piora nas projeções de juros e câmbio reduz importância dos números do 1º trimestre e concentra o foco nas estimativas dos executivos

Temporada deve ser melhor, mas mudança de cenário preocupa

Felipe Laurence
De São Paulo

A temporada de resultados do primeiro trimestre das companhias brasileiras, que ganhou força nesta semana, vai mostrar a fotografia de um cenário que já ficou no passado para boa parte das companhias. A piora nas projeções da economia global e do Brasil tira o brilho dos números, dizem analistas, e aumenta a importância das avaliações e projeções dos executivos nas teleconferências de resultados.

No geral, a expectativa é que os números dos três primeiros meses do ano continuem a tendência de melhoria sequencial sobre os resultados do quarto trimestre, em especial para companhias que atuam no mercado doméstico. Para as empresas exportadoras de commodities, a queda nos preços dos insumos deve ser sentida.

"No primeiro trimestre nós vimos uma revisão nas estimativas de lucro, apoiada na perspectiva de queda de juros e os resultados positivos que as empresas tiveram no quarto trimestre, mas isso mudou drasticamente nas primeiras semanas de abril", diz Jennie Li, estrategista da XP, em entrevista ao **Valor**.

Ela destaca que, desde agosto do ano passado, o consenso de lucro do mercado foi revisado para cima em quase 10%. No entanto, desde a intensificação das incertezas neste mês de abril, houve uma redução de aproximadamente 1% nessas estimativas dos analistas.

"Temos expectativa que a retomada de atividade, ganho de salário real, empregos, deve ter efeitos positivos principalmente nos resultados dos setores de consumo", afirma Carlos Eduardo Sequeira, chefe de pesquisa do BTG Pactual. "Não será uma temporada espetacularmente mais forte, mas a tendência deve continuar", disse.

As empresas de consumo devem ser o destaque, com melhoria nos dados operacionais e evolução nas margens. No entanto, o Santander destaca, em relatório, que a mudança no regime tributário, com a implementação nas mudanças de tributação de subvenções, deve impactar a geração de lucro de grande parte das empresas.

Aprovada no ano passado, a Lei 1.479/2023 aumenta a arrecadação do governo ao estabelecer critérios para o abatimento de valores dos benefícios no ICMS da base de cálculo de tributos federais. Somente poderão ser abatidos o valor dos incentivos utilizados em investimentos.

A forte onda de calor que abateu o Brasil nos primeiros meses do ano, em decorrência dos efeitos do El Niño, deve gerar efeitos positivos nos resultados de distribuidoras e companhias de saneamento básico. Os maiores volumes de energia elétrica e água vão resultar em melhorias nos números dessas companhias, pondera o J.P. Morgan.

Já entre as produtoras de commodities, as do setor de papel e celulose devem ser os destaques positivos, se aproveitando da alta da celulose. "Nós vimos uma alta substancial nos preços que devem gerar resultados mais robustos, em especial para Suzano, que lida diretamente com a commodity", afirma Li.

As petrolíferas devem ainda ter bons números, com destaque para Petrobras, mesmo com queda nos preços do petróleo, em decorrência dos volumes de produção elevados no Brasil. A perspectiva também é positiva com a aceleração no barril vista nestas últimas semanas, aponta a estrategista da XP.

> Usiminas veio com perspectivas mais conservadoras para o segundo trimestre, por causa do câmbio

Mineradoras e siderúrgicas ainda devem ter resultados pressionados, com a forte queda no minério de ferro no primeiro trimestre impactando os números dessas companhias. A Vale divulgou seu resultado na noite desta quarta-feira (24), com queda de 9% no lucro, para US$ 1,68 bilhão *(veja reportagem nesta página)*. O cenário de siderurgia ainda pressionado, em especial no Brasil, deve deixar o desempenho dessas empresas fraco, diz o BTG.

Neste sentido, por conta da forte mudança de perspectivas que vimos nas últimas semanas, mais importante do que os resultados em si, o que as empresas apontam para os próximos meses será importante para que investidores tenham uma melhor visibilidade de resultados.

O dólar chegou a subir para perto de R$ 5,30 nas primeiras semanas de abril e a curva de juros se acentuou, muito por conta das incertezas envolvendo a evolução da inflação nos Estados Unidos e a sinalização do governo brasileiro que a meta de déficit zero foi adiada para 2025.

A Usiminas, que divulgou seus resultados na manhã de terça-feira (23), mostrou perspectivas mais conservadoras para o segundo trimestre, notando entre os fatores que a alta recente do dólar acaba tendo impacto no preço de aquisição de placas de aço, o que tem efeitos diretos em sua rentabilidade. A siderúrgica terminou o dia com queda de 13,91% no valor das ações.

"Nos Estados Unidos, o consenso do mercado se ajusta mais rápido do que aqui, então quando passar a temporada de resultados, vendo o que as empresas falaram, pode ocorrer uma revisão maior", comenta Li.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Mudança drástica nas últimas semanas reverteu a tendência de aumento nas projeções de lucro, diz Jennie Li, da XP

Vale lucra R$ 8,3 bilhões no 1º trimestre, queda de 13%

Francisco Góes e Rafael Rosas
Do Rio

Preços menores realizados nos finos de minério de ferro, no níquel e no cobre impactaram negativamente o lucro líquido da Vale no 1º trimestre deste ano. De janeiro a março, a mineradora registrou lucro de R$ 8,29 bilhões, queda de 12,9% sobre igual período do ano passado. A receita líquida de vendas somou R$ 41,89 bilhões no período, recuo de 4,4% na comparação anual. E o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) somou R$ 17 bilhões de janeiro a março deste ano, redução de 11,8% ante igual período de 2023.

A Vale informou, porém, que os menores preços realizados foram parcialmente compensados por maiores volumes de vendas de minério de ferro e cobre. A companhia vendeu 63,8 milhões de toneladas de minério de ferro no primeiro trimestre, alta de 15% sobre igual período de 2023. No cobre, as vendas somaram 77 mil toneladas, alta de 22% na comparação anual, enquanto no níquel o volume vendido foi de 33 mil toneladas, queda de 18%.

O preço médio realizado pela mineradora, por sua vez, foi de US$ 100,7 por tonelada para os finos de minério, principal produto da Vale, com queda de 7% ante janeiro-março de 2023. No níquel, o preço médio foi de US$ 16,8 mil por tonelada, queda de 33% sobre o primeiro trimestre do ano passado, enquanto no cobre o preço médio foi de US$ 7,6 mil, recuo de 18%.

Em termos de custos no negócio de minério de ferro, a Vale teve uma ligeira melhora no trimestre. O chamado custo caixa C1 de finos de minério, que inclui as atividades da mina até o porto, ficou em US$ 23,5 por tonelada de janeiro a março, queda de 1% sobre igual período do ano passado. O número exclui o custo com compra de minério de ferro de terceiros produtores.

Em comentário no balanço da companhia, divulgado na noite desta quarta-feira (24), o presidente da mineradora, Eduardo Bartolomeo, afirmou: "Começamos o ano de 2024 bem, impulsionados pelo nosso compromisso com a excelência operacional. No negócio de Soluções de Minério de Ferro, nossas vendas de minério de ferro aumentaram 15% ano a ano, apoiadas por uma produção forte – a maior produção de um 1º trimestre desde 2019."

> **12%**
> **foi a redução do Ebitda no 1º tri**

Bartolomeo, que vai permanecer como CEO da Vale até dezembro deste ano quando um novo presidente terá sido indicado, afirmou ainda que a empresa está tendo progresso em projetos de crescimento, que vão ajudar a melhorar a qualidade e flexibilidade do portfólio de produtos. Ele destacou o bom desempenho no negócio de metais para a transição energética, incluindo operações no Brasil e no Canadá. Também informou que a Vale alcançou o consumo de energia 100% renovável no país dois anos antes do previsto.

A dívida líquida da Vale, ao fim do primeiro trimestre, totalizou US$ 10,1 bilhões, alta de 23% sobre igual período de 2023. A dívida líquida expandida, por sua vez, que considera compromissos com Brumadinho, terminou em US$ 16,3 bilhões em 31 de março, alta de 14%. A Vale informou que a meta da dívida líquida expandida permanece em um intervalo entre US$ 10 bilhões e US$ 20 bilhões. O prazo médio da dívida diminuiu para 7,5 anos e o custo médio anual, após swaps cambiais e de taxa de juros, foi de 5,7% ao ano, estável em relação ao trimestre anterior. O investimento, no 1º trimestre, somou US$ 1,4 bilhão, US$ 300 milhões acima de janeiro-março de 2023, conforme o esperado, disse a companhia.

Destaques

Enel Ceará investe R$ 4,8 bi
A Enel Ceará (antiga Coelce), apresentou ontem (24) um plano com investimento previsto de R$ 4,8 bilhões entre 2024 e 2026 para reforçar sua rede elétrica. As medidas, que começam a ser implementadas de imediato, visam a atender as necessidades de fornecimento de energia dos consumidores diante dos crescentes desafios climáticos na região. Com o apoio dos acionistas controladores da companhia, o aporte representa uma média anual de R$ 1,6 bilhão, um aumento de 44% em relação à média anual de investimentos dos últimos seis anos. Entre outros pontos, o plano prevê a contratação, neste período, de 1.750 novos colaboradores para atuar, principalmente, na operação em campo até 2026.

Lucro da Ternium
A Ternium registrou lucro líquido de US$ 491 milhões no primeiro trimestre, um crescimento anual de 2,3%. Já as receitas subiram 31,9%, para US$ 4,78 bilhões, na mesma base de comparação. A partir deste trimestre, a Ternium redefiniu seus segmentos operacionais para refletir a integração das operações da Usiminas, ocorrida em julho de 2023. Nos três primeiros meses do ano, os embarques de aço chegaram a 3,89 milhões de toneladas, uma expansão de 27%, enquanto os produtos de mineração atingiram 1,42 milhão de toneladas. No primeiro trimestre de 2023 não havia dados para mineração. As receitas da siderúrgica latino-americana somaram US$ 4,6 bilhões, uma alta de 29% na comparação anual.

Whirlpool corta empregos
A Whirlpool, dona das marcas Consul e Brastemp, registrou prejuízo líquido de US$ 259 milhões no primeiro trimestre, alta de 44,7% sobre a perda de US$ 179 milhões de um ano antes. O prejuízo por ação passou de US$ 3,27 para US$ 4,72. As receitas caíram 3,4%, para US$ 4,49 bilhões. A América Latina foi a única região onde a receita cresceu, com alta de 12%, para US$ 837 milhões. Já na América do Norte, cederam 8,1%, para US$ 2,43 bilhões. Na Europa, a queda foi de 5%, para US$ 804 milhões, e na Ásia, as receitas diminuíram 2,4%, para US$ 239 milhões. A fabricante anunciou que irá cortar mil empregos em todo o mundo como parte de um programa de redução de custos destinado a expandir suas margens de lucro.

Pesquisa A primeira razão é pelo desenvolvimento na carreira, que vem antes da questão financeira

Trabalhar no exterior é desejo de 25% dos profissionais

Stela Campos
De São Paulo

Um em cada quatro profissionais está disposto a trabalhar em outro país, sendo que 23% estão ativamente em busca de um emprego no exterior. Entre os brasileiros, essa é a vontade de 16%. Um resultado muito próximo do mesmo estudo aplicado em 2020. Mas o que move esses talentos pelo mundo é o que chama atenção desta vez. Embora 72% dos respondentes no Brasil estejam em busca de melhores salários, 76% estão atrás de melhores oportunidades para desenvolver a carreira e 54% gostariam de encontrar um trabalho mais desafiador e interessante. "Isso transcende a questão financeira", diz Santino Lacanna, sócio e líder da prática de pessoas e organizações da consultoria Boston Consulting Group (BCG) no Brasil.

No estudo "Decodificando o talento Global 2024", o BCG, junto com as consultorias The Network e Stepstone, ouviu 150 mil trabalhadores, de 185 países. No Brasil, foram 5.539 profissionais, a maior parte com idades entre 20 e 45 anos, 53% mulheres, 34% trabalhando em tempo integral ou meio período.

No caso brasileiro, para 73% um outro motivo para arrumar as malas e tentar a sorte em outro país é a busca por uma melhor qualidade de vida. Mas 70% dizem que só partiriam com uma oferta concreta de emprego. Entre aqueles que efetivamente querem ir atrás de oportunidades no exterior estão os que atuam no que o estudo chama de "empregos verdes", relacionados a temas de sustentabilidade e mudanças climáticas. Destes, metade diz que deixaria o país para trabalhar fora. "Este é um tema bastante em voga no Brasil e no mundo. O fato de o país sediar no ano que vem a COP 30 [30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas] chama atenção dos empregadores internacionais", diz Lacanna.

Outros profissionais dispostos a trabalhar no exterior são aqueles ligados à área de tecnologia, especialmente os que atuam com digitalização e ciência de dados — 30% sairiam do Brasil se tivessem um convite. "Na pandemia, esses profissionais tiveram bastante interação com empresas de fora até pela possibilidade de trabalharem remotos, o que pode contribuir com essa tendência", explica o consultor.

Lacanna diz que as razões para um profissional querer trabalhar fora podem ser divididas em três blocos: o das motivações financeiras; o das profissionais, relacionadas à carreira, como melhores oportunidades educacionais e treinamentos, citadas por 57% dos brasileiros; e as pessoais, que abrangem melhor qualidade de vida e, para 75%, crescimento pessoal e experiência cultural. A vontade de permanecer no exterior por um longo período ou até de forma permanente foi citada por 39% dos brasileiros.

Mas mudar não é simples e o estudo também olha para as razões que os profissionais mencionam para ficar no Brasil. Para 39%, está a impossibilidade de levar familiares ou parceiros, 25% afirmam ter laços emocionais fortes com o país, 29% citam o custo da realocação e 41%, a falta de conhecimento sobre oportunidades de trabalho fora.

O consultor ressalta que 34% dos brasileiros citam como impedimento a barreira do idioma. Talvez este seja um dos motivos para Portugal aparecer como o destino mais almejado pelos brasileiros, seguido de países de língua inglesa como Estados Unidos, Canadá e Austrália, que está no topo da preferência no recorte global do levantamento. "Lisboa hoje tem muitas startups e empregos 'cool' em tecnologia, e vale lembrar que as pessoas gostam de se mudar para países onde existe uma grande comunidade da mesma nacionalidade, por isso encontram laços importantes em Portugal", diz.

No caminho inverso, no ranking dos países com maior atratividade para estrangeiros, o Brasil está na 28ª posição. A cidade de Brasília surge em 89º lugar, o Rio de Janeiro, em 93º e São Paulo, em 94º. Entre os respondentes, os que mais têm vontade de trabalhar por aqui são os argentinos, seguidos dos chilenos. "A proximidade pode ser a maior motivação e, no caso da Argentina, a disrupção econômica pela qual o país está passando", afirma Lacanna.

De malas prontas
Por que os brasileiros querem trabalhar no exterior - em %

Motivo	%
Considerações gerais de carreira	76
Crescimento pessoal e experiência cultural	75
Melhor qualidade de vida	73
Razões econômicas e financeiras	72
Oferta de trabalho concreta	70
Melhores oportunidades de treinamento e educacionais	57
Trabalho mais interessante/desafiador	54
Melhor sistema social e de saúde	32
Estabilidade política	22
Sociedade mais inclusiva	17
Razões ambientais	14
Reunir família e amigos	5

Fonte: Decoding Global Talent 2024 – Brazil Results. BCG

O que os conselhos devem olhar de perto em 2024

Fernanda Gonçalves
De São Paulo

Em 2024, o capital humano deve ser um dos temas principais na governança corporativa de companhias brasileiras. Quem diz isso é Jacques Sarfatti, líder da prática de consultoria em CEO e conselhos da Russell Reynolds no Brasil. "Há uma tendência em olhar esse tema como um ponto estratégico", afirma. "As empresas não vão atingir resultados se não tiverem um capital humano engajado e com as competências necessárias, então o tema subiu para o conselho. Ele sempre esteve lá, mas não com a devida importância."

O especialista explica que, desde a pandemia, o capital humano tem ganhado relevância nas empresas. "O mercado e os consumidores mudaram, os funcionários têm outras expectativas, então há um foco maior em questões como engajamento, cultura, remuneração e, principalmente, sucessão. Mas tudo isso com um planejamento estruturado e não por meio de achismos."

Rich Fields, líder da prática de efetividade de conselho da Russell Reynolds nos Estados Unidos, destaca a necessidade de as empresas brasileiras promoverem também maior diversidade em seus conselhos, assim como as companhias americanas e de países europeus já fazem. "O Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer. Investidores importantes, incluindo bancos e credores, estão tornando o seu apoio financeiro dependente de metas de diversidade", destaca.

Um estudo realizado pela Russell Reynolds Associates apontou as principais tendências de governança para 2024 nos Estados Unidos, Canadá, México, Brasil, Reino Unido, Espanha, países nórdicos, Alemanha, França, Emirados Árabes, Índia, Austrália, Singapura e Malásia, segundo investidores institucionais. "São stakeholders com expectativas e que ditam algumas ações que eles gostariam de ver nos conselhos em termos de melhoria da governança. É um elemento que realmente consegue produzir mudanças em função dos trilhões investidos no mundo todo", relata Sarfatti.

Tecnologias disruptivas, diversidade, iniciativas ESG e migração nos padrões de governança são tópicos presentes entre as tendências globais reveladas pelo levantamento. "Esses quatro temas são consistentes em todos os mercados e merecem atenção independentemente do tipo de empresa, pública ou privada, familiar ou não, grande ou pequena", afirma Fields.

No Brasil especificamente, oito temas principais foram identificados: sustentabilidade, recuperação do mercado de capitais, ativismo de acionistas, capital humano, risco de retrocesso na governança em empresas estatais, avaliação dos conselhos, diversidade nos conselhos e digitalização e tecnologia.

GABRIEL REIS/VALOR

Sarfatti e Fields, da Russell Reynolds, veem conselhos no Brasil alinhados com padrões internacionais na agenda sustentável: "não adianta só falar do financeiro"

O estudo, que está na sua nona edição, já costumava trazer alguns desses tópicos em anos anteriores. "Esses têm sido temas para as empresas desde que elas existem. O que difere é quantas estão falando sobre isso ou quão seriamente estão olhando essas preocupações da maneira certa", explica Fields.

> "O Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer quando se fala em diversidade em conselhos"
> *Rich Fields*

No quesito sustentabilidade, Sarfatti revela que o Brasil está alinhado com padrões internacionais. "A gente está sendo inovador e líder na implantação de iniciativas sustentáveis. Não adianta só falar de financeiro, a gente tem que entender também quais são os impactos na sustentabilidade, e o Brasil está na vanguarda", diz.

Já a avaliação dos conselhos tem sido uma demanda não só dos investidores como dos próprios conselheiros, diz Fields. Segundo ele, os conselhos têm feito perguntas com mais rigor sobre como está seu desempenho, eficiência, ações e comitês. "Também é importante que discutam se estão fazendo o suficiente para fornecer um bom feedback aos diretores sobre seu desempenho."

Segundo Sarfatti, a cada ano, mais e mais empresas realizam avaliações de seus conselhos, que são feitas a cada dois anos por agente externo. "Ele 'tira uma foto' e avalia o conselho. Não só sua dinâmica, mas uma avaliação individual de cada conselheiro. Com isso é possível identificar oportunidades, comparar com outros conselhos e montar um plano de ação."

Em relação ao tema da diversidade nos conselhos, Sarfatti detalha que, para além do gênero, os investidores têm buscado outros tipos de diversidade, como a étnica, para compor os quadros de companhias brasileiras. "É preciso ampliar a perspectiva, pessoas diferentes para enriquecer os debates e as decisões", diz.

Ao mesmo tempo, as iniciativas ESG relacionadas às melhores práticas ambientais, sociais e de governança, aparecem como uma forte tendência no cenário global. No entanto, Fields explica que nos EUA foi atribuída uma conotação política ao termo ESG, o que fez com que a sigla passasse a ser evitada por muitas companhias. "A maioria das empresas americanas fala sobre o tema mas sem usar o termo ESG, pois ele foi politizado por políticos conservadores. Empresas e investidores estão cada vez mais preparados para evitar o seu uso, pois isso leva à má publicidade", conta.

Pelo menos por enquanto, Sarfatti não vê o risco de o mesmo movimento acontecer no Brasil. "Aqui, há uma grande consciência da sociedade em termos de sustentabilidade e uma vontade maior de estar alinhado a práticas sustentáveis. Isso faz parte da nossa cultura", observa.

O que de significativo você faz em 47 segundos?

Rumo certo

Claudio Garcia

Esse é o tempo médio de interação de pessoas com uma tarefa em um computador. Em 2004 eram dois minutos e meio, segundo pesquisas realizadas por Gloria Marks da Universidade de Irvine, que estuda há mais de 20 anos interações de pessoas com máquinas.

Difícil ser produtivo nessa realidade, não? Aliás, nos últimos 20 anos, a produtividade da economia não acompanhou os avanços tecnológicos da "economia digital". Não que a capacidade de atenção, seja o único fator, mas evidências sugerem ter um grande peso.

A multitarefa é uma ilusão — biologicamente, não fomos preparados para isso como mais e mais pesquisas vêm mostrando. Recuperar-se de uma interrupção pode levar até 30 minutos. Imagine mudar de tarefa a cada minuto.

Recentemente, uma das novidades mais relevantes no campo da inteligência artificial veio de pesquisadores do MIT e da Universidade de Washington, que desenvolveram um algoritmo mais eficaz em predizer comportamento humano que as alternativas existentes. Prever ações humanas permanece um desafio complexo para as ciências da computação, pois raramente agimos de maneira racional e otimizada. Esse novo algoritmo conseguiu ser preciso justamente por modular o que ciências do comportamento vêm sinalizando há alguns anos: pessoas que demoram mais para responder a uma interação tendem a oferecer respostas mais racionais e coerentes, diferentemente das reações rápidas, intuitivas e emocionais que são automáticas, subconscientes, e que nem sempre são as melhores para nós.

Empresas já perceberam essa realidade em suas interações com clientes, quando o objetivo é aumentar o engajamento e o consumo de produtos e serviços. Segundo experts em comércio eletrônico, por exemplo, um grande avanço na conversão de compras ocorreu quando o auto-preenchimento de formulários de pagamento foi implementado. Antes de sua existência, muitos clientes abandonavam o carrinho de compras sem finalizar a compra, pois tinham mais tempo para pensar. A lógica é semelhante em redes sociais, que mantêm as interações curtas, tornando-as mais inconscientes, previsíveis e superficiais, ativando circuitos cerebrais de recompensa instantânea, similares aos vícios químicos.

Entretanto, essa habilidade de entender a dinâmica de pessoas desaparece quando as organizações se voltam para seus profissionais. Ferramentas de produtividade adotadas nos últimos vinte anos resultam no contrário do que prometem. Notificações constantes de e-mails, plataformas de colaboração, ferramentas de vendas e de gestão de projetos não apenas reduzem a produtividade, mas também diminuem a profundidade das tarefas — além de estarem associadas à crescente crise de saúde mental.

Essa realidade é acentuada por interpretações erradas de novos conceitos de gestão. Modelos ágeis, por exemplo, são constantemente utilizados como uma referência para criticar a velocidade de outras pessoas às nossas demandas.

Agilidade e produtividade têm mais a ver com fluxos inteligentes de informação e aprendizado, que pressupõem "tempo de qualidade" para refletir, aprender e decidir. E não de ferramentas e design que privilegiam conceitos estereotipados de como funcionamos, que confundem velocidade pessoal com agilidade. Deveria ser óbvio que a produtividade real requer algo mais substancial do que quarenta e sete segundos.

Claudio Garcia é presidente da Outthinker Networks e ensina gestão global na Universidade de Nova York

Vaivém

Stela Campos

Huawei

Gao Kexin é o novo CEO da Huawei no Brasil. O executivo já liderou as operações da companhia nas Filipinas e ocupou diversos cargos na China.

Vopak

Álvaro Perez Cortes está assumindo a presidência da multinacional holandesa Vopak no Brasil. O executivo volta ao país depois de responder como VP de operações, tecnologia e atendimento ao consumidor North Latam no México.

Cogra

Heverton Barbosa Cruz é o novo CEO da Cogra Distribuidora. Ele já atuou na Tecnoset e Selbetti.

E-mail: vaivem@valor.com.br

valor.com.br
Acompanhe a movimentação de executivos também no site
www.valor.com.br/carreira

Governança Temporada de 2024 elegerá neste mês 360 membros do colegiado de empresas abertas

Interferências e rivalidade marcam assembleias

Fernanda Guimarães, Stella Fontes e Mônica Scaramuzzo
De São Paulo

As principais empresas de capital aberto brasileiras elegerão até o fim deste mês cerca de 360 membros de conselhos de administração na atual temporada de assembleias de acionistas. No levantamento feito pela consultoria Ânima, a pedido do **Valor**, foram consideradas as 82 empresas do Ibovespa, principal índice teórico da bolsa brasileira, sendo que desse total 43 terão eleição do conselho de administração neste ano. A estimativa é que existam 3,1 mil assentos de conselheiros, considerando as 445 empresas listadas

Apesar do alto número de vagas, não significa que haverá uma dança de cadeiras, visto que muitos conselheiros que já estão no cargo serão reconduzidos. A maior parte das trocas costuma ocorrer a partir da briga de acionistas minoritários, que tentam emplacar seus representantes. Na temporada, alguns atritos entre acionistas se tornaram emblemáticos na queda de braço para compor os conselhos, incluindo o governo.

Indicações políticas também colocaram Vale e Braskem no centro do noticiário, como potencial destino do ex-ministro Guido Mantega. A assembleia que vai escolher o novo conselho da Braskem está marcada para terça-feira (29), e o nome de Mantega não aparece na chapa indicada por Novonor (ex-Odebrecht) e Petrobras.

A Klabin protagonizou uma ruidosa troca de conselho nesta temporada, embora os desentendimentos sejam mais antigos. Desde 2019, quando teve início o debate em torno do fim do pagamento de royalties pela companhia para uso da marca Klabin, as divergências se tornaram públicas.

Resolvido o assunto, novo racha aconteceu à época da aprovação do aporte de R$ 1,6 bilhão em uma nova fábrica de papelão ondulado. Houve sucessivos desentendimentos sobre distribuição de proventos e, mais recentemente, sobre critérios de remuneração.

> "Vejo que as relações com acionistas e conselheiros ainda são restritas"
> *Simone Monteiro*

Em carta dirigida aos acionistas da Klabin em março, Luiz Barsi Filho, um dos maiores investidores individuais da bolsa, defendeu que temas como métricas de remuneração da administração e distribuição de proventos, que vinham sendo questionados por alguns conselheiros, deveriam ser tratados dentro do colegiado, "sem a criação de distrações desnecessárias e ruídos".

Barsi ratificou a indicação de novos nomes — sua filha Louise Barsi e Roberto Diniz —, em substituição a Mauro Cunha e Isabella Saboya. Conforme o **Valor** informou, um grupo de acionistas minoritários, incluindo o investidor, Guepardo Investimentos e BB Asset, defendia a troca, porém não esperava que outro acionista minoritário, e relevante, fosse apresentar uma chapa concorrente.

A presidência do conselho também foi alterada. Amanda Klabin Tkacz, primeira mulher à frente do colegiado da Klabin, foi sucedida por Horácio Lafer Piva, que já havia sido chairman em 2018.

Na petroquímica Unigel, que busca um acordo para equacionar R$ 3,9 bilhões em dívidas, o conselho de administração é um dos instrumentos previstos no plano de recuperação extrajudicial para reerguer o negócio. Dois dos cinco assentos, presidido pelo fundador do grupo, Henri Slezynger, estão vagos e já está acertado que credores que aderirem ao acordo terão o direito de indicar um conselheiro.

Outra cadeira poderá ser ocupada pelo ex-presidente do Ultra Pedro Wongtschowski, convidado a assessorar a Unigel em sua reestruturação. Wongtschowski já foi conselheiro do grupo em outro momento de grave crise financeira, há uma década, e tem amplo conhecimento sobre o setor químico e petroquímico. Contudo, não estava definido se o acionista do Ultra permaneceria no órgão ou daria sua contribuição a partir da diretoria da empresa.

Na Vibra (ex-BR Distribuidora), dois fenômenos aconteceram este ano — com a chegada de Ronaldo Cezar Coelho ao colegiado, a parceria que ele tinha com a gestora Dynamo acabou. A Previ também conseguiu emplacar um nome, Claudio Gonçalves, mas o fundo de pensão tentou colocar, sem sucesso, outro conselheiro no board.

"Vejo que as relações com acionistas pelos conselhos e conselheiros ainda são restritas a conversas individuais. Apesar do aumento da base de investidores, nos últimos anos, ainda são poucos aqueles que têm acesso aos boards, de alguma maneira", afirma Simone Monteiro, sócia-fundadora da Ânima, especializada em soluções de comunicação em Conselhos de Administração.

> **360**
> **nomes serão eleitos nesta temporada**

"Para o investidor, conhecer a composição do Conselho de Administração é fundamental na análise de investimento, pois pode fornecer percepções importantes sobre a governança corporativa, a tomada de decisões, o alinhamento de interesses e a gestão de riscos de uma empresa", comenta.

"A possibilidade de indicação de representantes para os conselhos é um direito dos acionistas, funcionando de maneira semelhante em praticamente todos os países. É boa prática a busca organizada do perfil dos candidatos, com olhar para formações complementares, diversidade, experiência no setor de atuação e conhecimentos específicos para direcionamento estratégico, para citar alguns", afirma Fábio Coelho, presidente da Amec, associação que reúne acionistas minoritários que juntos possuem cerca de R$ 900 bilhões investidos no mercado acionário brasileiro.

Em reunião promovida pela associação em março, minoritários se reuniram para tratar da Petrobras, depois de ruídos em torno de interferência do governo federal.

Eleição para o conselho da Petrobras tem apenas uma mulher na disputa

Kariny Leal e Fábio Couto
Do Rio

À exceção da representante dos trabalhadores, a disputa pelo conselho de administração da Petrobras tem apenas uma mulher entre os candidatos. A engenheira Ivanyra Correia faz parte da lista de oito nomes indicados pela União para a disputa, que será por voto múltiplo. Além de Correia, a atual conselheira Rosangela Buzanelli foi novamente eleita pelos funcionários da estatal e só precisa ser chancelada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária (AGO) desta quinta-feira (25).

O voto múltiplo beneficia os minoritários porque permite concentrar votos em determinados candidatos. Os oito indicados pela União concorrem com dois nomes de outros acionistas, fechando o grupo de dez postulantes para oito vagas. Caso se mantenha a tendência das últimas eleições, a União não deve emplacar dois de seus representantes, perdendo espaço para os minoritários.

Correia é a única da lista da União que não entrou por indicação. A engenheira disse ao **Valor** que passou por processo seletivo de uma empresa internacional de "headhunter", especializada em recrutamento, contratada pelo governo. Na visão dela, a União poderia ter divulgado melhor o modelo de recrutamento externo para o conselho da Petrobras: "Eu não sou servidora pública, entrei pelo processo do 'headhunter'. Tenho total independência."

> "Não sou servidora pública, entrei pelo processo do headhunter"
> *Ivanyra Correia*

Engenheira de produção, Correia tem especializações internacionais e certificação de conselheira de administração e fiscal. Atualmente, atua no comitê de finanças, auditoria e riscos do grupo Baumgart, dono do Expo Center Norte, e no comitê de auditoria e riscos da Eletronuclear, além do conselho de administração do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (Ibef) e outros conselhos fiscais. Ela também foi conselheira fiscal da norueguesa Statkraft.

Na consolidação dos boletins de votos à distância divulgado pela Petrobras na segunda (22), Correia somava quase 1,8 milhão de votos, acima dos demais indicados pela União. O segundo mais votado entre os oito da lista do governo era Renato Galuppo, com 1,6 milhão. Mas Correia não tem eleição assegurada, uma vez que os votos da União, controladora da empresa, são dados na hora da reunião. Os dois indicados por minoritários que concorrem pelo voto múltiplo tinham mais de 450 milhões de votos cada.

Eneva e PetroReconcavo voltam a conversar sobre fusão

M&A

Fernanda Guimarães e Mônica Scaramuzzo
De São Paulo

Eneva e PetroReconcavo voltaram a conversar sobre uma eventual fusão dos negócios, apurou o **Valor**, depois de terem negociações em andamento frustradas com outros rivais. Segundo fontes, o interesse da Eneva está no acesso ao gás. Não há um mandato formal, mas as companhias voltaram a se reaproximar depois que 3R e Enauta formalizaram a combinação de ativos.

Não há um formato ainda de como a transação poderia ser feita. De acordo com uma fonte a par do tema, depois que as conversas entre Enauta e 3R avançaram, as empresas do setor de energia e óleo e gás começaram a conversar umas com as outras. No caso da Eneva, as negociações com Vibra não foram adiante porque a distribuidora de combustíveis não viu vantagem na relação de troca de ações entre as duas empresas.

Procuradas pela reportagem para falar sobre o assunto, as duas empresas não quiseram comentar a possível fusão. Na noite de ontem, contudo, as duas empresas negaram, após serem consultadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O valor de mercado da Eneva na B3 é de R$ 19,4 bilhões, ao passo que o da PetroReconcavo é de R$ 6 bilhões. A transação na mesa mais provável seria por troca de ações, segundo fontes.

Outras duas fontes afirmaram que Eneva e PetroReconcavo já teriam iniciado conversas em um passado recente, mas não seguiram adiante. Eneva também tem conversado com outros potenciais concorrentes de energia para buscar uma parceria.

R$ 19,4 bi é o valor de mercado da Eneva

As conversas ocorrem em um momento em que as empresas "júnior oils" se preparam para um processo de consolidação do setor, com o pontapé dado pela assinatura de um memorando de entendimentos entre Enauta e 3R. Segundo fontes, outras conversas no setor ocorrem em paralelo. A Seacrest, por exemplo, busca comprador, segundo antecipou o **Valor**.

A PetroReconcavo chegou a iniciar tratativas com a 3R, mas acabou sendo atropelada pela Enauta. A Enauta, inclusive, teria deixado o caminho aberto para uma consolidação futura na nova empresa combinada, o que poderia incluir a PetroReconcavo nessa nova configuração.

A Eneva tem mostrado apetite em crescer via fusões e aquisições (M&A, na sigla em inglês), mas o endividamento alto pesa contra a companhia, segundo fontes. A empresa de energia está, por exemplo, no processo para a compra das usinas térmicas da Eletrobras, um negócio estimado em R$ 8 bilhões.

Uma fonte ligada aos acionistas informou que a empresa poderia fazer uma chamada de aumento de capital, contando com dois sócios de peso — BTG e BW, com o "family office" dos Moreira Salles bancando os recursos.

Para Eneva, segundo fontes, interessa unir seus ativos com outra empresa com foco em gás natural, uma vez que faz sentido ao seu negócio.

As empresas de energia também vivem um movimento forte de consolidação, com várias operações de fusões e aquisições em andamento neste ano. O **Valor** informou esta semana que há pelo menos R$ 30 bilhões em compra e venda de ativos do setor em andamento.

Aviação A falta de interesse dos arrendadores levou o grupo chileno a anunciar a decisão

Latam desiste de disputar os Boeing 737 arrendados pela Gol

ANTONIO SCORZA/AGÊNCIA O GLOBO

A companhia brasileira chegou a acionar a concorrente para se explicar, na corte americana, sobre os contatos feitos com os arrendadores das aeronaves

Cristian Favaro
De São Paulo

Diante do baixo engajamento de arrendadores da Gol, a Latam desistiu de tentar levar alguns dos aviões da brasileira dentro do processo de recuperação judicial nos Estados Unidos (Chapter 11) da companhia brasileira. A busca da Latam por modelos Boeing 737, que atualmente não estão na frota da multinacional com sede no Chile, levou a Gol a acionar a Latam a se explicar na corte americana.

A desistência foi notificada em documento enviado à Corte de Nova York e ao qual o **Valor** teve acesso. O relato é de que cartas enviadas aos arrendadores em 1º de março defendiam que a ida dos aviões para a Latam poderia ser benéfica para a Gol (ao reduzir custos com as devoluções ao fim das negociações), boa para os arrendadores (ao manterem contratos com perenidade de operação) e para o mercado aéreo do Brasil, que manteria a oferta de assentos.

O documento publicado pelos advogados da Latam diz "particularmente a falta de envolvimento significativo dos devedores [Gol] em discussões comerciais com a Latam e a urgência das necessidades de [aeronaves de] fuselagem estreita, a Latam determinou que a probabilidade de ela e os devedores realizarem transações para aeronaves B737 é agora remota".

Além disso, o documento aponta que a Latam não conseguiu nos últimos meses obter aeronaves B737 de outras fontes não relacionadas à Gol. "Consequentemente, é improvável que a Latam continue realizando quaisquer transações envolvendo o B737. Em vez disso, devido à escassez de aeronaves B737 disponíveis, bem como à recusa dos devedores em cooperar, a Latam está adquirindo, através de vários canais alternativos, outras opções de modelos de aeronaves de fuselagem estreita [corredor único]", diz o documento.

A tentativa da Latam de buscar arrendadores da Gol irritou a aérea brasileira, que convocou a concorrente a se explicar na Corte dos EUA. O juiz chegou a autorizar parcialmente um processo chamado de 'discovery' (uma espécie de obtenção de documentos). A Latam teria enviado cerca de 50 cartas.

A Latam informou que está buscando outras opções de modelos de aeronaves

A autorização concedida pela Justiça, no fim, englobou apenas investigações relacionados às cartas enviadas a arrendadores da Gol — havia outros pleitos, como investidas da Latam contra pilotos da Gol, que irritavam a aérea brasileira. O juiz havia autorizado ainda três depoimentos no total de cinco horas com executivos da Latam. Com a desistência da concorrente, a disputa deve ser encerrada.

Gol e Latam foram procuradas, mas não se manifestaram até o fechamento desta reportagem.

Lira avalia incluir taxação de comércio eletrônico no projeto de lei do Mover

E-commerce

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), discute com parlamentares e empresários aprovar o fim da isenção do imposto de importação para remessas internacionais de até US$ 50 para empresas do comércio eletrônico. O assunto seria incluído dentro do projeto de lei do Mobilidade e Logística Sustentável de Baixo Carbono (Mover), nova política para a indústria automobilística.

A proposta tramita em regime de urgência na Câmara e tranca a pauta a partir do dia 6 de maio. Portanto, deve ser votada em plenário em cerca de duas semanas. "Vamos fazer discussão sobre taxação do e-commerce. Se vai ter apoio ou não, não sabemos [ainda]", afirmou Lira, ao participar reunião na Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB).

Paralelamente, deputados e senadores ligados ao setor produtivo traçam outras estratégias para tentar encerrar a brecha que permitiu uma ampliação gigantesca das remessas enviadas pelo e-commerce internacional nos últimos anos. Uma das possibilidades é aprovar um projeto de decreto legislativo (PDL) na Câmara e Senado para suspender a eficácia da portaria do Ministério da Fazenda que fez a isenção. "É uma pauta suprapartidária. As remessas aumentaram de 25 mil em 2014 para 178 mil em 2022. Isso retira empregos no Brasil", disse o deputado Zé Neto (PT-BA).

Integrantes da Frente Parlamentar do Comércio e Serviços promoveram reunião nesta quarta-feira com representantes dos Correios, do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Eles vão procurar o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, para tentar construir um projeto que imponha normas técnicas e sanitárias mais rígidas para os produtos enviados por essas remessas, de forma a que precisem cumprir as normas exigidas para os itens fabricados no Brasil.

US$ 50 é isenção de imposto de importação atual

Por fim, os congressistas pressionam o deputado Paulo Guedes (PT-MG) a dar parecer ao projeto de lei que está na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara para acabar com a isenção ou até abrir mão da relatoria (o petista é pré-candidato a prefeito e não quer se desgastar eleitoralmente). A ideia é aprovar esse projeto se não avançar a proposta de inclusão dentro do Mover.

Curtas

Indicação para ONS

O nome do atual diretor-presidente da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae), Márcio Rea, foi o indicado para ser o novo diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), no lugar de Luiz Carlos Ciocchi, afirmam fontes. Rea teria sido indicado para a pasta pelo Ministério de Minas e Energia (MME). O **Valor** apurou que a indicação ainda não teria sido oficializada.

Lucro do Assaí

O Assaí teve lucro líquido de R$ 60 milhões no primeiro trimestre, queda de 16,7% em relação a um ano antes. Já a receita subiu 14,1%, para R$ 17,22 bilhões. O Ebitda ajustado somou R$ 897 milhões entre janeiro e março, alta de 37,6% no comparativo anual. O Assaí abriu quatro lojas no trimestre, totalizando 292 unidades em operação e uma área de vendas de cerca de 1,5 milhão de metros quadrados.

Log CP dobra ganho

A Log CP, que desenvolve, aluga e administra condomínios logísticos, reportou no primeiro trimestre lucro líquido atribuível aos controladores de R$ 55,1 milhões, o dobro do visto no mesmo período de 2023. O Ebitda subiu 36,4%, para R$ 74 milhões. Já a receita líquida caiu 19,7% em um ano, para R$ 53,8 milhões, impactada pela venda de ativos que somou R$ 1,7 bilhão em 12 meses;

Receita da Ford cresce

A Ford Motors registrou lucro de US$ 1,33 bilhão no primeiro trimestre, queda de 24,4%. O lucro líquido por ação caiu de US$ 0,44 para US$ 0,33. No mesmo período, a receita da Ford somou US$ 42,78 bilhões, alta de 3,2% na comparação anual. Os resultados ficaram abaixo das expectativas do mercado. Analistas ouvidos pela FactSet esperavam lucro por ação de US$ 0,43 e receitas de US$ 42,9 bilhões.

Tecnologia A chinesa Bytedance tem 9 meses para alienar operação a uma empresa aprovada pelo governo americano ou sair de seu maior mercado

Biden sanciona lei que obriga venda do TikTok nos EUA

Daniela Braun
De São Paulo

O presidente americano Joe Biden sancionou, na quarta-feira (24), uma lei que dá um prazo de nove meses para que a companhia chinesa Bytedance venda a operação do TikTok, nos Estados Unidos, a uma empresa aprovada pelo governo americano. Caso contrário, a plataforma de vídeos será banida para 170 milhões de usuários nos EUA, seu maior mercado global.

A lei aprovada pelo Senado americano na terça-feira à noite (23) e sancionada um dia depois por Biden embarcou em um pacote mais amplo, que prevê uma ajuda de US$ 95 bilhões a Ucrânia, Israel e Taiwan, aliados dos EUA.

A pressão do governo americano sobre o TikTok reflete a crescente tensão geopolítica entre EUA e China.

"O Congresso está agindo para evitar que adversários estrangeiros conduzam espionagem, vigilância, operações difamatórias, prejudicando americanos vulneráveis, nossos militares e mulheres, e nosso pessoal do governo dos Estados Unidos", disse na terça -feira (23) a presidente do Comitê de Comércio do Senado, Maria Cantwell.

O argumento de evitar que uma companhia chinesa tenha acesso a dados sensíveis sobre os Estados Unidos não é novo. Em 2020, durante a gestão de Donald Trump, o TikTok quase foi banido dos EUA, mas firmou parcerias locais para contornar a situação. No fim daquele ano, o TikTok entrou com uma ação na Suprema Corte americana alegando que a ordem executiva de Trump para banir a plataforma era inconstitucional, e ganhou a causa. Em maio de 2022, a plataforma informou ter criado uma organização interna chamada TikTok US Data Security, que, segundo a companhia, trabalha para garantir que os dados dos usuários americanos sejam armazenados em um serviço de nuvem da americana Oracle.

O TikTok foi lançado em 2017 pela Bytedance, empresa fundada em 2012, em Pequim.

O cofundador da Bytedance, Zhang Yiming, conta com 20% de participação e os 20% restantes pertencem a funcionários da companhia, disse Shou Chew, executivo-chefe do TikTok, em audiência na Câmara americana, no ano passado.

Investidores institucionais como os fundos americanos Carlyle Group, General Atlantic e Susquehanna International Group (SIG) detêm 60% do capital da Bytedance, informou Chew.

Atualmente, a SIG é dona de cerca de 15% da ByteDance, uma participação avaliada em cerca de US$ 40 bilhões, que representa uma boa parte do patrimônio do bilionário americano Jeff Yass, dono do fundo, informaram fontes ao "Financial Times".

O TikTok promete brigar judicialmente para se manter nos EUA. O argumento é o mesmo adotado em 2020, contra a ordem de Trump. A empresa diz que a lei é "inconstitucional, é uma proibição do TikTok" e que vai "contestá-la em tribunal".

"Fiquem tranquilos, não vamos a lugar algum", disse Chew, em um vídeo publicado ontem na plataforma logo após a sanção da lei por Biden. "Os fatos e a Constituição estão do nosso lado e esperamos prevalecer novamente", completou.

"O fato é que investimos bilhões de dólares para manter os dados dos EUA seguros e a nossa plataforma livre de influências e manipulações externas. Esta proibição iria devastar 7 milhões de empresas e silenciar 170 milhões de americanos", comentou a plataforma em comunicado.

Com um prazo de 270 dias na costas, o TikTok terá de equilibrar o tempo entre uma briga judicial contra o governo Biden e a busca por um eventual comprador.

"O tempo já está correndo e qualquer comprador em potencial deve ter fundos e estômago forte", diz Jasmine Enberg, diretora de análises da consultoria eMarketer. "Embora muitos queiram colocar as mãos no cobiçado algoritmo do TikTok, a maioria daqueles que têm dinheiro para comprar o aplicativo não conseguiriam superar os obstáculos antitruste."

Entre os interessados em negociar com a Bytedance nos EUA está o ex-secretário do Tesouro americano Steven Mnuchin (da gestão Trump). Em março, ele anunciou que estava montando um consórcio para tentar assumir o controle do aplicativo. "É um ótimo negócio", disse, em entrevista à CNBC. "Deveria ser propriedade de uma empresa dos EUA. Não há nenhuma maneira de os chineses permitirem que uma empresa americana administre algo assim na China."

RON SACHS/CNP/BLOOMBERG

O presidente Joe Biden pressiona o aplicativo chinês, que tem 170 milhões de usuários nos EUA

Depois dos EUA, a Indonésia é o segundo maior mercado do TikTok, com cerca de 126 milhões de usuários em janeiro, informa a consultoria alemã Statista. O Brasil é o terceiro, com 99 milhões de usuários.

Uma eventual saída dos EUA mexe diretamente com a receita de publicidade da plataforma, que deve somar US$ 18,5 bilhões este ano, alta de 30,7% em base anual, projeta a Statista.

Com a lei sancionada, a incerteza sobre a permanência do TikTok nos EUA pode estremecer as relações da plataforma com anunciantes, avalia Enberg, da eMarketer. "O destino do aplicativo resiste nas mãos de influenciadores, usuários e marcas."

Para Enberg, a batalha judicial que está por vir poderia afastar anunciantes do TikTok, mas a maioria das marcas não deixará a plataforma enquanto houver um público a alcançar. E o público segue seus influenciadores preferidos. "Os criadores de conteúdo permanecerão enquanto gerarem receita", diz a executiva. "Os usuários irão onde seus criadores favoritos estão e os anunciantes seguirão seu exemplo."

Os influenciadores não conseguiram impedir que o TikTok saísse do ar na Índia, que era um dos principais mercados para a plataforma de vídeos até 2020. Naquele ano, o governo indiano decidiu encerrar o TikTok e uma série de outros aplicativos de empresas chinesas, após um conflito na fronteira com a China. O resultado foi uma migração para plataformas de vídeos curtos como o Instagram, da Meta, e o YouTube, da Google, bem como o surgimento de aplicativos locais.

Nos EUA, agora, o TikTok também corre o risco de ver sua base de usuários entregue à concorrência. Para a diretora da eMarketer, a Meta e o Google "serão os maiores beneficiários no caso de uma potencial proibição da plataforma ou da incerteza em torno de sua permanência", já que os aplicativos de vídeos curtos destas empresas "são as alternativas mais naturais ao TikTok".

Caso a plataforma deixe de operar em 2025 nos Estados Unidos, na visão de Enberg, "será quase impossível replicar o algoritmo do TikTok , que mantém os usuários conectados 54 minutos por dia, em média, nos EUA". No Instagram, os internautas ficam 35 minutos por dia, sendo 21 minutos gastos em vídeo.

54
minutos diários, o usuário gasta no app

Meta dobra lucro, mas ação cai na bolsa

Victor Meneses
De São Paulo

A decepção do mercado com as estimativas de receita e de aumento de gastos com inteligência artificial (IA) para 2024 provocou forte desvalorização das ações da Meta Platforms, controladora do Facebook, Instagram e WhatsApp, apesar de a empresa ter mais que dobrado seu lucro nos primeiros três meses do ano.

A empresa reportou lucro de US$ 12,37 bilhões no primeiro trimestre deste ano, alta de 117% em relação a igual período do ano passado. O lucro diluído por ação passou de US$ 2,20 para US$ 4,71.

Nos três meses primeiros meses do ano, a Meta registrou receita líquida de US$ 36,45 bilhões, um crescimento de 27% em relação ao reportado em igual período de 2023. Os custos e despesas somaram US$ 22,64 bilhões, alta de 6% na comparação anual.

O resultado trimestral ficou acima das expectativas do mercado americano. Analistas escutados pela FactSet estimavam que a Meta registrasse um lucro por ação de US$ 4,30 e receitas de US$ 36,1 bilhões no trimestre.

No pregão regular da Nasdaq, a Meta fechou em queda de 0,5%. O papel caiu ainda mais nas negociações pós-pregão.

A receita no primeiro trimestre foi recorde, à medida que o negócio de publicidade da empresa cresce rapidamente. No entanto, os investidores ficaram desanimados com as previsões de aumento dos custos relacionados à IA. As ações chegaram a cair mais de 12% no pós-mercado da Nasdaq depois que a Meta disse que aumentaria seus níveis de gastos para o ano em até US$ 10 bilhões para apoiar investimentos em infraestrutura para sustentar seus projetos em IA.

O desempenho da Meta tem sido impulsionado por avanços na tecnologia de inteligência artificial que impulsionaram suas capacidades de direcionamento de anúncios. Em abril, a Meta lançou seu último grande modelo de linguagem, Llama 3, e anunciou que começaria a apresentar a tecnologia de forma mais proeminente em aplicativos, incluindo Instagram e WhatsApp. O Llama 3 é capaz de gerar imagens instantaneamente e fornecer aos usuários resumos de artigos.

Investidores se preocupam com aumento de gastos relacionados à inteligência artificial

O desempenho dos papéis também reflete a projeção de receita da empresa para o segundo trimestre, que ficou abaixo das expectativas. A Meta elevou a projeção para seus gastos de capital em 2024. Para o próximo trimestre, a empresa espera que a receita total fique na faixa de US$ 36,5 bilhões a US$ 39 bilhões. A estimativa pressupõe que as flutuações cambiais representem um impacto negativo de 1% no aumento da receitaem relação a 2023. As despesas totais para o ano de 2024 são estimadas entre US$ 96 bilhões e US$ 99 bilhões, devido a custos mais altos de infraestrutura e legais.

O lucro operacional da companhia somou US$ 13,82 bilhões entre janeiro e março, alta de 91% em relação ao primeiro trimestre de 2023, com margem operacional de 38%— era de 25% um ano antes.

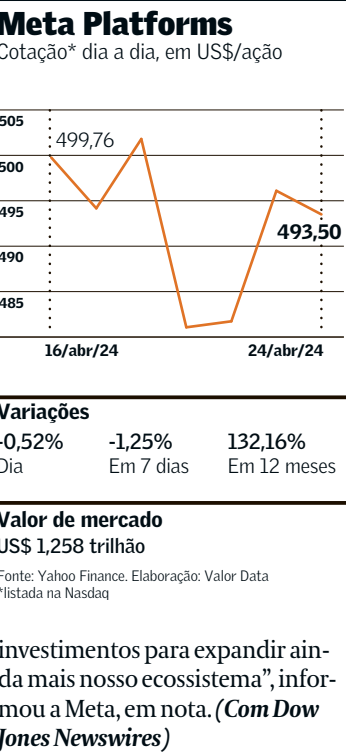
"Para a [unidades de negócios e pesquisa] Reality Labs, continuamos esperando que as perdas operacionais aumentem significativamente ano após ano devido aos nossos esforços contínuos de desenvolvimento de produtos e aos investimentos para expandir ainda mais nosso ecossistema", informou a Meta, em nota. *(Com Dow Jones Newswires)*

Meta Platforms
Cotação* dia a dia, em US$/ação

Variações

-0,52%	-1,25%	132,16%
Dia	Em 7 dias	Em 12 meses

Valor de mercado
US$ 1,258 trilhão

Fonte: Yahoo Finance. Elaboração: Valor Data
*listada na Nasdaq

Reino Unido analisa acordos de IA na Microsoft e na Amazon

Tim Bradshaw
Financial Times, de Londres

A autoridade reguladora da competição no Reino Unido deu os primeiros passos para mais três investigações sobre alianças entre as chamadas "Big Techs" e startups de inteligência artificial (IA), depois que a agência disse que suas preocupações com os negócios nesse setor, que vêm crescendo em ritmo acelerado, aumentaram.

A Competition and Markets Authority (CMA) solicitou nesta quarta-feira comentários sobre a contratação pela Microsoft de talentos importantes da Inflection AI e seu investimento minoritário na startup francesa Mistral, bem como sobre o investimento de US$ 4 bilhões da Amazon na Anthropic dos Estados Unidos, uma grande concorrente da OpenAI.

Buscar opiniões de concorrentes é um passo anterior necessário para se iniciar uma investigação formal. A CMA disse que não determinou ainda se os negócios se enquadram nas regras de fusão do Reino Unido ou se levantam preocupações com a concorrência.

A autoridade reguladora teme que as "Big Techs" possam estar tirando vantagem da necessidade insaciável das empresas de IA por poder computacional para treinar modelos de linguagem ampla, atraindo startups sem dinheiro para seus serviços em nuvem em troca de participações que poderão lhes dar uma influência descomunal sobre empresas nascentes.

A CMA já está examinando o investimento de US$ 13 bilhões da Microsoft na OpenAI, um negócio que também despertou a atenção das autoridades antitruste dos Estados Unidos e Europa.

A Microsoft, que participou de uma rodada de financiamento de US$ 1,3 bilhão para a Inflection no ano passado, contratou em março o presidente-executivo da companhia, Mustafa Suleyman, cofundador da DeepMind da Google, juntamente com vários outros membros da equipe. A iniciativa ocorreu depois que a Microsoft firmou uma parceria de "vários anos" com a Mistral, um startup com apenas um ano de vida, em fevereiro.

No mês passado, a Amazon ampliou seu investimento na Anthropic, a fabricante do sistema Claude AI. A Anthropic recebeu anteriormente financiamento da Google.

A CMA disse este mês em um documento, que constatou uma "teia interconectada" de mais de 90 parcerias e investimentos envolvendo as mesmas seis "Big Techs" – Google, Apple, Microsoft, Meta, Amazon e a fabricante de chips Nvidia – que cria o risco de "uma dependência excessiva de um punhado de grandes empresas".

US$ 13 bi
da Microsoft estão sob exame da CMA

Sarah Cardell, presidente da CMA, diz que a autoridade reguladora está "determinada a aplicar lições históricas" depois de um pequeno grupo de empresas sediadas principalmente no EUA ter dominado os setores de propaganda on-line, computação em nuvem e telecomunicações móveis.

A Amazon, que já brigou com a CMA por seu investimento minoritário na Deliveroo, a empresa britânica de "delivery" de alimentos, atacou a mais nova possível intervenção da CMA.

"É algo sem precedentes para a CMA analisar uma colaboração desse tipo", disse a Amazon, apontando para um "investimento limitado" na Anthropic que não lhe garante um assento no conselho de administração, nem exige que a startup use exclusivamente seu serviço de computação em nuvem. "Ao investir na Anthropic, estamos ajudando a tornar o segmento de IA generativa mais competitivo do que ele tem sido nos últimos dois anos."

A Microsoft, que passou a maior parte do ano passado lutando com a CMA em razão de sua aquisição da Activision Blizzard, observou que não é comum a agência examinar um negócio que envolve recrutamento, em vez de uma fusão total.

"Continuamos confiantes de que as práticas de negócios comuns, como a contratação de talentos ou investimentos fracionários em uma startup de IA, promovem a competição e não são a mesma coisa que uma fusão", disse a Microsoft. "Forneceremos à Competition and Markets Authority do Reino Unido as informações de que ela necessita para concluir rapidamente suas investigações." *(Tradução de Mario Zamarian)*

Tecnologia Perdas causadas por softwares que sequestram dados chegam a quase US$ 28 bi desde 2020

Hacker testa novo ataque em país mais pobre

Ellesheva Kissin
Financial Times, de Londres

Hackers vêm testando seus mais novos "ransomwares" em empresas da África, Ásia e América do Sul antes de direcionarem suas miras a países mais ricos com métodos de segurança mais avançados. "Ransomwares" são softwares usados para extorsão por meio de sequestro de dados digitais dos usuários.

Esses criminosos digitais têm adotado a "estratégia" de se infiltrarem em sistemas de países em desenvolvimento antes de se dedicarem a alvos de maior valor em regiões como a América do Norte e a Europa, segundo um relatório publicado nesta quarta-feira (24) pela empresa de cibersegurança Performanta.

"Os criminosos vêm usando países em desenvolvimento como uma plataforma na qual podem testar seus vírus antes de se concentrarem em países com mais recursos", informou a Performanta ao Banking Risk and Regulation, um serviço do "FT Specialist".

Entre os alvos recentes de "ransomwares" há um banco senegalês, uma empresa de serviços financeiros no Chile, uma empresa de assessoria tributária na Colômbia e uma agência econômica governamental na Argentina, que sofreram ataques como parte dos testes de gangues digitais em países em desenvolvimento, segundo o relatório.

O relatório surge em um momento em que os ataques cibernéticos quase dobraram comparado ao período anterior à pandemia de covid-19. As invasões foram agravadas no mundo em desenvolvimento, favorecidas pelo cenário de rápida digitalização, boas redes de internet para navegar e "proteção inadequada", destacou o Fundo Monetário Internacional (FMI) neste mês.

As perdas relatadas com incidentes do tipo por empresas em todo o mundo desde 2020 subiram para quase US$ 28 bilhões, com bilhões de arquivos roubados ou comprometidos, informou o FMI, acrescentando que os custos totais provavelmente são "substancialmente mais altos".

A tática do "terreno de preparação" tem funcionado porque as empresas nesses países têm "menos consciência de cibersegurança", disse Nadir Izrael, diretor de tecnologia do grupo de segurança cibernética Armis.

> Invasores buscam alvos mais fáceis quando não sabem como funciona a tecnologia de ataque

"Digamos que você vá atacar bancos", disse Izrael. "Você iria testar um novo pacote armamentista em um país como Senegal ou Brasil, onde existem bancos suficientes que podem ser similares, ou em filiais internacionais de empresas que sejam similares ao que você gostaria de tentar atacar."

Em 2023, a Medusa, uma gangue digital que "transforma arquivos em pedra" ao roubar e criptografar os dados de empresas, começou a atacar empresas na África do Sul, Senegal e Tonga, segundo o relatório da Performanta. A Medusa foi responsável por 99 violações nos EUA, Reino Unido, Canadá, Itália e França em 2023.

Equipes de segurança seriam capazes de captar alertas sobre um ataque iminente, mas o usuário comum só se daria conta quando fosse bloqueado do sistema de seu computador, segundo Hanah-Marie Darley, diretora de análises de ameaças da empresa de cibersegurança Darktrace.

Um arquivo, com o assunto !!!LEIA_ME_MEDUSA!!!.txt., instrui o usuário a se conectar à dark web [sites ocultos na internet, parte da deep web] e iniciar a negociação de resgate com o "serviço ao cliente" da gangue. Se as vítimas recusam, os hackers publicam os dados roubados.

> "Os criminoso testam seus vírus antes de se focarem em países com mais recursos"
> *Performanta*

As empresas de cibersegurança monitoram a dark web em busca de informações e criam uma "isca" — sites falsos que imitam alvos atrativos — em países em desenvolvimento para capturar ataques experimentais em estágio inicial.

Quando um grupo de hackers começou a discutir neste ano uma nova vulnerabilidade, chamada CVE-2024-29201, eles "miraram especificamente alguns [servidores expostos] em países do terceiro mundo para testar até que ponto o ataque era confiável", disse Izrael, da Armis, cujos analistas estavam monitorando as conversas da gangue na dark web.

Os ataques às iscas da Armis, 11 dias depois, confirmaram as suspeitas: a gangue atacou apenas o Sudeste Asiático, antes de usar as técnicas de forma mais ampla em uma fase posterior.

Sherrod DeGrippo, diretora de estratégia de inteligência de ameaças da Microsoft, no entanto, disse que algumas das gangues digitais são "oportunistas" demais para testar novos ataques de forma tão metódica.

Nesse sentido, os países em desenvolvimento também têm detectado um aumento de atividade, à medida que hackers em países mais pobres compram ransomwares baratos e realizam seus próprios ataques menores, segundo DeGrippo.

Gangues como a Medusa começaram a vender suas invenções para hackers menos avançados, segundo a diretora da Darktrace, Darley. Esses hackers muitas vezes não sabiam como a tecnologia funcionava e a usavam contra alvos mais fáceis, acrescentou.

Qualquer hacker que tome seu tempo para usar suas técnicas em áreas isoladas, relativamente desprotegidas em países em desenvolvimento, é mais avançado, disse Darley.

Teresa Walsh, diretora de inteligência na organização sem fins lucrativos especializada em ameaças digitais mundiais FS-ISAC, afirma que as gangues podem trabalhar dentro do ambiente local para "aperfeiçoar" seus métodos de ataque e depois "exportar" esses esquemas para países onde o mesmo idioma é falado: do Brasil para Portugal, por exemplo.

A velocidade da adoção digital na África vem "superando o desenvolvimento de medidas sólidas de cibersegurança, e a consciência geral das ameaças digitais é baixa", afirma Brendan Kotze, que é analista cibernético da Performanta.

"Isso combinado cria uma lacuna preocupante, cada vez maior, nas defesas que os cibercriminosos vêm explorando", acrescentou. ***(Tradução de Sabino Ahumada)***

PHILIPP KATZENBERGER/UNSPLASH

Para executiva da Microsoft, algumas gangues digitais compram vírus baratos porque são "oportunistas" demais para testar novos ataques de forma metódica

Mediabrands é líder no ranking de agências em 2023

Publicidade

Daniela Braun
De São Paulo

A agência de publicidade Mediabrands, do grupo americano Interpublic (IPG), lidera o ranking Cenp-Meios 2023, das agências que mais investiram em mídia no Brasil, em 2023. Na segunda posição está a Bect Havas, seguida pela Artplan, informou o Cenp-Meios, do Fórum de Autorregulação do Mercado Publicitário (Cenp).

O Cenp mensurou um investimento total de R$ 23,4 bilhões em publicidade realizado ao longo de 2023, um aumento de 10,38% ante 2022, considerando 336 agências participantes da pesquisa.

Segundo o Cenp, o resultado de 2023 considera a integração das agências Mullen Lowe e Reprise Digital à Mediabrands. No ranking de 2022, a Reprise estava em 11º lugar e a Mullen Lowe, em 17º.

A fusão das agências VMLY&R e Wunderman Thompson, que formaram a VML em dezembro do ano passado, não foi considerada no ranking. Em 2023, a VML ficou em 10º lugar no ranking e a Wunderman Thompson em 13º.

O ranking anual do Cenp-Meios considera os investimentos em mídia feitos pelas agências em nome dos seus clientes-anunciantes. Os dados captam os valores de pedidos de inserções que foram efetivamente executados pelas agências participantes, e não os valores de tabela dos veículos.

As dez agências que mais investiram em mídia no ano passado, segundo o Cenp-Meios, são Mediabrands, Betc Havas, Artplan, WMcCann, EssenceMediacom, Galeria, Almap BBDO, Africa DDB, Publicis Brasil e VMLY&R. O ranking completo contém 265 agências.

> **10,38%**
> **é a alta do investimento em 2023**

Curtas

Nvidia compra startup

A Nvidia anunciou nesta quarta-feira (24) um acordo para comprar a Run:ai, provedora israelense de softwares para gerenciamento de poder computacional para inteligência artificial. A Run:ai oferece serviços para melhorar a eficiência das unidades de processamento que são utilizadas em inteligência artificial. O site da empresa diz que o uso dos seus softwares melhora em dez vezes o processamento de dados, informou a Dow Jones Newswires. Segundo o site CrunchBase, a Run:ai levantou US$ 118 milhões em rodadas de financiamento com gestoras como TLV Partners, Insight Partners, S Capital e Tiger Global Management.

Uber e Lyft caem

As ações da Uber Technologies e da Lyft estão caindo por um motivo surpreendente: o diretor-presidente da Tesla, Elon Musk. Seus comentários sobre os robotáxis na teleconferência de resultados da Tesla na noite de terça-feira parecem ter abalado a confiança dos investidores no mercado tradicional de táxis, onde Uber e Lyft fizeram incursões substanciais, informou a Dow Jones Newswires. As ações da Uber e Lyft chegaram a cair 3,5% e 5,1%, respectivamente, durante o pregão na Bolsa de Nova York, enquanto o S&P 500 e o Nasdaq Composto caíam 0,2% e 0,1%, respectivamente. A Tesla planeja operar uma rede de carona, como o Uber.

Fábrica de Games em SP

O governo de São Paulo lançou a "Fábrica de Games", um projeto para formar jovens no desenvolvimento de jogos. A iniciativa tem foco em jovens entre 14 e 21 anos e, ao todo, serão 225 vagas. As inscrições começam a partir de julho, enquanto as aulas começam em agosto. Cada uma das 15 unidades das Fábricas de Cultura vai oferecer uma turma no curso de qualificação em games, com duração de dois semestres. O segmento de games movimenta quase R$ 1 bilhão por ano e emprega 6 mil pessoas somente no Estado. São Paulo concentra mais de 30% das empresas do país e responde por 43% das receitas do setor nacional de games.

Lucro da IBM sobe 69%

A IBM teve lucro de US$ 1,6 bilhão no primeiro trimestre do ano, com crescimento de 69% em relação ao apresentado um ano antes. O lucro por ação ficou em US$ 1,69. O resultado veio acima das expectativas, mas a receita de vendas ficou pouco abaixo. As ações da IBM caíam 6,7%, a US$ 171,78, no pós-mercado em Nova York. No pregão regular, os papéis subiram 1,1%, para US$ 184,10. A receita subiu 1%, para US$ 14,5 bilhões. A receita de software cresceu 5,5%, para US$ 5,9 bilhões; as de consultoria e de infraestrutura permaneceram estáveis em US$ 5,19 bilhões e US$ 3,08 bilhões, respectivamente. ***(Ana Beatriz Bartolo, de São Paulo)***

Movimento falimentar

Falências Decretadas

Empresa: **Cláudia Fabiano Lopes Pires Locação de Veículos Ltda. ME -** CNPJ: 08.164.705/0001-56 - Endereço: Rua Paramaribo, 105, Bairro Parque Das Américas - Administrador Judicial: Acfb Administração Judicial Ltda. Me, Representada Pela Dra. Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Melo & Soares Pizza Iguatemi Ltda. Epp -** CNPJ: 20.350.099/0001-69 - Endereço: Av. Washington Soares, 85, Complemento 738, Bairro Edson Queiroz - Requerente: Melo & Soares Pizza Iguatemi Ltda. Epp - Vara/Comarca: 3a Vara Empresarial de Recuperação de Empresas e Falências do Estado do Ceará, Fortaleza/CE - Observação: Petição inicial de auto falência indeferida.

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Uai Comércio Digital Eireli ME -** CNPJ: 13.035.177/0001-75 - Endereço: Rua Gardênia, 95, Bairro Chácaras Boa Vista - Administrador Judicial: Paoli Balbino & Barros Sociedade de Advogados, Representada Pelo Dr. Otavio de Paoli Balbino de Almeida Lima - Vara/Comarca: 3a Vara Empresarial de Contagem/MG

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Trilobit Comércio, Montagem e Fabricação de Placas Eletrônicas Ltda. -** CNPJ: 05.741.912/0001-38 - Endereço: Rua Ivan Popov, 14, Lote 07, Parque Ipê - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Trilobit Soluções Tecnológicas Ltda. -** CNPJ: 11.939.616/0001-49 - Endereço: Rua Mahatma Gandhi, 272, Bairro Xaxim, Curitiba/pr - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Agenda Tributária

Mês de Abril de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Março/2024
25	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)		
	Posição na Tipi Produto		
	87.03 Automóveis de passageiros e outros veículos automóveis principalmente concebidos para transporte de pessoas (exceto os da posição 87.02), incluídos os veículos de uso misto (station wagons) e os automóveis de corrida;	0676*	Março/2024
	87.06 Chassis com motor para os veículos automóveis das posições 87.01 a 87.05;	0676*	"
	84.29 Bulldozers, angledozers, niveladores, raspo-transportadores (scrapers), pás mecânicas, escavadores, carregadoras e pás carregadoras, compactadores e rolos ou cilindros compressores, autopropulsados;	1097*	"
	84.32 Máquinas e aparelhos de uso agrícola, hortícola ou florestal, para preparação ou trabalho do solo ou para cultura; rolos para gramados (relvados), ou para campos de esporte;	1097*	"
	84.33 Máquinas e aparelhos para colheita ou debulha de produtos agrícolas, incluídas as enfardadeiras de palha ou forragem; cortadores de grama (relva) e ceifeiras; máquinas para limpar ou selecionar ovos, frutas ou outros produtos agrícolas, exceto as da posição 84.37;	1097*	"
	87.01 Tratores (exceto os carros-tratores da posição 87.09);	1097*	"
	87.02 Veículos automóveis para transporte de 10 pessoas ou mais, incluindo o motorista;	1097*	"
	87.04 Veículos automóveis para transporte de mercadorias;	1097*	"
	87.05 Veículos automóveis para usos especiais (por exemplo: auto-socorros, caminhões-guindastes, veículos de combate a incêndios, caminhões-betoneiras, veículos para varrer, veículos para espalhar, veículos-oficinas, veículos radiológicos), exceto os concebidos principalmente para transporte de pessoas ou de mercadorias;	1097*	"
	87.11 Motocicletas (incluídos os ciclomotores) e outros ciclos equipados com motor auxiliar, mesmo com carro lateral; carros laterais.	1097*	"
25	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)		
	Tabaco e seus Sucedâneos Manufaturados, Exceto Cigarros Contendo Tabaco	5110*	Março/2024
	Todos os produtos, com exceção de: bebidas (Capítulo 22), Tabaco e seus Sucedâneos Manufaturados (Capítulo 24) e os das posições 84.29, 84.32, 84.33, 87.01 a 87.06 e 87.11 da Tipi	5123*	"
	Bebidas do capítulo 22 da Tipi	0668*	"
	Cervejas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0821*	"
	Demais bebidas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0838*	"
25	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Faturamento	8109*	Março/2024
	Folha de salários	8301*	"
	Pessoa jurídica de direito público	3703*	"
	Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária	8496*	"
	Combustíveis	6824*	"
	Não-cumulativa	6912*	"
	Vendas à Zona Franca de Manaus (ZFM) - Substituição Tributária	1921*	"
	Cervejas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0679*	"
	Demais bebidas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0691*	"
	Álcool - Regime Especial de Apuração e Pagamento previsto no §º 4º do art. 5º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.	0906*	"
25	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Demais Entidades	2172*	Março/2024
	Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária	8645*	"
	Combustíveis	6840*	"
	Não-cumulativa	5856*	"
	Vendas à Zona Franca de Manaus (ZFM) - Substituição Tributária	1840*	"
	Cervejas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0760*	"
	Demais bebidas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0776*	"
	Álcool - Regime Especial de Apuração e Pagamento previsto no §º 4º do art. 5º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.	0929*	"
25	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Ativo	1661*	11 a 20/abril/2024
	CPSS - Servidor Civil Inativo	1700*	"
	CPSS - Pensionista Civil	1717*	"
	CPSS - Patronal - Servidor Civil Ativo - Operação Intra-Orçamentária	1769*	"
	CPSS - Patronal - Servidor no Exterior - Operação Intra-Orçamentária	1814*	"
25	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Ativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1723*	11 a 20/abril/2024
	CPSS - Servidor Civil Inativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1730*	"
	CPSS - Pensionista - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1752*	"

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: *Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência*

Cenários Iniciativa busca garantir conformidade socioambiental na produção e compra de carne no bioma; 3 varejistas também assinaram acordo

Frigoríficos aderem a Protocolo do Cerrado

ANNA CAROLINA NEGRI/VALOR

Bovinos em área de Cerrado; bioma tem importantes bacias hidrográficas e vem batendo recordes de desmatamento

Daniela Chiaretti
De Brasília

O Protocolo do Cerrado, um conjunto de 11 critérios negociado com frigoríficos e atacadistas para que comprem carne de quem não pratica ilegalidades sociais e ambientais, foi lançado ontem depois de três anos de elaboração. É um instrumento voluntário.

Batizado de "Protocolo de monitoramento voluntário de fornecedores de gado no Cerrado", a iniciativa procura garantir conformidade de socioambiental na produção e compra de carne no Cerrado. O bioma é uma das áreas de maior biodiversidade de savana do mundo, reúne oito das principais bacias hidrográficas do Brasil e vem batendo recordes de desmatamento.

O protocolo começou a ser desenhado em 2020 pelo Imaflora e as ONGs Proforest e a americana National Wildlife Federation (NWF), além de colaboração do WWF Brasil, da indústria alimentícia, do Ministério Público Federal (MPF) e entidades do setor pecuário.

A padronização de critérios atraiu cinco frigoríficos — JBS, Minerva, Marfrig, Frigol e Masterboi — e três varejistas — Grupo Pão de Açúcar, Carrefour Brasil e Arcos Dorados.

São 11 critérios que envolvem análises geoespaciais para avaliar se há sobreposição da área de criação de gado com regiões desmatadas, com conversão de vegetação nativa ou com áreas protegidas — terras indígenas, territórios quilombolas, unidades de conservação — e também com áreas onde há embargos ambientais.

Se o combate ao desmatamento na Amazônia está surtindo resultados, o Cerrado é o epicentro da derrubada. Pelos dados oficiais do Prodes Cerrado, de novembro, foram 11.011 quilômetros quadrados de corte raso entre agosto de 2022 e julho de 2023, aumento de 3% em relação ao ano anterior.

Entre janeiro e março de 2024, o sistema Deter, que monitora em tempo real a alteração da cobertura vegetal, apontou 1.475 km2 de destruição no Cerrado, o patamar mais alto da série histórica.

Boa parte disso se deve a licenças de desmatamento dadas pelos órgãos estaduais. "O desmatamento no Cerrado precisa ser freado e ser sem adjetivos, legal ou ilegal", disse a pesquisadora Mercedes Bustamante, professora titular da Universidade de Brasília e uma das maiores especialistas em Cerrado do Brasil, durante evento do Observatório do Meio Ambiente no Conselho Nacional de Justiça, em Brasília, na segunda-feira.

O Cerrado concentra 36% do rebanho brasileiro e mais de 63% da produção brasileira de grãos.

O protocolo é inspirado em uma iniciativa que deu certo, o Boi na Linha, lançada em 2019 entre Imaflora e MPF, com Termos de Adequação de Conduta. Aqui, contudo, os compromissos são voluntários. "A ideia é tentarmos consolidar no Cerrado a prática da pecuária sustentável e soluções que contribuem no enfrentamento da crise do clima", disse o engenheiro agrônomo Lisandro Inakake, gerente de projetos em cadeias agropecuárias do Imaflora.

"Buscamos trazer para o Cerrado a abordagem de análise de riscos e bloqueio de compras quando as propriedades não atendem os critérios socioambientais", afirmou. "Não é um acordo de desmatamento zero. O grande valor dele é trazer regramentos comuns e avançar com isso".

Entre os critérios está a observação se há alterações nos limites e a conformidade do Cadastro de Área Rural (CAR). Outro parâmetro analisa a Guia de Trânsito Animal (GTA). Também há critérios que preveem o cruzamento com listas públicas de trabalho escravo e com embargos ambientais. O último item, de análise da produtividade da propriedade, busca impedir a triangulação de animais provenientes de áreas com irregularidades.

Em nota, a Associação Brasileira dos Exportadores de Carne (Abiec), afirmou que tem por meta que seus associados adotem padrões de monitoramento em todo o Brasil em, no máximo, dois anos.

Recém-criada, Tello projeta faturar R$ 500 milhões até 2026

Insumos

Isadora Camargo
De São Paulo

A Tello, indústria de fertilizantes que tem como sócios Amaggi, Coopercitrus, Souza e Lucas Participações, Viola Participações e Tecnobeef, projeta faturar R$ 500 milhões até o ano safra 2026/27 com a produção de adubo organomineral no Brasil.

A sociedade foi anunciada em janeiro, e a Tello começou a produzir neste mês na fábrica da AgroCP, fornecedora de fertilizantes que fica em Três Pontas (MG). A AgroCP é presidida por Marcos Lucas, um dos sócios da Souza e Lucas Participações. Até 2025, essa planta fabricará 200 mil toneladas de adubo.

Os cinco grupos do agro planejam inaugurar sua primeira fábrica própria, em Altair (SP), até o fim do próximo ano. O investimento inicial na construção que está em curso foi de R$ 120 milhões. Segundo Carlos Pellicer, sócio da Viola Participações, a capacidade de produção da planta deverá alcançar 400 mil toneladas por ano.

A Tello será apresentada oficialmente na Agrishow, que começa na próxima segunda-feira, em Ribeirão Preto (SP). Sem metas de fechamento de negócios, Pellicer disse que os grupos apostam na feira para explicar o tipo de tecnologia usada e mensurar o potencial de mercado para além do Estado de São Paulo para o que chamam de "fertilizantes biointeligentes".

Os produtos da Tello utilizam matéria orgânica proveniente de resíduos animais e florestais para "envolver" elementos químicos do pacote NPK (nitrogênio, potássio e fósforo), cuja dependência do Brasil é expressiva, segundo Pellicer.

"O diferencial da empresa é a tecnologia de mistura dessas matérias-primas, que possibilitará formulações sob medida e com funções diferentes para cada talhão da lavoura a partir das necessidades do produtor", disse. Neste ano, dois produtos serão vendidos para identificar o interesse do mercado. As culturas-alvo são citrus, soja, café, algodão e milho.

Os resíduos de matéria orgânica animal serão fornecidos pela TecnoBeef e os resíduos florestais serão coletados em outras indústrias, como as de papel e celulose.

AGEPAR
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO PARANÁ - AGEPAR
PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

CONSULTA PÚBLICA Nº 004/2024-AGEPAR

A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – Agepar, no uso de suas atribuições, e nos termos da Lei Complementar Estadual nº 222/2020 (art. 45 e seus parágrafos), **comunica** aos interessados a abertura, a partir das 08h00min do dia **26 de abril de 2024, de CONSULTA PÚBLICA**, que ficará aberta até as 20h00min do dia 11 de maio de 2024, nos termos da excepcionalidade prevista no parágrafo 2º do art. 45 da Lei Complementar Estadual n.º 222/2020, conforme deliberação do Conselho Diretor/AGEPAR na REUNIÃO n.º 10/2024 – ORDINÁRIA (Convocação nº 10/2024 - SUPLEMENTAR), realizada em 23 de abril de 2024, destinada a obter contribuições, sugestões propostas, críticas e demais manifestações pertinentes, por quaisquer interessados, a respeito da **"Minuta de Resolução que aprova o Plano de Fiscalização da Base de Remuneração Regulatória (BRR) da 3ª Revisão Tarifária Periódica (RTP) do Serviço de Saneamento Básico (água e esgoto)"**, consoante as informações contidas no processo administrativo de protocolo n.º 21.925.148-3. O objeto da consulta pública, bem como demais informações relativas à sua realização, estarão disponíveis no sítio eletrônico da Agência, na aba Participação Social – Consultas Públicas – Consultas Públicas em Andamento (disponível em https://www.agepar.pr.gov.br/Pagina/Consultas-Publicas) – Consulta Pública n.º 4/2024.

Curitiba/PR, 23 de abril de 2024.

(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021) - Reinhold Stephanes - **Diretor-Presidente**

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Estratégia ‘Constelação’ de investidores faz aporte de R$ 50 milhões na empresa, que prevê aquisição de mais uma fazenda e terceirização de parte do alojamento de aves

Raiar, de ovos orgânicos, atrai dinheiro novo e acelera seus planos de expansão

Patrick Cruz
De Avaré (SP)

A Raiar Orgânicos, uma das maiores produtoras de ovos orgânicos do país, vai acelerar o projeto de expansão de suas operações. A empresa acaba de concluir uma rodada de investimento em que levantou R$ 50 milhões, montante 25% maior que a meta inicial.

Participaram da rodada, ao todo, 24 investidores, e muitos deles fizeram o aporte na pessoa física. Estão na lista, entre outros, Pelerson Penido Dalla Vecchia, presidente do Grupo Roncador, Otavio Castello Branco, um dos fundadores do Pátria Investimentos, Fábio Barbosa, o principal executivo da Natura, e Ciro Echesortu, diretor-executivo do Ceibos Group, do Uruguai, e ex-presidente global da Louis Dreyfus Company (LDC), além do Sabi, um fundo de impacto suíço.

“O perfil dos investidores é um grande sinal de confiança na empresa”, disse Marcus Menoita, um dos fundadores da Raiar. “Nessa lista, só tem gente que sabe fazer conta”. Antes de criar a companhia com os sócios Leandro Almeida e Luis Barbieri, Menoita fundou a NovaAgri, empresa de armazenagem e logística agrícola que a Toyota comprou em 2015. Almeida também é egresso da NovaAgri, e Barbieri trabalhou por 15 anos na Dreyfus, da qual foi diretor de grãos e óleos.

A propriedade da Raiar em Avaré (SP), a cerca de 260 quilômetros da capital do Estado, é o centro da nova fase de expansão. A fazenda, de 170 hectares, já tem oito aviários de produção — cada um deles pode abrigar 20 mil galinhas — e dois de recria. O projeto original, anterior à entrada dos novos recursos, já previa uma estrutura com 32 aviários de produção e oito de recria, mas o andamento das obras agora vai se intensificar: a capacidade da fazenda vai dobrar nos próximos 12 meses.

ROGERIO VIEIRA/VALOR
Fernando Bicaletto, Leandro Almeida, Luis Barbieri e Marcus Menoita, da Raiar Orgânicos: plano da empresa prevê o alojamento de 2 milhões de aves

O plano de expansão prevê que a fazenda, hoje o único local de produção de ovos da companhia, passará a responder por um terço do alojamento de aves. Serão, ao todo, 700 mil galinhas na propriedade quando todos os aviários estiverem prontos.

A Raiar pretende comprar mais uma fazenda, que abrigará outras 700 mil galinhas. “Ainda vamos definir o local, mas já sabemos que ela ficará perto de um grande centro consumidor”, diz Menoita. Em Avaré, ele observa, a companhia está a “três horas de estrada asfaltada” de São Paulo. “O ovo tem que chegar fresco ao consumidor”.

Para chegar a 2 milhões de aves de postura, o plano que a companhia apresentou aos investidores prevê a terceirização do alojamento das aves. Os fundadores da empresa explicam que não se trata de um regime de integração, bastante comum no segmento, porque a empresa não vai procurar avicultores para terceirizar a criação de galinhas. Em vez disso, ela vai trabalhar exclusivamente com produtores rurais que se dedicam a outras atividades e que nunca atuaram na produção de frango e ovos antes.

ROGERIO VIEIRA/VALOR

> “Vamos comprar mais uma fazenda. Ela vai ficar perto de um grande centro consumidor”
> *Marcus Menoita*

“Queremos evitar vícios de quem já atua na área. A avicultura orgânica é diferente da convencional”, afirma Luis Barbieri. A empresa vai criar uma espécie de “guia” com orientações detalhadas sobre a produção para orientar os futuros parceiros, e vai fornecer a ração orgânica que ela própria produz na fazenda de Avaré.

Fernando Bicaletto, executivo que assumiu a direção comercial da Raiar no início do ano passado, diz que a ideia é que a produção de ovos seja um complemento de renda para produtores rurais que se dedicam a outras atividades. A empresa ainda vai definir quanto pretende oferecer como remuneração aos futuros parceiros.

A empresa nasceu em 2020, quando os sócios levantaram um investimento de R$ 100 milhões. Em visita do **Valor** à propriedade em Avaré, mais de uma vez os sócios trataram a Raiar como uma empresa de proteínas, o que pode sugerir a ideia de ela entrar em outros mercados em algum momento no futuro. “É possível”, diz Barbieri. “Mas isso não está em planilha alguma. Nosso negócio é ovo. Queremos fazer isso bem feito”.

CNA quer Plano Safra 30% maior e mais R$ 2,1 bilhões para seguro rural

Políticas

Rafael Walendorff
De Brasília

Diante de um cenário de preços das commodities em baixa, margens achatadas e clima adverso, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) propôs ao ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, que o Plano Safra 2024/25 disponibilize R$ 570 bilhões em recursos para financiamentos de pequenos, médios e grandes produtores do país. O montante é 30% maior que o total anunciado na temporada atual, de R$ 435,8 bilhões.

Na topo da lista de prioridades da entidade está o fortalecimento do orçamento para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). A CNA pediu a suplementação de R$ 2,1 bilhões ainda neste ano, para elevar a verba disponível de R$ 947 milhões para R$ 3 bilhões até dezembro, e a destinação de R$ 4 bilhões para a política em 2025 diante das incertezas climáticas.

“Seguro rural hoje é vital para o agro brasileiro”, disse o presidente da CNA, João Martins. A entidade destacou que a combinação das adversidades climáticas e dos solavancos do mercado colocam em xeque a viabilidade econômica de muitas atividades agropecuárias.

A CNA criticou a falta de recursos para o PSR e a redução de área coberta com o subsídio federal em 2023, quando ficou em 6,3 milhões de hectares. Segundo a entidade, há uma considerável “apreensão” em relação aos investimentos na produção agropecuária neste ano. A confederação defende blindar as despesas com a subvenção do seguro rural de cortes e contingenciamentos.

Para garantir o fluxo dos financiamentos no ciclo 2024/25, a confederação pediu a suplementação do orçamento para a equalização de juros do crédito rural, que ficou em R$ 11,3 bilhões em 2024. O orçamento da União deverá ser impactado em cerca de R$ 1,4 bilhão para bancar a prorrogação de investimentos anunciadas em março para ajudar produtores prejudicados pela seca neste ano.

A estimativa da CNA é que o novo plano demande R$ 22 bilhões de verba federal ao longo dos próximos anos, pleito que esbarra no arrocho fiscal de Brasília.

A CNA sugeriu a oferta de R$ 359 bilhões para financiamentos de custeio e comercialização de médios e grandes produtores e outros R$ 111 bilhões para investimentos. Com isso, a agricultura empresarial teria R$ 470 bilhões em crédito rural na temporada, 29% a mais que no ciclo 2023/24, quando foram ofertados R$ 364,22 bilhões para esse público.

Para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a CNA reivindicou R$ 100 bilhões, 40% a mais que os R$ 71,6 bilhões do Plano Safra vigente. A entidade sugeriu aumentar a renda bruta anual para fins de enquadramento dos pequenos produtores, de R$ 500 mil para R$ 675 mil, dos médios, de R$ 3 milhões para R$ 3,6 milhões, e dos grandes, acima de R$ 3,6 milhões. Os limites de crédito de cada categoria também devem ser elevados, defendeu.

A CNA ainda indicou a necessidade de priorizar a destinação de recursos para os programas de investimento de pequenos e médios produtores e para algumas linhas específicas, como para o financiamento da construção de armazéns (PCA), de irrigação (Proirriga), de inovações tecnológicas (Inovagro) e de Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis (RenovAgro).

O documento entregue ao ministro Carlos Fávaro não menciona os juros desejados pela entidade para o Plano Safra 2024/25, mas o setor cobra redução das taxas em linha com a queda da Selic. A CNA cobrou descontos nas alíquotas para quem adota boas práticas.

A entidade também propôs melhorias na partilha do orçamento da equalização e punições às instituições que não aplicaram os montantes prometidos. Também pediu mais transparência na composição dos spreads bancários para reduzir os custos finais das transações aos produtores.

Para garantir o aumento de 30% no montante de crédito disponibilizado na próxima safra, a entidade propôs aumentar o direcionamento para 30% no caso dos depósitos à vista, para 70% na poupança rural e para 85% nas LCAs.

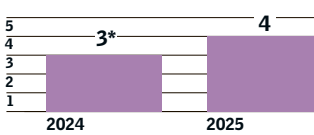
Plano Safra 2024/25
Crédito e seguro rural em foco

Propostas da CNA - em R$ bilhões

Custeio e comercialização	359
Investimentos	111
Pronaf	100
Total	**570**

Plano atual - em R$ bilhões

Custeio e comercialização	272,1
Investimentos	92,1
Pronaf	71,6
Total	**435,8**

Seguro rural - em R$ bilhões

Fonte: CNA *Com suplementação de R$ 2,1 bilhões

Fávaro defende ‘inovação’ para ampliar a oferta de crédito

De Brasília

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, afirmou ontem que será preciso “inovar” na formulação do Plano Safra 2024/25 para garantir a disponibilidade de valores mais altos para os financiamentos rurais e atender aos anseios dos produtores, sem depender apenas do orçamento federal para a equalização de juros.

Ele indicou que os índices de direcionamentos das fontes de recursos para empréstimos aos produtores serão mantidos ou ampliados para a safra 2024/25 e que as linhas para custeio e investimento em dólar terão taxas mais atrativas aos produtores.

“No Plano Safra 2023/24, a grande mudança foi na formação do direcionamento dos recursos da poupança rural, LCAs [Letras de Crédito do Agronegócio] e depósitos à vista. Não retrocederemos nisso e vamos avançar com direcionamentos para ter mais recursos”, disse, após receber demandas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

“Não podemos ter só foco no orçamento, é importante aumentar recursos para a subvenção. Mas não só isso. É ter as linhas dolarizadas ampliadas, o custeio dolarizado será mais competitivo, pois conseguimos juros mais baratos. Ampliar o aspecto de recursos também é forma de atender os produtores”, completou.

Fávaro destacou ainda que pretende ampliar os recursos para a subvenção ao prêmio do seguro rural e que o tema é “a prioridade número um” de seu ministério na construção do Plano Safra 2024/25.

“É necessário ter mais recursos. Estamos trabalhando com o Ministério da Fazenda. É um pleito prioritário, número um, ter um seguro rural mais efetivo e tranquilizador aos produtores”, disse.

As ações para a gestão de risco climático no campo serão tratadas em conjunto no governo, em um “combo”, afirmou. Entre as medidas em estudo está a possibilidade de migração de parte do orçamento do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) para a subvenção do seguro rural. A demanda da Pasta é por R$ 3 bilhões para o PSR.

Fávaro disse ainda que as prioridades apresentadas estão “sincronizadas” e “muito alinhadas” com o que o Ministério da Agricultura tem buscado para o Plano Safra. *(RW)*

Ambiente
Protocolo do Cerrado é lançado e tem adesão de cinco frigoríficos e três varejistas
B7

Gestão de recursos
RBR, de Almendra, estreia fundo de crédito imobiliário nos EUA com Inter como âncora C6

Crédito
Western reativa fundo para financiar fintechs que ficou parado em 2023 C6

Supervisão
BC celebra termos de compromisso com C6 e Midway C3

Operação-padrão
Servidores do BC aceitam a proposta de reajuste feita pelo governo C2

Dívida Ajuste de expectativas para início de corte de juros nos EUA alterou cenário para captação, que vinha positiva no primeiro trimestre

Fluxo para fundos de bônus do Brasil inverte em abril

Rita Azevedo e Fernanda Guimarães
De São Paulo

Com dados ainda fortes da atividade econômica americana e mudanças nas expectativas sobre o corte de juros nos Estados Unidos, o fluxo para fundos que investem em bônus brasileiros mudou. Desde o início de abril, eles registraram saídas de US$ 61,5 milhões, o que interrompeu o movimento de entrada de recursos visto nos últimos três meses, de acordo com levantamento feito a pedido do **Valor** pela EPFR, consultoria que capta o fluxo de capital nos fundos de investimento globalmente.

Nos três primeiros meses do ano, em um bom momento de emissão de títulos de dívida externa, a entrada de capital nos fundos dedicados a títulos de dívida brasileiros chegou a cerca de US$ 161 milhões. Em todo o ano passado, a entrada de recursos nesses fundos foi da ordem de US$ 46 milhões. O investimento em bônus, contudo, pode ser feito por investidores estrangeiros também dentro dos fundos de bonds emergentes e, em menor peso, nos fundos globais.

A dinâmica positiva desenhada até o início de abril, que influenciou na melhora do ambiente para as emissões brasileiras, desandou com os dados mais recentes de inflação nos Estados Unidos. Os números jogaram ainda mais para frente as projeções de início do corte das taxas de juros na economia americana, o que trouxe volatilidade aos Treasuries e afastou investidores e emissores. Com isso, a euforia dentro dos bancos que estruturam esse tipo de operação foi trocada pela cautela.

"A mudança na perspectiva de queda da taxa de juros é um evento importante o suficiente para dar uma balançada no mercado", diz Samy Podlubny, chefe da área de dívida do UBS BB. "Os eventos afetaram os níveis dos preços no mercado secundário e o apetite para o primário."

Isso, no entanto, não significa que a janela de operações tenha se fechado. "Houve um ajuste de preço, mas acredito que vamos continuar vendo os brasileiros emitindo lá fora neste ano. Estamos acompanhando com atenção e o mercado segue funcionando", diz Alexandre Castanheira, chefe da área de mercado de dívida do Citi.

> "Mudança na perspectiva de juros é evento importante para balançar o mercado"
> *Samy Podlubny*

De janeiro até agora, foram concluídas 13 ofertas brasileiras no mercado de dívida em dólar. A mais recente foi da Movida, que captou US$ 500 milhões, no dia 4 de abril. Na mesma semana, BTG Pactual e Nexa, antiga Votorantim Metais, levantaram US$ 500 milhões e US$ 600 milhões, respectivamente.

Segundo fontes, ao menos uma oferta de companhia brasileira deve ser divulgada nos próximos dias. Empresas que estavam se preparando para apresentar a investidores estrangeiros possíveis emissões não mexeram nos planos, e companhias que passam por reestruturação também devem fazer ofertas para pagar seus vencimentos de curto prazo.

Os nomes que têm porte e caixa para aguardar o melhor momento para uma oferta, como os emissores frequentes, podem esperar mais para captar recursos lá fora. "Eles não precisam emitir de forma urgente", lembra Pedro Frade, responsável pela área de renda fixa internacional do Itaú BBA.

Para Frade, a necessidade, no momento, é de estabilidade dos Treasuries, algo que deve trazer de volta as emissões no mercado externo. O que prejudica nesse momento tem sido uma reprecificação brusca, o que faz com os investidores se sintam menos confortáveis para investir. Até o momento, a projeção de volume financeiro para o ano segue intacta, algo que pode ficar em torno de US$ 20 bilhões.

Caio de Luca Simões, chefe do mercado de capitais de dívida do Bank of America (BofA) no Brasil, acredita que ainda há espaço para ofertas tanto para companhias que já emitem no exterior quanto para estreantes. "Não houve uma mudança estrutural de cenário", diz ele. "A despeito da abertura de spreads, seguimos construtivos, considerando que há apetite dos investidores para papéis tanto de emissores frequentes quanto para novas histórias."

No início de 2024, duas companhias estrearam no mercado de dívida em dólar. A 3R Petroleum fez uma emissão de US$ 500 milhões e a Ambipar, especializada em gestão de resíduos, levantou US$ 750 milhões. O debute de uma brasileira no mercado de bonds não ocorria há dois anos.

Até agora, o volume de títulos brasileiros emitidos lá fora neste ano chega a US$ 11,6 bilhões.

ANNA CAROLINA NEGRI/VALOR

Simões, do BofA: mudança de cenário não é estrutural e ainda há apetite por bonds de emissores frequentes e estreantes

'Meta não é para se discutir, mas para se perseguir', diz Galípolo

Mariana Ribeiro
De São Paulo

O diretor de política monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, disse ontem que o papel da autoridade monetária não é discutir a meta de inflação, mas persegui-la. Buscando reforçar a mensagem de que a instituição está comprometida com esse objetivo, ele acrescentou ter até uma posição mais "radical" de que o BC não deveria participar do voto da meta no Conselho Monetário Nacional (CMN).

O diretor afirmou que, desde que assumiu a posição no BC, tem visto o ceticismo do mercado com o cumprimento da meta — que é de 3% para 2024, 2025 e 2026 — "ir e voltar". "Para a gente, esse é um 'não tema'. Recebemos um mandato e temos que persegui-lo", disse durante participação em evento promovido pela Upload Ventures, em São Paulo.

"Sou até mais radical e acho que o BC nem deveria, no CMN, votar na meta de inflação", acrescentou Galípolo, reforçando que ela deve ser definida pelo poder democraticamente eleito. "A discussão no Copom não passa por se a meta está alta ou baixa, temos que nos preocupar com persegui-la."

Galípolo também foi questionado sobre a influência da curva de juros americana sobre a brasileira e disse que, de fato, o nível de correlação subiu muito. Acrescentou, no entanto, que a autoridade monetária deve agir com calma e não "se emocionar". "Quando a gente escreve 'parcimônia' [nas comunicações oficiais] significa que nem sempre devemos nos emocionar muito com flutuações de curto prazo."

De acordo com ele, talvez o mais adequado seja dar tempo para ver como essas oscilações podem se refletir naquilo que é o mandato do BC, que é a meta de inflação. "É importante ter calma e não se emocionar, ainda que o risco seja ficar um pouco atrasado nesse processo de função de reação."

Foi a primeira fala de Galípolo após comentários do presidente do BC, Roberto Campos Neto, sobre possível alteração no cenário-base da autoridade devido ao aumento de incertezas locais e externas.

Na semana passada, Campos Neto traçou quatro caminhos possíveis para a política monetária no país. Na avaliação dos agentes de mercado, o dirigente buscou se desfazer da orientação de política monetária indicada no comunicado da última decisão do Copom, de que o comitê via como apropriado mais um corte de 0,5 ponto percentual na taxa Selic.

Na última reunião do colegiado, em março, a taxa básica de juros foi reduzida de 11,25% ao ano para 10,75%, com sinalização de mais um corte de 0,5 ponto percentual apenas para a próxima reunião, marcada para 7 e 8 de maio.

Em sua apresentação, Galípolo afirmou ainda que está otimista com o Brasil "e não é de agora".

> "'Parcimônia' significa que nem sempre devemos nos emocionar muito com flutuações de curto prazo"
> *Gabriel Galípolo*

Para ele, apesar da reprecificação de ativos mais recente, com o fortalecimento do dólar, o Brasil tem vantagens comparativas e capacidade de atrair investimento. Ele afirmou que países que estavam mais adiantados no processo de aperto monetário "estão sofrendo um pouquinho na defasagem do ponto de vista da economia norte-americana", ou seja, com a postergação dos cortes de juros pelo Federal Reserve (Fed). "Mas ainda acho que, do ponto de vista estrutural, o Brasil reúne vantagens para se apresentar como um polo de investimentos, ter ganhos de produtividade."

O diretor disse que a demanda das famílias deve permanecer resiliente e que, em um momento de tensão geopolítica global, o país também tem uma situação "bastante privilegiada em comparação a outros países". "O Brasil tem tamanho de mercado, demanda aquecida, com ciclo de política monetária que parece bastante saudável", disse, citando também vantagens em termos de balança comercial e energia limpa.

Leia mais na página C2

Argumento não é original e reforça compromisso do BC

Análise

Alex Ribeiro
De São Paulo

Um dos líderes nas apostas do mercado financeiro para a presidência do Banco Central (BC), o diretor de política monetária da instituição, Gabriel Galípolo, procura afastar desconfianças de que poderia esmorecer na perseguição da meta de inflação. Ontem, ele levou a retórica mais adiante: disse que o BC nem deveria participar da escolha de um objetivo que ele mesmo vai perseguir. Para o BC, a meta deve ser apenas cumprida, e não discutida.

O argumento de Galípolo não é, exatamente, original. No ano passado, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, revelou que, na discussão da lei que deu autonomia à instituição que dirige, recusou uma proposta cogitada por parlamentares que daria uma espécie de poder de veto do BC para mudar a meta de inflação já estabelecida.

Campos Neto também disse que tem certa incongruência em o BC definir a sua própria meta. "A gente acha que tem um pouquinho de conflito de interesse no fato de você determinar sua própria meta", disse.

No exterior, existe mais de um modelo. O Banco Central Europeu define a sua própria meta, já na Inglaterra isso fica a cargo do governo.

A fala de Galípolo parece ter pouco a ver com o processo de escolha da meta em si, que não há nenhum sinal de que esteja sob questão. É sobretudo um esforço para mostrar que, independentemente de Campos Neto estar ou não no comando do BC, a meta será perseguida.

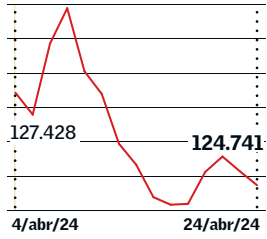
O Copom como um todo tem procurado passar a mesma mensagem desde o ano passado, quando começou o ciclo de distensão monetária. Os documentos oficiais reforçaram a mensagem de que todos os membros do colegiado têm compromisso com o centro da meta.

Apesar de afirmar que o BC não deveria se envolver na definição da meta, Galípolo foi um dos que articularam a manutenção do objetivo em 3%. Quem teve papel decisivo foi o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que obteve do presidente Lula carta branca para a manutenção e adoção da meta contínua, em vez do sistema de ano-calendário.

Além de Galípolo, nomes citados nas especulações para substituir Campos Neto incluem o diretor de assuntos internacionais do BC, Paulo Picchetti, e o ex-diretor de assuntos econômicos Luiz Awazu.

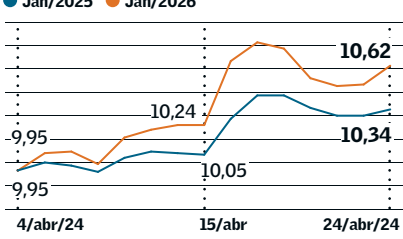
Ibovespa
Em pontos

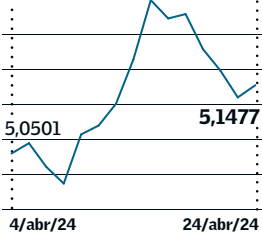
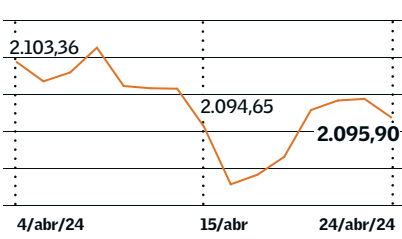
127.428
124.741
4/abr/24
24/abr/24

queda de **0,33%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 24/abr/24 - em %

Bolsa	Variação
Dow Jones	-0,11
S&P 500	0,02
Euronext 100	-0,19
DAX	-0,27
CAC-40	-0,17
Nikkei-225	2,42
SSE Composite	0,76

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

alta de **0,34%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99

Mercados Escalada de juros globais às vésperas de dados importantes nos EUA dita posição defensiva de agentes financeiros e rediscussão sobre passo do BC brasileiro

Ativos locais têm novo dia de queda

Gabriel Roca, Maria Fernanda Salinet, Arthur Cagliari e Matheus Prado
De São Paulo

A escalada dos juros globais, diante das incertezas em relação à política monetária americana e após novo leilão robusto de Treasuries, continuou a impactar os mercados locais ontem. Ao mesmo tempo, a consolidação de visão menos construtiva por parte de investidores aprofunda revisões para a trajetória da Selic e, nesse contexto, as declarações do diretor de política monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, foram acompanhadas de perto.

No fim do dia, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 passou de 10,81% para 10,96%, o dólar teve alta de 0,34%, a R$ 5,1477, e o Ibovespa recuou 0,33%, aos 124.740 pontos. Lá fora, o rendimento da T-Note de dois subiram de 4,908% para 4,937%; e o papel de 10 anos avançou de 4,606% para 4,647%

O ambiente global ainda é de cautela por conta das incertezas em relação ao início do processo de afrouxamento monetário nas economias principais. A pressão externa, inclusive, tem se traduzido em um menor interesse de estrangeiros por mercados emergentes, o que alimenta a pressão vendedora dos ativos locais.

Um outro fator que pesou na alta na curva dos EUA foi que o Tesouro americano emitiu ontem aproximadamente US$ 70 bilhões em T-notes de 5 anos. Ainda que a demanda tenha vindo em linha com a média dos últimos leilões, o volume foi considerado elevado e contribuiu para que as taxas se sustentassem em níveis mais altos desde o início do pregão.

Segundo o estrategista Ian Lyngen, da BMO Capital Markets, os títulos do Tesouro americano "estavam mais fracos, em movimento que pode ser descrito como apático, no sentido de que os volumes eram baixos e a convicção era limitada, enquanto os investidores aguardavam dados de atividade".

Hoje serão divulgados a prévia do Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA referente ao primeiro trimestre, assim como o relatório do índice de preços de gastos com consumo (PCE), relativos ao mesmo período. Os dados para março serão divulgados amanhã. Analistas afirmam que o núcleo da inflação do PCE pode ofuscar os dados do PIB, especialmente se houver uma surpresa altista nos números.

"Independentemente do desempenho do ritmo trimestral anualizado do núcleo da inflação em relação ao consenso de +3,4%, isso representará uma aceleração em relação ao ritmo de +2,0% do quarto trimestre". Ainda segundo Lyngen, os indicadores servirão como um lembrete ao Federal Reserve (Fed, banco central americano) de que ainda há muito trabalho pela frente antes de declarar vitória contra a inflação.

US$ 70 bilhões foi a oferta do Tesouro dos EUA de notas de 5 anos

Diante de um cenário externo pior, agentes deram continuidade ao movimento de revisões em suas projeções para a Selic, reforçando a percepção de que o espaço para cortes de juros é menor do que se imaginava há algumas semanas.

Ontem, o Rabobank passou a contemplar uma taxa de juros mais alta, de 9,75%, no fim do atual ciclo de cortes. "Num cenário mais incerto, nesta conjuntura, acreditamos que o BC deverá desacelerar o ritmo de 0,5 ponto para 0,25 ponto na próxima reunião (maio) e prosseguir com mais três cortes de 0,25 ponto (junho, agosto e setembro) até atingir 9,75%, que deve se manter até o fim de 2025.

E foi nesse contexto de incertezas elevadas, tanto do ponto de vista da política monetária externa quanto da local, que os agentes acompanharam as declarações do diretor de política monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo. Participantes do mercado relataram alguma dificuldade de interpretar as declarações do dirigente, já que não havia transmissão do evento.

ALOISIO MAURICIO/FOTOARENA/AGÊNCIA O GLOBO

Participantes relatam dificuldade para interpretar sinais de Galípolo, do BC

A primeira impressão relatada ao **Valor** por diversos agentes foi a de que as declarações sobre o compromisso com a meta de inflação chamaram a atenção e estariam dentro de um espectro mais conservador da política monetária. Mais tarde, no entanto, as opiniões mudaram e o sinal da mensagem emitida por Galípolo seria a de que ele quer, no mínimo, manter a porta aberta para um corte de 0,5 ponto percentual na reunião de maio.

No fim de sua apresentação, em uma pergunta sobre a correlação entre as taxas de juros de dois anos do Brasil e dos Estados Unidos, Galípolo afirmou que é importante ter calma nestes momentos de reprecificação da curva americana e ver como eles se desdobram para aquilo que é efetivamente importante para o Banco Central — a inflação. Nesse trecho, apontaram participantes do mercado, o dirigente soou bastante "dovish" (alinhado a uma visão de juros mais baixos).

CNPS aprova corte do teto do consignado para 1,68%

Gabriela Pereira
De Brasília

O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) aprovou ontem uma nova redução no teto de juros que pode ser cobrado no empréstimo consignado a beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O teto passará de 1,72% ao mês para os empréstimos feitos com desconto em folha (modalidade mais comum) para 1,68%. No caso das contratações feitas por meio de cartão de crédito consignado, a taxa está em 2,55% ao mês e será reduzida para 2,49%.

O novo teto entrará em vigor dentro de cinco dias úteis a partir da publicação no Diário Oficial da União.

A proposta de redução da taxa foi apresentada pelo Ministério da Previdência. Os bancos pediram um aumento de 1,72% para 1,76%. Durante a votação, os representantes dos bancos alteraram a proposta e sugeriram manter a taxa a 1,72%, mas ainda foram vencidos pela maioria. Além disso, houve duas abstenções, fato até então inédito no conselho.

O objetivo das novas taxas, segundo o governo, é acompanhar proporcionalmente os cortes na Selic, promovidos pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central. A redução aprovada ontem acompanha o corte da Selic de 11,25% para 10,75% ao ano, feito em 20 de março.

Os bancos são contrários à ideia porque a Selic não representa o custo de captação das instituições que atuam na modalidade. Eles defendem que o cálculo do teto acompanhe a variação dos juros futuros com vencimento em dois anos, o que é equivalente ao custo de captação da modalidade.

De acordo com os representantes dos bancos, as instituições estão operando no "limite da rentabilidade". Na reunião anterior, o representante dos bancos sugeriu a criação de um grupo técnico do conselho para debater a reavaliação da metodologia utilizada para definir o teto do consignado. O grupo contou com a participação do Ministério da Fazenda e do Banco Central, mas os conselheiros ainda não chegaram a um consenso.

Os conselheiros também apontaram a necessidade de se atentar ao superendividamento da população, principalmente de aposentados.

Servidores aceitam proposta de reajuste do BC

Gabriel Shinohara
De Brasília

Os servidores do Banco Central (BC) aceitaram a proposta do governo de reajuste da remuneração e a operação-padrão, que já durava 10 meses, deve se encerrar com a assinatura do acordo. As conversas vinham acontecendo na mesa específica de negociação com o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI).

A proposta aceita prevê uma correção salarial de 10,9% em janeiro de 2025 e mais 10,9% em maio de 2026 no último nível da carreira de especialista, que inclui técnicos e analistas. O governo aceitou a reivindicação da categoria de mudança da nomenclatura do cargo de "analista" para "auditor" do BC. Além disso, os servidores concordaram com o aumento de 13 para 20 níveis da carreira.

O presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Fábio Faiad, disse que a assinatura do acordo com o governo pode acontecer já "nos próximos dias".

Outras reinvindicações da categoria não foram aceitas pelo governo, como a exigência de nível superior para o cargo de técnico e a criação de uma remuneração por produtividade.

Em nota, a Associação Nacional dos Analistas do Banco Central do Brasil (ANBCB) afirmou que a categoria aceitou a proposta, ainda que com "um sentimento de frustração" pois considera que ela não soluciona os problemas apresentados e "amplia assimetrias" em relação a outras carreiras do Executivo.

"O corpo funcional entendeu que a recomposição oferecida pelo MGI foi o possível para o momento, mas avalia que não houve, desde o início da mesa específica, negociação real".

A última assembleia da categoria tinha terminado com a aceitação do valor do reajuste, mas com uma proposta de negociar ainda a forma como ele seria realizado. A contraproposta dos servidores foi rejeitada em reunião com o governo na semana passada. Dessa forma, a categoria voltou a se reunir nesta quarta-feira.

Segundo a ANBCB, com a afirmação do MGI de que a mesa de negociação seria encerrada sem reajuste se não aceitassem a última oferta, "os servidores do Banco Central se viram obrigados a aceitar a proposta".

O período de operação-padrão impactou várias publicações do BC, como o relatório Focus e as notas econômico-financeiras, que atrasaram nos últimos meses. Além disso, a agenda de inovação do BC, com trabalhos no Pix, Drex e "open finance", também foi afetada com datas de lançamento postergadas. O Pix Automático, por exemplo, teve um último adiamento de abril para outubro deste ano.

Curta

Vixtra capta R$ 180 mi

A Vixtra, fintech especializada em soluções financeiras para importadores, captou R$ 150 milhões por meio de um fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) com as gestoras de recursos Capitânia, Verde, Contea e o grupo financeiro japonês Credit Saison. Além do funding, recebeu aporte de R$ 30 milhões em uma nova rodada pré-série A, realizada pela Valor Capital, QED Investors, NXTP, Endeavor e Actyus. Em 2022, a companhia já havia levantado R$ 53 milhões com esses nomes, além de investidores anjos, que também deram capital para o FIDC. No seu modelo de negócio, a fintech utiliza a própria carga como garantia — o importador não precisa oferecer duplicatas ou ativos como colateral, o que facilita o crédito à importação. A importação tem etapas burocráticas, e a plataforma permite simplificar o processo, diz em nota Leonardo Baltieri, cofundador e coCEO da Vixtra. *(Álvaro Campos)*

Galípolo foi neutro na 1ª fala após mudança de cenário

Análise

Alex Ribeiro
De São Paulo

O diretor de política monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, pregou "calma" para avaliar o cenário econômico antes de agir, mas foi neutro sobre o que isso significaria em termos práticos no atual ciclo de baixa da Selic. Galípolo, na verdade, pregou calma não exatamente na manipulação dos juros, mas na chamada função de reação do BC, ou seja, na forma como o Comitê de Política Monetária (Copom) analisa as novas informações e toma as suas decisões.

O diretor do BC respondia a uma pergunta do auditório que citava o aumento da correlação entre os juros futuros americanos e os juros futuros no Brasil e questionava o significado desse fato para a execução a política monetária doméstica. Na sua resposta, Galípolo procurou mostrar que o Copom atua dentro dos preceitos do regime de metas de inflação, reforçando do que é necessário ter serenidade para, dentro deste arcabouço, examinar o significado da alta de juros de mercado no Brasil e EUA.

"O que a gente tem feito — e talvez [seja] o que machuque menos, o que [talvez] seja mais adequado na linha de parcimônia e serenidade — é dar tempo, quando acontecem esses tipos de reajustes do ponto de vista da curva de juros americana, para entender como isso gera reprecificação na nossa curva de juros e como isso se desdobra para aquilo que efetivamente é o mandato do BC, que é uma meta de inflação", disse Galípolo.

Logo na sequência, vem o trecho que alguns participantes do mercado entenderam como "dovish", ou inclinado a juros menores: "Daí eu acho importante a gente ter calma, não se emocionar muito e entender como isso vai se desenrolar, ainda que o risco que esteja correndo é de estar um pouco mais atrasado nesse processo de função de reação".

Galípolo disse, um pouco antes, que a inclusão na comunicação oficial dos termos "parcimônia" e "serenidade" significa que o Copom não deveria se "emocionar muito" com flutuações de curto prazo. Ele recordou o que aconteceu no segundo semestre de 2023, quando os juros dos títulos do Tesouro americano tiveram uma alta de um ponto percentual, que, segundo ele, esteve muito relacionada às necessidades de colocação de papéis pelo Tesouro americano. "Naquele momento, se a autoridade monetária tivesse reagido de maneira muito emocionada, muito rápida, precoce, talvez poderia ter gerado mais volatilidade do que ter retirado volatilidade."

Ele fez um paralelo com a situação atual, em que os juros americanos estão sendo pressionados pela reprecificação sobre os cortes de juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano). Lembrou que a taxa de câmbio subiu a R$ 5,30, depois recuou para uma mínima de R$ 5,12. "Estamos voltando acima de R$ 5,15. Mas também acho que tem uma correlação com a colocação dos títulos do Tesouro."

Foi o primeiro pronunciamento público de Galípolo, um membro apontado pelo governo Lula, desde que, na semana passada, o BC mudou sua sinalização de queda de juro de 0,5 ponto percentual em reunião que acontece em duas semanas, em virtude do aumento da incerteza internacional e fiscal.

O Copom deve travar, nas próximas reuniões, uma discussão sobre o quanto das incertezas internacionais e fiscais são transitórias e o quanto são perenes, e quanto isso afetará a trajetória de juros. Há uma semana, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, falou sobre o assunto em Washington. "Você não quer reagir muito a dados de curto prazo, mas ao mesmo tempo você não quer ignorar muito de uma mudança estrutural ao ponto de perder a sua credibilidade", afirmou.

O BC derrubou a sua indicação de corte de juros de 0,5 ponto para maio e, no seu lugar, indicou quatro cenários hipotéticos que podem influenciar a sua decisão. Um deles diz que, se a incerteza diminuir e voltar ao que era, o BC pode até retomar seu plano de cortar 0,5 ponto. Em outro cenário hipotético, a incerteza se manteria nos níveis atuais, e o Copom reduziria o ritmo de cortes para 0,25 ponto.

Outros dois cenários hipotéticos não têm uma relação com algum movimento predeterminado de juros, mas ilustram como o BC pode reagir se a incerteza aumentar mais (o que levaria a um balanço de riscos mais negativo) e se se tornarem realmente intensos (o que poderia levar a uma revisão do cenário atual do Copom que indica queda da inflação para a meta).

Cartão Instituições financeiras fecharam acordo com BC para ressarcir clientes por encargo indevido

Midway e C6 devolvem R$ 63 mi por cobrança extra

Gabriel Shinohara
De Brasília

O Banco Central (BC) celebrou dois termos de compromisso em abril, um com a Midway, empresa do mesmo grupo da Riachuelo, e outro com o C6 Bank, em que as empresas se comprometeram a devolver valores milionários a clientes por cobranças indevidas no cartão de crédito.

O termo de compromisso da Midway foi assinado no dia 18 de abril e prevê a devolução de cerca de R$ 26,6 milhões para 3,1 milhões de clientes por conta da cobrança a maior em faturas de cartão de crédito no período entre janeiro de 2015 e dezembro de 2020. O termo estabelece o período de seis meses para devolução dos valores.

A Midway declarou, no termo de compromisso, que cerca de R$ 23 milhões já foram restituídos até dezembro de 2023. Além disso, a empresa também informou que deixou de efetuar cobrança de valores superiores aos devidos nas faturas em 31 de dezembro de 2020. A empresa e cinco de seus administradores à época deverão recolher contribuição pecuniária ao BC no valor total de R$ 2 milhões.

Em nota, a Midway informou que o fato foi ocasionado por uma falha sistêmica "prontamente identificada pela companhia e solucionada". A empresa também disse que todos os clientes ativos já foram ressarcidos, faltando uma "pequena parcela" a ser devolvida para clientes inativos. Além disso, afirmou que o termo firmado tem o intuito de registrar as correções sistêmicas implementadas, os valores ressarcidos e "a evolução em seus controles, reafirmando o compromisso da Midway com o aprimoramento constante de seus processos e da operação de seus produtos e serviços".

R$ 26,6 mi
é o valor da devolução para 3,1 milhões de clientes

Já o C6 Bank se obrigou a devolver R$ 36 milhões para 264.303 mil clientes por conta da cobrança indevida de encargos no parcelamento da fatura do cartão de crédito. A cobrança foi realizada entre novembro de 2020 e julho de 2022. A devolução deverá ser realizada no prazo de três meses, segundo o termo de compromisso assinado no dia 22 deste mês. O valor da contribuição pecuniária a ser paga ao BC pela instituição e um de seus administradores é de R$ 1,8 milhão.

Em nota, o C6 Bank informou que "as questões que originaram a assinatura do termo de compromisso foram resolvidas em 2022, assim que detectado o erro". Ainda segundo a instituição, a restituição de mais de 98% do valor já foi realizada em 2022 e "seguirá as condições e prazos acordados com o Banco Central para realizar as compensações necessárias. O C6 Bank afirma também que adotou medidas sólidas para que tal situação não volte a ocorrer", disse.

O termo de compromisso é um instrumento do BC em que instituições, administradores e ex-administradores investigados se comprometem a corrigir irregularidades antes do início do Processo Administrativo Sancionador (PAS) ou, se esse já estiver iniciado, com a suspensão de seu andamento. Nesse processo há indenização dos prejuízos e recolhimento de contribuição pecuniária.

Em ambos os termos de compromisso consta que o documento "não importa confissão quanto à matéria de fato nem reconhecimento da ilicitude da conduta mencionada".

BC mira transação com ouro em indício de crime financeiro

De Brasília

O Banco Central (BC) incluiu situações relacionadas a operações com ouro entre os exemplos que podem configurar indícios de crimes de lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo e são passíveis de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). A Instrução Normativa (IN) BCB 461/24 foi publicada no dia 3 de abril.

A norma inclui exemplos de operações com ouro de duas formas. Primeiro, a instrução lista algumas situações relacionadas à primeira aquisição de ouro, como proposta de venda de ouro com pagamento em espécie e proposta de venda de ouro oriundo de "áreas caracterizadas por elevados índices de desmatamento ilegal".

O normativo também exemplifica uma série de situações relacionadas com o mercado de ouro em geral, como venda ou compra de ouro incompatível com o "patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente" e o fracionamento de operações de venda de ouro "visando burlar limites regulamentares ou operacionais".

Segundo o BC, as instruções são utilizadas para orientar as instituições reguladas sobre a aplicação das normas existentes e não criam obrigações novas, "apenas trazem mais clareza ou elucidam o que se espera com a regulação existentes, às vezes com o emprego de melhores práticas". Assim, segundo o Banco Central, a Instrução Normativa não tem o objetivo de preencher lacunas regulatórias, mas "é fruto do processo contínuo do Banco Central de supervisão e orientação do sistema financeiro".

A IN 461/24 inclui esses exemplos de operações com ouro na carta circular 4001/2020, que lista uma série de operações ou situações que exemplificam indícios de suspeita de crimes de lavagem e de financiamento ao terrorismo. Essa carta circular abrange várias situações presentes no Sistema Financeiro Nacional, como operações com moeda nacional, com investimentos e por meio de crédito.

> "Preocupação maior do BC foi especificar as operações com ouro que seriam suspeitas"
> *Ilana Martins Luz,*

Ilana Martins Luz, especialista em compliance criminal e sócia do escritório Martins Luz & Falcão Sande, explica que quando o ouro é utilizado como ativo financeiro ou no mercado câmbio, ele está sujeito à regulação do Banco Central. A doutora em direito penal pontua que o ouro já estava incluído nas políticas de combate à lavagem de dinheiro e que as instituições financeiras tinham que se atentar a isso, "só que agora a preocupação maior foi especificar as operações que seriam suspeitas nesse contexto", disse.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) informou que a medida traz mais transparência das expectativas do supervisor sobre o tema e informou que essas novas situações já estavam previstas no monitoramento dos bancos. Em nota, a federação informou que os monitoramentos "não se limitam apenas às tipologias" previstas na IN.

A Associação Brasileira de Bancos (ABBC) aponta que já existia uma prescrição para que as instituições financeiras avaliasse situtações que poderiam configurar lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo e que a implementação das novidades da IN não deve causar "grandes sobressaltos" para as instituições que operam no mercado, mas devem trazer mais subsídios.

"O BCB poderá avaliar a qualidade dos programas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo implementados pelas IFs, como já faz atualmente, e o quanto estes conseguiram identificar os riscos existentes e implementar os respectivos monitoramentos", disse a associação em nota.

Frederico Bedran, advogado especialista em mineração e sócio do Caputo, Bastos e Serra Advogados, explica que o primeiro adquirente de ouro do garimpo são as Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVMs), que são reguladas pelo BC. "O Banco Central traz na linha da Lei 9.613/98 (sobre lavagem) um novo capítulo colocando aqueles casos em que tem eventualmente indícios ou possa ter alguma dúvida sobre a legalidade e que configuram eventualmente alguma suspeição em relação à conduta", disse ele. *(GS)*

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 24/04/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.643,1263250	0,01	0,41	2,88
IRF-M	1+**	20.025,4636360	-0,23	-0,94	0,42
IRF-M	Total	18.149,5144390	-0,15	-0,52	1,15
IMA-B	5***	9.133,4730550	-0,03	-0,30	1,75
IMA-B	5+****	11.204,8713860	-0,24	-1,97	-3,45
IMA-B	Total	9.808,3210600	-0,14	-1,17	-1,00
IMA-S	Total	6.610,6491300	0,04	0,74	3,45
IMA-Geral	Total	8.066,7214280	-0,06	-0,16	1,47

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	10/04	09/04	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	29,64	32,10	30,98	28,05	30,02	33,12
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	24,25	25,26	25,24	23,95	22,80	27,90
Conta garantida pré - a.a.	41,40	41,46	46,16	44,57	46,93	49,44
Desconto de duplicata pré - a.a.	22,83	22,88	24,56	23,97	23,32	27,84
Vendor pré - a.a.	15,84	15,76	15,59	15,36	16,76	18,94
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	17,55	17,62	15,80	15,40	17,73	23,32
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,33	17,72	16,99	16,99	16,78	19,38
Conta garantida pós - a.a.	25,14	23,54	24,34	24,49	25,73	26,55
ACC pós - a.a.	8,76	9,05	8,48	9,04	8,61	8,27
Factoring - a.m.	3,31	3,31	3,31	3,30	3,36	3,63

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	24/04/24	23/04/24	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3100	5,3100	5,3400	5,3100	4,8000
1 mês	-	5,3300	5,3304	5,3224	5,3214	4,8237
3 meses	-	5,3479	5,3480	5,3506	5,3521	4,6460
6 meses	-	5,3903	5,3900	5,3888	5,3886	4,3338
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,9080	3,9080	3,8990	3,9090	2,9050
1 mês	-	3,9134	3,9135	3,9121	3,9124	2,9013
3 meses	-	3,9257	3,9254	3,9239	3,9241	2,5071
6 meses	-	3,9427	3,9426	3,9414	3,9414	2,0110
1 ano	-	3,7442	3,7310	3,6738	3,6634	0,9042
Euribor ***						
1 mês	-	3,815	3,828	3,855	3,842	3,031
3 meses	-	3,882	3,895	3,892	3,886	3,288
6 meses	-	3,844	3,842	3,851	3,855	3,637
1 ano	-	3,718	3,720	3,669	3,658	3,865
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,00
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,00
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,00
T-Bill (1 mês)	5,36	5,38	5,37	5,38	5,37	3,45
T-Bill (3 meses)	5,41	5,40	5,39	5,36	5,33	5,08
T-Bill (6 meses)	5,38	5,36	5,37	5,31	5,30	5,04
T-Note (2 anos)	4,94	4,94	4,94	4,63	4,60	4,10
T-Note (5 anos)	4,66	4,63	4,62	4,22	4,22	3,57
T-Note (10 anos)	4,65	4,60	4,59	4,20	4,23	3,49
T-Bond (30 anos)	4,77	4,73	4,70	4,35	4,40	3,71

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	abr/24*	mar/24	fev/24 (Mês)	jan/24	dez/23	nov/23	Acumulado Ano*	Acumulado 12 meses**
Selic	0,73	0,83	0,80	0,97	0,89	0,92	3,37	12,35
CDI	0,73	0,83	0,80	0,97	0,89	0,92	3,37	12,35
CDB (1)	0,73	0,75	0,75	0,78	0,85	0,98	3,04	10,72
Poupança (2)	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	0,58	2,25	7,60
Poupança (3)	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	0,58	2,25	7,60
IRF-M	-0,52	0,54	0,46	0,67	1,48	2,47	1,15	14,03
IMA-B	-1,17	0,08	0,55	-0,45	2,75	2,62	-1,00	11,81
IMA-S	0,74	0,86	0,82	0,99	0,92	0,91	3,45	12,58
Renda Variável								
Ibovespa	-2,63	-0,71	0,99	-4,79	5,38	12,54	-7,04	25,74
Índice Small Cap	-7,93	2,15	0,47	-6,55	7,05	12,46	-11,70	24,13
IBrX 50	-1,74	-0,81	0,91	-4,15	5,31	12,01	-5,73	24,88
ISE	-6,41	1,21	1,99	-4,96	6,04	15,06	-8,19	26,03
IMOB	-10,84	1,10	1,27	-8,46	8,69	14,85	-16,43	41,74
IDIV	-1,25	-1,20	0,91	-3,51	6,90	10,70	-5,01	27,20
IFIX	-1,25	1,43	0,79	0,67	4,25	0,66	1,63	23,44
Dólar Ptax (BC)	3,26	0,26	0,60	2,32	-1,91	-2,41	6,57	-1,66
Dólar Comercial (mercado)	2,64	0,86	0,71	1,75	-1,28	-2,49	6,08	-1,06
Euro (BC) (4)	2,15	0,07	0,25	0,54	-0,63	0,75	3,04	-2,29
Euro Comercial (mercado) (4)	1,80	0,71	0,38	-0,34	0,32	0,36	2,57	-1,60
Ouro B3	-	10,65	1,64	7,39	-0,98	-2,85	20,77	8,20
Inflação								
IPCA	-	0,16	0,83	0,42	0,56	0,28	1,42	3,93
IGP-M	-	-0,47	-0,52	0,74	0,59	0,50	-0,91	-4,26

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 24/abr/24. ** Até mar/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 19/04/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.426.529,16					-13.920,81	53.199,95	187.070,01	124.045,03
RF Indexados (2)	151.343,36	0,17	-0,39	1,21	9,55	-587,43	-2.499,63	-1.271,00	-6.672,94
RF Duração Baixa Soberano (2)	686.564,08	0,04	0,56	3,00	11,47	-5.011,44	35.445,92	59.718,60	30.163,92
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	804.751,27	0,04	0,61	3,43	13,01	-2.091,42	7.793,19	24.886,15	16.578,04
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	128.812,09	0,05	0,05	3,45	12,63	92,11	5.399,89	25.853,32	32.011,45
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	168.059,56	-0,04	0,14	2,56	8,75	-238,57	394,53	-1.303,75	-5.742,27
RF Duração Livre Soberano (2)	228.541,63	0,06	0,31	2,57	10,98	-1.650,82	-2.937,67	5.250,95	-9.992,90
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	677.470,28	0,05	0,40	2,90	11,74	-2.091,87	440,39	15.099,65	-14.022,43
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	319.246,53	0,09	0,20	3,00	13,76	-271,84	8.858,72	41.024,84	94.530,58
Ações	601.664,11					-44,91	-1.270,26	-1.302,45	27.724,18
Ações Indexados (2)	11.102,19	0,80	-2,40	-6,71	20,27	15,89	381,85	1.309,43	-652,65
Ações Índice Ativo (2)	34.272,49	0,70	-3,63	-6,66	19,76	-9,11	-97,43	-1.335,21	-3.404,00
Ações Livre	217.377,35	0,33	-4,79	-5,23	22,74	-73,24	-1.007,72	-788,58	-12.117,38
Fechados de Ações	124.368,36	0,13	-1,79	-4,23	5,25	5,99	-183,50	-1.149,32	29.102,72
Multimercados	1.648.402,65					-1.404,48	-12.260,90	-41.631,84	-179.882,06
Multimercados Macro	160.355,17	0,12	-1,38	-0,21	7,25	-256,18	-4.105,35	-13.961,92	-45.333,25
Multimercados Livre	621.850,59	0,04	-0,29	1,30	10,48	-768,87	577,69	4.914,72	-45.412,24
Multimercados Juros e Moedas	53.570,72	0,12	0,27	2,89	12,09	152,06	-1.049,47	-3.197,48	-13.634,44
Multimercados Invest. no Exterior (2)	732.754,40	-0,16	0,09	2,20	11,70	-530,91	-8.141,83	-30.581,41	-69.065,09
Cambial	6.054,27	-1,12	3,99	8,87	8,47	-89,59	-205,79	-379,60	-1.717,73
Previdência	1.404.792,74					-31,77	2.297,32	13.545,47	39.492,60
ETF	41.191,27					-182,06	-195,96	-2.554,55	-68,95
Demais Tipos	1.960.948,62					-2.086,32	2.696,53	33.212,19	35.042,62
Total Fundos de Investimentos	**7.128.634,20**					**-15.673,62**	**41.564,36**	**154.747,04**	**9.593,07**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.575.491,19**					**-648,01**	**15.265,61**	**12.508,32**	**60.799,88**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.439,24**					-	-	-	-
Total Geral	**8.751.564,62**					**-16.321,63**	**56.829,97**	**167.255,35**	**70.392,95**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de fevereiro de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	24/04/24	23/04/24	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,75	10,75	10,75	10,75	10,75	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,65	10,65	10,65	10,65	10,65	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,2050	1,2050	1,2050	1,2050	1,2050	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,65	10,65	10,65	11,00	11,00	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8874	0,8874	0,8874	0,8317	0,8317	0,9181
CDI - taxa over ao ano	10,65	10,65	10,65	10,65	10,65	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,2050	1,2050	1,2050	1,2050	1,2050	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,65	10,65	10,65	11,00	11,00	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8874	0,8874	0,8874	0,8317	0,8317	0,9181
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,55
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9154
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,23
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9662
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,38	10,39	10,43	10,36	10,39	13,62
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,30	10,31	10,43	10,05	10,05	13,45
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,50	10,50	10,54	10,66	10,66	13,64
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,44	10,44	10,48	10,50	10,52	13,63
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,41	10,39	10,43	10,37	10,38	13,62
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,36	10,34	10,41	10,25	10,26	13,57
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,34	10,31	10,43	10,06	10,06	13,45
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,39	10,32	10,50	9,85	9,82	12,76

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 24/04/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em mai/24	99.799,30	10,656	168.520	10,654	10,660	10,658
Vencimento em jun/24	98.976,15	10,489	20.593	10,478	10,494	10,482
Vencimento em jul/24	98.204,64	10,434	472.467	10,420	10,444	10,432
Vencimento em ago/24	97.328,02	10,397	11.094	10,380	10,410	10,400
Vencimento em set/24	96.506,34	10,349	2.041	10,340	10,365	10,365
Vencimento em out/24	95.719,53	10,344	535.550	10,315	10,355	10,345
Vencimento em nov/24	94.863,45	10,344	1.981	10,315	10,350	10,350
Vencimento em dez/24	94.159,42	10,349	645	10,325	10,350	10,340
Vencimento em jan/25	93.393,39	10,343	1.073.717	10,300	10,360	10,350
Vencimento em fev/25	92.589,09	10,351	1.036	10,345	10,370	10,365
Vencimento em mar/25	91.852,36	10,373	6.413	10,350	10,390	10,370

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em mai/24	5.153,29	0,46	249.015	5.126,50	5.174,00	5.157,00
Vencimento em jun/24	5.167,07	0,46	7.055	5.154,00	5.182,50	5.163,00
Vencimento em jul/24	5.181,78	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em ago/24	5.199,10	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.214,39	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em mai/24	5.511,78	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jun/24	5.534,36	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jul/24	5.557,55	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jun/24	126.253	-0,27	78.150	126.010	127.200	126.220
Vencimento em ago/24	128.248	-	0	0	0	0
Vencimento em out/24	130.270	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 24/04/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,1586	5,1592	-0,07	3,26	6,57	1,97
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,1471	5,1477	0,34	2,64	6,08	2,12
Dólar Turismo (R$/US$)	5,1841	5,3641	0,46	3,00	6,27	2,45
Euro (BC) - (R$/€)	5,5114	5,5142	-0,15	2,15	3,04	-1,16
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,5070	5,5077	0,31	1,80	2,57	-1,06
Euro Turismo (R$/€)	5,5711	5,7511	0,35	1,96	2,57	-0,82
Euro (BC) - (US$/€)	1,0684	1,0688	-0,08	-1,07	-3,31	-3,07
Ouro*						
B3 (R$/g)[1] [2]	-	-	-	-	20,77	5,57
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.315,97	-0,32	3,10	12,14	16,07
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.312,30	0,62	4,77	12,12	16,42

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação. ² Contrato = 250g

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
07/04 a 07/05	0,0486	0,5488	0,5488	0,7189
08/04 a 08/05	0,0843	0,5847	0,5847	0,7549
09/04 a 09/05	0,0840	0,5844	0,5844	0,7546
10/04 a 10/05	0,0836	0,5840	0,5840	0,7542
11/04 a 11/05	0,0808	0,5812	0,5812	0,7513
12/04 a 12/05	0,0569	0,5572	0,5572	0,7173
13/04 a 13/05	0,0211	0,5212	0,5212	0,6812
14/04 a 14/05	0,0567	0,5570	0,5570	0,7171
15/04 a 15/05	0,0824	0,5828	0,5828	0,7530
16/04 a 16/05	0,0844	0,5848	0,5848	0,7550
17/04 a 17/05	0,0599	0,5602	0,5602	0,7603
18/04 a 18/05	0,0672	0,5675	0,5675	0,7677
19/04 a 19/05	0,0362	0,5364	0,5364	0,7264
20/04 a 20/05	0,0101	0,5102	0,5102	0,6902
21/04 a 21/05	0,0363	0,5365	0,5365	0,7266
22/04 a 22/05	0,0626	0,5629	0,5629	0,7630
23/04 a 23/05	0,0605	0,5608	0,5608	0,7609

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 24/04/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	124.741	-0,33	-2,63	-7,04	20,00
IBrX	52.764	-0,32	-2,34	-6,53	20,52
IBrX 50	20.944	-0,30	-1,74	-5,73	21,09
IEE	85.397	-0,68	-3,67	-10,07	9,16
SMLL	2.078	-0,67	-7,93	-11,70	15,10
ISE	3.456	-0,62	-6,41	-8,19	15,97
IMOB	845	-0,11	-10,84	-16,43	23,19
IDIV	8.619	-0,56	-1,25	-5,01	21,76
IFIX	3.365	-0,23	-1,25	1,63	19,50
Variação % em dólares					
Ibovespa	24.178	-0,26	-5,70	-12,77	17,69
IBrX	10.227	-0,25	-5,42	-12,29	18,19
IBrX 50	4.060	-0,23	-4,84	-11,54	18,75
IEE	16.552	-0,62	-6,72	-15,61	7,05
SMLL	403	-0,61	-10,84	-17,14	12,88
ISE	670	-0,55	-9,37	-13,84	13,72
IMOB	164	-0,05	-13,65	-21,58	20,81
IDIV	1.671	-0,50	-4,37	-10,87	19,41
IFIX	652	-0,17	-4,37	-4,63	17,19

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 24/04/24	23/04/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	287	283	4,0	-7,0	-58,0
África do Sul	370	362	8,0	-9,0	44,0
Argentina	1.204	1.175	29,0	-248,0	-703,0
Brasil	214	213	1,0	4,0	19,0
Colômbia	277	274	3,0	8,0	12,0
Filipinas	79	78	1,0	-1,0	21,0
México	168	165	3,0	0,0	1,0
Peru	110	108	2,0	4,0	8,0
Turquia	252	247	5,0	-15,0	-24,0
Venezuela	15.078	15.193	-115,0	-3.045,0	-9.014,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
ago/23	344.177	12/04/24	352.839
set/23	340.324	15/04/24	351.796
out/23	340.247	16/04/24	351.557
nov/23	348.406	17/04/24	351.850
dez/23	355.034	18/04/24	351.813
jan/24	353.563	19/04/24	351.917
fev/24	352.705	22/04/24	351.761
mar/24	355.008	23/04/24	352.235

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	24/04/24	23/04/24	22/04/24	19/04/24	18/04/24	17/04/24
Índice	2.095,90	2.098,40	2.098,18	2.096,90	2.090,60	2.088,19
Var. no dia	-0,12%	0,01%	0,06%	0,30%	0,12%	0,06%
Var. no mês	-0,39%	-0,27%	-0,28%	-0,34%	-0,64%	-0,76%
Var. no ano	1,49%	1,61%	1,60%	1,53%	1,23%	1,11%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 24/04/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	37,0600	37,0900	0,13910	0,13920
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,1586	5,1592
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,2967	36,3877	0,1418000	0,1421000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	6,9900	0,7380	0,7532
Colon (Costa Rica)	498,4800	504,6300	0,010220	0,010350
Coroa (Dinamarca)	6,9782	6,9786	0,7392	0,7393
Coroa (Islândia)	140,2500	140,5800	0,03670	0,03679
Coroa (Noruega)	10,9971	11,0009	0,4689	0,4691
Coroa (Rep. Tcheca)	23,6100	23,6200	0,2184	0,2185
Coroa (Suécia)	10,8845	10,8875	0,4738	0,4740
Dinar (Argélia)	134,3188	134,9088	0,03824	0,03841
Dinar (Kuwait)	0,3080	0,3080	16,7487	16,7506
Dinar (Líbia)	4,8696	4,8919	1,0545	1,0595
Direitos Especiais de Saque ***	1,3163	1,3163	6,7903	6,7911
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6720	3,6730	1,4045	1,4050
Dirham (Marrocos)	10,1364	10,1564	0,5079	0,5090
Dólar (Austrália)***	0,6484	0,6486	3,3448	3,3463
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,1586	5,1592
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,5372	2,5819
Dólar (Canadá)	1,3720	1,3724	3,7588	3,7603
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,1780	6,2536
Dólar (Cingapura)	1,3617	1,3625	3,7861	3,7888
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,1586	5,1592
Dólar (Hong Kong)	7,8320	7,8323	0,6586	0,6587
Dólar (Nova Zelândia)***	0,5923	0,5927	3,0554	3,0579
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7646	6,8260	0,7557	0,7627
Euro (Comunidade Européia)***	1,0684	1,0688	5,5114	5,5142
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,8344	2,8911
Franco (Suíça)	0,9140	0,9144	5,6415	5,6446
Guarani (Paraguai)	7422,6500	7433,8200	0,0006939	0,0006951
Hryvnia (Ucrânia)	39,5510	39,6890	0,1300	0,1304
Iene (Japão)	155,1100	155,1200	0,03326	0,03326
Lev (Bulgária)	1,8296	1,8298	2,8192	2,8199
Libra (Egito)	47,8500	47,9500	0,1076	0,1078
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000058	0,000058
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00040	0,00040
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2430	1,2434	6,4121	6,4149
Naira (Nigéria)	1251,0000	1261,0000	0,00409	0,00412
Lira (Turquia)	32,5239	32,5345	0,1586	0,1586
Novo Dólar (Taiwan)	32,6270	32,6570	0,15800	0,15810
Novo Sol (Peru)	3,7128	3,7378	1,3801	1,3896
Peso (Argentina)	873,0000	873,5000	0,00591	0,00591
Peso (Chile)	954,5000	955,1000	0,005401	0,005405
Peso (Colômbia)	3935,8000	3937,2000	0,001310	0,001311
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2149	0,2150
Peso (Filipinas)	57,5300	57,5500	0,08964	0,08968
Peso (México)	17,0994	17,1099	0,3015	0,3017
Peso (Rep. Dominicana)	58,6200	59,0000	0,08743	0,08801
Peso (Uruguai)	38,3500	38,3800	0,13440	0,13450
Rande (África do Sul)	19,2396	19,2451	0,2680	0,2682
Rial (Arábia Saudita)	3,7506	3,7508	1,3753	1,3756
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001228	0,0001228
Ringgit (Malásia)	4,7750	4,7800	1,0792	1,0805
Rublo (Rússia)	92,2705	92,2795	0,05590	0,05591
Rúpia (Índia)	83,3386	83,3496	0,06189	0,06191
Rúpia (Indonésia)	16150,0000	16160,0000	0,0003192	0,0003195
Rúpia (Paquistão)	278,3000	278,5000	0,01852	0,01854
Shekel (Israel)	3,7807	3,7840	1,3633	1,3646
Won (Coréia do Sul)	1377,2900	1378,0200	0,003744	0,003746
Yuan Renminbi (China)	7,2460	7,2461	0,7119	0,7120
Zloty (Polônia)	4,0532	4,0548	1,2722	1,2729

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	2322,74	0,01339	385,2577	385,3025

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	24/04/24	23/04/24	No fim de mar/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	156.688,63	157.539,33	171.154,28	173.997,89	-0,54	-8,45	-9,95
Valor-Coppead Mínima Variância	93.333,58	93.676,28	96.143,88	93.533,91	-0,37	-2,92	-0,21

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Raízen (1)	mar/24	mar/34	120	1.000	6,45	-	-
Raízen (1)	mar/24	mar/54	360	500	6,95	-	-
Banco do Brasil (1)	mar/24	mar/31	84	750	6,3	-	-
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 24/04/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond)

ADR - Índices

Em 24/04/24

Índice	24/04/24	23/04/24	Em 28/03/24	Em 29/12/23	Em 24/04/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	175,16	175,64	177,78	165,54	152,55	-0,28	-1,47	5,81	14,82
S&P BNY Emergentes	322,67	323,00	327,04	312,75	277,35	-0,10	-1,34	3,17	16,34
S&P BNY América Latina	209,67	211,09	215,02	225,28	185,97	-0,67	-2,48	-6,93	12,75
S&P BNY Brasil	209,74	210,41	214,40	232,95	184,47	-0,32	-2,18	-9,97	13,70
S&P BNY México	329,01	332,12	342,11	331,67	304,25	-0,94	-3,83	-0,80	8,14
S&P BNY Argentina	222,00	231,45	211,50	178,27	119,00	-4,08	4,97	24,53	86,56
S&P BNY Chile	139,60	141,90	147,40	162,12	161,31	-1,62	-5,29	-13,89	-13,46
S&P BNY Índia	2.754,00	2.766,46	2.755,62	2.923,01	2.770,21	-0,45	-0,06	-5,78	-0,59
S&P BNY Ásia	202,53	202,14	206,96	189,60	166,90	0,19	-2,14	6,82	21,35
S&P BNY China	311,23	308,01	306,36	336,11	320,54	1,04	1,59	-7,40	-2,91
S&P BNY África do Sul	212,99	212,94	205,76	199,87	245,17	0,02	3,52	6,57	-13,12
S&P BNY Turquia	26,26	25,99	23,46	22,45	20,62	1,04	11,95	16,96	27,38

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	24/04/24	23/04/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	38.460,92	38.503,69	-0,11	-3,38	2,05	13,54	32.417,59	39.807,37
EUA	Nova York	Nasdaq-100	17.526,80	17.471,47	0,32	-3,99	4,17	35,14	12.725,11	18.339,44
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	15.712,75	15.696,64	0,10	-4,07	4,67	30,53	11.799,16	16.442,20
EUA	Nova York	S&P 500	5.071,63	5.070,55	0,02	-3,48	6,33	22,59	4.055,99	5.254,35
Canadá	Toronto	S&P/TSX	21.873,72	22.011,72	-0,63	-1,32	4,37	5,79	18.737,39	22.361,78
México	Cidade do México	IPC	56.463,99	56.633,75	-0,30	-1,58	-1,61	3,20	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.343,34	1.347,93	-0,34	0,78	12,39	9,64	1.046,70	1.415,24
Venezuela	Caracas	IBVC	62.348,70	62.278,90	0,11	12,10	7,81	109,34	29.782,84	66.016,25
Chile	Santiago	IPSA	6.363,48	6.467,81	-1,61	-4,22	2,67	20,14	5.296,78	6.726,52
Peru	Lima	S&P/BVL General	28.122,71	27.902,35	0,79	-0,86	8,33	25,85	21.161,78	29.727,98
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.202.668,97	1.245.750,97	-3,46	-0,89	29,36	301,66	281.752,49	1.316.204,44
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.515,77	1.518,62	-0,19	-0,69	8,62	9,33	3.425,66	4.057,14
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.088,70	18.137,65	-0,27	-2,18	7,98	14,02	14.687,41	18.492,49
França	Paris	CAC-40	8.091,86	8.105,78	-0,17	-1,39	7,27	6,84	6.795,38	8.205,81
Itália	Milão	FTSE MIB	34.271,12	34.363,75	-0,27	-1,38	12,91	24,45	26.051,33	34.759,69
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.883,83	3.890,71	-0,18	0,99	4,75	1,34	3.290,68	3.890,71
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.636,87	2.674,13	-1,39	-1,22	15,47	25,55	1.962,58	2.751,08
Espanha	Madri	IBEX-35	11.027,80	11.075,40	-0,43	-0,42	9,16	17,24	8.918,30	11.111,30
Grécia	Atenas	ASE General	1.448,70	1.447,82	0,06	1,85	12,03	31,05	1.085,11	1.448,70
Holanda	Amsterdã	AEX	874,02	874,79	-0,09	-0,88	11,08	14,63	714,05	886,67
Hungria	Budapeste	BUX	66.376,55	65.939,26	0,66	1,52	9,50	52,01	43.367,52	67.407,86
Polônia	Varsóvia	WIG	84.201,22	84.839,47	-0,75	1,76	7,32	34,42	61.875,44	84.839,47
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.529,93	6.592,89	-0,95	3,97	2,09	5,35	5.729,40	6.609,90
Rússia	Moscou	RTS*	1.171,06	1.163,50	0,65	3,00	8,08	14,71	969,33	1.174,17
Suécia	Estocolmo	OMX	2.543,21	2.546,33	-0,12	0,99	6,05	12,54	2.049,65	2.550,50
Suíça	Zurique	SMI	11.370,74	11.469,15	-0,86	-3,07	2,09	-0,84	10.323,71	11.790,46
Turquia	Istambul	BIST 100	9.722,09	Feriado	0,80	6,34	30,15	93,56	4.400,76	9.814,19
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.962,23	Feriado	0,25	-3,50	4,61	13,58	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	74.513,94	74.010,81	0,68	-0,03	-3,09	-4,62	69.451,97	78.977,88
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.460,08	37.552,16	2,42	-4,73	14,93	34,51	28.416,47	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	7.937,50	7.937,90	-0,01	-2,65	1,38	5,66	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.694,82	1.675,05	1,18	-3,02	-7,78	-17,29	1.433,10	2.083,36
China	Xangai	SSE Composite	3.044,82	3.021,98	0,76	0,12	2,35	-7,04	2.702,19	3.395,00
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.675,75	2.623,02	2,01	-2,58	0,77	6,03	2.277,99	2.757,09
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.201,27	16.828,93	2,21	3,99	0,90	-13,82	14.961,18	20.297,03
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	73.852,94	73.738,45	0,16	0,27	2,23	22,97	60.056,10	75.038,15
Indonésia	Jacarta	JCI	7.174,53	7.110,81	0,90	-1,57	-1,35	5,17	6.618,92	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.361,10	1.357,46	0,27	-1,22	-3,87	-12,63	1.332,08	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	20.131,74	19.599,28	2,72	-0,80	12,27	28,83	15.370,73	20.796,20

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

Um caso de amor com títulos do Tesouro

Fernando Torres

Meu caso de amor com títulos públicos federais que pagam taxas de juros acima da inflação é antigo.

Não tive a sorte de comprar os papéis atrelados ao IGP-M, mas o investimento em papéis ligados ao IPCA foi, sem dúvida nenhuma, o mais bem-sucedido.

Na época, elas, as notas, se chamavam apenas Notas do Tesouro Nacional Série B, antes mesmo de receberem, dos mais íntimos, o apelido de "Bs".

Falo de um tempo bem mais antigo, portanto, do que de 2015, quando veio seu nome de guerra, Tesouro IPCA+. Aliás, até hoje acho que esse "segundo nome" não é dos melhores.

Não que o termo NTN-B tenha algum significado para alguém na Praça da Sé. Mas mesmo o novo nome, que veio com a ideia de simplificar e traduzir, não passa a essência do que realmente é atraente nelas, que é o juro real.

Tenho certeza, aliás, de que muito investidor compra o título achando que está apostando na alta da inflação quando, na verdade, está no máximo tentando se proteger de uma possível elevação no futuro, e, mais comumente, simplesmente querendo tirá-la de seu horizonte de decisão.

E se o IPCA não é a parte que realmente importa nesse investimento, o essencial está no que vem depois do "+", mas que fica oculto, claro, porque varia todos os dias.

Na época do início da paquera, quase vinte anos atrás, o que elas entregavam depois do "+" era espetacular. Mais de 8% de juro real, quase 9%. Mas quase ninguém parecia dar muita bola quando eu comentava e achava bom demais para ser verdade.

Imagina iniciar um relacionamento, digo, investimento, que só iria terminar dali a 20 ou 30 anos, diziam. "O pequeno investidor não está preparado para isso.... é uma aplicação apenas para fundos de pensão", cansava de ouvir de analistas.

Teimoso, acabei insistindo e segui meu coração. Comprei primeiro as que venceriam em 2024, alguns anos depois as que tinham prazo até 2035.

Na época, não tinha certeza absoluta de que ficaria com os papéis até que a morte (do título) nos separasse. Mas a intenção era carregá-los por um bom tempo, o que me tirava do radar qualquer receio sobre eventuais contratempos do dia a dia (no jargão, esses ruídos do relacionamento são chamados de marcação a mercado).

Talvez eu esteja diminuindo demais o peso dessa volatilidade no curtíssimo prazo, que cai de forma diferente para cada um. Mas como minha ideia era comprar para "esquecer", o sobe-e-desce realmente nunca me incomodou.

E foi apenas depois de um tempo que eu pude entender melhor o motivo da minha tranquilidade mesmo com o preço sacudindo tanto. A realidade é que aplicação feita em meados dos anos 2000 rendeu tão bem que, mesmo nos momentos de turbulência, ela seguia bastante acima da variação do CDI no período.

Aliás, é certo que comecei a comprar em outra época, com bastante gordura. Mas, olhando o histórico do Tesouro IPCA+ 2035 em janelas móveis diárias de 48 meses, sempre que um investidor comprou esse papel com taxa de juro real acima de 5%, em 98,13% das vezes o investimento superou o CDI acumulado no mesmo período.

Claro que um gestor experiente pode ler este relato e argumentar que o melhor dos mundos seria sim ter comprado os papéis na data original, mas vendido os títulos para realizar lucros quando a taxa caía, e depois ter voltado a comprar só quando a taxa subisse. O retorno seria ainda maior.

Mas minha bola de cristal não é das melhores, e nunca tive a pretensão de antever com precisão os movimentos no mercado de juros.

Então, assegurar uma bela taxa de juro real acima da inflação, sem precisar me preocupar muito com reinvestimento, sempre me pareceu uma boa ideia.

E me lembrei de contar essa história de amor por dois motivos. O primeiro é que as minhas queridas "Bs de 2024", que eram o patinho feito quando as comprei, em meados dos anos 2000, vão vencer agora em agosto. E só quem vai comemorar o fim desse relacionamento é a Receita, que vai abocanhar seus 15% de IR sobre o rendimento.

O segundo motivo é que a parte que realmente importa do Tesouro IPCA, que é aquela que vem depois do "+", voltou a superar os 6%, e chegando a bater 6,15% para o vencimento mais curto, de 2029.

É certo que, quando isso acontece, não é à toa. Lá fora, os juros nos Estados Unidos devem ficar mais altos que o previsto por mais tempo, enquanto por aqui o governo adiou, inclusive no papel (não só na prática), sua meta de superávit primário.

Na ótica do investidor que pode comprar esses papéis e carregar para o longo prazo, vejo dois cenários possíveis.

No positivo, as incertezas locais e externas vão acabar se dissipando, o governo vai controlar os gastos em algum momento, as taxas reais vão cair e a marcação a mercado vai gerar um baita retorno antecipado nessa aplicação.

Já no desfecho negativo, a incerteza não diminui, as contas públicas não se acertam e a válvula de escape acaba sendo a inflação. Nesse caso, é certamente melhor estar casado com Tesouro IPCA+ do que com papéis prefixados. Em relação ao CDI fica a dúvida. Mas, olhando para trás, quem comprou a B de 2035 pagando acima de 6% e carregou por pelo menos 48 meses ganhou do CDI em 100% das vezes. E com uma bela folga.

Difícil não se apaixonar.

Fernando Torres é editor-executivo do Valor
E-mail fernando.torres@valor.com.br

Investimentos Fundo voltado a profissionais vai financiar obras residenciais, galpões e projetos

RBR Asset entra em crédito imobiliário nos EUA

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Ricardo Almendra, fundador e CEO da RBR Asset: Oportunidades com vacância próxima de zero nas localidades em que a gestora atua nos Estados Unidos

Liane Thedim
Do Rio

A RBR Asset, gestora com mais de R$ 9 bilhões sob gestão, está entrando no segmento de crédito imobiliário nos Estados Unidos em um fundo que tem o banco Inter como investidor-âncora. Voltado a investidores profissionais, o RBR Crédito Offshore faz operações de "empréstimo ponte" e financiamento para construção de empreendimentos imobiliários, de projetos residenciais a galpões logísticos na costa leste americana. O novo fundo tem US$ 25 milhões e está em captação sobretudo entre famílias ultrarricas para chegar a US$ 50 milhões até junho.

"É um mercado com grande potencial porque juros e inflação altos abrem oportunidades", avalia Ricardo Almendra, CEO e sócio-fundador da gestora, que completa em 2024 dez anos de atividade. "Nos últimos anos, diminuiu o dinheiro disponível no mercado americano. Tivemos, portanto, mais força e poder de compra."

No início deste mês, a gestora anunciou o encerramento de dois fundos de outra classe — os REITs, ou Real Estate Investment Trusts, que correspondem aos fundos de investimento imobiliário brasileiros — após sucessivos saques, que reduziram o patrimônio total de R$ 195 milhões em dezembro de 2021 para R$ 44 milhões.

Almendra conta que a gestora começou sua estratégia nos EUA há seis anos, de olho na tendência de diversificação internacional do investidor brasileiro, que, segundo ele, vem acelerando. O novo fundo tem meta de rentabilidade de 10% a 12% ao ano em dólares e já investiu em cinco operações nos setores residencial, industrial e comercial em empreendimentos localizados em Nova York, Nova Jersey, Pensilvânia e Flórida.

Em outra vertente de atuação, a RBR vai começar em junho a captar recursos para o quarto fundo que investe em empreendimentos multifamílias, estratégia na qual a gestora compra prédios antigos de dois a três quartos em Nova York, faz uma reforma rápida, que geralmente dura até quatro meses, e aluga, com preferência para famílias sem filhos. Quando o empreendimento atinge rendimento entre 7% e 7,5% ao ano em cima do investimento feito, a gestora coloca à venda. A meta de retorno é 17% ao ano.

> "Nos últimos anos, diminuiu o dinheiro disponível no mercado americano. Tivemos mais força e poder de compra"
> *Ricardo Almendra*

Com os três fundos em andamento, a RBR já investiu mais de US$ 350 milhões em 54 propriedades. "A vacância em Nova York é de apenas 2%. Nos bairros onde atuamos, é próxima a zero", diz Ricardo Costa, sócio responsável pela área de Desenvolvimento de Novos Negócios da RBR. "O empreendimentos multifamílias estão, junto com o galpão logístico, entre os segmentos que mais cresceram no pós-pandemia."

Ele explica que o grande investidor institucional americano não atua nesse nicho, geralmente ocupado por pessoas físicas que gostam de investir no mercado imobiliário. "Onde os cheques ficam abaixo de US$ 30 milhões tem menos gente para atuar. Entramos ocupando o espaço do institucional neste mercado. Em cinco anos conseguimos nos estabelecer entre os grandes." O passo natural seguinte, afirma, era entrar em crédito, principal estratégia no Brasil. Daí o lançamento do RBR Crédito Offshore.

Além disso, a RBR começa a operar em 60 dias, com US$ 50 milhões formados com capital proprietário e de dois grandes "single family offices" americanos, um fundo de "equity preferencial", instrumento que dá ao credor o direito de converter a dívida em uma propriedade ou participação societária na empresa e que do ponto de vista fiscal é mais interessante para os investidores dos Estados Unidos. "Quando a RBR foi para os Estados Unidos, há seis anos, a ideia era atender o mundo todo, inclusive brasileiros. Agora, estamos indo nessa direção, com os primeiros americanos como âncora", diz Almendra. O objetivo de retorno é 15% ao ano.

De acordo com o CEO, os investimentos alternativos se fortaleceram nesse primeiro trimestre tanto em ativos imobiliários quanto em infraestrutura, e a asset vai concluir o primeiro semestre com mais de R$ 1 bilhão captados, o que vai elevar o total sob gestão a R$ 10 bilhões. Até dezembro, deve ultrapassar R$ 12 bilhões. A RBR está com duas ofertas em andamento, uma de um fundo multiestratégia e outra de um FII que investe em Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs). Em maio, serão mais duas abertas para o público em geral, de um fundo de escritórios e outro de renda urbana.

Western reforça área de dívida privada com fundo de fintechs

Do Rio

Depois de uma atuação tímida em crédito privado em 2023, a Western Asset Management, que no Brasil tem R$ 40 bilhões sob gestão, revisou sua estratégia de crescimento. A visão ficou mais positiva para o segmento, que vem assumindo papel cada vez mais importante na gestora, segundo Marc Forster, chefe da Western no Brasil. Diante da perspectiva de uma Selic de um dígito no fim do ciclo, ele afirma que a asset vem investindo em pessoas e sistemas para ampliar sua atuação na área. Entre as estratégias de crescimento está o Creditech, fundo criado há três anos para financiar fintechs e que ficou parado em 2023.

"O ano passado foi um freio de arrumação", diz Paulo Clini, executivo-chefe de investimentos da Western. Ele conta que o fundo usava apenas capital proprietário, mas que agora a gestora está começando a conversar com investidores qualificados, profissionais e fundos de pensão. A ideia é focar em empresas no chamado "early stage", ou seja, em estágio inicial, pouco conhecidas, mas que tenham potencial de geração de caixa. "Temos empresas muito interessantes e até com impacto social, com soluções escaláveis, sem modelo de postos de venda, com soluções digitais. É um segmento que vem crescendo cada vez mais", diz Clini.

Atualmente com patrimônio líquido de R$ 50 milhões, o objetivo é chegar a R$ 300 milhões. Clini prefere não falar em prazo, mas diz que é um montante que deve ser atingido rapidamente.

"De 2014 para cá, tivemos vários ciclos de alta e queda, vários problemas, mas o crédito sempre voltou como ativo importante no portfólio e o mercado secundário se mostrou robusto. Os eventos do ano passado mostraram profundidade do mercado", afirma Adriano Casarotto, gestor de crédito da Western. A ideia é usar instrumentos de dívida para financiar essas fintechs, como debêntures ou fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs), com garantias no fluxo de caixa ou alienação de recebíveis.

De acordo com Forster, a gestora está "moderadamente otimista", com a possibilidade de receita maior para as empresas no segundo semestre. Para ele, o país provavelmente vai crescer mais do que o esperado no primeiro trimestre, sustentado pelo consumo. "Isso por causa do efeito positivo das transferências governamentais, como aumento do salário mínimo, antecipação do pagamento de precatórios e do décimo-terceiro de aposentados."

Casarotto diz que ainda há riscos inflacionários, mas, como a política monetária ainda é restritiva, vê espaço para o Banco Central (BC) continuar com o ciclo de cortes de juros. Como o efeito demora a aparecer, o gestor espera que a melhora no setor de varejo aconteça a partir de julho, incluindo as do setor de linha branca e eletroeletrônicos. "A demanda por crédito neste ano ainda será forte", avalia. "As dificuldades de 2023 forçaram as empresas a se ajustarem, alongando dívidas e aumentando capital para melhorar a estrutura de seus balanços." *(LT)*

Fiscal Liminares beneficiam Lorenzetti e associadas do Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais, entre elas a Gerdau

Justiça derruba aumento de taxa cobrada pelo Ibama

Marcela Villar
De São Paulo

Duas liminares concedidas a contribuintes pela Justiça Federal, em São Paulo e Minas Gerais, afastaram a aplicação de uma norma do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) que alterou o cálculo da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA). As novas regras, segundo especialistas, teriam provocado aumento de até 1.000%, e afetado principalmente as indústrias.

Em dezembro, por meio da Portaria nº 260, o Ibama mudou a interpretação sobre a base de cálculo da taxa, aplicada para companhias com determinado grau poluente ou uso dos recursos naturais — como siderúrgicas, mineradoras e indústrias de alimentos e bebidas. Enquanto a fórmula anterior considerava o porte da empresa e sua receita individualmente, agora olha para toda a receita bruta anual do grupo econômico. Isso termina por aplicar o teto de R$ 5,7 mil da taxa para cada filial ou franquia da pessoa jurídica.

Como a TCFA é cobrada quatro vezes ao ano, o impacto a longo prazo pode chegar a ser milionário se a empresa tiver muitos estabelecimentos. De 2019 a 2023, a taxa gerou receita de R$ 1,7 bilhão para o órgão — uma média de R$ 320 milhões anuais.

Para a maioria das situações, a mudança gera um aumento na carga tributária que não tem amparo na lei, segundo especialistas de direito ambiental e tributário. As primeiras decisões da Justiça Federal acataram a argumentação das empresas e consideraram ilegal a alteração feita pelo Ibama.

As liminares beneficiam a Lorenzetti, fabricante de chuveiros elétricos, e o Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais (Sindifer) — pelo mandado de segurança ser coletivo, vale para todas as 35 empresas associadas à entidade, como Gerdau e ArcelorMittal.

A decisão favorável ao Sindifer foi dada pela juíza Geneviève Grossi Orsi, da 8ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte. Para ela, a modificação do parâmetro "promove distorção na avaliação do porte das empresas, bem como, distorção no valor a ser pago a título de TCFA, sem que a cobrança daí decorrente reflita o potencial poluidor ou de utilização de recursos naturais".

> "Não podemos ser coniventes com posicionamento sem amparo legal"
> *Marcela Pitombo*

Com a liminar, a taxa poderá ser recolhida, de acordo com a juíza, "considerando faturamento de cada filial, sem que seja definido o porte das filiais pela soma do faturamento da matriz e filiais" (processo nº 6015669-91.2024.4.06.3800).

A juíza federal Raquel Fernandez Perrini, da 4ª Vara Cível Federal de São Paulo, que analisou o pedido da Lorenzetti, entendeu de forma semelhante. "Lícito concluir que o ato normativo inovou a ordem jurídica ao considerar o faturamento conjunto de todos os estabelecimentos (matriz e filiais), em substituição à renda bruta anual de cada estabelecimento, de forma individualizada", afirma (processo nº 5003582-91.2024.4.03.6100).

Para Raquel, "a competência regulamentar não pode criar dever, obrigação ou restrição não previstos em lei". No caso da Lorenzetti, se prevalecesse a portaria, todas as filiais deveriam recolher R$ 2.250,00 e não R$ 225,00.

Luciana Camponez Pereira Moralle, do escritório Finocchio & Ustra Sociedade de Advogados, diz que a mudança trazida na portaria não obedece a previsão legal. "Ela não aumentou diretamente o valor da taxa, mas alterou um critério que consequentemente impacta no valor", afirma.

A alteração é até possível, acrescenta, mas só por meio de nova legislação. "É preciso respeitar o princípio da legalidade, alterar por lei, para dar mais segurança ao cidadão", diz ela, acrescentando que o movimento de busca ao Judiciário deve aumentar nos próximos meses. No escritório, já tem recebido consultas para poder entrar com mandados de segurança. "Dependendo do perfil da empresa, o impacto é grande."

O advogado Pedro Henrique Lacerda Miranda Coelho, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), que trabalhou no caso do Sindifer, diz que entrou com mais três mandados de segurança coletivos na Justiça de Minas, ainda não analisados. A Fiemg é quem dá suporte jurídico para essas entidades locais, segundo ele.

Coelho explica que a nova sistemática passou a cobrar mais das empresas sem ter, necessariamente, um aumento no custo de controle e fiscalização do Ibama, que é o propósito e destino da taxa, o que mostra o viés arrecadatório da nova interpretação. "Antes da portaria, uma empresa com uma matriz potencialmente poluidora recolhia uma TCFA sobre o teto e nas outras cinco filiais em patamares razoáveis. Com a nova sistemática, da noite para o dia, soma-se tudo e, se o potencial poluidor for alto, passa a recolher a taxa com base no valor máximo para todos os estabelecimentos", afirma.

DIVULGAÇÃO
Pedro Henrique Lacerda Miranda Coelho: não houve aumento no custo de controle e fiscalização do Ibama

O tributarista Everson Santana, do escritório Mandaliti, cita que, antes da portaria, a Advocacia-Geral da União (AGU) deu um parecer, em junho de 2023, com o mesmo entendimento. "Eles entenderam que cada filial não é agente autônomo, então a cobrança deve ser sobre todo o faturamento bruto anual da pessoa jurídica e não analisado de forma individual", diz.

Para Santana, esse parecer abre brecha para a cobrança da taxa apenas da matriz, tese sustentada pelo escritório. "No momento que o órgão diz que a filial não é entidade autônoma distinta de sua matriz, não haveria sentido da cobrança ser feita em cada filial. Existe só uma empresa, logo, apenas se deveria pagar a taxa na matriz", acrescenta.

Na visão da advogada Marcela Pitombo, do MoselloLima Advocacia, há cunho arrecadatório do governo em mudar abruptamente o entendimento. "É evidente a conjuntura complexa enfrentada pelo órgão, com greve, quadro deficitário de servidores e recursos escassos, mas não podemos ser coniventes com posicionamento abusivo, sem amparo legal e com viés claramente arrecadatório."

No escritório, ela diz que já fez mais de 400 contestações administrativas sobre o aumento da taxa. "A tendência é de que haja uma nova onda de judicializações a fim de pacificar o tema e conferir maior segurança jurídica para os setores econômicos alcançados", diz. Ela identificou duas decisões a favor do Ibama e outras 10 ações já judicializadas, ainda sem decisão.

Em nota, a AGU informa que vai recorrer das liminares e que há decisões favoráveis ao órgão. Afirma que a portaria "não tratou propriamente de majorar o tributo em questão, senão apenas de apresentar a nova interpretação da administração tributária" para considerar não mais a receita individual do estabelecimento, mas da pessoa jurídica como um todo. "Com isso, todos os estabelecimentos [filiais] que eram eventualmente tributados como empresas de pequeno porte, passam a ser cobrados como de grande porte", completa, dando como exemplo uma filial com receita menor que R$ 4,8 milhões.

O órgão diz que essa nova interpretação já vem sendo admitida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ). Cita julgamento sobre taxa estadual (ARE 738944), com relatoria do ministro aposentado Ricardo Lewandowski: "É legítima a utilização do porte da empresa, obtido a partir do somatório das receitas brutas de seus estabelecimentos, para mensurar o custo da atividade despendida na fiscalização que dá ensejo a cobrança da taxa".

Afirma ainda que não tem estimativa sobre aumento de arrecadação a partir de 2024, com a mudança de cálculo. "O objetivo, quando da mudança do entendimento, foi de fazer com que a cobrança de TCFA se desse nos exatos termos da legislação tributária."

Já o Ibama diz que "estuda proposta de recorrer à liminar" e que a base de cálculo da taxa "tem como parâmetro, além de outros fatores, o porte da empresa, que é definido levando-se em conta a renda bruta anual da pessoa jurídica".

Procurados, o Sindifer, a Lorenzetti e o advogado do caso não deram retorno.

STJ autoriza juiz a calcular valor de honorários em cobrança fiscal

GUSTAVO LIMA/STJ

> "Nesses casos, os honorários devem ser fixados pela apreciação equitativa"
> *Francisco Falcão*

Beatriz Olivon
De Brasília

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que os juízes podem estabelecer valores de honorários em casos que tratarem de exclusão de uma das partes de cobrança tributária (execução fiscal) — sem seguir os percentuais estabelecidos pelo Código de Processo Civil (CPC). A decisão, unânime, uniformiza o entendimento nas turmas de direito público (1ª e 2ª).

O artigo 85 do CPC traz percentuais para a fixação de honorários — parágrafos 2º e 3º. Os dispositivos estabelecem honorários entre 10% e 20% do valor do proveito econômico obtido ou do montante atualizado da causa. No caso de condenações envolvendo a Fazenda Pública, o percentual cai conforme aumenta o crédito em discussão. Fica entre 1% e 3% (causas acima de 100 mil salários mínimos).

O CPC permite o arbitramento de honorários por equidade (valor fixado pelo juiz) quando, havendo ou não condenação, o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório ou o valor da causa for muito baixo.

No caso julgado, os honorários foram fixados por "apreciação equitativa" (artigo 85, parágrafo 8º, do CPC), considerando a simplicidade da causa. O valor da execução é de mais de R$ 1 milhão e, por isso, foi considerada descabida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5) a aplicação dos percentuais previstos nos parágrafos 2º e 3º do mesmo dispositivo. Foi fixada condenação em honorários de R$ 5 mil.

Em recurso ao STJ, o Sistema Associado de Comunicação, parte do processo, pediu a não aplicação da regra do arbitramento por apreciação equitativa e, subsidiariamente, a irrisoriedade da verba honorária de sucumbência (EResp 1880560). No TRF-5, a empresa havia conseguido impedir o redirecionamento da dívida, tendo em vista a ausência de dissolução irregular e a inexistência de grupo econômico.

Em seu voto, o relator do caso na 1ª Seção, ministro Francisco Falcão, citou a exclusão do executado da execução fiscal e também que os proveitos econômicos no caso seriam inestimáveis. Ele negou o pedido, afirmando que nos casos em que a ação visa apenas excluir um integrante do polo passivo, sem impugnar o crédito executado, os honorários devem ser fixados pela "apreciação equitativa", sem necessidade de estimar o proveito econômico da ação.

Para Maria Andréia dos Santos, sócia do Machado Associados, a decisão acaba por consagrar que a Fazenda Pública não sofre grandes consequências quando faz cobranças indevidas. "Já o contribuinte, se demandar contra a Fazenda Pública e perder, será sempre condenado a pagar honorários expressivos, nos percentuais previstos no CPC."

Corte mantém IRPJ sobre benefício fiscal

Beatriz Olivon
De Brasília

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirmou entendimento favorável à tributação pelo Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL de benefícios fiscais de ICMS concedidos por meio de subvenções. A decisão foi unânime.

O caso analisado é da De Marco Comércio de Veículos, que havia obtido em primeira instância decisão contra a tributação. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) reformou a decisão. Porém, apesar de haver repetitivo sobre o assunto, o recurso da empresa foi aceito no STJ.

No processo, a Fazenda Nacional pediu a aplicação do entendimento de que incentivos fiscais concedidos pelos Estados em relação ao ICMS devem compor a base de cálculo do IRPJ e da CSLL, conforme definido no recurso repetitivo.

O advogado do caso Leonardo Roesler, sócio da RMS Advogados, pediu na sustentação oral que fosse mantida a decisão favorável à empresa. "Essa decisão não apenas resguarda o direito da empresa, mas reafirma a importância do respeito da autonomia dos Estados em sua capacidade fiscal", afirmou.

Em seu voto, o relator, ministro Teodoro Silva Santos, destacou que o assunto é recorrente no STJ. E acrescentou que, no caso, não se aplicaria o precedente da Corte que trata especificamente de crédito presumido de ICMS – julgado que afastou a tributação (REsp 15178492).

Sobre a possibilidade de excluir os benefícios de ICMS como subvenções para investimento da base do IRPJ e da CSLL, o ministro citou o julgamento com efeito repetitivo (EREsp 2009670). A Corte definiu, em 2023, que é impossível retirar os benefícios fiscais do cálculo, salvo quando atendidos requisitos previstos em lei (Lei Complementar nº 160/2017 e Lei nº 12.973/2014).

INÊS249

O que fazer quando o poder público não paga?

Opinião Jurídica

Carolina Caiado

Atrasos na aprovação de medições, parcelas de pagamentos e até mesmo inadimplemento total das obrigações de pagamento por parte do poder público em contratos administrativos. Esses são relatos frequentes de empresas prestadoras de serviço cujos clientes são entidades públicas.

A Lei Federal nº 14.133/2021 — a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos — aprimorou a base legal da relação contratual entre poder público, seus fornecedores e prestadores de serviços. Contudo, há poucas mudanças no que se refere às prerrogativas dos particulares nos casos em que o cliente público incorre em inadimplemento de obrigações, sobretudo com relação à falta ou atraso de pagamento.

Desde 1º de janeiro, quando a lei entrou plenamente em vigor, as hipóteses em que o particular contratado terá direito à extinção do contrato administrativo foram em parte ampliadas. Por exemplo, os casos de atrasos no cumprimento de obrigações pecuniárias que configuram motivos para extinção do contrato foram desdobrados nos incisos III e IV do artigo 137, parágrafo 2º, da lei. Estão entre essas hipóteses as repetidas suspensões que totalizem 90 dias úteis (independentemente do pagamento obrigatório de indenização por desmobilizações e mobilizações) e o atraso superior a dois meses dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.

A questão é como se dá a extinção do contrato — a linguagem foi atualizada e incluiu mecanismos já em vigor, como conciliação, mediação e arbitragem, mas tal processo não se alterou de forma relevante com relação à lei anterior. Na vigência da revogada Lei Federal nº 8.666/93, o inadimplemento de obrigações de pagamentos, por parte do poder público, garantia ao contratado o direito à rescisão do contrato, nos termos do artigo 78, XV. Porém, embora tivesse tal garantia, o contratado não poderia, por lei, exercer a possibilidade de encerrá-lo unilateralmente. A rescisão só ocorreria com a obtenção da anuência do poder público para extinção amigável ou decisão do Poder Judiciário que o autorizasse a fazê-lo. Ou seja, o contratado parava de receber seus pagamentos, mas não tinha autorização legal para extinguir o contrato.

Pois o artigo 138 da nova lei manteve as hipóteses de rescisão do contrato: por ato unilateral da administração pública; consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da administração; e determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial. A rescisão unilateral por parte do contratado permanece fora da lei.

Em seu artigo 137, parágrafo 3º, II, a nova lei garantiu aos contratados o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas contratualmente até a normalização da situação, admitindo o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em casos excepcionais, previstos na própria lei, a exemplo do caso fortuito e força maior. Esse direito à suspensão das obrigações do contratado em casos de inadimplemento das obrigações de pagamento do poder público já era reconhecido em decisões do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Foi garantido, por exemplo, a um fornecedor de alimentação a hospitais o direito de suspender a prestação de serviços no caso de atraso no pagamento dos serviços por período superior a 90 dias. O STJ entendeu que o contratado poderia licitamente suspender a execução dos serviços.

Ainda que a nova lei tenha incorporado os posicionamentos do TCU e STJ, garantindo ao contratado o direito à extinção do contrato, trata-se de solução parcial para a questão. Suspender a execução não resolve por completo a situação do contratado, pois este permanecerá no vínculo, tendo que manter mobilizadas equipes, estoques, equipamentos.

Ademais, não se trata de direito absoluto, pois tal prerrogativa é expressamente retirada do contratado nos casos de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, conforme dispõe o artigo 137, parágrafo 3º, I da nova lei. Ou seja, nessas hipóteses o contratado deverá socorrer o Estado e manter o fornecimento ou a prestação de serviços.

Por essa razão, os mecanismos de proteção do contratado para os atrasos no pagamento por parte do poder público pouco avançaram — caberá ao contratado buscar a rescisão consensual ou optar pela suspensão de suas obrigações até que o poder público retome seus pagamentos.

Nesse contexto, vê-se que a nova lei perdeu a oportunidade de aprimorar os mecanismos de proteção do contratado em situações de atraso nos pagamentos do poder público, sobretudo porque passou a permitir contratos de longo prazo, que podem chegar até 35 anos. Em relações contratuais longevas, cuja remuneração do particular depende exclusivamente dos pagamentos públicos, são necessários arranjos de garantias do cumprimento de obrigações pecuniárias, a exemplo do que ocorre nos contratos de parceria público-privadas.

Sem esses mecanismos de proteção ou a possibilidade de rescisão unilateral do contrato administrativo, é provável que o risco de inadimplemento do poder público seja transferido para o preço do contrato, tornando o fornecimento e a prestação de serviços mais onerosos à administração pública. O tempo e a prática mostrarão como o risco que a nova lei não solucionou será refletido nos contratos.

Carolina Caiado é sócia do Campos Mello Advogados

COMUNICADO

DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA
Nº do Processo: 024.00049299/2024-07
Interessado: CODES
Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERAPIA MULTIDISCIPLINAR.

Tratam os autos da contratação de empresa na prestação de serviços de terapia multidisciplinar, em cumprimento à ação judicial de O.O.M., solicitado pela COORDENAÇÃO DAS DEMANDAS ESTRATÉGICAS DO SUS - CODES.

À vista das manifestações constantes dos autos e, considerando o valor estimado da contratação pretendida, AUTORIZO a **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, em caráter emergencial de acordo com o artigo 75, inciso VIII da Lei 14.133/2021 e atualizações, bem como a Contratação da empresa **ESPAÇO SETE CONSULTÓRIO DE FISIOTERAPIA - EPP,** no valor total de **R$ 279.840,00 (duzentos e setenta e nove mil oitocentos e quarenta reais),** pelo prazo de 12 (doze) meses.

Copersucar S.A.

CNPJ/MF nº 10.265.949/0001-77 - Nire 35300360401

Extrato da Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária Realizadas no Dia 27/06/2023

Em 27/06/2023, às 09h, de forma digital, por meio de sistema eletrônico devidamente disponibilizado, nos termos do artigo 121, § único, da Lei nº 6.404/1976 c/c Manual de Registro de Sociedade Anônima da JUCESP, Seção VIII, bem como de forma presencial, na sede da Copersucar S.A., com a presença de acionistas representando quórum legal exigido para tanto. **Mesa:** Presidente: Luis Roberto Pogetti; Secretária: Juliana Montanheiro Lara. **Deliberações:** de acordo com a Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram adotadas por unanimidade de votos, abstendo-se de votar os legalmente impedidos: **Em AGO: (i)** Aprovados, sem ressalvas ou reservas, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/03/2023, acompanhados dos pareceres favoráveis do Conselho Fiscal e da empresa de auditoria independente KPMG Auditores Independentes. **(ii)** Aprovada a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31/03/2023, no montante de R$ 679.403.666,72, conforme segue: **(a)** R$ 33.970.183,34 para a conta de reserva legal da Companhia; **(b)** distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, no valor de R$ 6.454.334,83, que corresponde a 1% do lucro líquido ajustado, conforme Artigo 37, alínea "a" do Estatuto Social da Companhia; e **(c)** distribuição de dividendos adicionais, no valor de R$ 638.979.148,55, nos termos do Artigo 37, alínea "c", do Estatuto Social da Companhia. **(iii)** Aprovada a eleição do Conselho Fiscal, com mandato até a AGO da Companhia a ser realizada no exercício social de 2024, sendo efetivos os Senhores: (1) **Marcos Ponce de Leon Arruda,** RG nº 64.441.365-7-SSP/SP e CPF nº 033.934.237-46; (2) **José Márcio Cavalheire**, RG nº 10.771.637-9 e CPF nº 000.941.258-13; (3) **Eduardo Lambiasi**, RG nº 13.860.921-4 SSP/SP e CPF nº 034.293.678-67, e como seus respectivos membros suplentes, nesta mesma ordem, foram eleitos os Senhores: (1) **Leandro José dos Santos**, RG nº 24.772.216-9 SSP/SP e CPF nº 255.264.478-39; (2) **Ranulfo Costa**, RG nº 18.981.351-9 SSP/SP e CPF nº 077.765.288-97; e (3) **Carlos Rafael Ramirez**, RG nº 41.535.119-4 SSP/SP e CPF nº 341.886.608-56, os quais declaram, nos termos do disposto no § 1º do artigo 147 da Lei 6.404/76, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade por lei especial ou em virtude de condenação, inclusive de seu respectivo efeito, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Por fim, os conselheiros eleitos foram devidamente empossados em seus respectivos cargos mediante as respectivas assinaturas nos termos de posse lavrados no livro próprio. **(iv)** Aprovada a eleição do Conselho de Administração da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que será realizada em 2025, tendo como membros efetivos, os Senhores: **(1)** para **Presidente do Conselho de Administração**, **Luís Roberto Pogetti**, RG nº 8.024.621 SSP/SP e CPF nº 991.829.988-68; **(2) Carlos Dinucci**, RG nº 7.493.045-X SSP/SP e CPF nº 019.792.768-89; **(3) Carlos Ubiratan Garms**, RG nº 10.126.453-7 SSP/SP e CPF nº 065.778.788-46; **(4) Clésio Antônio Balbo**, RG nº 4.136.385-1 SSP/SP e CPF nº 747.422.648-00; **(5) Britaldo Pedrosa Soares**, RG nº MG- 228.266 e CPF/MF nº 360.634.796-00; **(6) Leopoldo Tittoto**, RG nº 8.311.252-2 SSP/SP e CPF nº 035.083.938-79; **(7) José Pedro Andrade**, RG nº 7.627.775-6 SSP/SP e CPF nº 026.624.108-50; **(8) Luiz Roberto Kaysel Cruz**, RG nº 5.775.356 SSP/SP e CPF nº 000.277.788-60; **(9) Gastão de Souza Mesquita Filho**, RG nº 29.217.420-2 e CPF nº 309.067.738-57 e, **como membros independentes: (10) Pablo Roman Di Si**, RNE nº V337223-S e CPF nº 227.887.448-97; **(11) Alberto Fernandes**, RG nº 13.030.798-SSP-SP e CPF nº 053.207.088-74, os quais declaram, nos termos do disposto no §1º do artigo 147 da Lei 6.404/76, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial ou em virtude de condenação. Por fim, os conselheiros eleitos foram devidamente empossados em seus respectivos cargos mediante as respectivas assinaturas nos termos de posse lavrados no livro próprio. **Em AGE: (i)** Aprovada a rerratificação do limite do valor da remuneração global anual da Administração, referente ao exercício social findo em 31/03/2023, deliberada na AGO da Companhia realizada em 28/06/2022, passando de até R$ 36.000.000,00 para até R$ 73.400.000,00. **(ii)** Aprovada a fixação do valor de até R$ 43.500.000,00 para remuneração global anual dos Administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, referente ao exercício social a findar-se em 31 de março de 2024. Nada mais. São Paulo, 27/06/2023. **Mesa: Luis Roberto Pogetti -** Presidente; **Juliana Montanheiro Lara -** Secretária. **JUCESP** nº 153.356/24-8 em 18/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

IGUÁ SANEAMENTO S.A.

CNPJ/MF nº 08.159.965/0001-33 - NIRE 35300332351 - Companhia Aberta

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2024

I. Data, Hora e Local: Em 23 de abril de 2024, às 12h00, realizada de forma exclusivamente digital, por videoconferência (plataforma "*MS Teams*") e gravada pela Iguá Saneamento S.A. ("Companhia"), nos termos do §2º-A do art. 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), redação dada pela Lei 14.030/20, do inciso I, §2º do art. 5º da Resolução CVM 81/2022, e do capítulo II, secção VIII, anexo V, da Instrução Normativa DREI nº 81/2020. **II. Mesa:** Presidente: Paulo Todescan Lessa Mattos (indicado na forma do art. 12, parágrafo 2º do Estatuto Social); Secretário: Alexander Pibernat Cunha Cardoso. **III. Convocação:** O edital de convocação foi publicado, na forma do artigo 124 da Lei das S.A., nas edições dos dias 25, 26 e 27 de março de 2024 no jornal "Valor Econômico". **IV. Presença:** Participaram os acionistas titulares de 426.355.971 (quatrocentas e vinte e seis milhões, trezentas e cinquenta e cinco mil, novecentas e setenta e uma) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, sendo a totalidade dos acionistas detentores das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia, desconsiderando as 1.448.451 (um milhão, quatrocentas e quarenta e oito mil, quatrocentas e cinquenta e uma) ações em tesouraria. **V. Ordem do Dia:** Deliberar em: (a) Assembleia Geral Ordinária: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; e **(ii)** deliberar sobre a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. (b) Assembleia Geral Extraordinária: **(i)** Fixar o montante global da remuneração dos administradores da Companhia para o ano de 2024. **VI. Deliberações:** Dispensada, por unanimidade dos acionistas presentes, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral, uma vez que todos já foram devidas e previamente disponibilizados pela Companhia e são do inteiro conhecimento dos acionistas. Os acionistas, então, deliberaram o quanto segue: **(a) Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Foram aprovadas, por unanimidade dos acionistas presentes, com 426.355.971 (quatrocentos e vinte e seis milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e setenta e um) votos favoráveis, e sem ressalvas, abstenções ou votos contrários, na forma da proposta da administração, as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório anual dos auditores independentes, todos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, conforme proposta enviada pela administração da Companhia a seus acionistas, nos termos do parágrafo 4º do art. 134 da Lei das S.A. (ii) Por unanimidade dos acionistas presentes, com 426.355.971 (quatrocentos e vinte e seis milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e setenta e um) votos favoráveis, e sem ressalvas, abstenções ou votos contrários, foi aprovado o resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 de prejuízo, no valor total de R$ 382.816.182,07 (trezentos e oitenta e dois milhões, oitocentos e dezesseis mil, cento e oitenta e dois reais e sete centavos), o qual foi totalmente alocado para a conta de prejuízos acumulados da Companhia. (iii) Foi consignado, por unanimidade dos acionistas presentes, com 426.355.971 (quatrocentos e vinte e seis milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e setenta e um) votos favoráveis, e sem ressalvas, abstenções ou votos contrários, que a Companhia apresenta, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, prejuízos acumulados de R$ 1.123.159.871,84 (um bilhão, cento e vinte e três milhões, cento e cinquenta e nove mil, oitocentos e setenta e um reais e oitenta e quatro centavos). Ainda, foi realizada a absorção com o prejuízo acumulado das seguintes reservas: (i) reserva legal: R$ 2.115.662,02 (dois milhões, cento e quinze mil, seiscentos e sessenta e dois reais e dois centavos), (ii) reserva de lucros para expansão: R$ 14.454.442,67 (catorze milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e sessenta e sete centavos), (iii) reserva reflexa: R$ 23.133.661,20 (vinte e três milhões, cento e trinta e três mil, seiscentos e sessenta e um reais e vinte centavos). **(b) Em Assembleia Geral Extraordinária:** (iv) Foi deliberado por unanimidade dos acionistas, com 426.355.971 (quatrocentos e vinte e seis milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e setenta e um) votos favoráveis, e sem votos contrários ou abstenções, a fixação da remuneração total dos administradores, referente ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024, no valor de até R$ 25.527.713,00 (vinte e cinco milhões, quinhentos e vinte e sete mil, setecentos e treze reais). (v) O valor da remuneração compreende a remuneração do Conselho de Administração, Comitês e da Diretoria Estatutária no período de janeiro a dezembro de 2024, e inclui a remuneração fixa e variável (esta, considerando o patamar máximo atingível), direta e indireta, bem como benefícios de qualquer natureza e os montantes a serem reconhecidos no resultado da Companhia em decorrência de modelos de remuneração baseados ou referenciados em ações. No montante também são considerados tributos e contribuições para a previdência social oficial que sejam de responsabilidade da Companhia. (vi) Fica a administração da Companhia autorizada a tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das deliberações ora tomadas. **VII. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual foi elaborada na forma de sumário dos fatos, inclusive dissidências e protestos, e conterá apenas a transcrição das deliberações tomadas, observando-se para tanto o que dispõem as alíneas "a" e "b" do parágrafo 1º, do artigo 130 da Lei das S.A. Após reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada. **Assinaturas**. **Mesa:** Presidente: Paulo Todescan Lessa Mattos; Secretário: Alexander Pibernat Cunha Cardoso. **Acionistas:** Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, Mayim Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Canada Pension Plan Investment Board, PIP6GV AGUA LTD, PIP6PX AGUA LTD, PIP6PX AGUA II LTD e PIP6PX AGUA III LTD. Certificamos que a presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 23 de abril de 2024. **Mesa: Alexander Pibernat Cunha Cardoso** - Secretário. JUCESP-PROTOCOLO nº 0.596.253/24-2 em 23/04/2024.

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo SEI **Nº 6012.2024/0000025-4** - Concorrência Eletrônica **Nº 004/SMSUB/COGEL/2024**
Objeto: **Contratação para execução de serviços de Pavimentação e Drenagem em ruas de terra - Itaquera, conforme Anexo I - Termo de Referência, à Prefeitura do Município de São Paulo.**
Tipo **MENOR PREÇO** e critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL** - Data/hora da sessão pública: **13/05/2024 às 11:00 horas** - Local: https://www.gov.br/compras - **UASG nº 925004** e nas condições descritas no Edital (doc. SEI nº 101920862) - Download do edital: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br, https://www.gov.br/compras e também através do link: http://tinyurl.com/ruasdeterrasubitaquera.

IOCHPE-MAXION S.A.

CNPJ nº 61.156.113/0001-75 – NIRE 35.300.014.022

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2024

1. Data, Hora e Local: Dia 27 de março de 2024, às 17:00 horas, na filial da Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia"), localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Luigi Galvani, 146, 13º andar. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, nos termos do § 2º do Art. 23 do estatuto social da Companhia, ficando consignada a presença dos Conselheiros na forma facultada no § 3º do referido artigo. Participaram, ainda, da reunião os Srs. Marcos S. de Oliveira, Renato Salum e Flávia Senna Handel, respectivamente, diretor-presidente e de RI, diretor financeiro e diretora jurídica da Companhia. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Dan Ioschpe; Secretária: Sra. Flávia Senna Handel. **4. Deliberações:** Os Conselheiros, por unanimidade, deliberaram o seguinte: 4.1. Autorizar que a Companhia aumente o capital social de suas controladas, diretas e/ou indiretas, incluindo sem limitar a Maxion Wheels do Brasil Ltda., a Iochpe-Maxion Austria GmbH e a Maxion (Nantong) Wheels Co., Ltd., em montante total adicional de até R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, podendo realizar as referidas capitalizações em uma ou mais operações até a data de 30 de abril de 2025 (inclusive), de forma que as referidas controladas possam reforçar o seu caixa e/ou capitalizar suas respectivas controladas, diretas e/ou indiretas, na medida em que julguem necessário ou conveniente. 4.1.1. Autorizar que o limite de alçada para aumento do capital social de controladas da Companhia, aprovado nos termos do item 4.1 acima, possa também ser utilizado pela Companhia para realizar aumentos de capital em sua coligada chinesa Dongfeng Maxion Wheels Ltd., com o fim de que esta última possa desenvolver suas atividades. 4.2. Autorizar que sejam praticados todos os atos e celebrados todos os documentos que sejam necessários ou convenientes para o cumprimento das deliberações anteriores. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata na forma de sumário, que, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos integrantes da mesa e pelos conselheiros presentes em número suficiente para constituir a maioria necessária para as deliberações tomadas na reunião. São Paulo, 27 de março de 2024. **Assinaturas:** Mesa: Dan Ioschpe, Presidente. Flávia Senna Handel, Secretária. Conselheiros: Alexandre Gonçalves Silva; Dan Ioschpe; Deborah Stern Vieitas; Gustavo Berg Ioschpe; Henrique Bredda; Iboty Brochmann Ioschpe; Leandro Kolodny; Nildemar Secches; Sergio Luiz Silva Schwartz. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. **Flávia Senna Handel** - Secretária. JUCESP - Certifico que foi registrado sob nº 140.028/24-9, em 05/04/2024. (a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

www.iochpe.com.br

Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.

CNPJ/ME nº 87.376.109/0001-06

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os acionistas desta Companhia, convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), que será realizada no dia 02/05/2024, com início às 09h30 horas, por meio de videoconferência; por questões de segurança, pedimos que envie um e-mail a caixa departamental govcorporativo@zurich-santander.com.br, solicitando o link de acesso até o dia 29/04/2024, em primeira chamada, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(I)** Eleger membros titulares e suplentes do Conselho de Administração; e **(II)** Ratificar a composição dos membros do Conselho de Administração. Encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, cópias dos documentos referentes às matérias a serem deliberadas na AGOE convocada. São Paulo, 22/04/2024. ***Claudio Alberto Chiesa** – Presidente do Conselho de Administração.*
(23, 24 e 25/04/2024)

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico **Nº 90008/SUB-G/2024** - Processo SEI **6038.2023/0000367-0**
Objetivo: **Aquisição de madeiras diversas** - Data/hora da sessão pública: **09/05/2024 às 10:00 horas** - Local: https://www.gov.br/compras/pt-br (UASG 925074) ou clicando no link a seguir: **SEI 102211100** (edital e termo de referência) ou no site http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br.

Pregão Eletrônico **Nº 90015/SUB-G/2024** - Processo SEI **6038.2024/0000700-5**
Objetivo: **Prestação de serviços especializado em planejamento, assessoramento e execução da Corrida/Caminhada de Rua - Aniversário de 163 anos de Guaianases.**
Data/hora da sessão pública: **DIA 10/05/2024, às 10 horas.**
As informações podem ser baixadas pelo site https://www.gov.br/compras/pt-br (UASG 925074) ou clicando no link a seguir: **SEI 102202158** (edital e termo de referência) ou no site https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=inicio.
Informações adicionais: Telefone (11) 2392-1090/1045 ou e-mails claudiomelo@smsub.prefeitura.sp.gov.br ou rspigariol@smsub.prefeitura.sp.gov.br.
Os editais e seus anexos poderão ser adquiridos pelas interessadas no horário das 09:00 às 16:00 horas, até o último dia útil que anteceder a abertura, gratuitamente, na Rua Hipólito de Camargo, 479 - Vila Lourdes - Guaianases - São Paulo - SP, CEP 08410-030.

IGUÁ SANEAMENTO S.A.

CNPJ/MF nº 08.159.965/0001-33 - NIRE 35300332351

ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2024

Dia, Local e Horário: 11 de março de 2024, às 13:00 horas, realizada de forma exclusivamente digital por videoconferência (plataforma "Teams"), na sede social da Iguá Saneamento S.A.("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.507, 11º Andar, CEP 04547-005, conforme Instrução Normativa DREI 81/2020 ("IN DREI 81"). **Convocação e Presença:** Presente a totalidade da diretoria, ficando dispensada a convocação conforme disposto no artigo 20 do Estatuto Social e na legislação vigente. **Mesa:** Presidente: Roberto Correa Barbuti; Secretária: Thaís da Rosa Mallmann. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a alteração do endereço da filial da Companhia. **Deliberações:** Presente a totalidade dos Diretores da Companhia, após análise e discussão da matéria proposta, deliberaram aprovar, por unanimidade, na forma do art. 2º, parágrafo único do Estatuto Social, pela alteração do endereço da filial da Companhia inscrita no CNPJ sob o nº 08.159.965/0003-03 que passará a ter o seu endereço na Rua Santos Dumont, nº 79, salas 39 e 45, Vila Ercília, CEP 15091-280, São José do Rio Preto/SP. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, tendo-se antes redigido e feito lavrar esta ata, a qual lida e achada conforme, foi devidamente assinada. Mesa: Roberto Correa Barbuti, Presidente; Thaís da Rosa Mallmann, Secretária. Diretores: Roberto Correa Barbuti, Juliano Heinen, Felipe Rath Fingerl, Mateus de Faria Renault e Silva, Talita Caliman, e Péricles Sócrates Weber. Certificamos que a presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo, 11 de março de 2024. Mesa: Thaís da Rosa Mallmann - Secretária. **JUCESP** nº 186.019/24-5 em 19/04/2024.

Brasilprev Seguros e Previdência S.A.

CNPJ nº 27.665.207/0001-31 - NIRE nº 3530013990-9

Extrato de 447ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada em 27/07/2023

Em 27/07/2023, às 18h, na Sede. **Presença:** A reunião foi realizada de forma virtual e os membros do Conselho de Administração proferiram seus votos por meio eletrônico, conforme previsto no Art. 18, § 3º, do Regimento Interno do Conselho, sob a presidência da Sra. Tarciana Paula Gomes Medeiros, que convidou a mim, Ana Paula Makhoul Sabbag, como Secretária do Conselho. **Deliberações: 1) Renúncia de Membro do Conselho de Administração.** A Companhia consigna e documenta que o Sr. Roberto Andrés Walker Hitschfeld, apresentou carta renúncia, em 26/07/2023, para o cargo de membro titular do Conselho de Administração, na condição de representante da PFG do Brasil Ltda., nos termos da carta renúncia arquivada na sede da Companhia. O Conselho reconheceu a dedicação e o desempenho, bem como o agradeceu pelo período em que esteve à frente do Conselho da Companhia. **2) Eleições de Membros para o Conselho de Administração.** Por unanimidade dos membros presentes, sem ressalvas, foram eleitos para compor o Conselho de Administração, até a primeira Assembleia Geral de Acionistas que vier a ocorrer, nos termos da previsão contida no Estatuto Social: **a) representante do acionista PFG do Brasil Ltda.:** Na condição de membro titular o **Sr. Luís Eduardo Valdés Illanes,** passaporte nº F18319465 e CPF nº 059.680.617-58. **b) representante do acionista BB Seguros Participações S.A.:** Na condição de membro titular o **Sr. José Ricardo Sasseron,** CI nº 01851380477 - DETRAN/SP, CPF nº 003.404.558-96. Nada mais. **Ana Paula Makhoul Sabbag - Secretária. JUCESP** nº 1.810/24-8 em 04/01/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

megaleilões GESTOR JUDICIAL

26ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO e de intimação de **REAL INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.126.941/0001-13; **ANTONIO VINICIUS LOPES GRITZBACH,** inscrito no CPF/MF sob o nº 340.693.378-57; **e THATYANA RAMOS GRITZBACH,** inscrita no CPF/MF sob o nº 329.411.088-07; **bem como da credora hipotecária COMPANHIA SIDERURGICA BELGO MINEIRA,** inscrita no CPF/MF sob o nº 24.315.012/0002-54; **e do ocupante do imóvel. O Dr. Rogério de Camargo Arruda**, MM. Juiz de Direito da 26ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos do **Procedimento Comum Cível** ajuizada por **REAL INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA** em face de **ANTONIO VINICIUS LOPES GRITZBACH e Outra - Processo nº 1059370-15.2022.8.26.0100 – Controle nº 983/2022,** e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: **DO IMÓVEL** - O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS" e no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL -** O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Leiloeiro www.megaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC, inclusive as fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado. **DA VISITAÇÃO** - Os interessados em vistoriar o bem deverão enviar solicitação por escrito ao e-mail visitacao@megaleiloes.com.br. Cumpre esclarecer que cabe ao responsável pela guarda do bem autorizar o ingresso dos interessados, sendo que a visitação nem sempre será possível, pois alguns bens estão em posse do executado. Independente da realização da visita, a arrematação será por conta e risco do interessado. **DO LEILÃO** - O Leilão será realizado por **MEIO ELETRÔNICO**, através do Portal www.megaleiloes.com.br, o **1º Leilão** terá início no **dia 10/05/2024 às 15:00 h** e se encerrará **dia 13/05/2024 às 15:00 h**, onde somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o **2º Leilão**, que terá início no **dia 13/05/2024 às 15:01 h** e se encerrará no **dia 03/06/2024 às 15:00 h**, onde serão aceitos lances com no mínimo 80% (oitenta por cento) do valor da avaliação. **DO CONDUTOR DO LEILÃO** – O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 844. **DO VALOR MÍNIMO DE VENDA DO BEM** – No **2º Leilão**, o valor mínimo para a venda do bem corresponderá a **80% (oitenta por cento)** do valor da avaliação judicial, que será atualizada até a data da alienação judicial. **DOS LANCES** – Os lances poderão ser ofertados pela Internet, através do Portal www.megaleiloes.com.br. **DA PREFERÊNCIA** - Nos termos do artigo 843, § 1º, do Código de Processo Civil, os coproprietários terão a preferência na arrematação, devendo concorrer no leilão, em igualdade de condições, visando possibilitar a livre concorrência. **DOS DÉBITOS:** Eventuais ônus sobre o imóvel correrão por conta do arrematante, exceto eventuais débitos de IPTU e demais taxas e impostos que serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do Art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN, bem como os débitos de condomínio (propter rem) que também serão sub-rogados no preço da arrematação, conforme Artigo nº 908, § 1º, CPC. **DO PAGAMENTO** - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. **DA PROPOSTA -** Os interessados na aquisição do bem de forma parcelada, deverão apresentar proposta enviando de forma detalhada sua intenção no e-mail proposta@megaleiloes.com.br (Art. 895, I e II, CPC). As referidas propostas serão apresentadas ao M.M Juízo respectivo, caso o leilão se encerre negativo. No entanto caso o leilão se encerre positivo, as propostas apresentadas serão desconsideradas, vez que o pagamento à vista prevalece sob o pagamento parcelado. Em resumo o interessado em adquirir o bem realizando o pagamento à vista, deve confirmar o lance em leilão, já aquele que tem a intenção de realizar o pagamento de forma parcelada, deve enviar sua proposta por e-mail, ficando ciente das referidas condições do Artigo 895§ 7º, CPC. Por fim, a apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC), devendo a mesma ser analisada pelo M.M Juízo respectivo que decidirá pela opção mais vantajosa para a resolução da lide. **A apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC) e o pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre o parcelado, ainda que mais vultoso (Art. 895, § 7º, CPC). PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS -** Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas; O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (Art. 895, § 4º e 5º do CPC). **DA COMISSÃO** – O arrematante deverá pagar ao Leiloeiro, a título de comissão, o valor correspondente a **5% (cinco por cento)** sobre o preço de arrematação do imóvel. A comissão devida ao Leiloeiro não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas. **DO PAGAMENTO DA COMISSÃO** - O pagamento da comissão do Leiloeiro deverá ser realizado em até 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão, através de guia de depósito que será enviada por e-mail. **DA REMIÇÃO:** Na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação, o Leiloeiro fará jus a comissão no percentual determinado neste edital sobre o valor da arrematação, conforme Artigo nº 7º, §3º da Resolução nº 236 do CNJ". **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br, no Código de Processo Civil e Resolução nº 236 do CNJ.** Por qualquer motivo caso a intimação pessoal do executado não se realizar por meio de seus advogados ou pelo endereço constante dos autos, será intimado através do próprio edital de leilão nos termos do art. 889, I, do CPC. **RELAÇÃO DO BEM: LOTE ÚNICO: MATRÍCULA Nº 19.078 DO 7º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO PAULO/SP - IMÓVEL:** UM PRÉDIO de dois pavimentos, próprio para indústria, situado à rua Siqueira Cardoso, nºs. 267 e 277, no 16° Subdistrito MOOCA, medindo o seu respectivo terreno, 12,00m. de frente para a citada via pública, por 40,00m. da frente aos fundos, de ambos os lados, tendo nos fundos a mesma largura da frente, encerrando a área de 480,00m2.; confronta de um lado com propriedade de José de- Souza Oliveira, de outro com o prédio n. 259, de propriedade de Ru- bens Albanese, nos fundos com propriedade de Carlos Kulnneres Cia. Ltda. **Consta na Av.03 desta matrícula** que o imóvel desta matrícula foi dado em hipoteca a COMPANHIA SIDERURGICA BELGO MINEIRA. **Consta na Av.12 desta matrícula** a existência do Processo nº 1010401-42.2017.8.26.0100, que ITAÚ UNIBANCO S/A move contra CESAR AUGUSTO FERREIRA PINTO DE LIMA e Outros. **Consta na Av.18 desta matrícula** que na 2ª Vara de Crimes Tributários Organização Criminosa e Lavagem de bens e valores do Foro Central Criminal- Barra Funda/SP, nos autos da Ação Cautelar Inominada Criminal – Crimes de Lavagem ou Ocultação de bens; direitos ou valores, processo nº 1524841-63.2022.8.26.0050, foi determinado o sequestro do imóvel desta matrícula. **Consta na Av.19 desta matrícula** que nos autos do Processo nº 10000096720235020612, foi determinada a indisponibilidade dos bens de THATYANA RAMOS GRITZBACH e Outro. **Consta na Av.20 desta matrícula** que nos autos do Processo nº 10018656720215020602, foi determinada a indisponibilidade dos bens de THATYANA RAMOS GRITZBACH e Outro; e **MATRÍCULA Nº 144.696 DO 7º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO PAULO/SP - IMÓVEL:** PRÉDIO residencial e TERRENO situados na rua Siqueira Cardoso nº 259, distante 35,00m da esquina da rua Doutor João Tobias, no 16° SUBDISTRITO MOOCA, medindo o terreno 8,60m de frente para a referida rua Siqueira Cardoso, por 40,00m da frente aos fundos, de ambos os lados, tendo nos fundos a mesma largura da frente, encerrando a área de 344,00m², confrontando de um lado com o prédio nºs 267/277 de propriedade de Rubens Albanese e outros; de outro lado com propriedade de Roller Industria e Comércio Ltda e nos fundos com a propriedade de Carlos Keneres & Cia. Ltda. **Consta na Av.07 desta matrícula** a existência do Processo nº 1010401-42.2017.8.26.0100, que ITAÚ UNIBANCO S/A move contra CESAR AUGUSTO FERREIRA PINTO DE LIMA e Outros. **Consta na Av.13 desta matrícula** que na 2ª Vara de Crimes Tributários Organização Criminosa e Lavagem de bens e valores do Foro Central Criminal- Barra Funda/SP, nos autos da Ação Cautelar Inominada Criminal – Crimes de Lavagem ou Ocultação de bens; direitos ou valores, processo nº 1524841-63.2022.8.26.0050, foi determinado o sequestro do imóvel desta matrícula. **Consta na Av.14 desta matrícula** que nos autos do Processo nº 10000096720235020612, foi determinada a indisponibilidade dos bens de THATYANA RAMOS GRITZBACH e Outro. **Consta na Av.15 desta matrícula** que nos autos do Processo nº 10018656720215020602, foi determinada a indisponibilidade dos bens de THATYANA RAMOS GRITZBACH e Outro. **Contribuinte nº 027.072.0059-1 (Conf. Av. 13).** Consta no site da Prefeitura de São Paulo/SP, que o devedor é inexistente na Dívida Ativa, e há débitos de IPTU para o exercício atual no valor de R$ 41.612,60 e para o exercício de 2023 no valor total de R$ 23.890,14 (04/04/2024). **Consta as fls. 145 dos autos** que o imóvel está situado na Rua Siqueira Cardoso, 259, 267 e 277 localizado no bairro do Belenzinho, São Paulo/SP. **Valor da Avaliação deste lote: R$ 8.000.000,00 (Oito milhões de reais) para outubro de 2023, que será atualizado até a data da alienação conforme tabela de atualização monetária do TJ/SP.** São Paulo, 12 de abril de 2024. Eu, diretora/diretor, conferi. **Dr. Rogério de Camargo Arruda - Juiz de Direito**.

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Comunicamos a todos que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, procura imóvel comercial e térreo na região de Gopouva em Guarulhos/SP para locação, para abrigar a Agência de Correios AC GOPOUVA. O imóvel para a pretendida instalação deve apresentar as seguintes características: Aproximadamente 180,00 m², largura mínima de 6,0 metros, preferencialmente com vaga de estacionamento, acesso para carga e descarga, com laje ou gradil de ferro no telhado, próximo aos comércios da região. Para essa locação, a ECT relaciona as principais ruas e avenidas de interesse, a seguir: Avenida Emilio Ribas; Avenida Torres Tibagy; Avenida Julio Prestes; Alameda Yaya; Rua Dr. Loureço Granato; Avenida Leopoldo Cunha; Alameda Amélia; Rua Guarulhos; Alameda Aida; Alameda Tutoia; Rua Jaboticabeira; Rua Conego Valadão; Rua do Correios; Rua Dona Margarida GAlvão; Rua Cabo Antonio Pereira da Silva; Rua Freire de Andrade; Avenida Tomé de Souza; Avenida Mem de Sá; Rua Embu; Rua Dona Maria I; Rua Jacob; Rua Vinícius; Rua Gabriel Delane; Rua Durval; Rua Dona Alviza; Rua Dona Augusta; Rua Gopouva; Rua Mario; Rua Vasco Branca Leone e outras ruas dentro do perímetro que atendam o interesse comercial da ECT. Informamos aos interessados que entrem em contato com Everaldo de Souza, e-mail everaldosc@correios.com.br, telefone (11) 4313 8568 ou com Zenaide dos Santos, e-mail zenasantos@correios.com.br, telefone (11) 4313 8196

GILSOM MARTINS DOS SANTOS JUNIOR
Gerente Regional De Atendimento DR/SPM SE/SPM

SPIC BRASIL

SPIC Brasil Energia Participações S.A.

CNPJ/MF 27.317.702/0001-50

www.spicbrasil.com.br

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	98.030	246.294	610.386	972.498
Concessionárias	5	–	–	55.118	56.152
Ativo Financeiro	6	–	–	839.394	807.169
Impostos a recuperar	7	23.955	11.598	128.597	44.357
Depósitos judiciais e cauções	8	–	124.197	–	124.197
Estoque		–	–	11.113	11.152
Dividendos e JSCP a receber	10	126.983	77.605	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	16	–	–	–	817.056
Outros ativos circulantes	9	156	623	37.648	33.550
Total ativo circulante		249.124	460.317	1.682.256	2.866.131
Não circulante					
Ativo Financeiro	6	–	–	6.422.427	6.154.172
Impostos a recuperar	7	–	–	126.657	–
Depósitos judiciais e cauções	8	–	–	4.615	11.815
Contas a receber com partes relacionadas	10	188.273	303.867	188.460	181.066
Impostos diferidos	26	–	–	9.316	9.522
Outros ativos não circulantes	9	77.331	–	77.331	86
Investimentos	11	4.884.335	3.870.447	1.371.781	1.446.766
Direito de uso	12	–	–	45.753	33.261
Imobilizado	13	2.691	69	2.421.666	118.374
Intangível	14	–	–	2.449.259	2.634.397
Total ativo não circulante		5.152.630	4.174.383	13.117.265	10.589.459
Total dos ativos		5.401.754	4.634.700	14.799.521	13.455.590

Passivo	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante					
Fornecedores	15	79.695	4.791	234.430	90.475
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	397.838	378.129	2.086.484	3.034.754
Arrendamentos	17	–	–	5.980	5.462
Obrigações sociais e trabalhistas		2.643	2.656	34.207	30.773
Impostos a recolher	8	162	309	26.869	139.979
Dividendos e JSCP	10	615.821	371.260	737.670	441.912
Encargos setoriais	18	–	–	22.368	31.220
Instrumentos financeiros derivativos	16	5.247	–	7.512	11.342
Outros passivos circulantes	9	–	2	1.034	6.260
Provisão - Capex melhorias	20	–	–	102.275	141.977
Total passivo circulante		1.101.406	757.147	3.258.829	3.934.154
Não circulante					
Fornecedores	15	–	–	19.312	2.277
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	448.291	–	3.658.203	2.244.879
Empréstimos com partes relacionadas	10	–	56.601	–	56.601
Arrendamentos	17	–	–	46.386	31.464
Impostos a recolher	8	–	–	390	389
Provisões	19	–	–	31.309	9.048
Impostos diferidos	26	–	–	600.330	504.797
Instrumentos financeiros derivativos		–	–	4	–
Partes relacionadas	10	75	9.714	971	10.685
Outros passivos circulantes	9	–	–	3.256	–
Provisão - Capex melhorias	20	–	–	544.423	663.436
Total passivo não circulante		448.366	66.315	4.904.584	3.523.576
Patrimônio Líquido	21				
Capital social		3.527.080	3.368.998	3.527.080	3.368.998
Outros resultados abrangentes		(45.065)	(75.035)	(45.065)	(75.035)
Reservas de lucro		369.967	517.275	369.967	517.275
Participação de não controladores		–	–	2.784.126	2.186.622
Total patrimônio líquido		3.851.982	3.811.238	6.636.108	5.997.860
Total dos passivos e patrimônio líquido		5.401.754	4.634.700	14.799.521	13.455.590

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Outros resultados abrangentes	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total	Não controladores	Total consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.392.247	38.957	354.250	–	2.785.454	2.032.888	4.818.342
Aumento de Capital conforme AGE de 31 de janeiro de 2022	776.833	–	–	–	776.833	41.984	818.817
Aumento de Capital conforme AGE de 13 de dezembro de 2022	199.918	–	–	–	199.918	–	199.918
Lucro líquido do exercício	–	–	–	213.803	213.803	297.485	511.288
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	–
Hedge de fluxo de caixa	–	(133.571)	–	–	(133.571)	(48.123)	(181.694)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	19.579	–	–	19.579	16.362	35.941
Destinação do resultado do exercício	–	–	–	–	–	–	–
Constituição de reserva legal	–	–	10.690	(10.690)	–	–	–
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(50.778)	(50.778)	–	(50.778)
Destinação para reserva de lucros	–	–	152.335	(152.335)	–	(153.974)	(153.974)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.368.998	(75.035)	517.275	–	3.811.238	2.186.622	5.997.860
Aumento de Capital	158.082	–	–	–	158.082	316.617	474.699
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	255.335	255.335	511.003	766.338
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	–
Hedge de fluxo de caixa	–	29.970	–	–	29.970	(37.832)	(7.862)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	–	–	–	12.863	12.863
Destinação do resultado do exercício	–	–	–	–	–	–	–
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(60.643)	(60.643)	–	(60.643)
Destinação de dividendos de anos anteriores	–	–	(342.000)	–	(342.000)	–	(342.000)
Destinação para reserva de lucros	–	–	181.925	(181.925)	–	(205.147)	(205.147)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.527.080	(45.065)	369.967	–	3.851.982	2.784.126	6.636.108

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Resultados

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	23	–	–	1.952.454	1.946.085
Custo de operação	24	–	–	(454.464)	(430.149)
Lucro bruto		–	–	1.497.990	1.515.936
Resultado da equivalência patrimonial	11	337.084	166.242	(183.688)	(186.392)
Administrativas e gerais	24	(28.173)	(21.814)	(206.605)	(134.679)
Outras (despesas) receitas operacionais		–	–	3.967	591
Lucro antes do resultado financeiro		308.911	144.428	1.111.663	1.195.456
Resultado financeiro líquido	25				
Receitas financeiras		39.213	128.931	206.335	211.890
Despesas financeiras		(102.586)	(34.967)	(605.504)	(576.410)
Variação monetária/cambial líquida		2.416	(3)	2.094	18.319
		(60.957)	93.961	(397.075)	(346.201)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		247.954	238.389	714.588	849.255
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	7.381	(24.586)	173.740	(230.100)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	–	–	(121.990)	(108.888)
Lucro líquido do exercício		255.335	213.803	766.338	510.267
Parcela do resultado atribuída aos acionistas não controladores		–	–	(511.003)	(296.464)
Lucro líquido do exercício		255.335	213.803	255.335	213.803
Lucro por ação					
Quantidade de ações no final do exercício		3.513.906	3.368.998	3.513.906	3.368.998
Lucro líquido por ação, básico e diluído		0,0727	0,0675	0,0727	0,0675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Lucro líquido do exercício	255.335	213.803	255.335	213.803
Hedges de fluxo de caixa:	29.970	(133.570)	29.970	(133.570)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	19.579	–	19.579
Resultado abrangente total do exercício	285.305	99.812	285.305	99.812

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		247.953	238.389	714.589	849.253
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Tributos diferidos		–	–	–	(2.309)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(337.084)	(166.242)	183.688	186.393
Ativo financeiro	6	–	–	(1.509.233)	(1.512.285)
Depreciações e amortizações	12,13,14	867	867	120.225	119.626
Amortização de juros capitalizados		–	–	30	82
Perdas na desativação de bens		–	–	85	3
Juros e atualizações monetárias dos Empréstimos a receber	25	(8.294)	(104.156)	(8.142)	(120.897)
Encargos de dívidas e variações cambiais e monetárias sobre empréstimos, financiamentos, derivativo e debêntures	16	65.392	12.579	501.147	478.263
Arrendamentos e aluguéis - AVP	17	–	–	2.818	3.108
CAPEX melhoria - AVP	20	–	–	58.922	68.493
Provisão para descomissionamento		–	–	250	362
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		–	–	804	235
(Ganhos) Perdas com projetos		–	–	33.456	–
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária	18	–	–	5.458	4.962
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		–	–	(1.118)	(1.316)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(1.874)	–	(75.046)	(1.361)
Outros		–	–	2.158	–
		(33.040)	(18.563)	30.091	72.612
(Aumento) diminuição de ativos operacionais					
Consumidores e concessionárias		–	–	1.033	(6.320)
Ativo financeiro		–	–	1.208.753	1.120.508
Impostos e contribuições sociais compensáveis		(7.458)	(6.255)	113.667	13.162
Impostos recuperáveis na aquisição de ativos imobilizados		–	–	(1.196)	(1.156)
Estoques		–	–	40	(1.079)
Depósitos judiciais e cauções		124.197	(10.972)	132.515	(10.722)
Adiantamentos		–	–	–	(12.133)
Outros ativos operacionais		465	(508)	(17.489)	(15.689)
		117.204	(17.735)	1.437.323	1.086.571
Aumento (diminuição) de passivos operacionais					
Fornecedores		(2.424)	1.999	101.089	5.733
Obrigações sociais e trabalhistas		(13)	1.564	3.435	5.445
Impostos e contribuições sociais		4.210	6.822	(53.446)	(15.314)
Encargos regulamentares e setoriais		–	–	610	3.626
Provisões		–	–	(208)	(35)
Outros contas a pagar		(3)	2	(5.225)	6.255
		1.770	10.387	46.255	5.710
Caixa proveniente das atividades operacionais		85.934	(25.911)	1.513.669	1.164.893
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	(25.929)	(135.431)	(133.617)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		85.934	(51.840)	1.378.238	1.031.276
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Recebimento de caixa por transferência de investimentos		–	–	–	3.089
Aporte de capital em controladas		(803.892)	(240.997)	(53.592)	(219.000)
Pagamento de investimentos em controladas		–	–	(19.600)	(30.147)
Receita financeira capitalizada		–	–	21.193	–
Dividendos recebidos		164.270	173.442	–	–
Adições ao Imobilizado e Intangível		(2.642)	–	(2.202.923)	(30.988)
Adições CAPEX melhorias		–	–	(217.636)	(140.538)
Empréstimos para terceiros		66.460	(480.733)	–	(423.296)
Partes relacionadas		(9.647)	(1.594)	(7.808)	(63)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento		(585.451)	(549.882)	(2.480.366)	(840.943)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento (redução) de capital líquido do custo de emissão		–	976.751	316.617	976.751
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		–	–	(153.953)	(166.640)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		831.096	219.000	3.301.551	219.000
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos		(424.468)	(800.702)	(2.293.583)	(1.073.247)
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos		(55.375)	(57.732)	(421.976)	(414.865)
Pagamentos de arrendamentos e aluguéis		–	–	(8.637)	(7.924)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento		351.253	337.317	740.019	(466.925)
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(148.264)	(264.405)	(362.109)	(276.592)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		98.030	246.294	610.389	972.498
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		246.294	510.699	972.498	1.249.090
		(148.264)	(264.405)	(362.109)	(276.592)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Valores Adicionados

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Geração do valor adicionado	–	–	2.231.199	2.219.556
Receita operacional bruta	–	–	2.226.650	2.218.824
Outras Receitas	–	–	4.549	732
(–) Insumos adquiridos de terceiros	(14.461)	(10.730)	(450.329)	(380.120)
Custos da energia comprada	–	–	(11.212)	(6.842)
Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(276.047)	(258.009)
Materiais	(63)	(2)	(3.840)	(4.637)
Serviços de terceiros	(11.235)	(10.216)	(92.710)	(88.028)
Outros custos operacionais	(3.163)	(512)	(66.520)	(22.604)
Valor adicionado bruto	(14.461)	(10.730)	1.780.870	1.839.436
Retenções	(867)	(867)	(118.654)	(118.275)
Depreciações e amortizações	(867)	(867)	(118.654)	(118.275)
Valor adicionado líquido produzido	(15.328)	(11.597)	1.662.216	1.721.161
Valor adicionado recebido em transferência	417.325	369.274	833.848	1.020.244
Receitas financeiras	80.241	203.032	1.017.536	1.206.636
Resultado da equivalência patrimonial	337.084	166.242	(183.688)	(186.392)
Valor adicionado total a distribuir	401.997	357.677	2.496.064	2.741.405
Distribuição do valor adicionado	401.997	357.677	2.496.064	2.741.405
Pessoal	10.220	8.474	99.303	81.787
Remuneração direta	7.912	7.100	77.757	64.923
Benefícios	1.578	994	15.468	12.751
FGTS	730	380	6.078	4.113
Impostos, taxas e contribuições	(3.302)	37.404	221.714	605.888
Federais	(3.361)	37.394	220.374	605.123
Estaduais	–	–	582	111
Municipais	59	10	758	654
Remuneração de capitais de terceiros	139.744	97.996	1.408.709	1.543.463
Juros	139.016	97.782	1.401.543	1.537.338
Alugueis	728	214	7.166	6.125
Remuneração de capitais próprio	255.335	213.803	766.338	510.267
Participação de acionistas não controladores	–	–	511.003	296.464
Dividendos	60.642	50.778	60.642	50.778
Lucro (–) prejuízo a distribuir	194.693	163.025	194.693	163.025

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

1. Contexto operacional: A SPIC Brasil Energia Participações S.A. ("Companhia" ou quando em conjunto com as suas controladas "Grupo") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em março de 2017, com sede em São Paulo, no Estado da São Paulo. A Controladora direta da Companhia é a SPIC Green Energy Ltda., com sede em Hong Kong e em última instância pela State Power Investment Corporation China. A Companhia tem como principal atividade a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no País ou no exterior ("holding"). UHE São Simão S.A.: A Companhia é controladora direta da UHE São Simão S.A. ("Controlada"), por intermédio de sua participação de 51% do capital social desta empresa, que tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir da Usina São Simão localizada na Cidade de Santa Vitória, no Estado de Minas Gerais. A UHE São Simão Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de março de 2017, com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo. A Companhia tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir da Usina São Simão localizada na Cidade de Santa Vitória, no Estado de Minas Gerais. *Contrato de concessão:* Em 27 de setembro de 2017, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL realizou o Leilão de Concessões (Leilão de Geração n° 01/2017-ANEEL), no qual a Companhia foi ganhadora da concessão da Usina Hidrelétrica São Simão. A Receita Anual de Geração (RAG) a que a Concessionária tem direito pela disponibilização da parcela da garantia física de energia e de potência da Usina Hidrelétrica é alocada em regime de COTAS, sendo a RAG o percentual da garantia física de energia e de potência da Usina Hidrelétrica, alocada a determinada distribuidora. A Companhia assinou o Contrato de Concessão n° 001/2017 para prestação do serviço de geração de energia elétrica em 10 de novembro de 2017, que permite a exploração da Usina pelo período de 30 anos, contados a partir de 10 de maio de 2018, quando foi finalizado o período de Operação Assistida. Em 30 de setembro de 2021, a Companhia assinou o termo de aceitação da extensão da outorga por mais 124 dias, o que alterou a concessão que se encerraria em 10 de maio de 2048 para 11 de setembro de 2048. A capacidade instalada da UHE São Simão é de 1.710 MW, sendo a Garantia Física assegurada de 1.202 MWm. Da energia assegurada, a Companhia possui comercializada nos seguintes ambientes: a) 841,4 MWm em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência às concessionárias do serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional - SIN; b) 360,6 MWm no Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto e longo prazos, negociados com terceiros. Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda.: A Companhia é controladora da Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. ("Controlada"), por intermédio de sua participação de 100% do capital social desta empresa que tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras sociedades, a constituição, a formação e a participação em projetos eólicos e parques eólicos, assim como a participação e o gerenciamento de empresas geradoras de energia, sendo estas renováveis ou não, o desenvolvimento de estudos de viabilidade, a implantação de fazendas eólicas, a criação, a participação e a comercialização de fontes geradoras de energia oriundas de fontes renováveis, o gerenciamento, a montagem e a administração de projetos de telecomunicações e a informatização de projetos eólicos e centrais eólicas. A Pacific Hydro Brasil é detentora de 100% do capital social das empresas: Central Eólica Paraíso Azul S/A, Millenium Central Geradora Eólica S.A., Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. e SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.. Também detém 89,9% da Energia Limpa Participações Ltda e 70% da Panati Holding, composta por 8 SPE´s e Marangatu Holding, composta por 12 SPE's. Suas controladas possuem os seguintes objetos sociais: • Central Eólica Paraíso Azul S/A representa o projeto do parque eólico Paraíso Azul situado em Touros-RN, este projeto está em fase de negociações para participação de leilão de energia. • Energia Limpa Participações Ltda., empresa proprietária do terreno do futuro parque eólico Paraíso Azul. • O parque eólico da Millenium Central Geradora Eólica S.A. entrou em operação em 28 de novembro de 2007, com capacidade de geração de energia de 10,2 MW. • O parque eólico da Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. entrou em operação em 14 de janeiro de 2009, com capacidade de geração de energia de 48 MW. • SPIC Brasil Participações Eólicas S.A., empresa com atividade preponderante participação em outras sociedades como sócia ou acionista, no País ou exterior, assim como desenvolvimento de estudos de viabilidade e a implantação de usinas de geração renovável. A energia gerada dos parques eólicos Vale dos Ventos e Millennium é vendida à Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás de acordo com o contrato celebrado com aquela companhia no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). • O Complexo Panati-Sitiá é composto pela Panati Holding S.A. individualmente "Panati Holding" constituída, em 07 de dezembro de 2021 na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. A Panati Holding é controladora direta de suas subsidiárias conjuntamente referidas como "SPE´s Panati" sendo 8 (oito) SPE´s operacionais que têm por atividade fim a geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, são elas: Panati 1 Energias Renováveis S.A., Panati 2 Energias Renováveis S.A., Panati 3 Energias Renováveis S.A., Panati 4 Energias Renováveis S.A., Panati 5 Energias Renováveis S.A., Panati 6 Energias Renováveis S.A., Sitiá 1 Energias Renováveis S.A., Sitia 2 Energias Renováveis S.A. O complexo Panati-Sitiá, com capacidade instalada de 292 MWp, todas sediadas no Município de Jaguaretama no Estado do Ceará. • Complexo Marangatu é composto pela Marangatu Holding S.A. individualmente "Marangatu Holding" constituída, em 06 de dezembro de 2021 na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. A Marangatu Holding é controladora direta de suas subsidiárias conjuntamente referidas como "SPE´s Marangatu" sendo 12 (doze) SPE´s operacionais que têm por atividade fim a geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, são elas: Marangatu 1 Energias Renováveis S.A., Marangatu 2 Energias Renováveis S.A., Marangatu 3 Energias Renováveis S.A., Marangatu 4 Energias Renováveis S.A., Marangatu 5 Energias Renováveis S.A., Marangatu 6 Energias Renováveis S.A., Marangatu 7 Energias Renováveis S.A., Marangatu 8 Energias Renováveis S.A., Marangatu 9 Energias Renováveis S.A., Marangatu 10 Energias Renováveis S.A., Marangatu 11 Energias Renováveis S.A. e Marangatu 12 Energias Renováveis S.A.. O complexo Marangatu, com capacidade instalada de 446 MWp, todas sediadas no Município de Brasileira no Estado do Piauí. SPIC Brasil Térmicas e Participações S.A. A Companhia é controladora da SPIC Brasil Térmicas e Participações S.A. adquirida em 02 de dezembro de 2021 ("Controlada"), por intermédio de sua participação de 100% do capital social desta empresa que tem como objeto principal atividade a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no País ou no exterior ("holding") assim como o desenvolvimento de estudos de viabilidade e a implantação de usinas de geração de energia. A Companhia detém a participação na UTE GNA II, conforme abaixo: • UTE GNA II Geração de Energia S.A.: A Companhia desde 28 de janeiro de 2021 detém a participação de 33% do capital social na UTE GNA II Geração de Energia S.A. que tem como objeto social e atividade de geração de energia térmica. Companhia encontra-se em fase de construção e está com cerca de 40% do projeto concluído. UTE GNA I Geração de Energia S.A.: A Companhia desde 28 de janeiro de 2021 detém a participação de 33% do capital social na UTE GNA I Geração de Energia S.A. que tem como objeto social e atividade de geração de energia térmica. SPIC Comercializadora: A Companhia é controladora da SPIC Comercializadora. ("Controlada") desde 28 de julho de 2021 por intermédio de sua participação de 100% do capital social desta empresa que tem como objeto social e atividade preponderante a comercialização de energia elétrica. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:** Em 15 de abril de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **2.1 Declarações de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS®"), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros e instrumentos derivativos tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo SPIC. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 2.5. **2.2 Moedas funcional:** As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Critério de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as controladas UHE São Simão Energia S.A., Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda., SPIC Brasil Térmicas e Participações S.A. e SPIC Brasil Comercializadora de energia Ltda.. Todos os saldos e transações com a empresa controlada são eliminados no processo de consolidação. *Moeda estrangeira:* Na elaboração das demonstrações contábeis, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, exceto: • Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio. • Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em "outros resultados abrangentes" e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado quando da realização desses itens monetários. Para fins de apresentação destas demonstrações contábeis, os ativos e passivos das operações são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Quando há baixa de uma operação no exterior, todo o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado do exercício. **2.4 Bases de preparação e apresentação:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante. **2.4.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 10 de janeiro de 2023: **CPC 26(R1) - Divulgação de políticas contábeis**: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. **CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. **CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. **CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo, exceto pelas alterações em relação às alterações do CPC 26 (R1) sobre a definição e identificação de políticas contábeis materiais. **2.4.2 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia: CPC 26(R1)/IAS 1 e CPC40/IFRS 7 - Acordos de Financiamento de Fornecedores -** As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. **CPC 06(R2)/IFRS 16 - Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback" -** a alteração traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação. **CPC 26 (R1)/IAS 1 -** Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante e Passivo Não Circulante com Covenants. O Grupo não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras em relação as normas supracitas. As alterações serão aplicáveis a partir de 10 de janeiro de 2024. **2.5 Uso de estimativa e julgamento:** Na elaboração das informações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Anualmente, a Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas para a elaboração das Demonstrações Contábeis. As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das informações contábeis, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota explicativa 5); Ativo financeiro (Nota explicativa 6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota explicativa 26); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas explicativas 13 e 14); Provisões para Capex melhorias (Nota explicativa 20); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota explicativa 27). **2.6 Continuidade operacional:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. O Capital circulante líquido negativo no consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 1.576.573 (R$1.055.931 negativo em 2022), decorrente principalmente, pelo vencimento em julho de 2024 da Nota Comercial no valor de R$ 1.300.000 junto ao Bradesco e Santander para financiamento da construção dos parques solares Panati-Sitiá e Marangatu. As controladas Panati e Marangatu dispõem de algumas alternativas para refinanciamento desta dívida, tais como: financiamento de longo prazo com bancos de fomento, dívida bancária e mercado de capitais local e internacional. A controlada UHESS possui 2 dívidas com vencimento em 2024. As dívidas se referem a 1ª emissão de Debentures Série 2 no valor de R$ 200.000.000 e Loan com o Deutsche Bank no valor de R$ 276.000.000. Tais dívidas deverão ser pagas com a geração de caixa da companhia. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **3. Políticas contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. A adoção das políticas contábeis e os conceitos estão descritos abaixo em cada uma das notas explicativas correspondentes. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações operacionais, de investimento e financiamento são segregadas conforme cada atividade e negócio da Companhia. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliarem o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa. A Companhia classifica os juros pagos nas operações de empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos como atividades de financiamento em sua Demonstração de Fluxo de Caixa, pois estão totalmente atrelados a estas atividades de obtenção de recursos financeiros, ou seja, as operações de financiamentos contratadas como estratégia de composição da estrutura de capital da empresa, sendo essa uma estratégia financeira e não operacional.

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Caixas e Bancos	140	5	103.160	5.061
Aplicações financeiras de curto prazo	97.890	246.289	507.226	967.437
	98.030	246.294	610.386	972.498

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos estão remunerados à taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são vinculados a modalidade de aplicação CDB.

5. Concessionárias:

	Consolidado - Corrente a Vencer - Até 60 dias	Consolidado - Corrente a Vencer - Mais de 60 dias	Saldo líquido em 31/12/2023	Saldo líquido em 31/12/2022
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	44.086	11.032	55.118	53.636
Energia de curto prazo	–	–	–	2.516
Total Circulante	44.086	11.032	55.118	56.152

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária das controladas. Contas a receber decorrente do suprimento de energia elétrica nos ambientes regulados e livres. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia e suas controladas consideraram que não seria necessária a constituição de qualquer provisão para créditos de liquidação duvidosa, visto que os riscos de não realização dos ativos são irrelevantes e as controladas não possuem expectativa de perda na realização das contas a receber derivados de seus contratos. **6. Ativo financeiro:** Política contábil: A Controlada UHE São Simão considerou as orientações emanadas da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e as orientações descritas em Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão, emitidas pelo CPC em dezembro de 2011 e dezembro de 2010, respectivamente, na contabilização inicial e mensuração subsequente do ativo financeiro da concessão. Com base nas características do contrato de concessão, a Companhia concluiu que a outorga paga será recuperada por meio de três fluxos de caixa, sendo dois deles advindos de suas atividades reguladas: (a) O valor da RBO (Receita de Bonificação da Outorga), a ser recebida diretamente do Poder Concedente, que representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa, pela venda de energia no ambiente de contratação regulado; e (b) Receita de Operação e Manutenção - O&M e CAPEX melhorias, para custear os custos de operação da usina e as melhorias nos ativos imobilizados da concessão; e um terceiro fluxo de caixa advindo de suas atividades não reguladas, representadas pela venda de energia do ambiente de contratação livre (emissão e faturamento mensal da medição de energia vendida) durante o prazo de concessão. O fluxo de caixa proveniente do recebimento da RAG (Receita Anual de Geração) referente ao fluxo de caixa pela venda de energia no ambiente de contratação regulado (ACR) - também denominado "regime de quotas", foi classificado como ativo financeiro da concessão e representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa do Poder Concedente para a cobertura: i) do valor pago pela outorga para obtenção do direito de explorar a infraestrutura do serviço público; e ii) para cobertura dos gastos de Operação e Manutenção - O&M e CAPEX melhorias. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou nenhum evento que possa impactar o fluxo estimado de caixa futuro do referido ativo de maneira significativa. A Administração da Companhia considera reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao longo do prazo do contrato de concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. Desta forma, nenhuma provisão para redução ao provável valor de recuperação foi constituída. Reconhecimento e mensuração: Em 10 de novembro de 2017, a controlada UHE São Simão firmou com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por um prazo de 30 anos, contrato de concessão para prestação o serviço de geração de energia elétrica em regime de cotas de garantia física de energia e potência referente a Usina São Simão. A concessão pertencia à Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), tendo ido a leilão em 27 de setembro de 2017, conforme parâmetros técnicos e econômicos estabelecidos na Resolução nº 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). A bonificação pela outorga paga pela Companhia na aquisição do direito de explorar a Usina São Simão foi de R$ 7.180.000 e o pagamento se deu em parcela única em 28 de novembro de 2017. Na assinatura do contrato, a controlada UHE São Simão optou pela operação assistida pelo período de 180 dias contados a partir daquela data, portanto, a assunção do serviço de geração por parte da Companhia ocorreu no dia 10 de maio de 2018, quando assumiu a operação da Usina São Simão, data em que o período de 30 anos previsto no contrato de concessão passou a vigorar. A energia produzida, conforme capacidade da usina é destinada na proporção de 70% ao ACR (Ambiente de Contratação Regulado) no Sistema de Cota de Garantia Física, e 30% ao ACL (Ambiente de Contratação Livre). Durante o período da concessão, a controlada UHE São Simão fará jus ao recebimento da Receita Anual de Geração (RAG) no montante estabelecido de R$ 1.032.161, sendo R$ 796.629 referente a parcela da RBO (Receita de bonificação da Outorga) e R$ 235.532 referente a GAG (Custo de Gestão dos Ativos de Geração), que inclui a receita de Operação e Manutenção - O&M e os investimentos de melhorias (CAPEX), conforme estabelecido no contrato de concessão. Estes montantes acima foram reduzidos para 70% a partir de 10 de maio de 2018, conforme Nota Técnica nº 159 de 11 de julho de 2018, sendo R$ 577.641 referente a parcela da RBO e R$ 164.872 referente a GAG. Abaixo seguem as atualizações anuais homologadas pela ANEEL referente ao recebimento da RBO e GAG.

Nota técnica	Data da homologação	Vigência	IPCA RBO	RBO	IPCA GAG	GAG
159	11.07.2018	01.07.2018 a 30.06.2019	–	557.641	–	164.872
136	17.07.2019	01.07.2019 a 30.06.2020	7,44%	599.144	7,99%	178.047
129	27.07.2020	01.07.2020 a 30.06.2021	2,13%	611.920	2,13%	181.844
156	09.07.2021	01.07.2021 a 30.06.2022	8,35%	662.998	8,35%	197.022
121	11.07.2022	01.07.2022 a 30.06.2023	11,89%	741.807	11,89%	220.442
59	17.07.2023	01.07.2023 a 30.06.2024	3,16%	765.260	3,16%	227.411

Com base nesse entendimento, a UHE São Simão aplicou o modelo bifurcado, o qual utilizou o método do valor justo relativo (relative fair value), que melhor reflete seu modelo de negócio, e então, procedeu com o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros a ser liquidada do ACR e ACL para determinar o montante a ser bifurcado entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível. O montante apurado que representa o direito incondicional da controlada UHE São Simão de receber caixa durante o período de concessão foi classificado como ativo financeiro. O ativo financeiro da concessão será remunerado a uma taxa de 18,02% a.a., antes dos impostos, calculada com base no fluxo de caixa futuro pelo recebimento da RBO e GAG. A UHE São Simão classifica os saldos do ativo financeiro como instrumentos financeiros "valor justo por meio de resultado", pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da UHE São Simão para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no fluxo de caixa futuro pelo recebimento da RBO e GAG, acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A movimentação do ativo financeiro foi como segue:

	31/12/2022	Receita financeira	Variação monetária	(–) Faturamento RAG	31/12/2023
Ativo financeiro - RBO	7.325.860	766.017	317.864	(820.596)	7.589.145
Ativo financeiro - GAG	345.040	545.280	33.906	(511.363)	412.863
(–) PIS/COFINS	(709.559)	(121.295)	(32.539)	123.206	(740.187)
Total	6.961.341	1.190.002	319.231	(1.208.753)	7.261.821
Circulante	807.169				839.394
Não Circulante	6.154.172				6.422.427
Total	6.961.341				7.261.821

7. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos:

Controladora

	Saldo em 31/12/2022	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Ativo - a recuperar								
IRRF sobre aplicação financeira	1.878	6.479	–	–	–	–	(7.799)	558
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9.720	7.029	–	1.874	(191)	(2.834)	7.799	23.397
Total	11.598	13.508	–	1.874	(191)	(2.834)	–	23.955
Circulante	11.598							23.955
Total	11.598							23.955
Passivo - a recolher								
PIS e COFINS	179	1.946	–	–	(30)	(2.041)	–	54
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	130	(805)	1	–	1.575	(793)	–	109
Outros	–	(9)	–	–	9	–	–	–
Total	309	1.132	1	–	1.554	(2.834)	–	162
Circulante	309							162
Total	309							162

Consolidado

	Saldo em 31/12/2022	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Recebimento	Compensação de tributos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Ativo - a recuperar										
Imposto de renda e contribuição social	5	4.956	–	–	58.920	–	(57.527)	4	(6.352)	6
PIS e COFINS	8	41.620	–	–	(168)	–	(41.116)	–	–	344
IRRF sobre aplicação financeira	6.922	32.634	–	–	400	–	(24.457)	(8)	(13.016)	2.475
Imposto de renda e contribuição social a compensar	13.683	252.316	–	73.863	(1.693)	(76.626)	(96.585)	–	66.551	231.509
Outros	23.739	94.614	(529)	1.657	–	–	(98.512)	–	(51)	20.918
Total	44.357	426.140	(529)	75.520	57.459	(76.626)	(318.197)	(4)	47.132	255.252
Circulante	44.357									128.597
Não Circulante	–									126.657
Total	44.357									255.254
Passivo - a recolher										
Imposto de renda e contribuição social	130.905	79.099	(8)	–	(71.523)	–	(174.853)	(34)	46.465	10.051
PIS e COFINS	4.066	182.894	–	–	(38.138)	–	(140.360)	–	–	8.462
ICMS	208	1.114	–	–	(1.253)	–	–	–	–	69
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	4.800	39.261	1	–	(32.893)	–	(2.985)	32	–	8.216
Outros	389	(63)	–	–	135	–	–	–	–	461
Total	140.368	302.305	(7)	–	(143.672)	–	(318.198)	(2)	46.465	27.259
Circulante	139.979									26.869
Não Circulante	389									390
Total	140.368									27.259

8. Cauções e depósitos judiciais:

	Controladora Circulante 31/12/2022	Consolidado Circulante 31/12/2022	Consolidado Não Circulante 31/12/2023	Consolidado Não Circulante 31/12/2022
Depósitos judiciais	–	–	664	525
Citibank - conta reserva (i)	–	–	–	7.772
Banco Nordeste do Brasil S/A (ii)	–	–	3.951	3.518
Citibank - Escrow GNA I (iii)	124.197	124.197	–	–
Total	124.197	124.197	4.615	11.815

(i) A conta reserva que a Companhia mantinha no Banco Citibank foi liberada por motivo de quitação do empréstimo com o BNDES; (ii) Os depósitos vinculados no montante de R$3.951 em 31 de dezembro de 2022 (R$3.518 em 2022) referem-se, integralmente, a aplicação financeira realizada pela controlada Millennium, remunerada à taxa de 99% do CDI, e será mantida pela Empresa até a data de seu vencimento em 01 de maio de 2026, como conta reserva do empréstimo captado com o Banco Nordeste do Brasil; (iii) Depósito vinculado junto ao Citibank no montante de R$ 124.197 em 31 de dezembro de 2022 foi resgatado em abril de 2023 para cumprir aporte estipulado como contrato de aquisição de GNA I.

continua→★

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da SPIC Brasil Energia Participações S.A.

9. Outros ativos e passivos:

	Controladora			Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros ativos							
Serviços em curso	–	–	–	3.297	–	12.738	–
Despesas antecipadas	86		534	12.781	–	9.094	–
Despesas antecipadas com captação de dívida	–		–	8.478	–	1.500	–
Adiantamentos da folha	45	–	72	1.168	–	713	–
Adiantamentos a fornecedores	16	–	9	11.000	–	5.613	–
Estoque	3		–	670	–	3.201	–
Conta a receber BP Gas Marketing Ltd. (i)	–	77.331	–	–	77.331	–	–
Outros	7	–	8	255	–	691	86
Total	156	77.331	623	37.648	77.331	33.550	86
Outros passivos							
Adiantamentos a clientes	–	–	–	1.021	–	6.255	–
Outros passivos	–	–	2	13	3.256	5	–
Total	–	–	2	1.034	3.256	6.260	–

(i) Na Companhia o valor de R$ 77.331 refere-se à cessão de direito entre GNA I e BP Gas Marketing Ltd. Este montante será pago pela Companhia e recebido posteriormente conforme nota explicativa 15.

10. Partes Relacionadas:

	Natureza	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Balanço patrimonial					
Ativo					
UHE São Simão Energia	Dividendos	126.822	73.537	–	–
Pacific Hydro Energia do Brasil	Mútuo	–	56.601	–	–
Pacific Hydro Energia do Brasil	Reembolso de custos de projetos	–	9.714	–	–
Pacific Hydro Energia do Brasil	Dividendos	–	4.033	–	–
Pacific Hydro Energia do Brasil	AFAC	–	57.437	–	–
SPIC Térmicas e Participações	Reembolso de custos de projetos	17	9	–	–
SPIC Brasil Comercializadora de Energia	Dividendos	161	35	–	–
GNA I Geração de Energia (i)	Mútuo	71.621	63.471	71.621	63.471
GNA II Geração de Energia (i)	Mútuo	116.635	116.635	116.635	116.635
Pacific Hydro Australia - WHT	Reembolso de custos de projetos	–	–	–	748
Outros	Reembolso de custos de projetos	–	–	204	212
Total ativo		315.256	381.472	188.460	181.066
Passivo					
SPIC Green Energy Ltd	Dividendos	615.821	371.260	615.821	371.260
Pacific Hydro International	Mútuo	–	–	942	942
SPIC Pacific Hydro PTY	Mútuo	–	56.601	–	56.601
Outros	Custos compartilhados	–	–	29	29
SPIC Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L (ii)	Mútuo	–	–	–	2.622.712
SPIC Pacific Hydro PTY	Reembolso de custos de projetos	–	9.714	–	9.714
Total passivo		615.896	437.575	616.792	3.061.258
Resultado					
SPIC Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L (ii)	Mútuo	–	–	(118.829)	(142.227)
SPIC Pacific Hydro PTY	Mútuo	(1.273)	18.448	(1.273)	18.448
Pacific Hydro Energia do Brasil	Mútuo	1.273	(18.448)	–	–
Total Resultado		–	–	(120.102)	(123.779)

(i) Referem-se a juros sobre os principais (quitados em 2022) de mútuos concedidos para GNA I e GNA II. Contratualmente não há acréscimos legais sobre estes valores. (ii) Refere-se à dívida em moeda estrangeira e suas características estão descritas na nota explicativa 16. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a remuneração dos Diretores Executivos no consolidado totalizou R$ 10.718 (R$7.373 em 2022). Não houve transações de compras e vendas entre as partes relacionadas durante os exercícios de 2023 e 2022.

11. Investimento: a. Composição do investimento e informações sobre as controladas:

	Composição do investimento		Informações sobre as controladas				
	2023	2022	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício 2023
Participações em empresas Controladas							
UHE São Simão Energia	2.526.650	2.232.173	51%	10.147.925	5.193.706	4.954.219	1.047.035
Pacific Hydro Energia do Brasil	974.507	189.915	100%	2.862.560	1.546.605	974.507	(13.745)
SPIC Térmicas	1.112.869	1.085.490	100%	1.112.889	20	1.112.869	(31.995)
SPIC Comercializadora	11.416	1.612	100%	11.802	386	11.416	530
GNA I (i)	234.101	335.619	33%	5.859.548	5.179.388	680.160	(459.675)
GNA I - Mais-valia	24.792	25.638					
Total Investimentos	**4.884.335**	**3.870.447,00**					

b. Movimentação do investimento:

Controladora

	Saldo em 31/12/2022	Outros resultados abrangentes	MEP	Aumento de capital	Dividendos	Amortização mais-valia	Saldo em 31/12/2023
São Simão Energia	2.232.173	(25.988)	533.987	–	(213.522)	–	2.526.650
Pacific Hydro Energia do Brasil	189.915	–	(13.745)	798.337	–	–	974.507
SPIC Térmicas	1.085.490	59.374	(31.995)	–	–	–	1.112.869
SPIC Comercializadora	1.612	–	530	9.400	(126)	–	11.416
GNA I	335.619	(3.417)	(151.693)	53.592	–	–	234.101
GNA I - Mais-valia	25.638	–	–	–	–	(846)	24.792
Total	**3.870.447**	**29.969**	**337.084**	**861.329**	**(213.648)**	**(846)**	**4.884.335**

Consolidado

	Saldo em 31/12/2022	Outros resultados abrangentes	MEP	Aumento de capital	Dividendos	Amortização mais-valia	Saldo em 31/12/2023	Eliminações	Saldo em 31/12/2023
São Simão Energia	2.232.173	(25.988)	533.987	–	(213.522)	–	2.526.650	(2.526.650)	–
Pacific Hydro Energia do Brasil	189.915	–	(13.745)	798.337	–	–	974.507	(974.507)	–
SPIC Térmicas (i)	1.085.490	59.374	(31.995)	–	–	–	1.112.869	19	1.112.888
SPIC Comercializadora	1.612	–	530	9.400	(126)	–	11.416	(11.416)	–
GNA I	335.619	(3.417)	(151.693)	53.592	–	–	234.101	–	234.101
GNA I - Mais-valia (ii)	25.638	–	–	–	–	(846)	24.792	–	24.792
Total	**3.870.447**	**29.969**	**337.084**	**861.329**	**(213.648)**	**(846)**	**4.884.335**	**(3.512.554)**	**1.371.781**

Controladora

	Saldo em 31/12/2021	Outros resultados abrangentes	MEP	Aumento de capital	Dividendos	Amortização mais-valia	Saldo em 31/12/2022
São Simão Energia	2.115.861	(33.058)	309.627	–	(160.257)	–	2.232.173
Pacific Hydro Energia do Brasil	129.130	–	42.822	21.997	(4.034)	–	189.915
SPIC Térmicas	(39.616)	(75.985)	(53.347)	1.254.438	–	–	1.085.490
SPIC Comercializadora	1.500	–	147	–	(35)	–	1.612
GNA I	473.576	(4.949)	(133.008)	–	–	–	335.619
GNA I - Mais-valia	26.484	–	–	–	–	(846)	25.638
Total	**2.706.935**	**(113.992)**	**166.241**	**1.276.435**	**(164.326)**	**(846)**	**3.870.447**

Consolidado

	Saldo em 31/12/2021	Outros resultados abrangentes	MEP	Aumento de capital	Dividendos	Amortização mais-valia	Saldo em 31/12/2022	Eliminações	Saldo em 31/12/2022
São Simão Energia	2.115.861	(33.058)	309.627	–	(160.257)	–	2.232.173	(2.232.173)	–
Pacific Hydro Energia do Brasil	129.130	–	42.822	21.997	(4.034)	–	189.915	(189.915)	–
SPIC Térmicas (i)	(39.616)	(75.985)	(53.347)	1.254.438	–	–	1.085.490	19	1.085.509
SPIC Comercializadora	1.500	–	147	–	(35)	–	1.612	(769)	843
GNA I	473.576	(4.949)	(133.008)	–	–	–	335.619	–	335.619
GNA I - Mais-valia (ii)	26.484	–	–	–	–	(846)	25.638	–	25.638
Total	**2.706.935**	**(113.992)**	**166.241**	**1.276.435**	**(164.326)**	**(846)**	**3.870.447**	**(2.422.838)**	**1.447.609**

(i) O saldo não eliminado de SPIC Térmicas, refere-se à investida indireta GNA II o qual a SPIC Térmicas não possui controle, desta forma o saldo não é eliminado no consolidado. (ii) Referem-se à mais-valia apurada nos laudos de avaliação sobre os ativos de GNA I e GNA II. A amortização se dará pela depreciação dos ativos de GNA I e por meio dos contratos de energia elétrica para GNA II. **12. Direito de uso:** Referem-se aos ativos decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. O principal ativo reconhecido possui a seguinte característica: • Terrenos: referem-se, substancialmente, aos contratos de arrendamentos de terras relativos aos parques eólicos das empresas Vale dos Ventos e Millennium. • Edificações, obras civis e benfeitorias: referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguéis relativo às sedes das controladas UHE São Simão e Pacific Hydro Brasil. a. Composição do ativo de direito de uso:

Consolidado

	31/12/2023 Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2022 Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso								
Administração								
Aluguéis de imóveis	12,63%	29.968	(14.914)	15.054	12,63%	29.968	(11.070)	18.898
		29.968	(14.914)	15.054		29.968	(11.070)	18.898
Atividades não vinculadas à concessão								
Arrendamento de terras	9,85%	38.722	(8.406)	30.316	11,44%	19.646	(5.761)	13.885
Aluguéis de imóveis	12,26%	613	(230)	383	32,31%	585	(107)	478
		39.335	(8.636)	30.699		20.231	(5.868)	14.363
Total direito de uso		**69.303**	**(23.550)**	**45.753**		**50.199**	**(16.938)**	**33.261**

b. Movimentação do ativo de direito de uso:

Consolidado

	Valor líquido em 31/12/2022	Adição	Correção contratual	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2023
Ativos de direito de uso					
Arrendamento de terras	13.885	19.621	(545)	(2.645)	30.316
Aluguéis de imóveis	19.376	–	28	(3.967)	15.437
Total Ativos de direito de uso	**33.261**	**19.621**	**(517)**	**(6.612)**	**45.753**

Consolidado

	Valor líquido em 31/12/2021	Adição	Correção contratual	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2022
Ativos de direito de uso					
Arrendamento de terras	12.580	2.241	946	(1.882)	13.885
Aluguéis de imóveis	21.314	–	1.450	(3.388)	19.376
Total Ativos de direito de uso	**33.894**	**2.241**	**2.396**	**(5.270)**	**33.261**

13. Imobilizado: Obras em andamento, móveis e utensílios, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras quaisquer custos diretamente atribuíveis para ativação do bem no devido funcionamento, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas. Os custos com manutenções periódicas e rotineiras dos itens são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa n°674 de 11 de agosto de 2015 e são condizentes com a vida útil estimada pela administração. No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia não identificou indicativo de não realização de seus ativos. a. Composição do Imobilizado:

Controladora

Tangível	31/12/2023 Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2022 Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço - tangível								
Atividades não vinculadas à concessão								
Máquinas e equipamentos	10,00%	112	(52)	60	10,00%	101	(32)	69
Total do imobilizado em serviço		112	(52)	60		101	(32)	69
Imobilizado em curso								
Atividades não vinculadas à concessão		2.631	–	2.631		–	–	–
Total do Imobilizado		2.743	(52)	2.691		101	(32)	69

Consolidado

Imobilizado	31/12/2023 Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2022 Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço - tangível								
Geração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,65%	394	(71)	323	3,41%	394	(58)	336
Máquinas e equipamentos	10,24%	6.856	(1.955)	4.901	9,07%	5.800	(1.251)	4.549
Veículos	20,00%	1.137	(367)	770	20,00%	917	(226)	691
Móveis e utensílios	6,25%	1.486	(259)	1.227	6,25%	1.360	(171)	1.189
		9.873	(2.652)	7.221		8.471	(1.706)	6.765
Administração								
Terrenos		–	–	–		–	–	–
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,42%	3.743	(616)	3.127	3,33%	3.292	(502)	2.790
Máquinas e equipamentos	13,10%	4.579	(2.375)	2.204	12,99%	3.695	(1.805)	1.890
Móveis e utensílios	6,25%	451	(90)	361	6,25%	379	(66)	313
		8.773	(3.081)	5.692		7.366	(2.373)	4.993
Atividades não vinculadas à concessão								
Terrenos		602	–	602		602	–	602
Edificações, obras civis e benfeitorias	10,76%	24.353	(18.461)	5.892	11,51%	24.180	(17.211)	6.969
Máquinas e equipamentos	10,06%	261.220	(194.715)	66.505	10,11%	261.153	(182.725)	78.428
Veículos	20,00%	410	(410)	–	20,00%	410	(410)	–
Móveis e utensílios	10,19%	626	(370)	256	10,44%	702	(354)	348
Descomissionamento	9,44%	26.806	(2.914)	23.892	10,10%	5.423	(2.429)	2.994
		314.017	(216.870)	97.147		290.851	(188.179)	89.341
Total do imobilizado em serviço		332.663	(222.603)	110.060		305.227	(190.983)	101.099
Imobilizado em curso								
Geração		2.307.853	–	2.307.853		16.639	–	16.639
Administração		639	–	639		594	–	594
Atividades não vinculadas à concessão		3.114	–	3.114		42	–	42
Total do imobilizado em curso		2.311.606	–	2.311.606		17.275	–	17.275
Total do Imobilizado		2.644.269	(222.603)	2.421.666		322.502	(190.983)	118.374

b. Movimentação do Imobilizado:

Controladora

Imobilizado	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2023
Máquinas e equipamentos	69	11	(20)	60
Total do imobilizado em serviço	69	11	(20)	60
Máquinas e equipamentos	–	2.631	–	2.631
Total do imobilizado	69	2.642	(20)	2.691

Consolidado

Imobilizado	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Transf. p/ imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Transf. para reparo	Reclassificação (i)	Impostos recuperáveis	Valor líquido em 31/12/2023
Imobilizado em serviço									
Edificações, obras civis e benfeitorias	10.095	–	451	(1.377)	–	–	–	173	9.342
Máquinas e equipamentos	84.867	1.819	203	(14.313)	(24)	35	–	1.023	73.610
Veículos	691	220	–	(141)	–	–	–	–	770
Móveis e utensílios	1.850	142	62	(175)	(35)	–	–	–	1.844
Descomissionamento	2.994	21.384	–	(485)	–	–	–	–	23.893
Total do imobilizado em serviço	101.099	23.565	716	(16.491)	(59)	35	–	1.196	110.061
Imobilizado em curso									
Terrenos	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Edificações, obras civis e benfeitorias	359	149	(508)	–	–	–	–	–	–
Máquinas e equipamentos	3.947	1.936.793	(579)	–	–	–	59.547	–	1.999.708
Móveis e utensílios	14	9	(23)	–	–	–	–	–	–
Adiantamento a fornecedores	12.935	264.378	–	–	–	–	–	–	277.313
Outros	20	34.564	–	–	–	–	–	–	34.584
Total do imobilizado em curso	17.275	2.235.893	(1.110)	–	–	–	59.547	–	2.311.605
Total do imobilizado	118.374	2.259.458	(394)	(16.491)	(59)	35	59.547	1.196	2.421.666

(i) O valor de R$ 59.547 foi reclassificado do intangível para o imobilizado para refletir os gastos com a construção dos parques solares.

Controladora

Imobilizado	Valor líquido em 31/12/2021	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2022
Máquinas e equipamentos	89	(20)	69
Total do imobilizado em serviço	89	(20)	69
Total do imobilizado	89	(20)	69

Consolidado

Imobilizado	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Transf. p/ imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Transf. para reparo	Impostos recuperáveis	Valor líquido em 31/12/2022
Imobilizado em serviço								
Edificações, obras civis e benfeitorias	11.242	11	–	(1.376)	–	–	172	10.049
Máquinas e equipamentos	96.551	808	634	(14.050)	(2)	–	1.022	84.963
Veículos	1.121	–	–	(153)	–	–	–	968
Móveis e utensílios	1.248	56	427	(161)	–	–	–	1.570
Descomissionamento	3.479	–	–	(485)	–	–	–	2.994
Total do imobilizado em serviço	113.641	875	1.061	(16.225)	(2)	–	1.194	100.544
Imobilizado em curso								
Terrenos	602	–	–	–	–	–	–	602
Edificações, obras civis e benfeitorias	–	359	–	–	–	–	–	359
Máquinas e equipamentos	2.446	613	(815)	–	–	1.554	–	3.798
Móveis e utensílios	116	144	(246)	–	–	–	–	14
Outros	122	–	–	–	–	–	–	122
Total do imobilizado em curso	3.286	1.116	(1.061)	–	–	1.554	–	4.895
Total do imobilizado	116.927	1.991	–	(16.225)	(2)	1.554	1.194	105.439

14. Intangível: Os ativos classificados como intangíveis representam substancialmente, o valor pago pela Companhia para adquirir o direito de vender parte da energia produzida no ambiente de contratação livre (ACL), por meio do uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão. O ativo intangível foi inicialmente reconhecido pelo seu valor justo na data de sua aquisição. Após o seu reconhecimento inicial, o ativo intangível será amortizado de forma linear pelo prazo do contrato de concessão, por ser considerado como de vida útil definida. Os demais ativos intangíveis, tais como softwares, estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estes intangíveis possuem vidas úteis definidas com base na aquisição ou nos seus contratos comerciais e são amortizados pela sua vida útil econômica definida pelo poder concedente. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1) e são registradas ao custo de aquisição e formação, deduzindo o valor de amortização. Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais. Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis ou nos seus contratos comerciais, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia e suas controladas, através de teste de impairment, identificaram que não seria necessária a constituição de qualquer provisão para desvalorização de seus ativos imobilizados e intangíveis. a. Composição do intangível:

Consolidado

	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2023 Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2022 Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço							
Pesquisa e Desenvolvimento	5,00%	1.594	(1.182)	412	1.594	(1.103)	491
Gastos pré-operacionais	5,00%	7.560	(5.607)	1.953	7.560	(5.229)	2.331
Ágio no Investimento		22.410	–	22.410	22.410	–	22.410
Software	20,00%	11.306	(5.921)	5.385	7.657	(4.495)	3.162
Direito de concessão - Outros	3,34%	1.956.384	(365.831)	1.590.553	1.956.384	(300.482)	1.655.902
Outorga de autorização		69.760	–	69.760	69.760	–	69.760
CAPEX melhorias	3,51%	874.638	(119.972)	754.666	874.638	(89.063)	785.575
Intangível em curso							–
Projeto Paraíso Azul		–	–	–	11.197	–	11.197
Projeto Paraíso Farol		–	–	–	22.260	–	22.260
Projeto Panati		704	–	704	19.213	–	19.213
Projeto Marangatu		384	–	384	40.055	–	40.055
Outros projetos		–	–	–	276	–	276
Software		3.032	–	3.032	1.765	–	1.765
Total intangível		2.947.772	(498.513)	2.449.259	3.034.769	(400.372)	2.634.397

b. Movimentação do Intangível:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Amortização	Reclassificação	Saldo em 31/12/2023
Intangível em serviço						
Pesquisa e Desenvolvimento (i)	491	–	–	(79)	–	412
Gastos pré-operacionais (i)	2.331	–	–	(378)	–	1.953
Ágio no Investimento (ii)	22.410	–	–	–	–	22.410
Software (iii)	3.162	3.256	–	(1.427)	394	5.385
Direito de concessão - Outros (iii)	1.655.902	–	–	(65.349)	–	1.590.553
Outorga de autorização (iv)	69.760	–		–		69.760
CAPEX melhorias (v)	785.575	–	–	(30.909)	–	754.666
Intangível em curso						
Projeto Paraíso Azul (vi)	11.197	–	(11.197)	–	–	–
Projeto Paraíso Farol (vi)	22.260	–	(22.260)	–	–	–
Projeto Panati (vii)	19.213	705		–	(19.214)	704
Projeto Marangatu (vii)	40.055	385		–	(40.056)	384
Outros projetos	276	–	–	–	(276)	–
Software	1.765	1.267	–	–	–	3.032
	2.634.397	5.613	(33.457)	(98.142)	(59.152)	2.449.259

Consolidado

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Amortização	Transferência AIC p/ AIS	Saldo em 31/12/2022
Intangível em serviço					
Desenvolvimento (i)	571	–	(80)	–	491
Gastos pré-operacionais (i)	2.709	–	(378)	–	2.331
Ágio no Investimento (ii)	22.410	–	–	–	22.410
Software (iii)	2.717	–	(1.391)	1.836	3.162
Direito de concessão - Outros (iii)	1.721.251	–	(65.349)	–	1.655.902
Outorga de autorização (iv)	–	69.760	–	–	69.760
CAPEX melhorias (v)	816.483	–	(30.908)	–	785.575
Intangível em curso					
Projeto Paraíso Azul (vi)	11.197	–	–	–	11.197
Projeto Paraíso Farol (vi)	22.260	–	–	–	22.260
Projeto Panati (vii)	–	19.213	–	–	19.213
Projeto Marangatu (vii)	–	40.055	–	–	40.055
Outros projetos	–	276	–	–	276
Software	2.497	1.104	–	(1.836)	1.765
	2.602.095	130.408	(98.106)	–	2.634.397

(i) No consolidado foram reconhecidos gastos com desenvolvimento da planta de geração de energia eólica na controlada Vale dos Ventos. Esses gastos são amortizados linearmente no prazo de 20 anos, correspondente à vida útil estimada do parque industrial construído para a geração de energia eólica. (ii) O ágio foi gerado quando da aquisição das controladas Millennium, Vale dos Ventos e Energia Limpa e não são amortizados. O saldo de ágio está suportado por laudos emitidos por peritos independentes e encontram-se fundamentados na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia procedeu a testes de recuperabilidade desse ágio, tendo por base o método de projeção de fluxos de caixa, constatando que não há necessidade de reconhecimentos de nenhuma perda no valor recuperável. (iii) Referem-se à aquisição de *software* e ao direito da controlada UHE São Simão de negociar energia elétrica no ambiente de contratação livre - ACL pelo uso de infraestrutura, originado da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1), e estão registrados ao seu valor de custo. (iv) Na controlada Pacific Hydro foram reconhecidos o valor justo decorrente das aquisições de Panati e Marangatu, os quais foram classificados como Outorga de autorização que são os montantes futuros avaliados pelos PPAs destas Companhias e serão amortizados após a entrada em operação pelo período destes PPAs. (v) Refere-se ao reconhecimento inicial das provisões para CAPEX melhoria tratado como intangível demonstrado na nota explicativa 20. (vi) Na controlada Pacific Hydro Entre 2009 e 2021 foram reconhecidos na Controladora gastos com a pesquisa dos Projetos Paraíso Azul, Paraíso Farol para a geração de energia eólica. Os projetos estão situados em Touros-RN. Em 2023 a Administração da empresa reavaliou estes gastos dos projetos e efetuou sua baixa total por não viabilidade dos projetos. (vii) Na controladas Panati e Marangatu foram reconhecidos gastos com desenvolvimento dos projetos no exercício de 2022. Em 2023 estes montantes foram reclassificados para seus respectivos ativos imobilizados em curso nas controladas de Panati e Marangatu. A amortização é registrada com base na vida útil estimada de cada bem, limitada ao prazo final da concessão. As taxas de amortização utilizadas apenas na controlada UHE São Simão são as determinadas pela ANEEL, responsável por estabelecer a vida útil dos ativos de geração do setor elétrico, e estão previstas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. **15. Fornecedores e outras contas a pagar:** A composição da conta de fornecedores é como segue:

	Controladora Circulante 31/12/2023	Controladora Circulante 31/12/2022	Consolidado Circulante 31/12/2023	Consolidado Circulante 31/12/2022	Consolidado Não circulante 31/12/2023	Consolidado Não circulante 31/12/2022
Encargos de uso do sistema de transmissão	–	–	23.944	23.799	–	–
Materiais e Serviços (i)	79.695	4.791	200.686	37.276	–	–
Outras contas a pagar (ii)	–	–	9.800	29.400	–	–
Retenção contratual (iii)	–	–	–	–	19.313	2.277
	79.695	**4.791**	**234.430**	**90.475**	**19.313**	**2.277**

(i) Na Controladora o valor em materiais e serviços refere-se, principalmente a um pagamento de cessão para a empresa BP Gas Marketing Ltd. no valor de R$77.331, conforme nota explicativa 8. No consolidado, além do pagamento a BP Gas existem pagamentos para fornecedores de obras nos parques solares de Panati-Sitiá e Marangatu no valor de R$77.081 e R$46.274 para fornecedores de para Operação e Manutenção das controladas. (ii) Em 2023 a companhia realizou parte dos valores provisionados, referente ao Contas a pagar a Canadian Solar FIP, conforme contrato de compra de ações em 26 de julho de 2022. Foram pagos R$2.780 para Panati-Sitiá e R$16.820 para Marangatu, desembolsando assim um montante total de R$ 19.600 evidenciados no fluxo de caixa. (iii) Refere-se, principalmente, à retenção contratual de 3% dos contratos de CAPEX Melhoria - Modernização na controlada UHE São Simão com os fornecedores GE Energias Renováveis e a Powerchina Brasil Construtora Ltda. Estes valores serão pagos após cumprimento das garantias contratuais. **16. Empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecido na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Composição dos empréstimos e financiamentos:

Controladora

	31/12/2023 Encargos Circulante	Principal Circulante	Principal Não Circulante	Total	31/12/2022 Encargos Circulante	Principal Circulante	Total	Categoria
Moeda nacional								
MUFG Bank LTD				–	9.129	369.000	378.129	Custo amortizado
Banco BOCOM BBM S.A.	14.955	–	448.291	463.246	–	–	–	Custo amortizado
Total	**14.955**	**–**	**448.291**	**463.246**	**9.129**	**369.000**	**378.129**	
Moeda estrangeira								
Bank of China Limited	2.228	380.655	–	382.883	–	–	–	Valor justo
Total	**2.228**	**380.655**	**–**	**382.883**	**–**	**–**	**–**	
Derivativos								
Itaú BBA	5.793	–	–	5.793	–	–	–	Valor justo
JP Morgan	(546)	–	–	(546)	–	–	–	Valor justo
Total	**5.247**	**–**	**–**	**5.247**	**–**	**–**	**–**	
Total de dívidas	**22.430**	**380.655**	**448.291**	**851.376**	**9.129**	**369.000**	**378.129**	

Consolidado

	Empresa	31/12/2023 Encargos Circulante	Principal Circulante	Principal Não Circulante	Total	31/12/2022 Encargos Circulante	Principal Circulante	Principal Não Circulante	Total	Categoria
Moeda nacional										
BNDES (i)	Millennium	–	–	–	–	36	10.335	–	10.371	Custo amortizado
Banco Nordeste do Brasil S.A(ii).	Vale dos Ventos	3	2.646	4.056	6.705	5	2.465	6.701	9.171	Custo amortizado
NC Bradesco-série 1 (iii)	Panati Holding	9.183	150.000	–	159.183	–	–	–	–	Custo amortizado
NC Bradesco-série 2 (iv)	Panati Holding	1.901	50.000	–	51.901	–	–	–	–	Custo amortizado
NC Bradesco-série 3 (v)	Panati Holding	368	50.000	–	50.368	–	–	–	–	Custo amortizado
NC Santander-série 1 (iii)	Panati Holding	9.183	150.000	–	159.183	–	–	–	–	Custo amortizado
NC Santander-série 2 (iv)	Panati Holding	1.901	50.000	–	51.901	–	–	–	–	Custo amortizado
NC Santander-série 3 (v)	Panati Holding	368	50.000	–	50.368	–	–	–	–	Custo amortizado
NC Bradesco-série 1 (vi)	Marangatu Holding	14.731	240.625	–	255.356	–	–	–	–	Custo amortizado
NC Santander-série 1 (vi)	Marangatu Holding	6.696	109.375	–	116.071	–	–	–	–	Custo amortizado
NC Bradesco-série 2 (vii)	Marangatu Holding	5.879	154.688	–	160.567	–	–	–	–	Custo amortizado
NC Santander-série 2 (vii)	Marangatu Holding	2.672	70.312	–	72.984	–	–	–	–	Custo amortizado
NC Bradesco-série 3 (viii)	Marangatu Holding	1.978	154.688	–	156.666	–	–	–	–	Custo amortizado
NC Santander-série 3 (viii)	Marangatu Holding	899	70.312	–	71.211	–	–	–	–	Custo amortizado
MUFG Bank LTD (ix)	SPIC	–	–	–	–	9.129	369.000	–	378.129	Custo amortizado
Banco BOCOM BBM S.A. (x)	SPIC	14.955	–	448.291	463.246	–	–	–	–	Custo amortizado
Total		**70.716**	**1.302.646**	**452.347**	**1.825.709**	**9.170**	**381.800**	**6.701**	**397.671**	
Moeda estrangeira										
Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L (xi)	UHE São Simão	–	–	–	–	28.289	2.594.423	–	2.622.712	Custo amortizado
BOCOM (xii)	UHE São Simão	809	26.795	666.354	693.958	–	–	–	–	Valor justo
ICBC (xiii)	UHE São Simão	221	9.565	198.401	208.187	–	–	–	–	Valor justo
Deutsche (xiv)	UHE São Simão	255	271.831	–	272.086	–	–	–	–	Valor justo
Bank of China Limited (xv)	SPIC	2.227	380.655	–	382.882	–	–	–	–	Valor justo
Total		**3.512**	**688.846**	**864.755**	**1.557.113**	**28.289**	**2.594.423**	**–**	**2.622.712**	
Debêntures										
Pentagono Trustee - Tranche 1 (xvi)	UHE São Simão	4.146	–	989.213	993.359	4.228	–	943.017	947.245	Valor justo
Pentagono Trustee - Tranche 2 (xvii)	UHE São Simão	2.853	–	199.734	202.587	3.425	–	199.415	202.840	Valor justo
Pentagono - 2ª Emissão (xviii)	UHE São Simão	13.764	–	1.152.154	1.165.918	13.420	–	1.095.746	1.109.166	Valor justo
Total		**20.763**	**–**	**2.341.101**	**2.361.864**	**21.073**	**–**	**2.238.178**	**2.259.251**	
Derivativos										
Bank of America Merrill Lynch (xix)	UHE São Simão	–	–	–	–	3.382	–	–	3.382	Valor justo
Banco Bradesco S.A. (xx)	UHE São Simão	–	–	–	–	1.137	–	–	1.137	Valor justo
JPMorgan Chase Bank (xxi)	UHE São Simão	–	–	–	–	6.822	–	–	6.822	Valor justo
BOCOM (xxii)	UHE São Simão	1.043	–	117	1.160	–	–	–	–	Valor justo
ICBC (xxiii)	UHE São Simão	426	–	(113)	313	–	–	–	–	Valor justo
Deutsche (xxv)	UHE São Simão	287	509	–	796	–	–	–	–	Valor justo
Itaú BBA (xxvi)	SPIC	5.794	–	–	5.794	–	–	–	–	Valor justo
JP Morgan (xxvii)	SPIC	(546)	–	–	(546)	–	–	–	–	Valor justo
Total		**7.004**	**509**	**4**	**7.517**	**11.341**	**–**	**–**	**11.341**	
Total de dívidas		**101.995**	**1.992.001**	**3.658.207**	**5.752.203**	**69.873**	**2.976.223**	**2.244.879**	**5.290.975**	

As características das dívidas são apresentadas a seguir:

Item	Financiador	Empresa	Data da assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a.	Pagamento principal	Início	Término
ii	Banco Nordeste do Brasil S.A.	Millennium	31/10/2008	BRL	9,25%	Mensal	31/10/2008	29/05/2026
iii	1ª Emissão de Nota Comercial 1ª Série	Panati Holding	15/07/2023	BRL	CDI + 1,70%	Único	21/07/2023	15/07/2024
iv	1ª Emissão de Nota Comercial 2ª Série	Panati Holding	15/07/2023	BRL	CDI + 2,03%	Único	19/09/2023	15/07/2024
v	1ª Emissão de Nota Comercial 3ª Série	Panati Holding	15/07/2023	BRL	CDI + 2,08%	Único	08/12/2023	15/07/2024
vi	1ª Emissão de Nota Comercial 1ª Série	Marangatu Holding	15/07/2023	BRL	CDI + 1,70%	Único	21/07/2023	15/07/2024
vii	1ª Emissão de Nota Comercial 2ª Série	Marangatu Holding	15/07/2023	BRL	CDI + 2,03%	Único	19/09/2023	15/07/2024
viii	1ª Emissão de Nota Comercial 3ª Série	Marangatu Holding	15/07/2023	BRL	CDI + 2,08%	Único	24/11/2023	15/07/2024
x	1ª Emissão de Nota Comercial Série Única	SPIC	30/03/2023	BRL	CDI + 2,20%	Único	30/03/2023	30/03/2026
xi	Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L	UHE São Simão	01/11/2018	USD	Pré 5,8588%	Único	01/11/2018	24/10/2023
xii	Loan BOCOM BBM	UHE São Simão	16/10/2023	CNH	Pré 3,30%	Parcial Semestral	16/10/2023	17/10/2026
xiii	Loan ICBC	UHE São Simão	19/10/2023	CNH	Pré 3,30%	Único	19/10/2023	15/10/2024
xiv	Loan Deutsche	UHE São Simão	19/10/2023	CNH	Pré 2,80%	Único	19/10/2023	18/10/2024
xv	Loan Bank of China	SPIC	16/10/2023	CNH	Pré 2,90%	Único	16/10/2023	15/10/2024
xvi	1ª Emissão de debêntures 1ª série	UHE São Simão	15/10/2019	BRL	IPCA + 3,54%	Único	13/11/2019	16/11/2029
xvii	1ª Emissão de debêntures 2ª série	UHE São Simão	15/10/2019	BRL	CDI + 0,58%	Único	13/11/2019	18/11/2024
xviii	2ª Emissão de debêntures Série Única	UHE São Simão	15/10/2021	BRL	IPCA + 5,8198%	A partir de out/33	15/10/2021	15/10/2036

Item	Derivativo	Empresa	Data da assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a.	Pagamento principal	Início	Término
xix	Bank of America	UHE São Simão	01/11/2018	BRL	11,47%	Único	01/11/2018	24/10/2023
xx	Bradesco	UHE São Simão	01/11/2018	BRL	11,47%	Único	01/11/2018	24/10/2023
xxi	JP Morgan	UHE São Simão	01/11/2018	BRL	11,49%	Único	01/11/2018	24/10/2023
xxii	Bocom BBM	UHE São Simão	16/10/2023	BRL	CDI + 0,265%	Único	16/10/2023	17/10/2026
xxiii	ICBC	UHE São Simão	19/10/2023	BRL	CDI + 0,23%	Único	19/10/2023	15/10/2024
xxv	Deutsche	UHE São Simão	19/10/2023	BRL	CDI - 1,20%	Único	19/10/2023	18/10/2024
xxvi	Itaú	SPIC	16/10/2023	BRL	CDI - 0,81%	Único	21/11/2023	15/10/2024
xxvi	Itaú	SPIC	16/10/2023	BRL	CDI - 0,35%	Único	21/11/2023	15/10/2024
xxvii	JP Morgan	SPIC	16/10/2023	BRL	CDI - 0,83%	Único	16/10/2023	15/10/2024
xxvii	JP Morgan	SPIC	16/10/2023	BRL	CDI - 0,37%	Único	16/10/2023	15/10/2024

continua →★

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da SPIC Brasil Energia Participações S.A.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é demonstrada abaixo:

Controladora

	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Ajuste a valor de mercado	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2023
Circulante									
Empréstimos e financiamentos									
Principal	369.000	384.042	(369.001)	–	–	(1.022)	–	(2.105)	380.914
Juros	9.129	–	(54.097)	62.151	–	–	–	–	17.183
Custo de transação	–	(669)	–	–	(568)	–	978	–	(259)
	–	–	–	4.536	–	(1.394)	–	2.105	5.247
	378.129	383.373	(423.098)	66.687	(568)	(2.416)	978	–	403.085
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos									
Principal	–	450.000	–	–	–	–	–	–	450.000
Custo de transação	–	(2.277)	–	–	568	–	–	–	(1.709)
	–	447.723	–	–	568	–	–	–	448.291

Controladora

	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Valor líquido em 31/12/2022
Circulante					
Empréstimos e financiamentos					
Principal	900.000	219.000	(750.000)	–	369.000
Juros	32.381	–	(52.572)	29.320	9.129
	932.381	219.000	(802.572)	29.320	378.129

Consolidado

Ativo	Valor líquido em 31/12/2022	Pagamentos	Ajuste a valor de mercado	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2023
Circulante					
Swap	817.056	(657.458)	(77.209)	(82.389)	–
	817.056	(657.458)	(77.209)	(82.389)	–

Consolidado

Passivo	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Juros integralizados	Transferência	Ajuste a valor de mercado	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2023
Circulante										
Empréstimos e financiamentos										
Principal	2.976.253	1.959.504	(2.894.299)	–	39	2.661	34.357	–	(86.749)	1.991.766
Juros	37.459	–	(210.005)	246.775	–	–	–	–	–	74.229
Custo de transação	(30)	(669)	–	–	–	(584)	–	1.009	–	(274)
Swap	11.341	–	(83.123)	78.074	–	–	(3.535)	–	4.755	7.512
Debêntures										
Juros	21.073	–	(128.846)	128.536	–	–	–	–	–	20.763
Custo de transação	–	–	–	–	–	(6.254)	–	6.254	–	–
	3.046.096	1.958.835	(3.316.273)	453.385	39	(4.177)	30.822	7.263	(81.994)	2.093.996
Não circulante										
Empréstimos e financiamentos										
Principal	6.726	1.344.994	–	–	–	(2.661)	(21.856)	–	(8.383)	1.318.820
Custo de transação	(25)	(2.277)	–	–	–	584	–	–	–	(1.718)
Swap	–	–	–	–	–	–	(8.379)	–	8.383	4
Debêntures										
Principal	2.297.800	–	–	–	–	–	–	–	96.669	2.394.469
Custo de transação	(59.622)	–	–	–	–	6.254	–	–	–	(53.368)
	2.244.879	1.342.717	–	–	–	4.177	(30.235)	–	96.669	3.658.207

	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Juros integralizados	Transferência	Ajuste a valor de mercado	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2022
Circulante										
Empréstimos e financiamentos										
Principal	1.121.824	219.000	(971.842)	–	121	2.633.006	–	–	(25.856)	2.976.253
Juros	198.597	–	(211.917)	181.672	–	–	(130.893)	–	–	37.459
Custo de transação	(148)	–	–	–	–	(29)	–	147	–	(30)
Swap	116.209	–	(71.341)	73.749	–	–	(107.276)	–	–	11.341
Debêntures										
Juros	18.862	–	(121.287)	123.498	–	–	–	–	–	21.073
Custo de transação	–	–	–	–	–	(6.234)	–	6.234	–	–
	1.455.344	219.000	(1.376.387)	378.919	121	2.626.743	(238.169)	6.381	(25.856)	3.046.096
Não circulante										
Empréstimos e financiamentos										
Principal	2.703.855	–	–	–	–	(2.633.006)	130.893	–	(195.016)	6.726
Custo de transação	(54)	–	–	–	–	29	–	–	–	(25)
Debêntures										
Principal	2.186.641	–	–	–	–	–	–	–	111.159	2.297.800
Custo de transação	(65.856)	–	–	–	–	6.234	–	–	–	(59.622)
	4.824.586	–	–	–	–	(2.626.743)	130.893	–	(83.857)	2.244.879

Os vencimentos das parcelas em longo prazo são os seguintes:

Controladora

Vencimento	Nacional	Estrangeira	Derivativos	Total
Circulante				
2024	14.955	382.883	5.247	403.085
	14.955	382.883	5.247	403.085
Não Circulante				
2025	–	–	–	–
2026	448.291	–	–	448.291
	448.291	–	–	448.291
Total	463.246	382.883	5.247	851.376

Consolidado

Vencimento	Nacional	Estrangeira	Derivativos	Debêntures	Total
Circulante					
2024	1.373.362	692.358	7.513	20.763	2.093.996
	1.373.362	692.358	7.513	20.763	2.093.996
Não Circulante					
2025	2.838	–	–	199.734	202.572
2026	449.509	864.755	4	249.730	1.563.998
2027	–	–	–	249.730	249.730
2028	–	–	–	249.730	249.730
2029 até 2033	–	–	–	538.910	538.910
2034 até 2038	–	–	–	853.267	853.267
	452.347	864.755	4	2.341.101	3.658.207
Total	1.825.709	1.557.113	7.517	2.361.864	5.752.203

Abaixo as condições contratuais dos derivativos em 31 de dezembro de 2023

Controladora

Empresa	Banco	Data de emissão	Data de vencimento	Valor do ingresso BRL'000	Ingresso CNH'000	Pagamento de juros	Taxa contratual	Custo ativo	Custo passivo	Fair Value
SPIC	Itaú	16/10/2023	15/10/2024	224.396	324.293	Trimestral	CDI - 0,83% a.a.	222.180	227.839	(5.659)
SPIC	Itaú	16/10/2023	15/10/2024	5.333	7.707	Trimestral	CDI - 0,37% a.a.	5.304	5.439	(135)
SPIC	JP Morgan	21/11/2023	15/10/2024	150.731	222.707	Trimestral	CDI - 0,81% a.a.	152.030	151.496	534
SPIC	JP Morgan	21/11/2023	15/10/2024	3.582	5.293	Trimestral	CDI - 0,35% a.a.	3.628	3.616	12
				384.042				383.142	388.390	(5.248)

Consolidado

Empresa	Banco	Data de emissão	Data de vencimento	Valor do ingresso BRL'000	Ingresso CNH'000	Pagamento de juros	Taxa contratual	Custo ativo	Custo passivo	Fair Value
UHE São Simão	Bocom BBM	17/10/2023	17/10/2026	688.450	1.000.000	Trimestral	CDI + 0,265% a.a.	693.987	695.147	(1.160)
UHE São Simão	Deutsche	20/10/2023	20/10/2024	275.462	400.000	Trimestral	CDI - 1,20% a.a.	272.081	272.877	(796)
UHE São Simão	ICBC	20/10/2023	24/10/2026	206.572	300.000	Trimestral	CDI + 0,23% a.a.	208.186	208.499	(313)
SPIC	Itaú	16/10/2023	15/10/2024	224.396	324.293	Trimestral	CDI - 0,83% a.a.	222.180	227.838	(5.658)
SPIC	Itaú	16/10/2023	15/10/2024	5.333	7.707	Trimestral	CDI - 0,37% a.a.	5.304	5.439	(135)
SPIC	JP Morgan	21/11/2023	15/10/2024	150.731	222.707	Trimestral	CDI - 0,81% a.a.	152.030	151.496	534
SPIC	JP Morgan	21/11/2023	15/10/2024	3.582	5.293	Trimestral	CDI - 0,35% a.a.	3.628	3.616	12
				1.554.526				1.557.396	1.564.912	(7.516)

As dívidas em moeda estrangeira na controlada UHE São Simão foram suportadas por garantias concedidas pela Matriz. As demais dívidas na controladora e nas suas controladas não contêm garantias atreladas a dívida. **16.1 Condições restritivas (covenants): 16.1.1 SPIC Brasil:** A Nota Comercial vigente está sujeita ao covenant financeiro, conforme o quadro a seguir:

Ano	Dívida Líquida/EBITDA
2023	4,25
A partir de 2024 e até a Data de Vencimento	3,75

Considera-se: (a) "Dívida Líquida" com base nas informações financeiras anuais consolidadas da Emissora, sendo (i) a soma algébrica dos empréstimos, financiamentos, instrumentos de dívida de mercado de capitais local e internacional e do saldo líquido dos derivativos da Emissora, menos (ii) as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras; (b) "EBITDA" (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization) com base nas informações financeiras anuais consolidadas da Emissora, o lucro da Emissora antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses acrescidos do resultado não operacional no período; O covenant financeiro foi cumprido conforme as exigências descritas acima. **16.1.2 UHE São Simão:** *Empréstimos e Financiamentos:* A dívida em moeda estrangeira com o Deutsche possui cláusula de covenants financeiros (Dívida Líquida/EBITDA) de até 3,75x e Patrimônio Líquido acima de R$ 4.000.000. Considera-se: (a) "Dívida Líquida" com base nas Demonstrações Contábeis anuais societárias, (i) a soma algébrica dos empréstimos, financiamentos, instrumentos de dívida de mercado de capitais local e internacional e do saldo líquido dos derivativos da Emissora, menos (ii) as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras; (b) "EBITDA" (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization) com base nas informações financeiras anuais consolidadas da Emissora, o lucro antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses acrescidos do resultado não operacional no período; Para o empréstimo com o Deutsche os covenants financeiros foram cumpridos, o Patrimônio líquido ficou em R$ 4.954.219 acima do valor requerido e o índice Dívida Líquida/EBITDA em 31 de dezembro de 2023 ficou em 2,30, abaixo do limite estabelecido de ser até 3,75 para o ano de 2023. *Debêntures:* 1ª e 2ª emissão debêntures estão sujeitos aos covenants financeiros (Dívida Líquida/EBITDA) de até 3,75x para o ano de 2023. Considera-se: (a) "Dívida Líquida" com base nas Demonstrações Contábeis Regulatórias anuais da Emissora preparadas de acordo com as regras expedidas pela ANEEL, (i) a soma algébrica dos empréstimos, financiamentos, instrumentos de dívida de mercado de capitais local e internacional e do saldo líquido dos derivativos da Emissora, menos (ii) as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras; (b) "EBITDA" (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization) com base nas Demonstrações Contábeis Regulatórias anuais da Emissora preparadas de acordo com as regras expedidas pela ANEEL, o lucro da Emissora antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses acrescidos do resultado não operacional no período; Para as debêntures os covenants financeiros foram cumpridos, o índice Dívida Líquida/EBITDA de acordo com as regras regulatórias em 31 de dezembro de 2023 ficou em 2,93, abaixo do limite estabelecido de ser até 3,75 para o ano de 2023. **16.1.3 Millennium:** As garantias concedidas pela controlada Millennium para obtenção do referido empréstimo com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram: • Fiança de acionista; • Cessão dos recebíveis da Eletrobrás; • Conta reserva - Nota Explicativa 8; o Penhor de ações; • Propriedade fiduciária de máquinas e equipamentos; • Penhor de direitos emergentes das autorizações da ANEEL. Adicionalmente, a distribuição de lucro da controlada não pode ultrapassar a 25% do lucro líquido, caso contrário, é requerida a anuência do BNB. **17. Arrendamentos:** A Companhia realiza a avaliação, na data de início de cada contrato, se esse contrato apresenta características de arrendamento (Baseado no CPC 06) e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de valor individual menor que US$ 5. Direito de uso de arrendamentos: Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento. Arrendamentos a pagar: Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é de fácil determinação. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento. Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme nota explicativa 12 e demonstrado abaixo:

Consolidado

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	Saldo em 31/12/2023
Arrendamentos de terra	20.520	67.874	(571)	–	(3.145)	84.678
Aluguéis de imóveis	26.850	34	–	–	(5.494)	21.390
(–) Ajuste a valor presente	(10.444)	(48.252)	21	4.973	–	(53.702)
Total	**36.926**	**19.656**	**(550)**	**4.973**	**(8.639)**	**52.366**
Circulante	5.462					5.980
Não Circulante	31.464					46.386
Total	**36.926**					**52.366**

Consolidado

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022
Arrendamentos de terra	18.199	3.824	1.208	–	(2.712)	20.520
Aluguéis de imóveis	29.846	732	1.486	–	(5.214)	26.850
(–) Ajuste a valor presente	(11.324)	(1.730)	(557)	3.167	–	(10.444)
Total	**36.721**	**2.826**	**2.138**	**3.167**	**(7.925)**	**36.926**
Circulante	4.554					5.462
Não Circulante	32.167					31.464
Total	**36.721**					**36.926**

A Companhia e suas controladas mantém contratos de arrendamento de aluguel de imóvel da sede e terrenos onde se localizam seus parques eólicos. Esses contratos são considerados como arrendamentos mercantis conforme nova metodologia e são apresentados nas notas explicativas de Direto de uso (nota explicativa 12) e Arrendamentos (nota explicativa 17). **18. Encargos setoriais:** Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

Consolidado

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	Encerramento de projetos	Saldo em 31/12/2023
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	20.513	4.383	1.076	–	(14.920)	11.052
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento - CDE	306	1.878	–	(1.864)	–	320
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Energético	1.021	6.261	–	(6.213)	–	1.069
MME - Ministério de Minas e Energia	255	3.130	–	(2.851)	–	534
TFSEE - Taxa de Fiscalização do Setor Elétrico	438	5.499	–	(5.496)	–	441
CFURH - Contribuição Financeira para Utilização dos Recursos Hídricos	8.687	47.298	–	(47.033)	–	8.952
	31.220	**68.449**	**1.076**	**(63.457)**	**(14.920)**	**22.368**
Circulante	31.220					22.368
Total	**31.220**					**22.368**

19. Provisões: Provisões são reconhecidas quando a empresa e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Empresa e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **19.1 Provisões para descomissionamento:**

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Provisão para descomissionamento	30.430	8.796
	30.430	**8.796**

Provisões para descomissionamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia e suas controladas deverão devolver o terreno nas mesmas condições no momento inicial do arrendamento. O saldo consolidado em 31 de dezembro de 2023, no valor de R$ 30.430 (R$8.796 em 2022), refere-se à provisão para descomissionamento dos parques eólicos Vale dos Ventos e Millennium e parques solares de Panati-Sitiá e Marangatu em contrapartida ao Imobilizado (Nota explicativa 13). O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques eólicos e solares (Nota explicativa 12). O cálculo do valor da provisão para descomissionamento dos parques eólicos Vale dos Ventos e Millennium foi efetuado com base na estimativa desses custos por consultor externo, projetado até o fim da vida útil do parque eólico. A taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente da provisão foi a taxa SELIC esperada pelo mercado na data-base da avaliação. Os parques solares de Panati-Sitiá e Marangatu têm como estimativa inicial durante a fase de construção o percentual de 1% sobre os ativos imobilizados das controladas para a constituição do descomissionamento. Em 2024 na unitização dos parques solares as controladas farão o estudo detalhado sobre o descomissionamento para a mensuração dos valores baseado em laudos técnicos, e se necessário, ajustarão a sua melhor estimativa. **19.2 Provisões para contingências: 19.2.1 Risco de perda provável:**

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Trabalhistas	441	197
Cíveis	381	–
Ambientais	57	55
	879	**252**

Controlada UHE São Simão: Reclamação Trabalhista - 0010042-07.2023.5.03.0063 e 0010481-67.2023.5.03.0176: A Companhia está no polo passivo de duas reclamações trabalhistas ajuizada por ex-funcionários. **Ação de Cobrança (Civil) - 1097055-90.2021.8.26.0100:** Trata-se de Ação de Cobrança ajuizada por empresa prestadora de serviços de transporte, o mesmo não pode ser realizado integralmente devido a falhas apresentadas em seus equipamentos, sendo pagos apenas metade do valor proposto inicialmente. O litígio se dá em razão da alegação de divergência no peso da carga a ser transportada. A empresa prestadora de serviços de transporte requer a procedência da ação para condenação da ré ao pagamento do valor integral dos serviços. Em 2022, o presente processo foi reportado na alínea como "possível". A mudança de provisão de "possível" para "provável" se deu em razão do insucesso do recurso em 2ª instância. **Ação Civil Pública (Ambiental) - 0009519-51.2012.4.01.3803:** Trata-se Ação Civil Pública foi proposta em 2012 pelo Ministério Público Federal (MPF) inicialmente em face da antiga concessionária (CEMIG) e de suposto ocupante irregular, de área afetada pela concessão da Usina. Em resumo, pretende o MPF que a área onde foi construída uma benfeitoria, sem qualquer autorização, seja desocupada e ambientalmente recuperada. O MPF requereu o pagamento de R$ 30, a título de danos morais coletivos (Pedido 1), e calculou provisoriamente o valor referente à recuperação ambiental em R$ 30 (Pedido 2), A UHE São Simão Energia S.A. foi incluída no polo passivo em 2020 por ter sucedido a CEMIG nas obrigações atinentes à preservação da área de concessão. O prognóstico de perda do processo judicial quanto ao pedido dos danos morais coletivos (Pedido 1) é possível, tendo em vista que a Companhia não deu causa ao dano. Quanto ao pedido de recuperação ambiental da área (Pedido 2), o prognóstico de perda é provável. Neste momento, o processo encontra-se suspenso, aguardando a definição sobre a área efetivamente ocupada. **Controlada Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda.: • PANATI 1 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. (SPE): Constituição de Servidão - (i) 0200327-48.2023.8.06.0151; (ii) 0200326-63.2023.8.06.0151; (iii) 0200325-78.2023.8.06.0151:** Trata-se de ações cíveis de instituição de servidão administrativa para passagem de linha de transmissão perante a 1ª e 2ª Vara Cível da Comarca de Quixadá/CE, cujo valor conjunto dos processos corresponde à R$ 30. **19.3 Risco de perda possível:**

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Trabalhistas	1.612	–
Cíveis	–	309
Fiscais	223.191	27.550
Ambientais	58	55
	224.861	**27.914**

Controlada UHE São Simão: Reclamação Trabalhista - 0010477-30.2023.5.03.0176 e 0010552-20.2023.5.03.0063: A Companhia está no polo passivo de duas reclamações trabalhistas ajuizada por ex-funcionários. **Ação Anulatória (IPTU) - 5588271-16.2019.8.09.0173:** A Companhia recebeu uma notificação de IPTU referente ao ano de 2012 por parte da autoridade fiscal municipal de São Simão/GO, no valor de R$5.775. A Companhia ajuizou, em 7 de outubro de 2019, uma ação anulatória de débito fiscal mediante apresentação de carta fiança para garantir o juízo, e com pedido liminar para suspender a execução da dívida tributária, que foi concedida pelo juiz de primeira instância em 11 de outubro de 2019. Em 21.3.2023, proferido Acórdão que por maioria, decidiu pelo provimento do Recurso de Apelação da Fazenda Municipal. Em 5.4.2023, opostos Embargos de Declaração que foram parcialmente acolhidos em 18.9.2023. Serão interpostos Recursos aos Tribunais Superiores. O valor envolvido (atualizado) é de R$ 27.775. **Manifestações de Inconformidade Tributária (PER/DCOMP) - 10880939160-2019-54; 10880939159-2019-20; 10880939157-2019-31; 10880939158-2019-85; 10880946039-2019-08; 10880.947153/2023-11; 10880.937690/2023-44; 10880.947149/2023-44; 10880.947151/2023-13; e 10880.947155/2023-00.** A Companhia recebeu 10 (dez) autos de infração decorrentes de não homologação integral dos Pedidos de Compensação (PER/DCOMPs). Isso ocorreu, pois, as Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFs), igualmente, ainda não foram homologadas pela Receita Federal. A Companhia apresentou manifestações de inconformidade para sustentar a necessidade de homologação das obrigações acessórias. O valor envolvido é de R$ 46.933. **Auto de Infração - 19614.724361/2021-98 e 13074-733.985/2023-36:** As autoridades fiscais questionam que o procedimento adotado pela Companhia, que resultou na tributação da totalidade dos montantes faturados e recolhidos no início da concessão, não ocorreu na competência correta. As autoridades fiscais alegaram que a empresa deveria ter tributado o lucro contabilístico sem quaisquer ajustamentos para além da amortização da subvenção paga pela concessão (que corresponde a uma remuneração não realizada do ativo financeiro). Note-se que as autoridades fiscais não contestaram a amortização do subsídio pago pela concessão. A empresa entende que suas práticas estão corretas e que as autoridades, na verdade, tributaram os lucros não realizados decorrentes do regime contábil aplicável no caso de concessões de serviços públicos, que exige o reconhecimento de um ativo financeiro a valor presente e a receita financeira (enquanto a tributação deveria incidir sobre os valores efetivamente faturados e realizados pela empresa). A Companhia apresentou defesas administrativas em 3 de janeiro de 2024. O valor total envolvido é de R$ 144.688. **Controlada Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda.: • Controladas Vale dos Ventos e Millennium: Ação Anulatória (Taxa) - 0801373-93.2021.8.15.0231:** Trata-se de ação anulatória de débito tributário com declaração de inexistência de relação jurídica tributária com pedido de liminar ajuizada pela controladas Vale dos Ventos e Millennium contra o Município de Mataraca para efeito de declarar nula a cobrança de taxa de fiscalização, bem como para solicitar o reembolso dos valores pagos a este título no ano 2019. O passivo envolvido para a Vale dos Ventos e Millennium (valor atualizado) é de R$378 e R$82 respectivamente. **• Controlada Millennium: Impugnação de Lançamento - 14751.720226/2013-75:** Trata-se de Auto de Infração recebido pela controlada Millennium, decorrente do Termo de Verificação 0430100.2013.00023 que entendeu pela indedutibilidade de despesas financeiras decorrentes de empréstimo, para cálculo do IRPJ e CSLL no ano de 2009. Conforme pacífica jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, só haveria indedutibilidade se o empréstimo fosse pactuado a taxas menores do que aquelas vigentes no financiamento obtido. Atualmente, aguarda-se o julgamento do Recurso Voluntário perante o CARF. O escritório contratado pela empresa para conduzir o caso entende que o risco de perda é possível, pois há possibilidade de manutenção da decisão inicial de rejeição da impugnação pelo CARF, ainda que a empresa tenha precedentes favoráveis à sua tese. Se mantido o lançamento pela esfera administrativa, será necessário ajuizar processo judicial. O passivo envolvido para a Companhia é de R$ 3.192. **Mandado de Segurança - 0803779-20.2022.4.05.8200:** Trata-se de mandado de segurança impetrado na 1º Vara Federal da Paraíba em 05/06/2022 para suspender débitos para emissão de certidão negativa iniciado. O passivo envolvido para a Companhia (valor atualizado) é de R$ 143. **20. CAPEX melhorias:** As provisões constituídas como CAPEX melhoria são compostas dos fluxos de pagamentos futuros, trazidos a valor presente, dos gastos estimados com os investimentos que serão aplicados na usina São Simão pelos próximos 10 anos como forma de modernização da usina hidrelétrica de modo a manter a garantia física conforme contrato de concessão. A partir da aprovação do projeto de modernização, a Companhia adotou o CPC 25 para controle das provisões para melhoria em CAPEX que serão realizadas nos próximos anos. Estes gastos estão previstos no contrato de concessão assinado em 27 de setembro de 2017. No dia 20 de dezembro de 2021 a Companhia assinou o contrato número 22842 referentes ao plano de modernização das unidades geradoras da UHE São Simão. As empresas que executarão a modernização das unidades geradoras serão a GE Energias Renováveis e a Powerchina Brasil Construtora Ltda., com previsão de conclusão em 2029 e investimentos de R$ 646.698. As garantias previstas em contrato são: "PCG (Parent Company Guarantee)", "Performance Securities" (Garantia no valor de 10%, referente à cada seção e com vigência até a entrada em operação) e "Warranty Securities" (Garantia no valor de 5%, referente à cada seção e com vigência desde a entrada em operação até o período final da garantia técnica). No reconhecimento inicial foram estimados os fluxos de pagamentos futuros e trazidos a valor presente e seu valor líquido contabilizado no intangível conforme nota explicativa 14 e demonstrado abaixo:

	31/12/2022	Atualização financeira	Pagamentos	31/12/2023
Provisão CAPEX melhorias	1.000.140	–	(217.637)	782.503
(–) Ajuste a valor presente	(194.727)	58.922	–	(135.805)
Total	**805.413**	**58.922**	**(217.637)**	**646.698**
Circulante	141.977			102.275
Não Circulante	663.436			544.423
Total	**805.413**			**646.698**

	31/12/2021	Atualização financeira	Pagamentos	31/12/2022
Provisão CAPEX melhorias	1.140.676	–	(140.536)	1.000.140
(–) Ajuste a valor presente	(263.220)	68.493	–	(194.727)
Total	**877.456**	**68.493**	**(140.536)**	**805.413**
Circulante	89.903			141.977
Não Circulante	787.553			663.436
Total	**877.456**			**805.413**

21. Patrimônio líquido: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social autorizado da Companhia é de R$3.527.080, representado por 3.527.080 ações ordinárias, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R$3.368.998, representados por 3.368.998 ações ordinárias, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma, em 04 de janeiro de 2023 houve um aumento de capital na importância de R$ 158.082.

a. Destinação dos lucros:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro a ser destinado:		
Lucro líquido apurado no exercício	255.335	213.803
Lucros acumulados	–	–
Lucro líquido ajustado	255.335	213.803
Constituição da reserva legal - 5%	(12.767)	(10.690)
	242.568	**203.113**
Destinação do lucro:		
Dividendos	60.642	50.778
Reserva de lucros	181.926	152.335
	242.568	**203.113**

Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem: (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social; (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral. O saldo de dividendos a receber e a pagar aberto por acionista é composto conforme abaixo:

Dividendos a receber

Acionistas	% Participação	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
UHE São Simão	51%	126.822	73.537	–	–
Pacific Hydro	100%	–	4.033	–	–
SPIC Comercializadora	100%	161	35	–	–
		126.983	**77.605**	**–**	**–**

Dividendos a pagar

Acionistas	% Participação	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
SPIC Green Energy Ltda.	100%	615.821	371.260	615.821	371.260
ZHEJIANG Energy Brazil Holding Limited	35%	–	–	87.035	50.466
ZLCFB - Hong Kong International Investment	7%	–	–	17.407	10.093
CPD Energy Investment Co. Limited	7%	–	–	17.407	10.093
		615.821	**371.260**	**737.670**	**441.912**

b. Outros resultados abrangentes: O *hedge* de fluxo de caixa corresponde à parcela efetiva do ganho ou da perda acumulado resultante de variações no valor justo de instrumentos de *hedge* contratados para fins de *hedge* de fluxo de caixa. Os ganhos ou as perdas acumuladas resultantes de variações no valor justo de instrumentos de *hedge*, reconhecidos e acumulados na rubrica "*Hedge* de fluxo de caixa", serão reclassificados para o resultado somente quando a transação objeto de *hedge* impacta o resultado ou é incluída como ajuste do item não financeiro objeto de *hedge*, de acordo com a política contábil aplicável. **22. Resultado por ação:** O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes. Para o cálculo do resultado básico por ação, a Companhia considerou a atual composição de ações ordinárias também para o exercício comparativo, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41. Assim, tanto o numerador (lucro líquido do exercício) quanto o denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis. O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. A Companhia não possui instrumento potenciais diluidores do resultado por ação, dessa forma em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não temos diferenças entre o resultado básico e diluído por ação. A tabela a seguir apresenta o lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	255.335	213.803
Denominador (em milhares de ações)		
Número de ações	3.513.906	3.368.998
Lucro básico e diluído por ação (em reais - R$)	0,0727	0,0635

23. Receita operacional líquida: As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A receita de energia é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia e contrato de concessão. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração estão apresentados a seguir: Controladas Vale dos Ventos e Millennium: a) Suprimento de energia elétrica: A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de contratos com a Eletrobrás para atendimento ao Proinfa. Controlada UHE São Simão: b) Suprimento de energia elétrica: A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. c) Energia de curto prazo: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde é a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD (Preço de Liquidação das Diferenças). d) Receita de atualização do ativo financeiro: A receita é reconhecida pelo valor justo do fluxo de recebimento da bonificação de outorga e atualizada mensalmente pelo IPCA. e) Receita de O&M - Operação e Manutenção e CAPEX melhorias: A receita é reconhecida pelo valor justo do fluxo de recebimento para suprir os gastos com a operação e manutenção garantido pelo recebimento da RAG e atualizado mensalmente pelo IPCA.

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Suprimento mercado livre	551.920	536.861
Energia de curto prazo	11.663	15.533
Receita RBO	1.083.881	1.118.263
Receita de O&M	579.186	548.167
Receita operacional bruta	2.226.650	2.218.824
(–) Deduções à receita operacional		
Tributos sobre a receita		
ICMS	–	(89)
PIS/COFINS	(205.409)	(205.154)
	(205.409)	(205.243)
Encargos do consumidor		
P&D	(15.652)	(14.757)
TFSEE	(5.281)	(4.989)
CFURH	(47.298)	(47.750)
	(68.231)	(67.496)
Total deduções da receita operacional	**(273.640)**	**(272.739)**
Receita operacional líquida	**1.953.010**	**1.946.085**

24. Nota de gastos:

Controladora

	2023 Gerais e Administrativas	2023 Total	2022 Gerais e Administrativas	2022 Total
Pessoal e Administradores	12.032	12.032	9.915	9.915
Material	63	63	2	2
Serviços de terceiros	11.235	11.235	10.216	10.216
Depreciação	20	20	20	20
Amortização	846	846	847	847
Outras	3.977	3.977	814	814
Total	**28.173**	**28.173**	**21.814**	**21.814**

Consolidado

	2023 De operação	2023 Geral e Administrativa	2023 Total	2022 De operação	2022 Geral e Administrativa	2022 Total
Energia elétrica comprada para revenda	11.473	–	11.473	6.209	–	6.209
Encargos de uso do sistema de distribuição	254.732	–	254.732	238.946	–	238.946
Pessoal e Administradores	34.380	82.163	116.543	31.057	64.606	95.663
Material	2.406	1.396	3.802	3.558	1.014	4.572
Serviços de terceiros	29.413	61.968	91.381	33.192	51.539	84.731
Depreciação	15.606	3.604	19.210	14.254	4.486	18.740
Amortização	98.939	2.075	101.014	98.999	1.895	100.894
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	239	514	753	35	128	163
Aluguéis e arrendamentos	890	2.810	3.700	744	2.607	3.351
Perdas na desativação de bens	35	33.507	33.542	–	–	–
Outras	6.351	18.568	24.919	5.464	8.404	13.868
Recuperação de custos - Extensão da Outorga	–	–	–	(2.309)	–	(2.309)
(–) Outras receitas	–	(3.411)	(3.411)	–	(591)	(591)
Total	**454.464**	**203.194**	**657.658**	**430.149**	**134.088**	**564.237**

25. Resultado financeiro:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias				
Renda de aplicações financeiras	29.829	30.809	134.217	115.718
Multa e juros s/ energia vendida	–	–	2	199
Descontos Obtidos	–	–	–	220
Variação monetária	1.874	481	75.750	2.312
Outros juros e variações monetárias	9.423	104.156	8.150	104.160
(–) Tributos sobre Receitas financeiras	(1.913)	(6.516)	(11.290)	(10.719)
Receitas financeiras total	**39.213**	**128.930**	**206.829**	**211.890**
Despesas financeiras				
Encargos de dívida				
Empréstimos e financiamentos	(101.769)	(34.171)	(307.422)	(260.615)
Debêntures	–	–	(134.792)	(129.731)
AVP - Ajuste a valor presente	–	–	(61.740)	(71.601)
Atualização P&D	–	–	(1.076)	(830)
Provisão para descomissionamento	–	–	(250)	(362)
Variação monetária	–	–	(96.680)	(111.159)
Outras despesas financeiras	(817)	(796)	(4.038)	(2.112)
Despesas financeiras total	**(102.586)**	**(34.967)**	**(605.998)**	**(576.410)**
Variação cambial líquida				
Variação cambial	2.416	(2)	2.094	18.320
Total variação monetária/ cambial líquida	**2.416**	**(2)**	**2.094**	**18.320**
Total resultado financeiro	**(60.957)**	**93.961**	**(397.075)**	**(346.200)**

26. Imposto de renda e contribuição social: Imposto de renda e contribuição social - correntes: Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados nas alíquotas de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitadas em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Imposto de renda (25%) e Contribuição social (9%)	**(7.381)**	**24.586**	**(51.750)**	**338.988**
IRPJ - Corrente	(5.431)	18.084	(129.255)	166.903
CSLL - Corrente	(1.950)	6.502	(44.485)	63.197
IRPJ - Diferido	–	–	89.699	80.065
CSLL - Diferido	–	–	32.291	28.823
	(7.381)	**24.586**	**(51.750)**	**338.988**

Composição da alíquota efetiva:	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	247.954	238.389	714.588	849.255
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(84.304)	(81.052)	(242.960)	(288.747)
Equivalência Patrimonial	114.609	56.522	115.014	49.626
Imposto diferidos não constituído	–	–	–	12
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes			–	
JSCP			(5)	–
Adições Permanentes	(2)	(32)	(92)	(140)
Exclusões Permanentes			–	
SELIC sobre créditos fiscais	637		24.720	
Amortização RBO	–		59.484	
Outras exclusões permanentes	–		795	
Doações	–	–	(1.577)	(1.063)
Gratificação	(62)	(50)	(1.142)	(998)
Adições temporárias		–	(8.833)	(5.457)
Ativo Financeiro	–	–	(10.413)	(13.577)
CPC 06	–	–	(142)	(278)
Swap	–	–	(56.766)	(100.237)
MtM - Ativo	821		(200)	–
Capex melhoria	–	–	43.454	13.986
Realização Receita (ACR)	–	–	(452.866)	(419.805)
Variação Cambial Ativa (Realizada e não realizada)	(4.151)	–	140.650	184.018
Variação Cambial Passiva (Realizada e não realizada)	4.151	–	(108.115)	(94.056)
Receita RBO/O&M	–	–	565.443	566.586
Realização dívida	–	–	80.999	73.432
Juros	–	–	(43.523)	(48.357)
Variação Monetária - Debêntures	–	–	(32.867)	(37.794)
Extensão da Concessão	–	–	–	785
Compensação de Prejuízo fiscais	–	–	5.009	4.414
Outros	(30.382)		(46.246)	
Incentivos fiscais				
Lei Rouanet	–	–	3.588	3.125
Lucro da Exploração	–	–	6.938	5.956
Inovação Tecnológica - P&D	–	–	795	1.595
PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador	–	2	69	61
Adicional (10%)	–	24	96	96
IRPJ e CSLL (RBO)	–	–	305.074	–
IRPJ e CSLL de exercícios Anteriores	7.381	–	(266)	(2.118)
Despesa de IRPJ e CSLL	**7.381**	**(24.586)**	**173.740**	**(230.100)**
	2,98%	-10,31%	-24,31%	27,09%

Impostos diferidos: Os saldos de ativos diferidos líquidos de passivos refletem os efeitos fiscais na controlada Vale dos Ventos. Os saldos de passivos diferidos líquidos de ativos refletem os efeitos fiscais nas controladas UHE São Simão SPIC Comercializadora e Millennium. A movimentação dos impostos diferidos sobre o lucro em 31 de dezembro de 2023, é como segue:

Natureza dos Cálculos	Ativo Não Circulante 31/12/2023	Ativo Não Circulante 31/12/2022	Passivo Não Circulante 31/12/2023	Passivo Não Circulante 31/12/2022	Resultado 2023	Resultado 2022	Patrimônio Líquido 31/12/2023	Patrimônio Líquido 31/12/2022
Prejuízos Fiscais	16.367	20.050	–	–	(3.683)	(3.250)	–	–
Base negativa da contribuição social	5.892	7.218	–	–	(1.326)	(1.170)	–	–
	22.259	27.268	–	–	(5.009)	(4.420)	–	–
Diferenças Temporárias								
Adições temporárias	11.158	8.341	20.724	25.153	7.421	5.647	–	–
Ativo financeiro	–	–	693.077	590.914	(102.339)	(133.989)	–	–
Instrumentos financeiros - Swap	2.156	13.632	–	–	(11.476)	67	–	–
Instrumentos financeiros - Swap resultados abrangentes	–	–	–	26.250	–	–	(26.250)	(33.692)
Instrumentos financeiros - Debêntures	123.919	91.052	–	–	32.867	37.794	–	–
Amortização Capex Melhorias	(36.705)	6.749	–	–	(43.454)	(13.987)	–	–
Total Diferenças Temporárias	100.528	119.774	713.801	642.317	(116.981)	(104.468)	(26.250)	(33.692)
Total bruto	122.787	147.042	713.801	642.317	(121.990)	(108.888)	(26.250)	(33.692)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(113.471)	(137.520)	(113.471)	(137.520)				
Total	9.316	9.522	600.330	504.797				

Natureza dos Cálculos	Ativo Não Circulante 31/12/2022	Ativo Não Circulante 31/12/2021	Passivo Não Circulante 31/12/2022	Passivo Não Circulante 31/12/2021	Resultado 2022	Resultado 2021	Patrimônio Líquido 31/12/2022	Patrimônio Líquido 31/12/2021
Prejuízos Fiscais	20.050	23.300	–	–	(3.250)	(2.295)	–	–
Base negativa da contribuição social	7.218	8.388	–	–	(1.170)	(826)		
	27.268	31.688	–	–	(4.420)	(3.121)	–	–
Diferenças Temporárias								
Adições temporárias	8.341	7.125	25.153	29.583	5.647	7.615	–	–
Ativo financeiro			590.914	456.925	(133.989)	(223.002)	–	–
Instrumentos financeiros - Swap	13.632	13.565	–	–	67	(2.257)		
Instrumentos financeiros - Swap resultados abrangentes	–	–	26.250	59.642	–		(33.392)	58.406
Instrumentos financeiros - Debêntures	91.052	53.258	–	–	37.794	39.187	–	–
Amortização Capex Melhorias	6.749	20.736	–	–	(13.987)	9.474	–	–
Outras	–	–	–	2.309	–	–	–	–
Total Diferenças Temporárias	119.774	94.684	642.317	548.459	(104.468)	(168.983)	(33.392)	58.406
Total bruto	147.042	126.372	642.317	548.459	(108.888)	(172.104)	(33.392)	58.406
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(137.520)	(117.807)	(137.520)	(117.807)				
Total	9.522	8.565	504.797	430.652				

27. Instrumentos financeiros e mensuração do valor justo: *Classificação e mensuração:* O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios que os ativos são administrados. O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia classifica os ativos financeiros como custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. *Redução ao valor recuperável:* De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber. A Companhia e suas controladas após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece perdas esperadas no período, pois de acordo com sua avaliação além do risco associado ser baixo, não há históricos de perda. O CPC 48 exige que

continua ★

INÊS249

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da SPIC Brasil Energia Participações S.A.

a Companhia e suas controladas assegurem que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco estabelecidas pela Administração, aplicando uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A nova norma vem introduzir um modelo menos restritivo ao hedge, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco. _Contabilização de hedge:_ A Companhia designa certos instrumentos de hedge, incluindo derivativos, relacionados a risco com moeda estrangeira, como hedge de fluxo de caixa e hedge de valor justo. No início da operação de hedge, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações. Adicionalmente, a Companhia avalia se o instrumento de hedge usado em uma relação de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge. A nota explicativa 14 traz maiores detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de hedge. _Hedge de fluxo de caixa:_ A parcela efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica “Reserva de hedge de fluxo de caixa”. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado na rubrica “Outros ganhos e perdas” no resultado financeiro. Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. A contabilização de hedge é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de hedge, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de hedge. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado. _Hedge de valor justo:_ A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas no período, para as quais possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Tais dívidas e derivativos quando tiver ganhos ou perdas resultantes de sua mensuração serão reconhecidos no resultado da Companhia. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de taxa de juros; • Risco de taxa de câmbio; • Risco de liquidez. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações. _a) Risco de crédito:_ O risco surge de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais. _b) Risco de taxa de juros:_ Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a seus empréstimos e financiamentos. _c) Risco de taxa de câmbio:_ Risco quanto à variação das taxas de câmbio dos empréstimos em moeda estrangeira tomado pela Companhia. A Companhia contratou uma operação de Swap de moeda para eliminar as flutuações na moeda estrangeira (USD). _d) Risco de liquidez:_ Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro, em especial com quando da liquidação de seus empréstimos e financiamentos, que ocorrerão a curto prazo. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de compromissos contratuais dos passivos financeiros da Companhia:

	Controladora					
	31/12/2023					31/12/2022
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	79.695	–	–	–	79.695	4.791
Empréstimos e financiamentos	–	397.838	448.291	–	846.129	378.129
Empréstimos com partes relacionadas	–	–	–	–	–	56.601
Partes relacionadas	–	–	75	–	75	9.714
Derivativos	–	5.247	–	–	5.247	–
Total	79.695	403.085	448.366	–	931.146	449.235

	Consolidado					
	31/12/2023					31/12/2022
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	234.425	3	19.314	–	253.742	92.752
Empréstimos e financiamentos	–	2.086.484	2.266.026	1.392.177	5.744.687	5.279.633
Empréstimos com partes relacionadas	–	–	–	–	–	56.601
Partes relacionadas	–	–	–	971	971	10.685
Arrendamentos e aluguéis	1.448	4.532	23.158	23.228	52.366	36.926
Provisão - Capex melhorias	25.569	76.706	370.208	174.215	646.698	805.413
Derivativos	566	6.946	4	–	7.516	11.342
Total	262.008	2.174.671	2.678.710	1.590.591	6.705.980	6.293.352

Classificação dos instrumentos financeiros:

	Controladora				
	31/12/2023		31/12/2022		
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Categoria
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	98.030	98.030	246.294	246.294	Valor justo por meio do resultado
Empréstimos com partes relacionadas	188.273	188.273	303.867	303.867	Valor justo por meio do resultado
Outros ativos circulantes	156	156	623	623	Custo amortizado
Passivos financeiros					
Financiamentos e empréstimos	846.129	846.129	378.129	378.129	Custo amortizado
Empréstimos com partes relacionadas	–	–	56.601	56.601	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	5.247	5.247	–	–	Valor justo por meio de resultado
Partes relacionadas	75	75	9.714	9.714	Custo amortizado
Fornecedores	79.695	79.695	4.791	4.791	Custo amortizado

	Consolidado				
	31/12/2023		31/12/2022		
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Categoria
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	610.386	610.386	971.655	971.655	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	55.118	55.118	56.152	56.152	Custo amortizado
Ativo financeiro	7.261.821	7.261.821	6.961.341	6.961.341	Valor justo por meio de resultado
Empréstimos com partes relacionadas	188.460	188.460	181.066	181.066	Custo amortizado
Outros ativos circulantes	37.648	37.648	33.550	33.550	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	817.056	817.056	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Depósitos judiciais e cauções	4.615	4.615	11.815	11.815	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros					
Financiamentos e empréstimos	1.557.114	1.557.114	–	–	Valor justo por meio de resultado
Financiamentos e empréstimos	1.825.709	1.825.709	3.020.382	3.020.382	Custo amortizado
Debêntures	2.361.864	2.361.864	2.259.251	2.259.251	Valor justo por meio de resultado
Empréstimos com partes relacionadas	–	–	56.601	56.601	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	7.516	7.516	–	–	Valor justo por meio de resultado
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	11.342	11.342	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Arrendamentos e aluguéis	52.366	52.366	36.926	36.926	Custo amortizado
Partes relacionadas	971	971	10.685	10.685	Custo amortizado
Fornecedores	253.742	253.742	92.752	92.752	Custo amortizado

Hierarquia de valor justo: A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). _Instrumentos financeiros derivativos:_ A controlada UHE São Simão mantém empréstimo em moeda estrangeira e, consequentemente, está exposta ao risco de câmbio e são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela política aprovada, por meio da contratação de derivativos do tipo _swap_ para proteger o risco cambial do fluxo de caixa dos empréstimos em moeda estrangeira. As operações de _swap_ vigentes consistem na troca da variação cambial por uma correção em taxa pré-fixada. Os valores contábeis dos passivos monetários em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2023 montam em R$ 1.557.113 (R$ 2.622.712 em 31 de dezembro de 2022). Tais contratos permitem à Companhia mitigar o risco de alteração na taxa da moeda sobre o valor justo dos empréstimos tomados nas exposições do fluxo de caixa. O valor justo dos _swaps_ de moeda no encerramento do exercício é determinado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros estimados, utilizando as curvas no encerramento do exercício divulgadas pela B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão e o risco de crédito inerente para esse tipo de contrato. A tabela a seguir demonstra o valor do principal e os prazos remanescentes dos contratos de _swap_ de moeda em aberto no fim do período de relatório:

Empresa	Contratos em aberto	Encargos dos empréstimos	Taxa prefixada do swap	Notional R$	Valor justo R$
UHE São Simão	Bocom BBM	Pré 3,30%	CDI + 0,265% a.a.	688.450	(1.160)
UHE São Simão	Deutsche	Pré 2,80%	CDI - 1,20% a.a.	275.462	(796)
UHE São Simão	ICBC	Pré 3,30%	CDI + 0,23% a.a.	206.572	(313)
SPIC	Bank of China	Pré 2,90%	CDI - 0,83% a.a.	224.396	(5.659)
SPIC	Bank of China	Pré 2,90%	CDI - 0,37% a.a.	5.333	(135)
SPIC	Bank of China	Pré 2,90%	CDI - 0,81% a.a.	150.731	534
SPIC	Bank of China	Pré 2,90%	CDI - 0,35% a.a.	3.582	12

Análise de sensibilidade: A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado. No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros mencionados na nota explicativa 16 que estão expostos a indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações.

				Consolidado				
Empresa	Operação	Principal	Taxa	Cenário I (-0,50)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,50)
SPIC	1ª Emissão de Nota Comercial Série Única	450.000	CDI + 2,20%	89.846	124.698	160.732	197.955	236.510
SPIC Br	Loan Bank of China	150.731	CDI - 0,81%	6.050	9.499	12.929	16.340	19.746
SPIC Br	Loan Bank of China	3.582	CDI - 0,35%	157	240	322	404	485
SPIC Br	Loan Bank of China	224.396	CDI - 0,83%	9.062	14.249	19.407	24.538	29.659
SPIC Br	Loan Bank of China	5.333	CDI - 0,37%	237	360	484	606	728
UHESS	1ª Emissão de debêntures 1ª série	775.000	IPCA + 3,54%	405.436	502.477	604.999	713.245	827.467
UHESS	1ª Emissão de debêntures 2ª série	200.000	CDI + 0,58%	11.571	16.756	21.926	27.079	32.234
UHESS	2ª Emissão de debêntures Série Única	1.055.000	IPCA + 5,8198%	2.133.569	2.655.297	3.251.174	3.930.730	4.704.591
UHESS	Loan BOCOM BBM	688.450	CDI + 0,265%	128.031	194.070	263.483	336.344	413.004
UHESS	Loan ICBC	206.572	CDI + 0,23%	38.095	57.899	78.715	100.565	123.554
UHESS	Loan Deutsche	275.462	CDI - 1,20%	10.206	16.528	22.818	29.076	35.325
Panati	1ª Emissão de Nota Comercial 1ª Série	300.000	CDI + 1,70%	12.860	17.672	22.424	27.119	31.774
Panati	1ª Emissão de Nota Comercial 2ª Série	100.000	CDI + 2,03%	4.380	5.952	7.504	9.038	10.558
Panati	1ª Emissão de Nota Comercial 3ª Série	100.000	CDI + 2,08%	4.279	5.804	7.311	8.799	10.275
Marangatu	1ª Emissão de Nota Comercial 1ª Série	350.000	CDI + 1,70%	15.003	20.617	26.162	31.638	37.069
Marangatu	1ª Emissão de Nota Comercial 2ª Série	225.000	CDI + 2,03%	9.856	13.392	16.885	13.392	23.755
Marangatu	1ª Emissão de Nota Comercial 3ª Série	225.000	CDI + 2,08%	9.679	13.130	16.538	13.130	23.244

a) Risco regulatório: As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo. _b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil:_ Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. c) _Mudanças climáticas:_ As controladas da Companhia, por essência, já são grandes contribuintes para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, o Grupo não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo. Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios do Grupo SPIC Brasil, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndio, explosão, interrupção de operação e danos naturais. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pelas variações dos recursos hídricos, eólicos e solares que impactam na geração de energia. A Administração monitora constantemente e atualiza seus estudos de recurso para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura. **28. Seguros:** A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros (não auditado). Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém seguro de D&O (‘Directors and Officer’) para seus Diretores, Conselheiros e Administradores, no montante de R$120.000.000 (limite compartilhado com outras empresas do grupo SPIC) com período de vigência de 08/11/2023 a 08/11/2024. Os seguros contratados englobam a controladora da companhia e suas controladas.

29. Transações que não afetaram o caixa:

	Consolidado	
	2023	2022
Atividades de Investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	58.893	–
Aquisição de investimento em controladas	–	29.400

Do valor total consolidado de adições ao imobilizado e intangível, o valor de R$ 58.893, refere-se a: i) AVP sobre arrendamento R$ 2.155; ii) amortização do direito de uso R$ 744; iii) provisão para servidão de linha de transmissão R$ 30; iv) Provisão para descomissionamento dos parques solares R$ 21.384; v) R$ 34.564 juros capitalizados e; vi) R$ 16 outros. **30. Eventos subsequentes:** Os parques solares do Grupo Panati Holding: Panati 1, Panati 2, Panati 3, Panati 4, Panati 5 entraram em operação comercial em janeiro de 2024 e os parques solares do Grupo Panati Holding: Panati 6 e Sitiá 1 e Sitiá 2 entraram em operação comercial em fevereiro de 2024.

Diretoria

Adriana Waltrick – Diretora Geral

Paulo Dutra – Diretor Financeiro

Contadora

Valéria Lopes de Souza – CRC - 1SP145065/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas SPIC Brasil Energia Participações S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais da SPIC Brasil Energia Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da SPIC Brasil Energia Participações S.A. e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo _International Accounting Standards Board_ (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo _International Accounting Standards Board_ (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de abril de 2024

pwc

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06 - Em Recuperação Judicial

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:
http://valor.globo.com/valor-ri http://www.inepar.com.br http://www.cvm.gov.br/ https://www.bemparana.com.br.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas. A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial, em cumprimento às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e às práticas contábeis brasileiras, em atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do ano de 2023, bem como O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2023.

Balanço Patrimonial - Período findo em 31 de Dezembro de 2023 - *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.092	23	2.041	1.919
Contas a receber de clientes	6	62	1.110	666	6.605
Títulos e valores mobiliários	7	9	9	9	9
Estoques	8	-	-	10.425	7.244
Tributos a recuperar	10	4.499	4.769	77.272	76.880
Dividendos a receber		-	-	14.796	14.796
Despesas Antecipadas	9	-	-	314	-
Outros créditos	11	372	364	1.559	1.526
Total do ativo circulante		**6.034**	**6.275**	**107.082**	**108.979**
Não circulante					
Contas a receber clientes	6	44.532	44.532	133.999	133.999
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	688	688
Tributos a recuperar	10	39.975	40.652	86.169	93.308
Depósitos judiciais	30	51.294	71.171	75.699	129.764
Outros créditos	11	-	-	6.579	6.579
Investimentos	12	566.345	447.628	235.588	243.011
Imobilizado	13	72.204	75.239	129.228	211.446
Intangível	14	391.516	391.516	391.573	392.259
Total do ativo não circulante		**1.165.866**	**1.070.738**	**1.059.523**	**1.211.054**
Total do ativo		**1.171.900**	**1.077.013**	**1.166.605**	**1.320.033**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante					
Fornecedores		30.663	30.506	65.079	64.619
Instituições financeiras	15	250.382	234.982	384.950	390.730
Debêntures	16	15.996	14.881	15.996	14.881
Obrigações sociais e trabalhistas	31	8.953	7.209	152.629	143.912
Obrigações fiscais e tributárias	17	65.614	143.005	132.909	291.740
Dividendos propostos		3.317	3.317	3.341	3.341
Adiantamentos de clientes	19	30	-	36.011	33.143
Títulos a pagar		116.488	101.406	116.488	101.406
Outras contas a pagar	24	58.799	57.158	168.783	169.869
Total do passivo circulante		**550.242**	**592.464**	**1.076.186**	**1.213.641**
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Fornecedores		-	-	-	-
Instituições financeiras	15	219.954	232.367	219.954	232.367
Debêntures	16	255.192	238.625	255.192	238.625
Obrigações fiscais e tributárias	17	176.849	482.976	322.203	847.672
Partes relacionadas	21	285.788	216.074	127.217	116.328
Tributos diferidos	20.1	31.329	39.646	79.081	100.532
Títulos a pagar		-	-	14.960	14.960
Provisão de custos e encargos	18	2.303	2.303	2.303	2.303
Provisões para contingências	22	73.745	60.016	180.637	163.205
Provisão passivo à descoberto	23	706.146	836.319	12.157	9.760
Outras contas a pagar	24	-	-	1.362	1.293
Total do passivo não circulante		**1.751.306**	**2.108.326**	**1.215.066**	**1.727.045**
Patrimônio líquido / (Passivo a descoberto) da controladora					
Capital social	25 a	542.625	495.461	542.625	495.461
Gastos com subscrição de ações		(3.073)	(3.073)	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital	25 b	180.292	180.292	180.292	180.292
Reserva de reavaliação	25 c	28.979	23.126	28.979	23.126
Debêntures perpétuas	25 d	236.591	263.503	236.591	263.503
Créditos quirografários a converter	25 e	16.914	16.914	16.914	16.914
Prejuízos acumulados		(2.952.300)	(3.445.620)	(2.952.300)	(3.445.620)
Ajuste de avaliação patrimonial	25 f	820.324	845.620	820.324	845.620
		(1.129.648)	**(1.623.777)**	**(1.129.648)**	**(1.623.777)**
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)					
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas minoritários		-	-	5.001	3.124
Total do patrimônio líquido / Passivo a descoberto		**(1.129.648)**	**(1.623.777)**	**(1.124.647)**	**(1.620.653)**
Total do passivo e do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		**1.171.900**	**1.077.013**	**1.166.605**	**1.320.033**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente - Período findo em 31 de Dezembro de 2023 - *(Em milhares de reais)*

	Trimestre Atual 01/09/2023 à 31/12/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Trimestre do Exercício Anterior 01/09/2022 à 31/12/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/12/2022	Trimestre Atual 01/09/2023 à 31/12/2023	Acumulado do Atual 01/01/2023 31/12/2023	Trimestre do Exercício Anterior 01/09/2022 à 31/12/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/12/2022
Resultado líquido do período	**669.913**	**474.828**	**(291.381)**	**(353.872)**	**669.913**	**474.828**	**(169.786)**	**(353.872)**
Participação dos acionistas não controladores	(13.935)	(12.694)	4.541	2.597	(10.464)	(12.694)		
Ajuste patrimonial reflexo de investida	1.040	4.161	3.121	4.161	1.040	4.161	1.040	4.161
Ganhos/perdas de capital s/ coligadas	-	-	(158)	(158)	-	-	-	(158)
Ajuste conversão s/ coligada no exterior	-	-	(43)	(22)	(720)	(720)	(1)	(22)
Ajuste de Av. Patrimonial	6.736	6.736	-	-	6.736	6.736	-	-
Ajuste de ganhos na conversão de debêntures perpétuas	11.848	20.252	-	-	11.848	20.252	-	-
Conversão de debêntures perpétuas	(11.848)	(11.848)	-	-	(11.848)	(11.848)	-	-
Resultado abrangente do período	**677.689**	**494.129**	**(302.396)**	**(362.585)**	**681.510**	**496.006**	**(179.211)**	**(362.585)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado - Período findo em 31 de Dezembro de 2023

Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receitas	**(16.457)**	**(26.650)**	**(8.193)**	**(995)**
Venda de mercadorias, produtos e serviços	-	-	8.011	13.106
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(785)	(1.728)	(1.159)	(396)
Outras Receitas / Despesas	(15.672)	(24.922)	(15.045)	(13.705)
Insumos adquiridos de terceiros	**(15.928)**	**(1.290)**	**(39.256)**	**(36.455)**
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(5.597)	(12.091)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(15.928)	(1.290)	(33.659)	(24.364)
Valor adicionado bruto	**(32.385)**	**(27.940)**	**(47.449)**	**(37.450)**
Depreciação e Amortização	(2.966)	(2.798)	(6.018)	(7.736)
Valor adicionado líquido	**(35.351)**	**(30.668)**	**(53.467)**	**(45.186)**
Valor adicionado recebido em transferência	**251.013**	**(181.791)**	**6.318**	**(2.794)**
Resultado de Equivalência Patrimonial	250.466	(185.163)	(11.608)	(13.217)
Receitas Financeiras	547	3.372	17.926	10.423
Valor adicionado total a distribuir	**215.662**	**(212.459)**	**(47.149)**	**(47.980)**
Distribuição do valor adicionado				
Bens destinado a vendas				
Pessoal	**2.832**	**3.159**	**10.156**	**11.256**
Salários e encargos	1.774	1.771	6.279	6.422
Benefícios	906	1.255	3.370	4.365
FGTS	152	133	507	469
Impostos, taxas e contribuições	**(361.037)**	**-**	**(723.368)**	**11.693**
Federais	(361.037)	-	(724.026)	10.460
Estaduais	-	-	585	1.165
Municipais	-	-	73	68
Remuneração de capitais de terceiros	**99.039**	**138.254**	**188.638**	**295.637**
Juros	98.244	137.635	187.718	294.770
Alugueis	795	619	920	867
Remuneração de capitais próprios	**474.828**	**(353.872)**	**477.425**	**(366.566)**
Resultado do exercício	474.828	(353.872)	474.828	(353.872)
Participação de acionistas minoritários	-	-	2.597	(12.694)
Valor adicionado total distribuído	**215.662**	**(212.459)**	**(47.149)**	**(47.980)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) - Período findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Atividades operacionais				
Resultado do período antes do IR e CS	**113.791**	**(353.872)**	**(250.706)**	**(353.872)**
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes				
Depreciações e amortizações	3.024	2.727	9.074	7.677
Alienação de imobilizado/investimentos	11	880	74.506	1.814
Resultado de equivalência patrimonial	(250.466)	185.163	11.608	13.217
Ajuste de Ganhos de debentures	17.682	-	17.682	-
Participação de acionistas não controladores	-	-	(2.597)	12.694
Variações monetárias e cambiais	32.047	44.781	(3.319)	106.457
Provisões (Reversões)	13.729	27.396	17.432	52.389
Valor Justo sobre Propriedade para Investimento	-	-	-	-
Resultado do período ajustado	**(70.182)**	**(92.925)**	**(126.320)**	**(159.624)**
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	1.048	(11.849)	5.939	(13.153)
Estoques	-	-	(3.181)	1.692
Títulos a receber	-	7.774	-	7.774
Impostos a recuperar	947	(6.676)	6.747	2.439
Despesas antecipadas	-	-	(314)	-
Outros créditos	7.359	10.673	41.522	153.961
	9.354	**(78)**	**50.713**	**152.713**
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	157	(320)	460	(6.706)
Salários e encargos sociais	1.744	(3.886)	8.717	(8.146)
Impostos e contribuições a recolher	(24.062)	39.999	29.116	65.946
Adiantamentos de clientes	30	-	2.868	(1.660)
Títulos a pagar	15.082	14.149	15.082	14.149
Outras contas a pagar	1.641	12.365	860	10.351
	(5.408)	**62.307**	**57.103**	**73.934**
Total do caixa gerado (Consumido) pelas atividades de investimentos	**(66.236)**	**(30.696)**	**(18.504)**	**67.023**
Atividades de investimentos				
Aquisições de novos investimentos	5.737	-	2.373	-
Ganho sobre participações societárias	-	-	-	(22)
Aquisições imobilizados e Intangíveis	-	-	(676)	(649)
Operações de mútuos com empresas ligadas	148	31.057	(34.216)	(7.021)
Total do caixa gerado(consumido) pelas atividades de investimentos	**5.885**	**31.057**	**(32.519)**	**(7.692)**
Atividades de financiamentos				
Captação de financiamentos e empréstimos	-	-	31.889	20.885
Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	(29.060)	(550)	(46.763)	(76.949)
Amortização de financiamentos e empréstimos - juros	-	-	-	(20.408)
Operações de mútuos com empresas ligadas	90.480	190	66.019	8.674
Total caixa gerado (Consumido) pelas atividades de financiamentos	**61.420**	**(360)**	**51.145**	**(67.798)**
Total do aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**1.069**	**1**	**122**	**(8.467)**
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	23	21	1.919	10.386
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	1.092	22	2.041	1.919
Total do aumeno (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**1.069**	**1**	**122**	**(8.467)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado - Período findo em 31 de Dezembro de 2023 - *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 a 31/12/2023**	**Acumulado do Exercício Anterior**	**Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 a 31/12/2023**	**Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 a 31/12/2022**
Receita operacional bruta		**-**	**-**	**8.106**	**13.479**
Deduções e impostos sobre vendas		-	-	(1.623)	(2.757)
Receita operacional líquida	27	**-**	**-**	**6.483**	**10.722**
Custos dos produtos e serviços		-	-	(9.670)	(18.251)
Lucro bruto		**-**	**-**	**(3.187)**	**(7.529)**
Receitas (Despesas) operacionais		**211.488**	**(226.285)**	**(77.727)**	**(74.372)**
Despesas com vendas		(90)	(87)	(1.200)	(2.856)
Perdas no recebimento de crédito com clientes		(785)	(1.728)	(1.159)	(396)
Administrativas e gerais		(22.521)	(25.362)	(40.626)	(48.047)
Provisões para contingências		(21.047)	(28.962)	(29.271)	(53.362)
Outras receitas e despesas operacionais	29	5.465	15.017	6.137	43.506
Resultado da avaliação de investimentos	12	250.466	(185.163)	(11.608)	(13.217)
Resultado operacional		**211.488**	**(226.285)**	**(80.914)**	**(81.901)**
Despesas financeiras	28	(98.244)	(137.635)	(187.718)	(294.770)
Receitas financeiras	28	547	3.372	17.926	10.423
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**113.791**	**(360.548)**	**(250.706)**	**(366.248)**
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	20.2	361.037	6.676	728.131	(318)
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		**474.828**	**(353.872)**	**477.425**	**(366.566)**
Atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores			**474.828**		**(353.872)**
Participação dos acionistas não controladores			**2.597**		**(12.694)**
			477.425		**(366.566)**
Quantidade de ações ordinárias ao final do exercício			31.685.549		119.917.580
Quantidade de ações preferenciais ao final do exercício			12.627.232		63.136.160
			44.312.781		183.053.740
Lucro/(Prejuízo)básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R$			10.475		(1.935)
Lucro/(Prejuízo)básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R$			11.523		(2.129)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido /(Passivo a descoberto) - Período findo em 31 de dezembro de 2023 - *(Em milhares de reais)*

	Capital Social			Reservas de Lucros								Ajuste de Avaliação Patrimonial					
	Subscrito	**A integra lizar**	**(-) Gastos com Subscrição de ações**	**Reserva de Capital**	**Reserva Legal**	**Reservas de Ações em Tesouraria**	**Lucros a Disposição Assembléia**	**- Lucros ou (Prejuízos) acumulados**	**Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC**	**Debêntures perpétuas**	**Créditos a converter**	**Reserva de reavaliação**	**Custo atribuído AAP**	**Ajuste de avaliação patrimonial**	**Patrimônio íquido dos acionistas da controladores**	**Participação dos não controladores no patr. liq das controladas**	**Total patrimônio líquido**
Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2022	**437.531**	**-**	**(3.073)**	**180.292**	**-**	**(8.303)**	**-**	**(3.089.790)**	**-**	**318.830**	**16.914**	**24.422**	**43.093**	**803.573**	**(1.276.511)**	**15.840**	**(1.260.671)**
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	184.086	-	-	-	-	-	184.086	-	2.230	-	186.316
Ajuste patrimonial reflexo de investida (CBD)	-	-	-	-	-	-	3.121	-	-	-	-	-	-	-	3.121	-	3.121
Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	158	158	-	158
Ajuste conversão s/ coligada no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	21
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**158**	**21**	**179**
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**181.123**	**2.251**	**183.374**
Aumento de capital - 363ª RCA de 11/01/2022	26.296	-	-	-	-	-	-	-	-	26.296	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - 367ª RCA de 27/05/2022	12.215	-	-	-	-	-	-	-	-	12.215	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - 369ª RCA de 27/09/2022	12.641	-12.641	-	-													
Transações de capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures a converter	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva reavaliação	-	-	-	-	-	-	972	-	-	-	-	(972)	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído ao imobilizado	-	-	-	-	-	-	659	-	-	-	-	-	(659)	-	-	-	-
Saldos finais em 30 de setembro de 2022	**488.683**	**-**	**3.073**	**180.292**	**-**	**8.303**	**-**	**3.269.124**	**-**	**267.678**	**16.914**	**23.450**	**42.434**	**803.415**	**1.457.634**	**13.589**	**1.444.045**
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	-	(353.872)	-	-	-	-	-	-	(353.872)	(12.694)	(366.566)
Ajuste patrimonial reflexo de investida (CBD)	-	-	-	-	-	-	-	4.161	-	-	-	-	-	-	4.161	-	4.161
Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(158)	(158)	-	(158)
Ajuste conversão s/ coligada no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22)	(22)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**(158)**	**(22)**	**(22)**
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**(349.869)**	**(12.716)**	**(362.585)**
Aumento de capital - 363ª RCA de 11/01/2022	26.296	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.296)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - 367ª RCA de 27/05/2022	12.215	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.215)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - 369ª RCA de 27/09/2022	12.641	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.641)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - 371ª RCA de 14/12/2022	6.778	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.778)	-	-	-	-	-	-	-
Transações de capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures a converter	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.603	-	-	-	-	2.603	-	2.603
Realização da reserva reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	1.296	-	-	-	(1.296)	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído ao imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	888	-	-	-	-	(888)	-	-	-	-
Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2022	**495.461**	**-**	**(3.073)**	**180.292**	**-**	**(8.303)**	**-**	**(3.437.317)**	**-**	**263.503**	**16.914**	**23.126**	**42.205**	**803.415**	**(1.623.777)**	**3.124**	**(1.620.653)**
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	-	474.828	-	-	-	-	-	-	474.828	2.597	477.425
Ajuste patrimonial reflexo de investida (CBD)	-	-	-	-	-	-	-	4.161	-	-	-	-	-	-	4.161	-	4.161
Ajuste conversão s/ coligada no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(720)	(720)
Ajuste de Av. Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.736	6.736	-	6.736
Ajuste de ganhos na conversão de debêntures perpétuas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.252	-	-	-	-	20.252	-	20.252
Conversão de debêntures perpétuas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.848)	(11.848)	-	(11.848)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**15.140**	**(720)**	**14.420**
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**494.129**	**1.877**	**496.006**
Aumento de capital - 373ª RCA de 30/03/2023	1.336	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.336)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - 377ª RCA de 25/07/2023	29.664	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.664)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - 379ª RCA de 29/09/2023	509	-	-	-	-	-	-	-	-	(509)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - 381ª RCA de 17/11/2023	15.655	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.655)	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.853)	-	-	5.853	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído ao imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	20.184	-	-	-	(20.184)	-	-	-	-
Saldos finais em 31 de dezembro de 2023	**542.625**	**-**	**(3.073)**	**180.292**	**-**	**(8.303)**	**-**	**(2.943.997)**	**-**	**236.591**	**16.914**	**28.979**	**22.021**	**798.303**	**(1.129.648)**	**5.001**	**(1.124.647)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 - *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Nota 1 - Contexto operacional: A Inepar S.A Indústria e Construções é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 76.627.504/0001-06, e NIRE - Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35 3.0035492 3, e está sediada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, conjunto nº 1101, 11º andar, Centro, CEP 80410-180. A Companhia tem como atividade a criação de soluções integradas, fabricação e o fornecimento de equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas. Nesse sentido, as empresas do Grupo Inepar detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura. Apesar do processo de Recuperação Judicial, iniciado em 2014, a empresa conseguiu preservar seus ativos e acervos técnicos, e é nesse contexto que as empresas do Grupo Inepar/Iesa se apresentam como uma excelente alternativa. Também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento estamos buscando parcerias importantes nas áreas de Saneamento, manutenção de equipamentos de transporte ferroviários entre outros. **Nota 2 - Bases de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("demonstrações financeiras") foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A aprovação e autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2024. A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas que possam gerar dúvidas significativas em relação à sua continuidade. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **Nota 37 - Eventos subsequentes:** Em agosto de 2023, a EUROINVEST propôs um depósito de US$ 7,65 milhões, representando 5% do valor da oferta de US$ 153 milhões, em uma conta caução enquanto realiza o "due diligence" sobre os ativos. Conforme Fato Relevante emitido em 23 de janeiro de 2024, informa que a Inepar concluiu com a regularização de uma empresa denominada INEEAU PROJECT MANAGEMENT SERVICES CO, com sede nos Emirados Árabes Unidos, com o objetivo de evoluir estudos e negócios naquela região, em especial na área de infraestrutura e demais acervos técnicos de capacidade da Companhia.

Diretoria Executiva:
Vago - Diretor Presidente
Irajá Galliano Andrade - Diretor Administrativo Financeiro
Manacesar Lopes dos Santos - Diretor de Relações com Investidores

Conselho De Administração:
André de OMS
Carlos Alberto Del Claro Gloger
Rodolfo Andriani
Irajá Galliano Andrade
José Bonifácio Pinto Junior
Augusto Araújo de OMS

Contador:
Jair Malpica - CPF 667.583.788-53 - CRC-1SP100417/O-6

continua >>>

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06 - Em Recuperação Judicial

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da **INEPAR S/A INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES- EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, no uso de suas atribuições legais, examinou o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023. Nos termos do inciso II do artigo 63, da lei nº 6.404/76 e com base nos exames efetuados e considerando, ainda, a opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras dos auditores externos Müller & Prei Auditores Independentes S/S. datado de 28 de março de 2024, devem ser consideradas as informações complementares constantes da ata, deste Conselho Fiscal, desta data e os parágrafos de opinião com ressalvas e ênfases apontadas no parecer pelos auditores independentes acima mencionados, a saber: **Opinião com Ressalva;** Base para opinião com ressalvas: Limitação de escopo de auditoria. a) Confirmação externas de endividamento bancário. b) Investimentos em controladas/coligadas e consórcios. c) Incerteza relevante quando à continuidade operacional**; Ênfases:** Coisa Julgada em Matéria Tributária**;** Reconhecimento de recebíveis. Saldos contábeis e transações mantidos com partes relacionadas. Termo de Transação Individual com a PGFN-Procuradoria Geral da Fazenda Nacional; **Principais assuntos de auditoria**: a) Impairment dos Ativos Imobilizado e Intangível. b) Débitos tributários. c) Contingências; **Outros Assuntos**: Demonstrações do valor adicionado; Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor; Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas; Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Os conselheiros opinam que o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras encontram-se em condições de serem apreciadas e votadas pela assembleia geral ordinária de acionistas.

Curitiba, 28 de março de 2024

Rubens Gerigk
Sergio Tomaz Crestani
Gerson Luis Casara

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Inepar S.A. Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o Relatório do Auditor Independente sobre essas Demonstrações Financeiras completas estão disponíveis eletronicamente, de forma integral, no endereço http://www.inepar.com.br/, https://www.gov.br/cvm, https://www.bemparana.com. br/ e https://valor.globo.com/. O referido Relatório do Auditor Independente sobre essas Demonstrações Financeiras foi emitido em 28 de março de 2024 com modificação de opinião sobre: I - Confirmações externas de endividamento bancário e II - Investimentos em controladas/coligadas/consórcios, bem como indicação sobre a Continuidade Operacional e, ainda, as seguintes Ênfases: I-Coisa julgada em Matéria Tributária II- Reconhecimento de recebíveis, II - Saldos contábeis e transações mantidos com partes relacionadas e III - Termo de Transação Individual com a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Muller & Prei Auditores Independentes S/S - CRC-PR nº 6.472/O-1; George Angnes - Contador - CRC-PR nº 42.667/O-1.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

http://valor.globo.com/valor-ri http://www.inepar.com.br http://www.cvm.gov.br/ https://www.bemparana.com.br

HYPERA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.932.074/0001-91 - NIRE 35.300.353.251 - Código CVM nº 21431

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 23 de Abril de 2024

1. Data, Horário e Local: Realizada no dia 23 de abril de 2024, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio do sistema eletrônico de participação a distância disponibilizado pela Hypera S.A. ("Companhia"), nos termos do Art. 5°, parágrafo 2°, I, e Art. 28, parágrafos 2° e 3°, da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81/22"), e conforme regras constantes do Manual de Participação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Hypera S.A. - 23 de abril de 2024, divulgado pela Companhia. **2. Convocação**: O Edital de Convocação desta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na forma estabelecida pelo Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor (a "Lei das Sociedades por Ações"), foi publicado no jornal "Valor Econômico" na edição de São Paulo dos dias 22, 23 e 26 de março de 2024, nas páginas E11, E06 e E20, respectivamente, e do Rio de Janeiro dos dias 22, 23 e 26 de março de 2024, nas páginas E03, E02 e E02, respectivamente. **3. Publicações e Divulgação**: De acordo com o Art. 133 e com o Art. 289, II, da Lei das Sociedades por Ações, as demonstrações financeiras foram publicadas, em sua versão resumida, acompanhadas do relatório anual da administração, do parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") e do parecer do Conselho Fiscal, bem como do parecer e do relatório anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, no jornal Valor Econômico, nas edições de São Paulo e do Rio de Janeiro do dia 15 de março de 2024, nas páginas E7 a E10 e E5 a E8, respectivamente, sendo que a íntegra do material publicado está disponível no site do "Valor Econômico" (valor.globo.com.br). Os documentos acima, assim como toda a documentação suporte desta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foram também colocados à disposição dos acionistas no escritório administrativo da Companhia, bem como nas páginas eletrônicas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (https://www.gov.br/cvm/pt-br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (https://b3.com.br/pt_br/) e da Companhia (https://ri.hypera.com.br/), conforme informado no Edital de Convocação desta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. **4. Presença**: Presentes, para a Assembleia Geral Ordinária, acionistas titulares de 537.767.717 (quinhentos e trinta e sete milhões, setecentas e sessenta e sete mil, setecentas e dezessete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, representando, aproximadamente, 84,96% (oitenta e quatro inteiros e noventa e seis centésimos por cento) do capital social total e votante da Companhia, desconsideradas as ações em tesouraria, e, para a Assembleia Geral Extraordinária, acionistas titulares de 538.573.867 (quinhentos e trinta e oito milhões, quinhentas e setenta e três mil, oitocentas e sessenta e sete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, representando, aproximadamente, 85,09% (oitenta e cinco inteiros e nove centésimos por cento) do capital social total e votante da Companhia, desconsideradas as ações em tesouraria, conforme os boletins de voto a distância considerados válidos pela Companhia e o registro de presença no sistema eletrônico de participação a distância disponibilizado pela Companhia nos termos do Art. 47, incisos II e III, da Resolução CVM 81/22. Presentes ainda, para os fins do disposto no Art. 134, §1º da Lei das Sociedades por Ações, os representantes da administração, os Srs. Adalmario Ghovatto Satheler do Couto, Diretor de Relações com Investidores, Ramon Sanches Frutuoso Silva, Diretor Financeiro, e a Sra. Juliana Aguinaga Damião Salem, Diretora Jurídica, o representante do Conselho Fiscal, Sr. Marcelo Curti, e o representante da PwC, empresa responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o Sr. Fillipe Sousa, bem como o membro do Comitê de Auditoria Estatutário, para fins do disposto no Art. 31-B, §2º, II da Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, a Sra. Maria Carolina Ferreira Lacerda. **5. Mesa**: O Sr. Alvaro Stainfeld Link, Presidente do Conselho de Administração, assumiu a presidência da mesa, que convidou o Sr. Thiago Saddi Tannous para secretariá-lo. **6. Ordem do Dia**: Reuniram-se os acionistas da Companhia para analisar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(I) Em Assembleia Geral Ordinária: (a)** as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório anual da administração e dos pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, bem como do parecer e do relatório anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(b)** a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(c)** a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024 e dos membros do conselho fiscal, se instalado; e **(II) Em Assembleia Geral Extraordinária: (a)** o aumento do capital social da Companhia, no montante de R$ 658.215.733,53 (seiscentos e cinquenta e oito milhões, duzentos e quinze mil, setecentos e trinta e três reais e cinquenta e três centavos), mediante a capitalização de parcela do saldo da Reserva de Incentivos Fiscais da Companhia de igual valor, sem a emissão de novas ações pela Companhia, a fim de que o capital social da Companhia passe dos atuais R$ 9.047.670.041,03 (nove bilhões, quarenta e sete milhões, seiscentos e setenta mil, quarenta e um reais e três centavos) para R$ 9.705.885.774,56 (nove bilhões, setecentos e cinco milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, setecentos e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), por meio da alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, conforme indicado na Proposta da Administração; **(b)** o aumento do limite do capital autorizado da Companhia, dos atuais R$ 11.112.278.223,00 (onze bilhões, cento e doze milhões, duzentos e setenta e oito mil, duzentos e vinte e três reais) para R$ 11.920.693.685,61 (onze bilhões, novecentos e vinte milhões, seiscentos e noventa e três mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e sessenta e um centavos), mediante a alteração do Parágrafo Primeiro do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, conforme indicado na Proposta da Administração; e **(c)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia, na forma constante na Proposta da Administração. **7. Deliberações**: Instalada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, os acionistas autorizaram a lavratura da Ata desta Assembleia na forma de sumário, bem como sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do Art. 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações, e dado início à discussão das matérias indicadas na Ordem do Dia, os acionistas deliberaram o quanto segue: **I. Em Assembleia Geral Ordinária: (a) As contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório anual da administração e dos pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, bem como do parecer e do relatório anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023: (a.i)** Aprovar, por maioria, sendo 508.470.442 (quinhentos e oito milhões, quatrocentos e setenta mil, quatrocentos e quarenta e dois) votos favoráveis, 898.422 (oitocentos e noventa e oito mil, quatrocentos e vinte e dois) votos contrários e 28.398.853 (vinte e oito milhões, trezentos e noventa e oito mil, oitocentos e cinquenta e três) abstenções, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório anual da administração e dos pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, bem como do parecer e do relatório anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, auditadas pela PwC. **(b) A destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023: (b.i)** Aprovar, por unanimidade, sendo 537.390.190 (quinhentos e trinta e sete milhões, trezentos e noventa mil, cento e noventa) votos favoráveis e 377.527 (trezentas e setenta e sete mil, quinhentas e vinte e sete) abstenções, a proposta da administração para a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$ 1.647.959.866,32 (um bilhão, seiscentos e quarenta e sete milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e sessenta e seis reais e trinta e dois centavos), da seguinte forma: (i) destinar o montante de R$ 82.397.993,32 (oitenta e dois milhões, trezentos e noventa e sete mil, novecentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, para a formação da reserva legal da Companhia, nos termos do *caput* do Art. 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) destinar o montante de R$ 786.483.928,53 (setecentos e oitenta e seis milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, novecentos e vinte e oito reais e cinquenta e três centavos), correspondente a, aproximadamente, 47,72% (quarenta e sete inteiros e setenta e dois centésimos por cento) do lucro líquido do exercício, para a formação da reserva de incentivos fiscais da Companhia, nos termos do Art. 195-A da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) ratificar a destinação integral do saldo do lucro líquido ajustado do exercício, para pagamento de juros sobre o capital próprio relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor total de R$ 779.077.944,47 (setecentos e setenta e nove milhões, setenta e sete mil, novecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e sete centavos), perfazendo o montante líquido de tributos de R$ 668.978.901,52 (seiscentos e sessenta e oito milhões, novecentos e setenta e oito mil, novecentos e um reais e cinquenta e dois centavos), equivalente a, aproximadamente, 40,59% (quarenta inteiros e cinquenta e nove centésimos por cento) do lucro líquido do exercício, conforme declarado aos acionistas nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas 24 de março de 2023, 23 de junho de 2023, 22 de setembro de 2023 e 14 de dezembro de 2023, a serem pagos até 31 de dezembro de 2024. **(c) A remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024: (c.i)** Aprovar, por maioria, sendo 520.833.367 (quinhentos e vinte milhões, oitocentos e trinta e três mil, trezentos e sessenta e sete) votos favoráveis, 15.980.402 (quinze milhões, novecentos e oitenta mil, quatrocentos e dois) votos contrários e 953.948 (novecentas e cinquenta e três mil, novecentas e quarenta e oito) abstenções, a fixação da remuneração global anual da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024 em até R$ 41.424.000,00 (quarenta e um milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil reais), incluindo salário/pró-labore, benefícios e remuneração variável (que considera também a parcela de remuneração baseada em ações), cabendo ao Conselho de Administração a distribuição dessa verba entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, em reunião do Conselho de Administração a ser oportunamente convocada. **(d) Instalação do Conselho Fiscal da Companhia: (d.i)** Em decorrência da solicitação feita por acionistas da Companhia representando percentual superior ao mínimo exigido pelo Art. 4º da Resolução da CVM nº 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada e em vigor, detentores de 108.320.308 (cento e oito milhões, trezentas e vinte mil, trezentas e oito) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, fica instalado o Conselho Fiscal da Companhia, com funcionamento até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024. **(e) Eleição dos Membros do Conselho Fiscal da Companhia: (e.i)** Tendo em vista a solicitação de adoção de votação em separado apresentada por acionistas minoritários, nos termos do artigo 161, §4º da Lei das Sociedades por Ações, foram eleitos, pelos acionistas minoritários detentores de 7.113.495 (sete milhões, cento e treze mil, quatrocentas e noventa e cinco) ações que participaram da eleição em separado: (i) **Sr. Marcelo Curti**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 10.306.522, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 036.305.588-60, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Pedroso Alvarenga, nº 1.046, conjuntos 95 e 96, Itaim Bibi, para o cargo de membro do Conselho Fiscal; e (ii) **Sr. Edgard Massao Raffaelli**, brasileiro, divorciado, administrador, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 12.270.465-4, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 050.889.138-85, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Marquês de São Vicente, nº 446, conjunto 1206, para o cargo de suplente do Sr. Marcelo Curti. **(e.ii)** Em seguida, foram eleitos, em votação majoritária, por 266.311.216 (duzentos e sessenta e seis milhões, trezentos e onze mil, duzentas e dezesseis) ações, os seguintes membros para compor o Conselho Fiscal da Companhia: (i) **Sr. Roberto Daniel Flesch**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 14.665.185, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 101.039.058-98, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Toneleiro, 204, para o cargo de membro do Conselho Fiscal; (ii) **Sr. Rodrigo Aparecido Leme de Oliveira**, brasileiro, divorciado, contador, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 40.062.769-3, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 319.880.958-40, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amália de Noronha, nº 402, CEP 05410-010 , para o cargo de suplente do Sr. Roberto Daniel Flesch; (iii) **Sr. Mauro Stacchini Junior**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.312.284-4, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 034.993.118-60, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Amalia de Noronha, 402, Pinheiros, para o cargo de membro do Conselho Fiscal; e (iv) **Sr. Luiz Alexandre Tumolo**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 15.783.933, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 091.234.368-08, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Amália de Noronha, 402, Pinheiros, para o cargo de suplente do Sr. Mauro Stacchini Junior. **(e.iii)** Consignar que os membros do Conselho Fiscal ora reeleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, e nem foram condenados ou estão sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Declaram, ainda, que atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo parágrafo 3º, do Art. 147, da Lei das Sociedades por Ações e aos demais requisitos constantes no Art. 162 da Lei das Sociedades por Ações, comprometendo-se a observar o disposto no Artigo 46 do Estatuto Social da Companhia. Por fim, declaram, nos termos do parágrafo 4º, do Art. 147, da Lei das Sociedades por Ações, não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não ter, nem representar, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do Art. 147, da Lei das Sociedades por Ações. **(e.iv)** Consignar que os membros do Conselho Fiscal ora reeleitos terão mandato de 1 (um) ano, até data da realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024, e serão investidos em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos Termos de Posse, contendo a declaração mencionada no item (e.iii) acima, lavrados no Livro de Atas do Conselho Fiscal da Companhia, o qual se encontra arquivado na sede da Companhia. **(f) A remuneração dos membros do conselho fiscal para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024: (f.i)** Aprovar, por maioria, sendo 273.424.711 (duzentos e setenta e três milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, setecentos e onze) votos favoráveis e 264.343.006 (duzentos e sessenta e quatro milhões, trezentas e quarenta e três mil, seis) abstenções, a fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024, em R$ 576.000,00 (quinhentos e setenta e seis mil reais), observada, em qualquer cenário, e em relação a todo o novo mandato, a remuneração mínima individual equivalente a 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, conforme previsto no Art. 162, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações. **II. Em Assembleia Geral Extraordinária: (a) O aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização de parcela do saldo da Reserva de Incentivos Fiscais da Companhia, sem a emissão de novas ações pela Companhia, por meio da alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, conforme indicado na Proposta da Administração: (a.i)** Aprovar, por unanimidade, sendo a totalidade dos 538.573.867 (quinhentos e trinta e oito milhões, quinhentos e setenta e três mil, oitocentos e sessenta e sete) votos favoráveis, o aumento do capital social da Companhia, no montante de R$ 658.215.733,53 (seiscentos e cinquenta e oito milhões, duzentos e quinze mil, setecentos e trinta e três reais e cinquenta e três centavos), mediante a capitalização de parcela do saldo da Reserva de Incentivos Fiscais da Companhia de igual valor, sem a emissão de novas ações pela Companhia, a fim de que o capital social da Companhia passe **dos atuais** R$ 9.047.670.041,03 (nove bilhões, quarenta e sete milhões, seiscentos e setenta mil, quarenta e um reais e três centavos) **para** R$ 9.705.885.774,56 (nove bilhões, setecentos e cinco milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, setecentos e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), por meio da alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte nova redação: "***Artigo 5º****: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 9.705.885.774,56 (nove bilhões, setecentos e cinco milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, setecentos e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), dividido em 633.420.823 (seiscentos e trinta e três milhões, quatrocentas e vinte mil, oitocentas e vinte e três) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.*" **(b) O aumento do limite do capital autorizado da Companhia, mediante a alteração do Parágrafo Primeiro do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, conforme indicado na Proposta da Administração: (b.i)** Aprovar, por maioria, sendo 524.295.331 (quinhentos e vinte e quatro milhões, duzentos e noventa e cinco mil, trezentos e trinta e um) votos favoráveis e 14.278.536 (quatorze milhões, duzentos e setenta e oito mil, quinhentos e trinta e seis) votos contrários, o aumento do limite do capital autorizado da Companhia, **dos atuais** R$ 11.112.278.223,00 (onze bilhões, cento e doze milhões, duzentos e setenta e oito mil, duzentos e vinte e três reais) **para** R$ 11.920.693.685,61 (onze bilhões, novecentos e vinte milhões, seiscentos e noventa e três mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e sessenta e um centavos), mediante a alteração do Parágrafo Primeiro do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte nova redação: "***Artigo 5º****: [...]* ***Parágrafo Primeiro****: A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite R$ 11.920.693.685,61 (onze bilhões, novecentos e vinte milhões, seiscentos e noventa e três mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e sessenta e um centavos) independentemente de reforma deste Estatuto Social, mediante deliberação do Conselho de Administração. [...]*" **(c) A consolidação do Estatuto Social da Companhia, na forma constante na Proposta da Administração: (c.i)** Tendo em vista as deliberações ora aprovadas nos itens (a) e (b) acima, aprovar, por unanimidade, sendo a totalidade dos 538.573.867 (quinhentos e trinta e oito milhões, quinhentos e setenta e três mil, oitocentos e sessenta e sete) favoráveis, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a redação constante do Anexo I à esta Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente Assembleia, da qual foi lavrada a presente Ata em forma de sumário e autorizada a sua publicação, que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes, tendo sido considerados signatários da ata, nos termos do Art. 28, parágrafo 2º, inciso I, e Art. 47, incisos II e III, da Resolução CVM 81/22, os acionistas cujos boletins de voto à distância foram considerados válidos pela Companhia e os acionistas que registraram a sua presença no sistema eletrônico de participação a distância disponibilizado pela Companhia. Foi recebida pela mesa da Assembleia a ata da reunião prévia dos acionistas vinculados ao Acordo de Acionistas da Companhia, a qual será arquivada na sede da Companhia. São Paulo, 23 de abril de 2024. Certidão: Confere com o original lavrado no livro próprio. Mesa: Thiago Saddi Tannous - Secretário.

CIDADE DE SÃO PAULO

SEGURANÇA URBANA

COMUNICADO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90.007/SMSU/2024** - Processo SEI nº **6029.2024/0001606-4**

Objeto: **Contratação para serviço de locação de 230 veículos terrestres caracterizados para uso efetivo da Guarda Civil Metropolitana da Cidade de São Paulo,** conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência do Edital - Data/hora de sessão pública: **10/05/2024 às 10h00** - Local: www.comprasnet.gov.br - Download do edital: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=inicio

Brasilprev Seguros e Previdência S.A.

CNPJ nº 27.665.207/0001-31 - NIRE nº 3530013990-9

Extrato da 450ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada em 14/08/2023

Em 14/08/2023, às 15h, na Sede. **Presença:** A reunião foi realizada de forma virtual e os membros do Conselho de Administração proferiram seus votos por meio eletrônico, conforme previsto no Art. 18, §3º, do Regimento Interno do Conselho, sob a presidência da Sra. Tarciana Paula Gomes Medeiros, que convidou a mim, Ana Paula Makhoul Sabbag, como Secretária do Conselho. **I. Deliberações Unânimes: 1.1. Eleição da Diretora Financeira, Sra. Fernanda Faulstich e Silva.** Em decorrência da vacância do cargo de Diretor Financeiro, o Conselho de Administração elegeu nesta data, como Diretora Financeira, Sra. Fernanda Faulstich e Silva, CI nº 402025432 DETRAN/RJ e CPF nº 838.701.721-34, com mandato até 29/03/2024. **1.2. Designação de Diretores, em Cumprimento ao Art. 11 Anexo II da Resolução CNSP 330/2015 e à Carta Circular nº 1/2016/SUSEP/CGRAT.** Ficam designados como responsáveis para efeitos da legislação vigente, os seguintes Diretores: **1) Sra. Fernanda Faulstich e Silva, Diretora Financeira, como:** (i) Relações com a SUSEP, conforme Circular SUSEP nº 234/2003; e (ii) Administrativo Financeiro, conforme Circular SUSEP nº 234/2003. **2) Sr. Daniel de Oliveira Beneton, Diretor de Planejamento e Controle, como:** (i) Responsável Técnico - Circular SUSEP 234 e Resolução CNSP 432/2021; (ii) Responsável Contabilidade - Resolução CNSP 432/2021. **3) Sr. Luis Felipe Osorio Cepeda, Diretor de Produtos e Operação, como:** (i) Responsável pela Política Institucional de Conduta - Resolução CNSP nº 382/2020; e (ii) Responsável pelo Registro de Operações de Seguros (SRO) - Resolução CNSP nº 383/2020. **4) Sr. Carlos Manuel de Oliveira Madureira, Diretor de Tecnologia, como:** (i) Responsável pelo Open Insurance - Resolução CNSP nº 415/2021. **5) Sr. Ronaldo Simon Ferreira, Diretor de Controles Interno, como:** (i) Responsável pelo Cumprimento da Lei nº 9.613/1998 ("Lavagem de Dinheiro") - Circular SUSEP nº 234/2003 e Circular SUSEP 612/2020; e (ii) Responsável pelo Sistema de Controles Internos e a Estrutura de Gestão de Riscos - Resolução CNSP nº 416/2021. Nada mais. **Ana Paula Makhoul Sabbag -** *Secretária***. JUCESP** nº 4.093/24-0 em 11/01/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG

CNPJ: 06.248.349/0001-23

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

É importante reconhecer o potencial de contribuição que a TAG traz para o Brasil, por meio dos resultados que a Companhia vem demonstrando a cada ano no mercado de gás natural brasileiro, sendo propositiva no desenvolvimento de novas soluções em infraestrutura de gás para atendimento da demanda nacional e fortalecendo a importância fundamental do insumo para a transição energética. Como parte do seu desenvolvimento contínuo, em 2023, a empresa conduziu a revisão do seu Plano Estratégico, que agora passa a refletir as novas perspectivas de expansão frente às oportunidades do cenário atual e futuro.

Ao mesmo tempo, vemos o amadurecimento da percepção do papel do gás natural na trajetória de descarbonização do País, nas diversas camadas e setores, especialmente o industrial, além da sua contribuição no processo de aumento da capacidade de geração de fontes renováveis, oferecendo flexibilidade e segurança de abastecimento. Exemplo disso está no estudo conduzido em 2023 pelo Programa de Transição Energética do CEBRI – Centro Brasileiro de Relações Internacionais, em parceria com a EPE – Empresa de Pesquisa Energética, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Cenergia –Coppe/UFRJ, sobre o caminho da transição energética do Brasil até 2050, que aponta a posição preponderante do gás natural ao longo dos anos na cadeia produtiva de diversos setores industriais, como vetor de mitigação de emissões de gases de efeito estufa (GEE) em substituição a outros combustíveis, como o carvão, coque do petróleo, coque do carvão, diesel e óleo combustível.

O olhar sobre a aceleração da descarbonização já está presente também nos caminhos de crescimento da TAG, contemplado na revisão do seu Plano de Investimentos 2024 - 2028 aprovado em dezembro de 2023 pelo Conselho de Administração, como uma das diretrizes de desenvolvimento sustentável da empresa a longo prazo. Em 2023, a Companhia concentrou esforços no seu Programa de Gerenciamento de Emissões Atmosféricas, concluindo, ao fim do ano, o primeiro projeto de redução de emissões de gases de efeito estufa, que consistiu na conexão da Estação de Compressão de Catu, na Bahia, à rede elétrica. Este programa deve receber aporte superior a R$ 250 milhões em investimentos no contexto do novo plano quinquenal de investimentos da Companhia e apoia-se em iniciativas de modernização e otimização dos ativos.

O desenvolvimento sustentável e integrado da cadeia do gás é foco também das participações ativas da TAG em fóruns de desenho do Novo Mercado de Gás, nas discussões do arcabouço legal e regulatório, com destaque para os programas federais 'Gás para Empregar' e 'Gás para Indústria', e nos diálogos sobre o desenvolvimento do mercado de biometano promovidos pela Associação Brasileira do Biogás (Abiogás) – da qual a TAG é parte do conselho. Tudo isso representa o esforço da Companhia para que a agenda estratégica de desenvolvimento do mercado evolua com a visão nacional, otimizando o uso da infraestrutura de rede a partir da conexão integrada entre a oferta e demanda de gás natural para o abastecimento do mercado e para a sustentabilidade energética a longo prazo. A perspectiva é que esse cenário impulsione, também, novos investimentos em toda a cadeia e o desenvolvimento de novas tecnologias.

Em dezembro de 2023, um novo acordo foi firmado entre os grupos acionistas da Companhia com a venda de 15% de participação acionária da ENGIE na TAG para a CDPQ. O acordo sedimentou o êxito da parceria entre os dois grupos econômicos acionistas, que passaram a deter cada um 50% de participação no capital social da TAG. A transação demonstra a confiança da ENGIE e da CDPQ no potencial de crescimento consistente da Companhia ao longo dos cenários de transformação da infraestrutura de gás do País.

Desde 2019, a TAG vem cumprindo seu plano de negócios, pautada pela geração de valor, disciplina financeira e consistente entrega de resultados, em total alinhamento com as visões e diretrizes de seus acionistas. O reconhecimento do trabalho e protagonismo da Empresa no mercado está evidente no crescimento, a cada ano, do número de novos clientes e novos contratos, que em 2023 representaram em torno de 23% da receita da Companhia relativa à sua atuação na malha integrada na costa do País Acreditamos na competência e no comprometimento da Administração e de toda a equipe da TAG para conduzir a Companhia a um novo patamar de crescimento, preparando a sua infraestrutura para oferecer novas soluções para seus clientes e para a segurança de abastecimento do mercado nacional, abrindo caminho para que outras fontes de energia, como o biometano e hidrogênio, ganhem escala e sejam realidade no mix energético nacional.

Maurício Stolle Bähr

Presidente do Conselho de Administração da TAG

MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

Cerca de três anos após conduzir um intenso trabalho dedicado ao estabelecimento da Missão e Visão da TAG, sob a nova gestão, voltamos a reunir nossos líderes, parceiros e acionistas para revisitar o nosso Plano Estratégico, o que trouxe reflexos relevantes nos princípios que norteiam o crescimento da nossa Companhia. A evolução do cenário energético brasileiro, considerando os movimentos do processo de abertura e desenvolvimento do mercado de gás natural e as oportunidades de impulsionamento da transição energética, trazem novas perspectivas e olhar para o futuro.

Com isso, a TAG revisitou a sua visão estratégica, desde o seu ideal de mercado até o modo de trabalho para alcançá-lo, trazendo mais foco para o atendimento às necessidades dos nossos clientes, à excelência da nossa atuação, até a preparação da Companhia para o crescimento. Isso quer dizer que continuamos com o foco firme de atuação no transporte de gás, removendo os gargalos da nossa malha e preparando a empresa para a expansão; mas também visamos crescer, diversificando a nossa atuação na área de infraestrutura para atividades adjacentes e correlatas ao nosso *core business*.

Este norte já faz parte da nossa realidade. Desde a aprovação da Lei do Gás, em 2021, vimos de perto os movimentos de abertura do setor, sendo propositivos no desenvolvimento de um portfólio diversificado de soluções de acesso à nossa malha de transporte e trazendo uma visão de integração nacional entre os diversos elos da cadeia produtiva. Reflexo disso é que alcançamos, em 2023, um aumento de 50% do total de carregadores em comparação com 2022, posicionando a TAG como a transportadora de gás natural do Brasil com o maior número de clientes contratantes. Encerramos o ano de 2023 com 40 contratos de transporte, 21 carregadores e uma capacidade total contratada na malha integrada de 14,2 MM m³/dia, somente para atender ao novo mercado de gás, excluindo os contratos legados com a Petrobras.

Nesse cenário, o nosso portfólio de produtos também aumentou e, em 2023, lançamos as opções de contratação de capacidade de curto prazo nas modalidades Trimestral, Mensal e Diária, com a publicação do Calendário de Ofertas para todo o ano, o que permitiu maior previsibilidade e flexibilidade aos agentes. Outra importante evolução foi o lançamento da Plataforma Eletrônica de Gás (PEG), dentro do Portal de Oferta de Capacidade (POC).

A certeza de estarmos contribuindo, de forma efetiva, para o desenvolvimento do mercado nacional está refletida também no Plano de Investimentos da Companhia. Em 2023, seguimos com a realização do nosso planejamento, totalizando investimentos de quase R$ 700 milhões, 56% superior ao que foi alocado em 2022, sendo R$ 350 milhões destinados a projetos de Confiabilidade & Modernização, com foco em manutenção, integridade, segurança e confiabilidade da operação dos ativos; e R$ 200 milhões voltados ao Crescimento & Expansão, além de R$ 122 milhões alocados à importante aquisição de cinco Estações de Compressão, antes alugadas, fazendo com que a Companhia se tornasse proprietária de 100% dos seus ativos estratégicos de infraestrutura.

Dentre os principais projetos, destacamos (I) o início das obras de implantação do projeto de Conexão do Terminal de GNL de Sergipe à malha da TAG, que adicionará mais uma importante fonte de suprimento de gás à malha integrada nacional; (II) a continuidade das obras do GASFOR II, no Ceará, cujo principal objetivo é garantir a segurança operacional, com a ampliação de trecho da rede, através de um "*loop*", que desloca parte do fluxo atual de transporte em alta pressão da região metropolitana de Fortaleza, garantindo também a possibilidade de expansão futura para remover gargalos existentes, visando atender a demanda potencial nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; (III) a Interconexão TECAB, para a interligação independente entre os gasodutos da NTS e da TAG, em Cabiúnas (RJ), proporcionando melhorias ao fluxo de trocas entre áreas de mercado atendidas pela rede integrada nacional; e (IV) a conclusão das obras do Ponto de Entrega Itagibá (BA), conectado à distribuidora Bahiagás, ampliando o abastecimento do energético em pontos estratégicos daquele estado.

No fim do ano, o Conselho de Administração da TAG aprovou a revisão do Plano de Investimentos para o horizonte entre 2024 - 2028, contemplando o valor total de R$ 5,2 bilhões, sendo 57% destinados às novas oportunidades de ampliação da infraestrutura existente, aumento de capacidade, atendimento às novas demandas do mercado, segurança do suprimento e novas aquisições; e 43% voltados à atualização tecnológica, segurança industrial, redução de emissões, manutenção e integridade dos ativos, a fim de assegurar a disponibilidade e a confiabilidade da rede de gasodutos. Dentro desse contexto estão as iniciativas do Programa de Gerenciamento de Emissões Atmosféricas, que abrangem o primeiro projeto de redução de emissões concluído pela Companhia em 2023, envolvendo a interligação da Estação de Compressão de Catu (BA) à rede de energia elétrica.

Como mais um reflexo dos avanços e protagonismo da Companhia no mercado, a TAG realizou a emissão de R$ 600 milhões em debêntures incentivadas de infraestrutura, uma captação inédita no setor de transporte de gás natural brasileiro, para financiar os projetos GASFOR II e Conexão do Terminal Sergipe. Ainda no contexto econômico-financeiro, é importante ressaltar a consistência dos resultados obtidos em 2023, com receita líquida de R$ 9,0 bilhões (7,2% superior à de 2022), EBITDA de R$ 7,6 bilhões (margem operacional de 84%) e Lucro Líquido de R$ 3,1 bilhões. Outros destaques foram o refinanciamento da dívida em dólar no valor de US$ 2,0 bilhões com alongamento do prazo de amortização de 2027 para 2031 e a renovação dos benefícios da Sudam (Superintendência da Amazônia) e da Sudene (Superintendência do Nordeste) por dez anos, até 2032.

O crescimento sustentável da TAG é pavimentado também por ações de cuidado e responsabilidade social com as comunidades no entorno dos ativos. Para isso, a TAG destinou mais de R$ 2 milhões, dentre recursos próprios e incentivados, para 12 projetos sociais voluntários voltados à promoção do Esporte e da Cultura, nos estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo e Rio Grande do Norte, beneficiando mais de 1,3 mil pessoas. Além disso, conduziu diversas ações no âmbito do seu programa de voluntariado, em conjunto com parceiros e com o envolvimento ativo dos nossos colaboradores.

Seguimos avançando no fortalecimento da nossa organização, valorizando a diversidade, o desenvolvimento contínuo dos nossos profissionais e investindo na digitalização das nossas operações. Reforçamos o nosso compromisso com a segurança e integridade das nossas atividades e também com a sustentabilidade do negócio a longo prazo. A cada ano, temos nos aproximado mais do mercado, participando ativamente de fóruns de discussão do setor e promovendo ações junto aos nossos clientes.

Quando discutimos o Plano Estratégico da TAG no último ano, revisitamos também a nossa Missão, que agora passa a refletir o caminho de evolução contínuo da Companhia em diferentes camadas de crescimento: ***"Transportar energia de forma segura por meio de soluções integradas de infraestrutura para o desenvolvimento sustentável da sociedade"***. Este é o nosso propósito, aliado à nossa Visão e ao desejo que o gás natural seja reconhecido em seus atributos, no contexto do trilema da energia: (I) como recurso eficiente que proporciona segurança de abastecimento dos setores de gás e energia elétrica, impulsionando o desenvolvimento do País; (II) como um combustível-chave na transição energética, contribuindo efetivamente para a descarbonização da indústria, substituindo fontes mais poluentes; (III) pela sua vantagem econômica e disponibilidade, garantindo preços mais acessíveis para os consumidores e energia para todos os brasileiros.

Gostaria de agradecer a confiança de nossos acionistas, clientes, parceiros e, especialmente, de nossos colaboradores, com mais um ano de intensa dedicação e engajamento coletivo, fatores fundamentais para seguirmos a nossa trilha de sucesso na transformação da infraestrutura de gás do País.

Gustavo Labanca

Diretor-Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	**1.423**	688
Contas a receber, líquido	**1.541**	1.513
Impostos de renda e contribuição social	**297**	167
Impostos e contribuições	**48**	53
Derivativos	**50**	284
Estoque	**11**	42
Outros ativos circulantes	**70**	81
	3.440	2.828
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais	**125**	123
Impostos e contribuições	**75**	35
Derivativos	**–**	284
Depósitos vinculados	**509**	94
Outros ativos não circulantes	**43**	589
	752	1.125
Imobilizado	**26.074**	26.706
Intangível	**2.747**	2.754
	29.573	30.585
	33.013	33.413

Passivo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Fornecedores	**317**	163
Financiamentos e debêntures	**3.107**	3.974
Adiantamento de clientes	**24**	–
Arrendamentos	**4**	27
Impostos e contribuições	**116**	125
Dividendos propostos	**1.000**	–
Outras contas a pagar	**126**	52
	4.694	4.341
Não circulante		
Fornecedores	**51**	78
Financiamentos e debêntures	**13.969**	15.584
Derivativos	**376**	–
Arrendamentos	**28**	117
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**5.626**	3.908
Provisão para processos judiciais e administrativos	**81**	621
Outras contas a pagar	**374**	48
	20.505	20.356
	25.199	24.697
Patrimônio líquido		
Capital Social	**2.256**	2.256
Transações de capital	**1.339**	1.339
Reservas e ajuste de avaliação patrimonial	**5.342**	6.486
Outros resultados abrangentes	**(1.123)**	(1.365)
	7.814	8.716
	33.013	33.413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de serviços	**9.029**	8.426
Custo dos serviços prestados	**(2.486)**	(2.722)
Lucro bruto	**6.543**	5.704
Gerais e administrativas e tributárias	**(155)**	(121)
Outras despesas (receitas) operacionais líquidas	**(78)**	(72)
	(233)	(193)
Lucro antes do resultado financeiro, participação e impostos	**6.310**	5.511
Resultado financeiro líquido	**(1.662)**	(2.102)
Receitas financeiras	**826**	409
Despesas financeiras	**(2.336)**	(2.258)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	**(152)**	(253)
Lucro antes dos impostos	**4.648**	3.409
Imposto de renda e contribuição social	**(1.592)**	(1.172)
Lucro do exercício	**3.056**	2.237

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do exercício	**3.056**	2.237
Outros resultados abrangentes	**242**	1.281
Resultados não realizados s/*Hedge*	**366**	1.941
IR e CSLL diferidos s/resultados não realizados s/*Hedge*	**(124)**	(660)
Resultado abrangente total	**3.298**	3.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital				Reservas de Lucros				
	Capital	Transações de capital	Outros resultados abrangentes	Ajuste de avaliação patrimonial - Combinação de negócios	Legal	Especial	Incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de dezembro de 2022	2.256	1.339	(2.646)	2.493	451	1.210	1.645	–	6.748
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	–	–	2.237	2.237
Hedge de fluxo de caixa	–	–	1.281	–	–	–	–	–	1.281
Dividendos aprovados	–	–	–	–	–	(1.210)	–	(340)	(1.550)
Destinações:									
Apropriação do lucro líquido em reserva	–	–	–	(220)	–	2.083	34	(1.897)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.256	1.339	(1.365)	2.273	451	2.083	1.679	–	8.716
Lucro do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**3.056**	**3.056**
Hedge de fluxo de caixa	**–**	**–**	**242**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**242**
Dividendos aprovados	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(2.083)**	**–**	**(2.117)**	**(4.200)**
Destinações:									
Apropriação do lucro líquido em reserva	**–**	**–**	**–**	**(194)**	**–**	**1.097**	**36**	**(939)**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**2.256**	**1.339**	**(1.123)**	**2.079**	**451**	**1.097**	**1.715**	**–**	**7.814**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**3.056**	2.237
Lucro do exercício		
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	**1.266**	1.586
Resultado com baixa de ativos	**32**	5
Perda na recuperação de ativos (*impairment*)	**(32)**	(5)
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros não realizados e outras	**1.831**	2.162
Provisão (reversão) para perdas de crédito esperado	**(35)**	85
Provisão para perdas com processos judiciais e administrativos	**101**	(2)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	**1.594**	1.172
Redução (aumento) de ativos		
Estoque	**32**	(43)
Contas a receber	**6**	(69)
Depósitos vinculados e judiciais	**(102)**	(93)
Crédito de imposto de renda e contribuição	**(123)**	(34)
Recebimentos de contingências excluídas	**714**	–
Outros ativos	**(123)**	(36)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	**98**	37
Impostos e contribuições	**113**	(43)
Pagamento de juros	**(1.956)**	(2.137)
Pagamento de contingências	**(714)**	–
Outros passivos	**400**	77
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	**6.158**	4.899
Atividades de investimentos		
Aquisições de ativos	**(676)**	(434)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	**(676)**	(434)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Depósito vinculado ao serviço da dívida	**(249)**	(18)
Captações de financiamento no exterior	**464**	–
Captações de financiamento de infraestrutura	**600**	
Custo de empréstimos	**(150)**	–
Juros recebidos	**705**	169
Pagamento de prêmio de *hedge*	**(136)**	–
Amortizações de principal	**(2.753)**	(2.782)
Dividendos pagos a acionista	**(3.200)**	(1.550)
Amortização arrendamento mercantil financeiros	**(28)**	(35)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	**(4.747)**	(4.216)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	**735**	249
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**688**	439
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**1.423**	688

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas		
Serviços	**10.635**	9.855
Perdas de crédito esperado	**35**	(85)
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(1.282)**	(1.060)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	**(95)**	(95)
	(1.342)	(1.240)
Valor adicionado bruto	**9.293**	8.615
Depreciação e amortização	**(1.266)**	(1.586)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**8.027**	7.029
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas (despesas) financeiras - inclui variações monetária e cambial	**843**	426
	843	426
Valor adicionado a distribuir	**8.870**	7.455
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores		
Salários e encargos	**69**	57
Benefícios	**25**	15
FGTS	**4**	4
	98	76
Tributos		
Federais	**2.548**	2.038
Estaduais	**656**	568
Municipais	**7**	8
	3.211	2.614
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros, variações cambiais e monetárias	**2.505**	2.527
	2.505	2.527
Acionistas		
Ajuste de avaliação patrimonial	**(194)**	(220)
Dividendos	**2.117**	340
Reserva Incentivo Fiscal	**36**	35
Lucros retidos	**1.097**	2.083
	3.056	2.238
Valor adicionado distribuído	**8.870**	7.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INTRODUÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

As demonstrações financeiras apresentadas neste documento são Demonstrações Financeiras Resumidas que foram preparadas em conformidade com o Parecer de Orientação CVM nº 39/2021 e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

2. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços https://valor.globo.com/valor-ri/; https://ntag.com.br/institucional/gestao-empresarial/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 23 de fevereiro de 2024, sem modificações.

3. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

3.1. Operação da Companhia: A Transportadora Associada de Gás S.A. ("TAG" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, constituída em 7 de fevereiro de 2002, com a missão de atuar no segmento de transporte e armazenagem de gás natural em geral, por meio de gasodutos, terminais ou embarcações, próprios ou de terceiros. A atividade principal da Companhia se concentra no transporte dutoviário de gás natural. As principais características dos ativos são: • Aproximadamente 4.500 km de gasodutos de alta pressão (3.700 km litoral Nordeste/Sudeste e 800 km na Amazônia) atravessando 10 estados brasileiros e 181 municípios; • 11 estações de compressão (11 próprias); • Rede com diversos pontos de interconexão: - 10 distribuidoras de gás; - 90 pontos de entrega (89 próprios e 1 subcontratado); - Fornecimento a refinarias, plantas de fertilizantes e usinas elétricas; - 14 pontos de recebimento de gás (incluindo 2 terminais de GNL). **3.2. Contratos de Transporte de Gás:** A Companhia possui contratos de serviços de transporte celebrados com os carregadores Bahiagás, CEGÁS, Equinor, GALP, Origem, Petrobras, PetroReconcavo, Potiguar, SPE Miranga, Shell, Unigel (Proquigel), 3R Petroleum, Refinaria Mataripe (Acelen), SERGÁS, ESGÁS e Gas Bridge regulados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP"), resumidos a seguir: a) Contratos legados: Contrato legado é o contrato de serviço de transporte na modalidade base firme, no qual o transportador se obriga a programar e transportar o volume diário de gás solicitado pelo carregador até a capacidade de transporte contratada, com prioridade sobre as demais formas de contratação. Os contratos legados vigentes tiveram início antes da aquisição da Companhia e estão resumidos a seguir: • Petrobras: (a) Malha Nordeste para 21,6 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2025; (b) Sistema GASENE para 20,0 milhões de m³/dia no trecho sul e 10,3 milhões de m³/dia para trecho norte, com prazo de duração de 25 anos e vigência até novembro de 2033; (c) Urucu-Coari-Manaus para 6,7 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até novembro de 2030; (d) Pilar-Ipojuca para 15,0 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até novembro de 2031. b) Contratos interruptíveis: Contrato interruptível é a modalidade de contratação de serviço de transporte que poderá ser interrompido pelo transportador, dada a prioridade de programação do Serviço de Transporte Firme. Nessa modalidade de contratação, a Companhia absorve 10% da receita e os 90% restantes são repassados à Petrobras, por ser ela a detentora dos contratos que abrangem 100% da capacidade de transporte da Companhia (Contratos Legados). A TAG e a Petromais assinaram em 1º de agosto de 2022 o contrato interruptível de serviço de transporte de gás para atendimento da demanda do carregador no estado de Alagoas, devido a uma parada operacional da UPGN Marechal Deodoro. A entrega de gás natural proveniente do Rio de Janeiro é de 0,7 milhões metros cúbicos por dia. O contrato firmado com o carregador encerrou-se em 31 de dezembro de 2022. c) Contratos extraordinários: Contrato extraordinário é a modalidade de contratação em base firme de capacidade disponível a qualquer tempo, no qual o transportador deve programar e transportar o volume diário de gás solicitado pelo carregador até a capacidade de transporte contratada, com prioridade sobre as demais formas de contratação. Essa modalidade de contratação não gera incremento de receitas para a Companhia. Ao longo de 2023 a TAG efetuou prestação de serviços para cerca de 85 contratos extraordinários. **3.3. Operação e Manutenção dos Gasodutos:** A operação e a manutenção da malha de dutos de transportes própria da TAG eram, até 2021, realizadas pela Petrobras Transportes S.A. ("Transpetro"). Em abril de 2021, a Companhia firmou contrato de serviços de mobilização com a Engie Soluções de Operação e Manutenção Ltda. ("ESOM"), com duração de nove meses. Em dezembro de 2021, a Companhia assinou com a ESOM um contrato de longo prazo de manutenção em substituição ao atual contrato com a Transpetro. A partir de fevereiro de 2022 a ESOM assumiu gradualmente as atividades de manutenção, concluindo a mudança de responsabilidade pela manutenção(*Takeover)* ao final de junho de 2022. As atividades de operação, antes executadas pela Transpetro, estão sendo executadas pela TAG. Em 2022, a TAG e Transpetro celebraram o Contrato, ainda vigente em 2023, para prestação dos serviços de apoio técnico à gestão das Faixas Exclusivas e Compartilhadas, com atendimento ininterrupto 24 horas por dia, inclusive nos fins de semana e feriados. **3.4. Aprovação da Lei do Gás:** Em 8 de abril de 2021, foi sancionada pelo Presidente da República a Lei nº 14.134/21, a chamada "Nova Lei do Gás". A norma é fruto da PL 4.476/20. A lei traz inovações relacionadas às atividades desempenhadas pelas transportadoras de gás, dentre as quais se destacam: (i) o regime de autorização para todas as atividades de transporte de gás natural passa a ser indeterminado; (ii) novas regras para operação e balanceamento em gasodutos e sistemas de transporte de gás natural; (iii) determinação de regras de independência e autonomia dos transportadores de gás natural em relação aos agentes que exerçam atividades concorrenciais da indústria de gás natural; e (iv) previsões para assegurar os direitos dos transportadores nos contratos de serviço de transporte vigentes, incluindo aqueles relacionados à proteção da receita atualmente auferida pelos transportadores para adequação ao novo modelo tarifário por entrada e saída de gás natural. Em decorrência da abertura do mercado de gás, a TAG assinou novos contratos extraordinários de transporte de gás (Nota 1.2). **3.5. Capital Circulante Líquido:** O Capital Circulante Líquido negativo apresentado no balanço da Companhia em 31 de dezembro de 2023, de R$1.254, decorre, substancialmente, da alocação no passivo circulante de 12 meses de pagamentos de financiamentos (Nota 10), enquanto as demais contas relevantes do ativo circulante e do passivo circulante apresentam giro de, aproximadamente 2 meses, de acordo com seu ciclo operacional. Portanto, essa situação não reflete a real liquidez da Companhia. A liquidação das obrigações ocorrerá por meio de recursos gerados pelas atividades operacionais, sendo que mensalmente são depositados, em contas vinculadas, 1/6 (um sexto) do serviço da dívida das debêntures e 1/6 (um sexto) do serviço da dívida da *USD Facility*. Esses depósitos estão registrados na conta Depósitos Vinculados, no Ativo Não Circulante.

4. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Essas demonstrações financeiras anuais da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, que estão em consonância com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* (IASB), publicadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **4.1. Práticas contábeis:** O sumário das principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras anuais está apresentado na Nota 3. **4.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras anuais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, ajustado ao valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável. **4.3. Uso de estimativa e julgamento:** Na preparação dessas demonstrações financeiras anuais, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, e são revisados periodicamente pela administração. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na Nota 4. **4.4. Demonstração do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado ("DVA") apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tal riqueza foi distribuída. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **4.5. Moeda funcional:** A moeda funcional da Companhia é o real, por ser a moeda de seu ambiente econômico de operação. Todas as informações financeiras apresentadas estão em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma. **4.6. Revisão da vida útil da Mais-Valia:** Em 8 de abril de 2021, foi publicada a Nova Lei do Gás (Lei nº 14.134/2021), que passou a regulamentar o setor de gás no Brasil, em consonância com o Novo Mercado de Gás, programa lançado em 2019 pelo Governo Federal que visa criar um mercado aberto, dinâmico e competitivo. Considerando as alterações previstas na Nova Lei do Gás, a TAG ao longo de 2022, após a obtenção de todas as Autorizações de Operação permanentes emitidas pela ANP, analisou e decidiu equiparar a vida útil da Mais-Valia com os demais ativos operacionais, ou seja, 30 anos. Anteriormente, a TAG limitava a vida útil da Mais-Valia ao prazo de autorização. A TAG avaliou a mudança de estimativa contábil referente à depreciação da Mais-valia e ativos operacionais pela vida útil de 30 anos e os respectivos impactos contábeis estão refletidos de forma prospectiva nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. **4.7. Aprovação da Diretoria:** As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas em reunião de Diretoria realizada em 23 de fevereiro de 2024.

5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

A preparação das demonstrações financeiras anuais requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia. **5.1. Premissas para testes de recuperabilidade de ativos não financeiros *(impairment):*** Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente, os ativos imobilizados e intangíveis. No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para avaliar se há evidências de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Em situações não comuns, se tais evidências são identificadas, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação desses ativos (*impairment*). Esses testes envolvem algumas variáveis e incertezas no que se refere às projeções de fluxos de caixa, para avaliação dos ativos em uso, e às definições dos valores de mercado dos ativos, para os mantidos para venda. **5.2. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da administração. Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Especificamente para ações trabalhistas de terceirizados, a Companhia estima a perda esperada através de um procedimento estatístico em virtude do volume de ações com características similares. Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos. Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na Nota 14. **5.3. Ativos e passivos fiscais diferidos:** Os ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável e a expectativa de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes. **5.4. Taxa incremental de arrendamentos:** Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia considera a taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao tomar empréstimos, por prazo semelhante, para obter os recursos necessários para a aquisição de ativos com valores similares ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia calcula a taxa incremental usando dados observáveis, quando disponíveis. **5.5. Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber:** A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber da Companhia estão divulgadas na Nota 6.

6. EVENTOS SUBSEQUENTES

6.1. Venda parcial da participação da ENGIE Brasil Energia na Companhia: A Engie Brasil Energia e o grupo de investimento CDPQ, ambos já sócios da Companhia, anunciaram em 28 de dezembro de 2023 um acordo de venda de 15% de participação da Engie para o CDPQ Groupe Infrastructures Inc, subsidiária integral do grupo de investimento CDPQ. Com isso a GDF International manterá seu capital de 32,5% na Companhia e a Engie Brasil Energia reduzirá sua participação de 32,5% para 17,5%, permanecendo vinculada ao acordo de acionistas da Companhia. O grupo de investimentos CDPQ atingirá 50% de participação acionária. A operação financeira foi concluída em janeiro de 2024 e não origina nenhum impacto na operação da Companhia. Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício Stolle Bähr Presidente	**Eduardo Antônio Gori Sattamini** Conselheiro	**Eduardo Edmond Farhat** Conselheiro	**Cécile Mireille Marcelle Eliane Prévieu** Conselheiro	**Daniel Mirabile** Conselheiro	**Felisa Del Carmen Ros** Conselheira	**Daniel Augusto Souza de Falco** Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Gustavo Henrique Labanca Novo – Diretor Presidente
Marcos Benício Pompa Antunes – Diretor Técnico Operacional
Joaquim Jordão Saboia – Diretor Financeiro

CONTADOR

Nilo Debs Spagnol – Contador - CRC-RJ - 115629/O-2

Ciaval Administração de Bens e Direitos SPE S.A.

CNPJ: 29.270.070/0001-41 - NIRE: 35300511395 Data: 14/12/2017

Demonstrações Financeiras - 01/01/2023 até 31/12/2023

Balanço Patrimonial

Ativo		Exercício Atual
Ativo Circulante		
Disponibilidades		
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.1.01.01	315,34D
Banco Conta Movimento	1.1.01.02	59.449,24D
Aplicações Financeiras	1.1.01.03	6.398.200,02D
=Disponibilidades		****6.457.964,60D**
Títulos a Receber		
Ações	1.1.04.01	1.012.105,18D
=Títulos a Receber		****1.012.105,18D**
Créditos a receber		
Créditos Tributários	1.1.05.01	29.844,58D
=Créditos a receber		*******29.844,58D**
Estoques		
Estoques	1.1.06.01	21.517.500,00D
=Estoques		***21.517.500,00D**
=Total - Ativo Circulante		***29.017.414,36D**
=Total - Ativo		***29.017.414,36D**

Passivo		Exercício Atual
Passivo Circulante		
Exigível a Curto Prazo		
Contas a Pagar	2.1.01.01	3.857,97C
=Exigível a Curto Prazo		********3.857,97C**
Fornecedores		
Fornecedor Nacionais	2.1.03.01	162.861,57C
=Fornecedores		******162.861,57C**
Tributos e Contribuições		
Obrigações Fiscais	2.1.04.01	1.823,90C
=Tributos e Contribuições		********1.823,90C**
Outras Obrigações - Recuperação Judicial		
Participações	2.1.06.01	3.514.612,06C
=Outras Obrigações - Recuperação Judicial		****3.514.612,06C**
Provisões		
Provisões	2.1.07.01	2.343,94C
=Provisões		********2.343,94C**
=Total - Passivo Circulante		****3.685.499,44C**
Passivo Não Circulante		
Outras Obrigações - Recuperação Judicial		
Recuperação Judicial	2.2.02.01	2.847.637,00C
=Outras Obrigações - Recuperação Judicial		****2.847.637,00C**
=Total - Passivo Não Circulante		****2.847.637,00C**
Patrimônio Líquido		
Capital Social		
Capital Subscrito	2.3.01.01	22.610.345,06C
=Capital Social		***22.610.345,06C**
Lucros ou Prejuízos Acumulados		
Lucros ou Prejuízos Acumulados	2.3.03.01	126.067,14D
=Lucros ou Prejuízos Acumulados		******126.067,14D**
=Total - Patrimônio Líquido		***22.484.277,92C**
=Total - Passivo		***29.017.414,36C**

Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	Classificação	Exercício Atual	
Receitas			
Receita Operacional			
Receita Financeira			
Receitas Financeiras Diversas	330205	1520319	C
=Receita Financeira		1520319	C
Receitas Não Operacionais			
Resultados Não Operacionais	330501	224836,5	C
=Receitas Não Operacionais		224836,5	C
=Total - Receita Operacional		1745155	C
=Total - Receitas		1745155	C
Despesas			
Despesas Tributárias			
Tributos			
Impostos e Taxas	440101	402,06	D
=Tributos		402,06	D
=Total - Despesas Tributárias		402,06	D
Despesas Financeiras			
Despesas Financeiras			
Despesas Financeiras	450202	4431,23	D
=Despesas Financeiras		4431,23	D
=Total - Despesas Financeiras		4431,23	D
Serviços Tomados Terceiros			
Serviços Tomados Terceiros			
Serviços Tomados PJ	460101	477701	D
=Serviços Tomados Terceiros		477701	D
=Total - Serviços Tomados Terceiros		477701	D

Descrição	Classificação	Exercício Atual	
Despesas Gerais			
Despesas Gerais			
Despesas Diversas	470101	53139,98	D
=Despesas Gerais		53139,98	D
=Total - Despesas Gerais		53139,98	D
Provisões			
Provisões de Tributos			
Provisão IRPJ e CSLL	480101	270033,5	D
=Provisões de Tributos		270033,5	D
=Total - Provisões		270033,5	D
=Total - Despesas		805707,8	D
Resultado do Exercício			
Receitas		1.745.155,15	C
Despesas + Custo		805.707,79	D
Lucro Líquido do Exercício:		939.447,36	

Contador: Artur Henrique Salante Hespanha - CRC: 1SP 280643/O-9

Brasilprev Seguros e Previdência S.A.

CNPJ nº 27.665.207/0001-31 - NIRE nº 3530013990-9

Extrato da 454ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada em 16/11/2023

Em 16/11/2023, às 14h00, na sede. A reunião foi realizada de forma virtual e os membros do Conselho de Administração proferiram seus votos por meio eletrônico, conforme previsto no Art. 18, § 3º, do Regimento Interno do Conselho, sob a presidência da Sra. Tarciana Paula Gomes Medeiros, que convidou a mim, Ana Paula Makhoul Sabbag, como Secretária do Conselho. **I. Deliberações: 1) Destituição de Membro Suplente do Conselho de Administração:** Por unanimidade dos membros presentes, foi destituído do cargo de membro suplente do Conselho de Administração o Senhor Jose Antonio Llaneza Torrealba, eleito em RCA - Reunião do Conselho de Administração de 09/02/2023. Os membros do Conselho de Administração reconheceram a dedicação e o desempenho, bem como os agradeceram pelo período em que esteve à frente do Conselho de Administração da Cia.. **2) Eleição de Membro Suplente do Conselho de Administração:** Em razão da destituição do Sr. Jose Antonio Llaneza Torrealba, foi eleito para o cargo de Membro Suplente do Conselho de Administração, na condição de representante do Acionista PFG do Brasil Ltda. o **Sr. John Michael Egan,** passaporte nº 5312260904, CPF nº 719.307.911-51. O membro eleito terá o prazo de seu mandato até a primeira Assembleia Geral de Acionistas que vier a ocorrer, nos termos da previsão contida no Estatuto Social. Nada mais. **Ana Paula Makhoul Sabbag -** Secretária. **JUCESP** nº 139.025/24-8 em 03/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Brasilprev Seguros e Previdência S.A.

CNPJ nº 27.665.207/0001-31 - NIRE nº 3530013990-9

Extrato da 449ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada em 04/08/2023

Em 04/08/2023, às 15h30, na Sede. **Presença:** A reunião foi realizada de forma virtual e os membros do Conselho de Administração proferiram seus votos por meio eletrônico, conforme previsto no Art. 18, § 3º, do Regimento Interno do Conselho, sob a presidência do Sr. Tarciana Paula Gomes Medeiros, que convidou a mim, Ana Paula Makhoul Sabbag, como Secretária do Conselho. **Ordem do Dia:** Aberta a reunião, deu-se prosseguimento à pauta: **I. Deliberações: 1) Eleição de Membro para Conselho de Administração.** Foi eleito para o cargo de Membro Titular do Conselho de Administração, na condição de representante do Acionista BB Seguros Participações S.A. o **Sr. Jorge Rodrigo Araújo Messias,** CI nº 5.802.581 - SSP/PE, CPF nº 826.288.073-00, até a primeira Assembleia Geral de Acionistas que vier a ocorrer, nos termos da previsão contida no Estatuto Social. Nada mais.**Ana Paula Makhoul Sabbag -** *Secretária.* **JUCESP** nº 2.064/24-8 em 05/01/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Brasilprev Seguros e Previdência S.A.

CNPJ nº 27.665.207/0001-31 - NIRE nº 3530013990-9

Extrato da 448ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada em 03/08/2023

Em 03/08/2023, às 18h, na Sede. A reunião foi realizada de forma virtual e os membros do Conselho de Administração proferiram seus votos por meio eletrônico, conforme previsto no art. 18, §3º, do Regimento Interno do Conselho, sob a presidência da Sra. Tarciana Paula Gomes Medeiros, que convidou a mim, Ana Paula Makhoul Sabbag, como Secretária do Conselho. **I. Deliberações: 1.1. DAD nº 2023/0137 - Demonstrações Financeiras Intermediárias, Relativas ao 1º Semestre de 2023.** Foram submetidas ao Conselho de Administração, as Demonstrações Financeiras Intermediárias, relativas ao 1º semestre de 2023, bem como o Parecer do Auditor Independente, Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. (auditoria contábil). Esses documentos, foram aprovados por unanimidade, recomendando-se a avaliação pelo Conselho Fiscal. Nada mais. **Ana Paula Makhoul Sabbag -** *Secretária.* **JUCESP** nº 1.680/24-9 em 04/01/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.